



UNICAMP

Número 71/2007
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

ZULEIKA ALVES DE ARRUDA

ONDE ESTÁ O AGRO DESTE NEGÓCIO?

**Transformações socioespaciais em Mato
Grosso decorrentes do agronegócio**

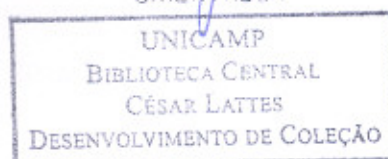
Tese apresentada ao Instituto de Geociências como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Doutor em Ciências, na área de Análise Ambiental e
Dinâmica Territorial.

Orientadora: Profa. Dra. Arlete Moysés Rodrigues

Este exemplar corresponde a o
redação final da tese defendida
por Zuleika Alves de Arruda
e aprovada pela Comissão Julgadora
em 30/08/07.

Arlete Moysés Rodrigues
ORIENTADOR

**CAMPINAS - SÃO PAULO
AGOSTO DE 2007**



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP
Bibliotecário: Helena Joana Flipsen – CRB-8ª / 5283

Ar69o	<p>Arruda, Zuleika Alves de. Onde está o agro desse negócio? : transformações socioespaciais em Mato Grosso decorrentes do agronegócio / Zuleika Alves de Arruda. -- Campinas, SP : [s.n.], 2007.</p> <p>Orientador: Arlete Moysés Rodrigues. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.</p> <p>1. Economia agrícola. 2. Agroindústria. 3. Geografia rural. 4. Geografia urbana. I. Rodrigues, Arlete Moyses. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.</p>
-------	--

Título e subtítulo em inglês: Where is the "agri" part of this business? : social-spatial transformations in Mato Grosso as consequence of agribusiness.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Agricultural economics, Agribusiness, Rural geography, Urban geography.

Área de Concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

Titulação: Doutor em Ciências.

Banca examinadora: Ana Fani Alessandri Carlos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Edvânia Torres de Aguiar Gomes, Ricardo Abid Castillo.

Data da Defesa: 30-08-2007.

Programa de Pós-Graduação em Geografia.



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL

AUTORA: ZULEIKA ALVES ARRUDA

ONDE ESTÁ O AGRO DESSE NEGÓCIO?
Transformações socioespaciais em Mato Grosso
decorrentes do agronegócio

ORIENTADORA: Profa. Dra. Arlete Moyses Rodrigues

Aprovada em: 30 / 06 / 07

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Arlete Moyses Rodrigues

Arlete Moyses Rodrigues Presidente

Prof. Dr. Ricardo Abid Castillo

MA

Prof. Dr. Arioaldo Umbelino de Oliveira

Arioaldo

Profa. Dra. Edvânia Tôrres Aguiar Gomes

Edvânia

Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos

Ana Fani Alessandri Carlos

Campinas, 30 de agosto de 2007

200754290

*À minha mãe, Remísia, símbolo do mais puro amor;
Aos meus tios Dirce e Emilton, pelo apoio e
carinho nesta trajetória;
A Eduin, companheiro e amigo que me ensinou que toda
forma de amor vale a pena.
A vocês dedico esta obra.*

AGRADECIMENTOS

Aqui manifesto os meus sinceros agradecimentos, em especial, à Professora Dra. Arlete Moysés Rodrigues, orientadora, cuja perspicácia soube conduzir a (des)construção de um saber permeado de armadilhas e incertezas. Nesses anos de convívio foram profícuas as discussões, as críticas sempre procedentes aliadas ao estímulo de apoio destinado à superação de nossas limitações.

Agradecemos ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso pela oportunidade concedida para a concretização de mais esta jornada e ao CNPq, pelo apoio financeiro despendido.

Aos membros da banca de qualificação, Professora Dra. Ana Fani A. Carlos e Professor Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, cujas observações e críticas contribuíram para refletirmos sobre a obscura concepção do agronegócio.

À Professora Dra. Tereza Paes-Luchiari, pela acolhida calorosa e amiga, assim como, pela “adoção voluntária” ao Grupo de Estudo sobre Patrimônio Histórico.

Aos colegas da Pós-Graduação que, apesar dos “encontros e desencontros” permaneceram grandes amigos auxiliando-nos direta ou indiretamente nesta pesquisa, quer seja pelas discussões realizadas, quer seja pela “força dada” nos momentos angustiantes e/ou momentos agradáveis compartilhados: Cláudio Lima, Carlos Murilo Santos, Melissa Oliveira e em especial Eduardo Marandola pelas contribuições teóricas e técnica na formatação final deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer a Valdirene, secretária da Pós-Graduação em Geografia da Unicamp pela atenção, carinho e dedicação dispensada na busca contínua em “desatar os nós” construídos pela burocracia institucional.

Não existem palavras que possam expressar o meu mais profundo agradecimento pela solidariedade, amizade e “apoio logístico” a D. Célia Loureiro, Judite Ferreira e a Gustavo pelo “socorro realizado” às correções do texto.

E o meu especial agradecimento aos meus irmãos Jesuel e Gerson, verdadeiros amigos e gestores dos problemas “cotidianos” decorrentes da minha ausência e ao primo Ézio Varanda pelo apoio prestado à coleta dos valiosos dados necessários à realização deste trabalho.

E, por fim, a Eduin Muñoz pela elaboração das tabelas, gráficos e formatação final deste trabalho. Mas, principalmente, pela paciência para compartilhar os momentos mais difíceis com serenidade, companheirismo e dedicação.

*"Entrei onde não sabia,
e fiquei não sabendo,
toda ciência transcendendo.*

*[...] Eu não sabia onde entrava,
mas quando ali me vi,
sem saber onde eu estava,
grandes coisas entendi;
não direi o que senti,
que fiquei não sabendo,
toda ciência transcendendo.*

*[...] Este saber não sabendo
é de tão alto poder,
que os sábios argüindo
jamais podem lhe vencer;
que não chega seu saber
a não entender entendendo,
toda ciência transcendendo.*

*[...] E é de tão alta excelência
aquele sumo saber,
que não há faculdade nem ciência
que possam lhe empreender;
quem souber vencer
com um não saber sabendo,
irá sempre transcendendo".*

San Juan de la Cruz

Versos feitos sobre um êxtase de
alta contemplação.
[Ávila, 1572-1577]

Tradução do espanhol: Zuleika Arruda / Eduin Muñoz

RESUMO

O trabalho tem como objetivo realizar algumas reflexões sobre as transformações socioespaciais decorrentes do agronegócio no território mato-grossense, em especial o de grãos, buscando desvendar a lógica contraditória intrínseca e as novas territorialidades urbana e rural construídas e/ou ocultadas pelo processo. Para compreender o processo apresenta como o agronegócio produz e (re)produz o território, segundo a lógica da (re) produção ampliada do capital. Analisa a dinâmica do agronegócio e a cadeia produtiva agrária que no espaço, extrapola a produção agrícola, incorpora fluxos materiais (*commodities*) e imateriais (capitais, informação, tecnologia) de forma integrada e inter relacionada para a efetivação da (re)produção ampliada do capital. O agronegócio ao promover a integração das esferas pré-produtivas (antes da porteira), a produtiva (na porteira) e a pós-produtiva (pós-porteira), redefine a interação campo-cidade e possibilita que a mais-valia possa ser extraída em qualquer ponto da transação na economia. A imagem divulgada do agronegócio obscurece as relações sociais, a propriedade da terra, as contradições, e se ressalta no lucro e “riqueza” por ele gerados. Aponta que a base da atividade produtiva do agronegócio encontra-se no campo propriedade da terra, meios de produção, mas é na cidade que se localiza a condição de circulação dos fluxos materiais e imateriais decorrentes da circulação do circuito produtivo e efetivação dos negócios do agro. Com base na pesquisa mostra que a fronteira é continuamente (re)dimensionada e que o agronegócio na terra rural faz parte e significa uma extensão do urbano, da mesma forma que o mundo urbano torna-se e significa uma extensão da dinâmica rural.

Palavras-chave: agronegócio, transformações socioespaciais, novas territorialidades urbana/rural, relação campo-cidade.

ABSTRACT

The objective of this work is to reflect about the sociospatial transformations resulting from agribusiness at the Mato Grosso territory, mainly grains goods, aiming to reveal the intrinsic contradictory logic and the new urban and rural territorialities built and/or hidden by the process. To help to understand the process, this work also shows how the agribusiness produces and (re) produces the territory according to the logic of the amplified capital reproduction. The work analyses the dynamics of agribusiness and the agrarian productive chain, extrapolates the agriculturist production, incorporate material (commodities) and immaterial (capital, information, technology) flows in an integrated and interrelated way for the achievement of the amplified capital (re) production. The agribusiness, while promotes the integration of the pre-productive, productive and post-productive spheres, redefines the country-city interaction and allows that the profits can be achieved in any point of the transaction. The published image of agribusiness darkens the social relationships, the land property, the contradictions and stands out its own profit and generated wealth. This thesis points that the base of the productive activity of agribusiness is in the country, the land property, and the production goods; but is at the city where the circulation of the material and immaterial flows derived from the circulation of the productive cycle and the concretization of the agricultural business is located. Also is showed that the frontier is continuously (re) dimensioned and the agribusiness in rural lands is a part and means an extension of the urban as well the urban world becomes and means an extension of the rural dynamics.

Keywords: Agribusiness, Sociospatial transformations, New urban/rural territorialities, Country-city relationship.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo realizar algunas reflexiones sobre las transformaciones socioespaciales derivadas del agronegocio en el territorio mato-grossense, especialmente de granos, buscando develar la lógica contradictoria intrínseca y las nuevas territorialidades urbana y rural construidas y/o ocultas por el proceso. Para comprender el proceso, se presenta cómo el agronegocio produce y (re)produce el territorio, según la lógica de la (re)producción ampliada del capital. Se analiza la dinámica del agronegocio y la cadena productiva agraria que en el espacio, extrapola la producción agrícola, incorpora flujos materiales (*commodities*) e inmateriales (capitales, información, tecnología) de forma integrada e interrelacionada para el efecto de la (re)producción ampliada del capital. El agronegocio, al promover la integración de las esferas pre-productiva, productiva y pos-productiva, redefine la interacción campo-ciudad y posibilita que la plusvalía pueda ser extraída en cualquier punto de la transacción en la economía. La imagen divulgada del agronegocio oscurece las relaciones sociales, la propiedad de la tierra, las contradicciones, y resalta el lucro y "riqueza" por el generados. Se apunta que la base de la actividad productiva del agronegocio se encuentra en el campo, la propiedad de la tierra, los medios de producción, pero es en la ciudad que se localiza la condición de circulación de los flujos materiales e inmateriales derivados de la circulación del circuito productivo y la realización de los negocios el agro. Con base en los estudios, se muestra que la frontera es continuamente (re)dimensionada, y que el agronegocio en la tierra rural hace parte y significa una extensión de lo urbano, de la misma forma que el mundo urbano se torna y significa una extensión de la dinámica rural.

Palabras-clave: agronegocio, transformaciones socioespaciales, nuevas territorialidades urbana/rural, relación campo-ciudad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 2.1. Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação e a configuração do agronegócio.....	29
Ilustração 2.2. Configuração produtiva inicial da região do agronegócio	61
Ilustração 2.3. Configuração produtiva atual da fronteira (re)dimensionada do agronegócio	62
Ilustração 2.4. Estrutura fundiária de Mato Grosso (1970-1996)	66
Ilustração 2.5. Agricultura modernizada em áreas planas do Cerrado	82
Ilustração 2.6. Área desmatada para expansão do cultivo da soja.	92
Ilustração 3.1. Eixos rodoviários do estado de Mato Grosso	102
Ilustração 3.2. Logística de Transporte – Projeto Avança Brasil	108
Ilustração 3.3. Distribuição espacial da logística na região do agronegócio.	116
Ilustração 3.4. Corporações do Agronegócio	118
Ilustração 4.1. Dinâmica territorial dos municípios do agronegócio.	137
Ilustração 4.2. Vista aérea de Campos de Júlio – Presença de silos localizados na área urbana ocupando vasta extensão territorial se comparada às demais edificações	139
Ilustração 4.3. Vista aérea, Sapezal	139
Ilustração 4.4. Paisagem urbana híbrida - Campo Verde – Presença de silos e amplas avenidas	141

Ilustração 4.5. Dinâmica populacional dos municípios do agronegócio.....	147
Ilustração 4.6. Taxa de urbanização da região do agronegócio mato-grossense	153
Ilustração 5.1. Lucas do Rio Verde – A imagem procura difundir a qualidade de vida.	167
Ilustração 6.1. Mercado de trabalho – 2000.....	183
Ilustração 6.2. Trabalho formal por atividade econômica – 2003	191
Ilustração 6.3. População economicamente ocupada – serviços – 2000.....	193
Ilustração 6.4. Agências bancárias nos municípios do agronegócio.	203
Ilustração 6.5. Movimentação financeira dos nove municípios do agronegócio mato-grossense.....	209
Ilustração 6.6. Espetacularização do campo pelo agronegócio	223
Ilustração 6.7. Os “feirantes contemporâneos”: Silos, equipamentos agrícolas, etc.	227
Ilustração 6.8. Os “feirantes contemporâneos”: Bancos, empresas aeroagrícolas.	227

LISTA DE TABELAS

Tabela 6.1. Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, finalidade e atividade região do agronegócio, MT/2002. Valores em Milhões de Reais (R\$).....	208
Tabela 6.2. Feira especializada em agronegócio – Rondonópolis – MT	221

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG:	Associação Brasileira de Agribusiness
ACRIMAT:	Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso
APROSOJA:	Associação dos Produtores de Soja
ASBIA:	Associação Brasileira de Inseminação Artificial
ACC:	Antecipação de Contrato de Câmbio
CAI:	Complexo Agroindustrial
CAGED:	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CNA:	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CDCA:	Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio
CDA:	Certificado de Depósito Agropecuário
CRA:	Certificado de Recebíveis do Agronegócio
CRP:	Cédula do Produtor Rural
CRC:	Crédito Rural de Custeio
CRI:	Crédito Rural de Investimento
CMG:	Certificado de Mercadoria com emissão Garantida
EMBRAPA:	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENID:	Eixos Nacional de Integração e Desenvolvimento
FTP:	Fator Total de Produtividade
FCO:	Fundos Constitucionais de Financiamentos
FUNDEIC:	Fundo de Desenvolvimento Industrial e Comercial

FMT:	Fundação Mato Grosso
FUASM:	Fundo de Apoio a Suinocultura de Mato Grosso
FAMATO:	Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso
GUT	Grau de Utilização da Terra
IBGE:	Instituto Brasileiro de geografia e Estatística
INDEA:	Instituto de Defesa Agropecuária
IPEA:	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ICMS:	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
IPI:	Imposto sobre Produtos Industrializados
IIRSA:	Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana
ITR:	Imposto Territorial Rural
IPTU:	Imposto Territorial Urbano
IRPJ:	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
LCA:	Letras de Crédito do Agronegócio
MAPA:	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MTE:	Ministério do Trabalho e Emprego
PAC:	Programa de Aceleração do Crescimento
PENSA:	Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial
PROALMAT:	Programa de Apoio à cultura do Algodão
PRÓ-COURO:	Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Boi
PRODEAGRO:	Programa de Desenvolvimento do Agronegócio
PRODEI:	Programa de Desenvolvimento Industrial
PROEMMEPE:	Programa Mato-grossense de Melhoria da Pecuária de Corte
PRÓ-MADEIRA:	Programa de Desenvolvimento do Agronegócio da Madeira
PRONAF:	Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar
RAIS:	Relação Anual de Informações Sociais
SAAF:	Secretaria de Agricultura e Assuntos fundiários

SAI:	Sistema Agroindustrial
SUDAM:	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SICME:	Secretaria da indústria, Comércio, Minas e Energia
SEPLAN:	Secretária do Planejamento e Coordenação Geral de Mato Grosso
SEFAZ:	Secretaria da Fazenda
SECEX:	Secretaria do Comercio e Exportação
SISBOV:	Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina
WA:	Warrant Agropecuário

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
INTRODUÇÃO.....	3
PARTE I - A EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL E A COMPLEXA REDE DE PRODUÇÃO ESPACIAL DO AGRONEGÓCIO	15
Capítulo 1	
A Expansão do Capital e a Espacialização do Agronegócio	17
PARTE II - ENTRE A ORDEM E A DESORDEM: A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE PARA/PELO AGRONEGÓCIO	51
Capítulo 2	
A Territorialização do Capital na Fronteira do Agronegócio: (Re)Leituras do Território Mato-Grossense	53
Capítulo 3	
A Espacialização da “Logística” como Fator de Organização Produtiva do Território Mato-Grossense	98
PARTE III - DA PRODUÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA À URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO - DINÂMICA TERRITORIAL NA REGIÃO DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO	123
Capítulo 4	
Expansão da Fronteira Agrícola: da Invenção das “Cidades” à Urbanização do Território Mato-Grossense	125
Capítulo 5	
As Formulações Discursivas como Estratégia para a Produção do Espaço e a Transformação da cidade em “Commodity”	159
PARTE IV - DINÂMICA TERRITORIAL GLOBALIZADA NA FRONTEIRA (RE)DIMENSIONADA DO AGRONEGÓCIO	173
Capítulo 6	
As Cidades na Região de Expansão do Agronegócio e as Novas Territorialidades.....	175
6.1 A cidade como ponto nodal do mercado de trabalho – fluxo de pessoas.....	178

6.2	A cidade como ponto nodal de convergência do fluxo de capitais do/para o agronegócio.....	196
6.3	As lógicas do mercado de <i>commodities</i> agrícolas: do mercado local ao mercado globalizado.....	212
6.4	“Velhas formas” e novos conteúdos: as feiras comerciais especializadas do agronegócio.....	217
CONCLUSÃO		233
REFERÊNCIAS		243

APRESENTAÇÃO

Na década de 1970, e notadamente na década de 1980, vivenciei uma intensa transformação que passava a ocorrer no espaço norte mato-grossense com a constatação de imensos fluxos de migrantes que se dirigiam ao considerado “nortão mato-grossense”. Residia em uma cidade localizada nas fímbrias da fronteira que ora se expandia, cortada pela BR-163 (Cuiabá-Santarém), não compreendia a dimensão dos fluxos de caminhões abarrotados de sulistas que dirigiam para essa região e, nem tampouco, os inúmeros caminhões retornando carregados de “toras de madeiras”.

Alheia ao processo e às repercussões que a mídia divulgava sobre o “novo eldorado” por meio do qual apontava oportunidades para apropriação de terras e oportunidade de trabalho, não compreendia a dimensão que poderia trazer para a configuração territorial, econômica e ambiental.

Até então, o olhar era apenas de uma jovem que morava em uma pequena e pacata cidade e que vê o cotidiano alterado pelo movimento constante de caminhões na BR-163 ou pelo fluxo constante de pessoas que buscavam serviços bancários, médicos, entre outros inexistentes nessas áreas. Em poucos anos esses núcleos coloniais se consolidaram como núcleos urbanos dotados de infra-estrutura e com uma economia pautada na exploração de recursos vegetais e ou minerais. O olhar de uma simples expectadora se transforma em um olhar geográfico que procura analisar essas transformações socioespaciais que ora se configuram na expansão da fronteira agrícola Norte Mato-grossense.

Diante dos conjuntos de estratégias precedentes nacionais e regionais aliados aos mecanismos de reprodução do capital para a expansão da fronteira agrícola e ao intenso dinamismo econômico e populacional que essas “cidades novas” apresentavam surgiram-nos inquietações de como interpretar esse novo fenômeno urbano. Uma nova lógica passa a ser imposta nessas áreas, e interpretar esse novo fenômeno urbano

significou então o olhar histórico/geográfico e de uma perspectiva regional e geopolítica. A fronteira agrícola norte mato-grossense é um espaço em fase de estruturação e, como tal, geradora de realidades novas, instigando-nos, desse modo, à realização de inúmeras indagações na busca de compreender melhor tal realidade. Fundamentando-se na constatação da carência de estudo urbano Mato-grossense, que tematizasse a origem e a constituição das cidades novas nesse espaço, registrou-se o início da nossa trajetória acadêmica com a realização da Dissertação de mestrado que contemplou a análise da produção do espaço urbano da cidade de Sinop-MT.

Onze anos se passaram desde o nosso estudo pioneiro nessas áreas e as inquietações tornaram-se mais intensas em decorrência da constatação da configuração de um novo nexos urbano e territorial como consequência da expansão da produção da soja rumo ao Cerrado mato-grossense. A “nova lógica” que se instala no território Mato-grossense é marcada pelo uso intenso da ciência e da tecnologia na agropecuária e pela especialização produtiva, notadamente para o cultivo de grãos destinados ao mercado externo. No contexto urbano, ocorre a consolidação das “cidades pioneiras” paralelamente ao surgimento de novos núcleos urbanos cuja finalidade consiste em atender a demanda do campo modernizado. Enfim, a fronteira agrícola dos anos 70 se converte em uma fronteira (re)dimensionada do agronegócio, cuja lógica produtiva está voltada para a produção de *commodities* agrícolas destinadas a atender ao mercado globalizado.

O presente trabalho tem como objetivo realizar algumas reflexões sobre as transformações socioespaciais decorrentes do agronegócio, em especial o de grãos, no território mato-grossense, buscando desvendar a lógica contraditória intrínseca e as novas territorialidades urbanas e rurais construídas no processo de produção espacial. Tarefa essa que implica analisar como o agronegócio produz e (re)produz o território, segundo a lógica de (re)produção ampliada do capital.

INTRODUÇÃO

A globalização¹, a disponibilidade de novas tecnologias, a crise dos mecanismos tradicionais de política agrícola, a idéia de agregar valor² aos produtos, são mudanças estruturais que estão acontecendo no mundo, nas últimas décadas, e têm provocado a “necessidade” de transformações profundas no sistema de produção da agropecuária, apontando para um novo modelo produtivo: o agronegócio.

A concepção de agronegócio, difundido no Brasil, a partir da década de 1980, possui sua base pautada nas formulações realizadas no ano de 1957 por Jonh Davis e Ray Goldberg, professores da Universidade de Harvard (EUA). Em uma obra intitulada *Concept of Agribusiness* esses autores foram os primeiros a estudar as transformações na agropecuária modernizada dos Estados Unidos, em um contexto mais amplo do processo produtivo. Apontam a crescente inter-relação setorial que passa a existir entre as atividades agrárias e outros setores, ou seja, demonstram o processo de transferência das funções agrícolas para “além da propriedade agrária”.

Para explicar o processo, pautados nas formulações teórico-metodológicas neoclássicas da produção de Quesnay³, e na Matriz Leontieff⁴ (1930) ou Matriz Insumo-Produto, elaboraram a concepção de *agribusiness* (agronegócio), que passou a ser difundido na administração dos negócios agrários. Para Davis e Goldberg (1930) o

1 O termo no sentido utilizado por Harvey (2004b) como um processo de produção de desenvolvimento temporal e geográfico desigual do capitalismo.

2 Significa a elevação dos preços de um produto em decorrência de alguma alteração em sua forma ou apresentação, tanto do produto in natura como industrializado. No agronegócio a agregação de valor – tem sido indicada como condição de maior competitividade.

3 Francisco Quesnay (1694-1774) principal figura dos chamados fisiocratas. Em seu livro Quadro Econômico elaborou um esquema das transações entre os diversos setores da sociedade, sustentando que só a agricultura produzia um real excedente econômico, e desse modo deveria ser considerada o autêntico motor do crescimento.. Este livro é considerado um antecedente da Matriz Insumo-Produto de Leontieff. (LEDESMA, 2004)

4 Vasily W. Leontieff (1906-1993). Economista Russo radicado em Havard elabora a Matriz de Leontieff ou Matriz Insumo-Produto para analisar as inter-relações entre os diferentes setores da economia e descreve as interdependências entre os diferentes setores da produção, unindo os fluxos de entrada (fatores de produção) aos fluxos de saída (produtos). Este modelo permite obter uma aproximação do valor das transações que se realizam entre os diferentes setores da economia. (LEDESMA, 2004)

agribusiness constitui a soma total das operações associadas à produção e distribuição de consumos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, e também dos itens derivados.

A concepção pautada na crescente inter-relação setorial entre as atividades agrárias realizadas “dentro da porteira” (a produção agropecuária propriamente dita), as atividades da indústria e os serviços inicialmente, apontados por Davis e Goldberg foi ampliada posteriormente por Goldeberg quando escreve a obra *Agribusiness Commodity System*. Esta concepção engloba todos os participantes envolvidos no processo produtivo, no processamento e marketing de um único produto agrícola, bem como as instituições que afetam e coordenam as sucessivas etapas do fluxo de *commodities*, tais como, o governo por meio de políticas governamentais, os mercados futuros e as associações comerciais.

Posterior às concepções formuladas por Davis e Goldeberg (1957) sobre o tema Sistema Agroindustrial, denominando-o de *Agribusiness*, outras definições surgem para explicar o mesmo fenômeno, entre elas o termo *filière* (cadeia) agroalimentar utilizado por Louis Malassis⁵ do *Institut Agronomique Méditerranée – IMM*, de *Montpellier*.

De acordo com Ledesma (2004), a denominação *filière* apresenta um diferencial por analisar as relações entre as atividades agrárias e a agroindústria insistindo na organização política do sistema. Essa análise, segundo o autor, se aproxima das formas de coordenação e mecanismos de regulação, a partir de fluxos e ligações por produtos, e da identificação dos agentes econômicos presentes em cada etapa da cadeia produtiva de valor, entendida aqui como o conjunto das atividades de uma empresa que agrega valor, desde a entrada de matérias-primas até a distribuição de produtos acabados.

Ao analisar as bases do Sistema Agroindustrial formulado pelo grupo de *Montpellier* (*filière*) cadeia agroalimentar, e pelo grupo de Goldeberg e seus seguidores (*agribusiness*) Graziano da Silva (1998), pondera que são apenas redefinições do agregado setorial macroeconômico na fase da agricultura industrializada. Ou seja, ambos os conceitos procuram explicar a famosa lei do declínio secular da importância da agricultura no conjunto da economia pela transferência de funções para outros ramos da

⁵ Malassis traduziu o termo *agribusiness* para o francês e enfatizou a sua dimensão histórica, situando o complexo agroindustrial como característico da etapa do desenvolvimento capitalista em que a agricultura se industrializa. (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 67; LEDESMA, 2004)

economia. Nesse caso, podem ser tratadas historicamente na medida em que se sobrepõem à agricultura moderna e ao domínio da agroindústria acima das atividades especificamente rurais e agrárias.

A concepção de *agribusiness* difundiu-se por vários países, vindo a ser incorporada ao discurso e às análises de alguns autores⁶ no Brasil, a partir da década de 1980, associada ao termo Complexo Agroindustrial. Os primeiros movimentos organizados e sistematizados em torno deste assunto, surgiram no Estado de São Paulo e Rio Grande do Sul, paralelos à criação da Associação Brasileira de *Agribusiness* (Abag⁷) e pela criação do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial da Universidade de São Paulo (PENSA/ USP). No meio acadêmico o primeiro a utilizar o termo foi Ney Bitencurt de Araújo e outros, na obra intitulada Complexo Agroindustrial: o agribusiness, brasileiro, em 1990

No Brasil, utiliza-se o termo agronegócio com diferentes interpretações semânticas e diossincráticas⁸, assim como encontramos o termo “Complexo Agroindustrial⁹” espelhado no conceito de *agribusiness* e de Sistema Agroalimentar¹⁰ inspirado nas concepções de Malassis, variando apenas o seu enfoque. A concepção do agronegócio utilizado está associada às transformações que passam a ocorrer na base técnica da agricultura brasileira e com a consolidação do Complexo Agroindustrial (CAI) que ultrapassa a dimensão produtiva concentrada anteriormente “dentro da porteira” e ganhando mais especificidade os seguimentos que compõem o “antes da porteira” (representados pelos fatores de produção principais, necessários à produção agropecuária

6 Diversos autores têm se preocupado em “mensurar” a importância do agronegócio na economia brasileira. Entre os trabalhos de destaque podem ser citados Araújo et al (1990), Montoya e Guilloto (1999), entre outros.

7 De acordo com Araújo (2003, p.16) a criação da Abag teve a intenção de congregar segmentos do agronegócio, como insumos, produtos agropecuários, processadores, indústrias de alimentos e fibras, distribuidores e áreas de apoio financeiro, acadêmico e comunicação. Segundo o autor, esta associação passou a representar mais os interesses das grandes empresas, sobretudo multinacionais, produtoras de insumos ou compradoras de produtos agropecuários.

8 Muller (1989) chama a atenção para o fato de que o conceito de *agribusiness* tem como componente necessário da definição a mudança de forma de produzir na agricultura. Para ele há uma ambigüidade intrínseca na definição de complexo agroindustrial que adquire relevância quando se trata de uma agricultura brasileira.

9 Graziano da Silva (1998, p. 64) ressalta que, diferentemente dos complexos industriais, a noção original de *agribusiness* nada tem a ver com quaisquer teorias do desenvolvimento ou com a idéia de dinâmica de crescimento. Tem uma origem ‘estática’ que destinava tão somente a ampliar o conceito de agricultura, uma vez que nos Estados Unidos dos anos 50 já não podia mais tratá-la como ‘setor primário’ – no sentido que recebe insumos dele mesmo – nem ignorar a sua crescente interligação com o restante da economia, em especial com os serviços financeiros – daí *agribusiness*, que, traduzido, virou complexo agroindustrial ou simplesmente CAI.

10 Para Malassis, o setor agroalimentar, nas sociedades complexas industrializadas, compreende quatro subsetores: o das empresas que fornecem à agricultura serviços e meios de produção – chamados de indústria a montante –; o agropecuário propriamente dito; o das indústrias agrícolas de transformação e alimentícias – chamado de indústrias à jusante –; e o de distribuição de alimentos. (GRAZIANO DA SILVA, 1998, p. 68).

em geral) e o “pós-porteira” (constituído basicamente pelas etapas de processamento e distribuição dos produtos agropecuários até atingir os consumidores). Na utilização do termo Complexo Agroindustrial (CAI) destacam-se Guimarães (1979), Muller (1982) e Delgado (1985).

O Complexo Agroindustrial é concebido como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. É uma unidade de análise do processo socioeconômico que envolve a geração de produtos agrícolas, o beneficiamento e sua transformação, a produção de bens industriais para a agricultura, os serviços financeiros, técnicos e comerciais correspondentes, e os grupos sociais. Na definição acima – uma das tantas denominações dadas ao termo *agribusiness*.

Delgado (1985, p.43) aponta que dentre os elementos que dão conformação ao CAI destaca-se notadamente o

desenvolvimento tecnológico, que possui como referência os princípios da “Revolução Verde”; um estilo de inserção da agricultura brasileira no mercado internacional, marcado pelo aumento da participação, na pauta de exportações de produtos agrícolas elaborados e de um determinado perfil de atuação do Estado, em que o estilo de regulação financeira sobressai como eixo de articulação fundamental da intervenção estatal na economia.

As análises realizadas por Muller (1989) e Delgado (1985) são importantes por considerarem prioritária a fusão intersetorial de capitais que passa a caracterizar a formação do CAI brasileiro e não apenas a integração tecno-produtiva, uma vez que a modernização¹¹ que passa a se configurar na agricultura constitui o fator que agiliza e prepara a base do desenvolvimento capitalista.

Em sua análise Muller (1987) aponta que o capital se apodera da agricultura, inicialmente, pelas vias de circulação, e, posteriormente, pelo seu modo de produzir, no qual o espaço agrícola é concebido não apenas como um ‘setor funcionalmente’ conectado aos demais setores da economia, mas integrado à dinâmica do capital financeiro e industrial devido à alteração da base tecno-econômica. O capital financeiro foi o que viabilizou o processo de industrialização no campo e serviu de suporte ao novo desenvolvimento desigual e combinado.

11 O termo modernização refere-se às transformações capitalistas na base técnica da produção agropecuária a partir da utilização de insumos fabricados industrialmente (fertilizantes, tratores, adubos, etc.) com o fito de aumentar a produtividade agrícola. Ou seja, em um processo de expansão das relações capitalistas de produção nas atividades agrárias.

As bases produtivas que se consolidam, no CAI brasileiro, evidenciam uma atuação do Estado como agente mediador nas políticas de créditos fiscais, via estímulos a uma maior participação nos padrões produtivos e mercantis internacionais intensificando o processo de incorporação do setor agrícola às regras do capitalismo oligopolizado. O apoio propiciado pelo Estado, por meio de subsídios e incentivos fiscais, foi concedido às entidades privadas, organizações econômicas e empresas individuais (MULLER, 1989) chamadas a orientar a produção agrícola e a renovação das estruturas de dominação. (SORJ, 1980)

A noção de Complexo Agroindustrial, a partir de 1990, foi colocada em xeque enquanto aparato conceitual para analisar a dinâmica do setor, uma vez que o Estado como agente fomentador e financiador da modernização agrícola, reduziu a sua atuação. Fazendo isto, deixou “em aberto” o campo de opções de estratégias por parte de diferentes capitais com interesse na atividade agroindustrial, articulados notadamente pelo setor privado. A redução considerável da intervenção do Estado potencializou a possibilidade de formulação de estratégias alternativas e autônomas pelas empresas em rede, assentadas na diversidade de oportunidades advindas da implementação das novas tecnologias. (MAZZALI, 2000)

Rompe-se o ‘tripé’ que sustentara a modernização conservadora com a crise do Estado que deixa de ser o indutor do crescimento e da economia, e o tecido social aflora em sua complexidade. Novas parcerias entram em cena associadas aos vetores de transformação cuja organização, em redes, é indicativa da estrutura transicional do Estado e do território no país. (BECKER, 1997, p. 6)

No entanto, ponderamos que o enfraquecimento do papel do Estado (e não o seu desaparecimento) como agente fomentador do processo produtivo não o exclui do processo de reprodução do capital, uma vez que, por meio de suas políticas e ações “cede” as terras, as taxas de juros, os subsídios para a importação e exportação conforme os interesses do mercado. Segundo David Harvey o Estado tem um papel relevante no processo de acumulação do capital, à medida que

[...] tem usado os seus poderes não apenas para formar a adoção de arranjos institucionais capitalistas, mas também, para adquirir e privatizar ativos como a base de acumulação do capital. O poder político, o governo territorializado e a administração se constituem numa variedade de escalas geográficas e compõem um conjunto hierarquicamente organizado de ambientes politicamente carregados no âmbito dos quais ocorrem os processos moleculares de acumulação do capital. (HARVEY, 2004b, p.80)

Outro fator que contribuiu significativamente para que as fronteiras do Complexo Agroindustrial se tornassem mais flexíveis foi a incorporação da ciência e da

técnica como um novo campo de valorização do capital. “À medida que a racionalização geográfica do processo produtivo depende, em parte, da estrutura mutável dos recursos de transporte, das matérias-primas e das demandas de mercado em relação à indústria, bem como, da tendência de interesse à aglomeração e à concentração da parte do próprio capital.” (HARVEY, 2005, p. 52) Exige-se para sustentá-la a inovação tecnológica no setor agropecuário.

O paradigma tecnológico no setor agropecuário pautado, como diz Santos (1997), no desenvolvimento técnico-científico-informacional e, em uma maior racionalidade econômica, está modificando tanto a organização técnica, corporativa e social da produção das empresas agropecuárias como também, os padrões de demanda, distribuição e consumo, cujo pressuposto básico está pautado pela busca incessante de integração competitiva ao mercado mundial.

O avanço técnico-científico-informacional, evidenciado nos últimos anos, também no meio rural, fornece uma base material e imaterial indispensável à formação de uma economia-empresarial¹² sob o rótulo de agronegócio - que passa a operar em redes profundamente interdependentes e articuladas capazes de ampliar a base produtiva e os lucros provenientes do setor. Processo este, que evidencia a expansão sem fronteiras do capital, em sua necessidade de estender os *fronts* comerciais além dos limites nacionais para a produção de mais-valor.

Na economia-empresarial, a propriedade agrícola passa a ser gerida segundo os moldes da empresa capitalista, em que a produção ganha mais capital fixo, mais insumos científicos, simulando a produção e diminuindo a quantidade de trabalho. O volume de produtos, bens e serviços mantêm estreita relação com a circulação provocando a unificação do capital, em que a propriedade da terra se metamorfoseia com novas formas de produzir.

Devido à existência de inúmeras redes de estabelecimentos rurais, muitos produtores de *commodities* logram produzir mediante diversas formas contratuais de

12 Kurz em um artigo intitulado como “*Futter für den Drachen*” (Comida para o dragão) avalia que desde a antiguidade nos foram deixados livros onde se descreve como deve ser tratado um bem da economia agrária; seja a poda correta das árvores de fruto ou o tratamento adequado dos escravos. Mas a moderna economia empresarial já não trata da produção de bens. A finalidade das instalações produtivas pré-modernas era apenas o fabrico de bens de consumo e a respectiva “ciência” descreve como se faz. (KURZ, 2004)

coordenação ou integração horizontal¹³ por meio do arrendamento anual de terras para a produção de *commodities* agrícolas. Dessa forma, o gestor-gerenciador-empresário “sem a posse de terras” de suas propriedades ou possuidor de uma reduzida superfície pode ser um importante produtor. Um produtor que com essa característica pode alcançar, mediante contratos de arrendamento, altos volumes de produção com baixos custos unitários. Por outro lado, através do arrendamento das terras, ele pode conservar a sua propriedade e não ser expulso do sistema.

Na concepção da economia-empresarial em que se pauta o agronegócio, não somente são mantidos os vínculos intersetoriais existentes no sistema produtivo, como conferida à produção agrícola a sua inserção num amplo sistema de *commodities* cuja lógica atende ao processo de acumulação do capital e a sua articulação com o mundo dos grandes negócios, como pondera Kurtz (2004) que

Com a moderna ciência econômica empresarial a finalidade é apenas a valorização do capital-dinheiro, enquanto a produção de bens de uso não passa de um meio subordinado a esta finalidade superior. Assim, a ciência econômica empresarial não descreve como fabricar mais adequadamente este ou aquele bem, mas como orientar da melhor maneira possível o curso da produção no seu conjunto, para a finalidade do aumento do dinheiro.

Nessa “economia”, todas as características de acumulação primitiva, mencionadas por Marx, como a expulsão de populações camponesas e a formação e acentuação de um proletariado sem terra, entre outras – permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. Nesse sentido é que Oliveira (2003, 2005), Fernandes (2004), Stédile (2005) defendem a idéia de que o agronegócio possui no seu âmago um caráter ideológico que mascara as contradições decorrentes do processo de territorialização do capital no campo brasileiro.

No Brasil o agronegócio que corresponde às transações econômicas que envolvem toda a cadeia produtiva agrária, transformou-se em um modelo próprio de organizar a agricultura na forma de grandes fazendas modernas, com pouca mão-de-obra, com o predomínio da monocultura pautada na especialização das exportações. A concepção está associada à elevada produtividade do campo, ao aumento do PIB do agronegócio¹⁴ e à expansão da área cultivada de *commodities* agrícolas voltadas para a

13 A integração ou coordenação horizontal consiste na associação dos agricultores na produção, conformando um só, maior e homogêneo espaço de trabalho, sem mudar a propriedade nem a condição jurídica da terra. (LEDESMA, 2003)

14 O PIB do agronegócio refere-se à soma das riquezas produzidas no país pelos setores primários da agropecuária, ou seja, corresponde ao desempenho da atividade primária, com o cômputo da parcela referente

exportação e/ou para atender aos interesses das corporações agroalimentares, segundo a lógica expansionista do mercado globalizado.

A lógica expansionista evidenciada pelo elevado PIB do agronegócio e pela sua relevância na pauta do mercado externo reflete em realidade a inserção do território brasileiro nas teias do capitalismo mundial. A globalização da economia favorece a expansão de produção agrícola altamente capitalizada face à busca de competitividade e um crescimento do comércio exterior e, conseqüentemente, uma expansão da acumulação do capital que traz em seu bojo as contradições em uma esfera mais ampla. Para representar a realidade atual do processo de (re)produção ampliada do capital, na vertente do agronegócio, apresentaremos uma parábola de um autor de ficção científica, citado por Kurtz (2004), quando narra:

No planeta Abrásia, 'a economia da civilização local está toda a serviço do dragão'. O monstro devorador tem que ser alimentado pelos habitantes e cresce sem parar. O governo preserva e mantém o dragão, pois todos os rendimentos dos habitantes são obtidos no trabalho de alimentação do dragão e nada pode ser produzido que não esteja subordinado ao objetivo final de fazer crescer o dragão.

Da ficção para realidade, convidamos o leitor para fazer uma comparação com o que acontece no Brasil e, especificamente, no Estado de Mato Grosso, lócus desta pesquisa, para conhecer um pouco das transformações socioespaciais provocadas pelo "dragão" agronegócio. O Estado de Mato Grosso, que passou a ser inserido no final de século XX, no contexto da nova escala da relação capital-trabalho articulado aos interesses do capital industrial e financeiro passa a ter seu território organizado, estruturado para sustentar o "dragão".

Um "dragão" faminto pela incorporação de terras para o cultivo, sedento de lucros, mas, ao mesmo tempo, carregando em suas vísceras todas as contradições inerentes ao processo de reprodução do capital, legando à natureza e à sociedade mato-grossense um traumatizante rastro de devastação, já tão perceptível aos olhos de uma população que não sabe o que fazer.

Um "dragão" da modernidade travestido de modelo agroexportador, cujo processo produtivo está subjugado à ciência e à tecnologia na produção, pautado em uma especialização produtiva voltada para a exportação, com o predomínio do latifúndio e em

aos insumos, processamento, serviços e distribuição dos produtos agrícolas, conquanto o PIB primário da agropecuária é mensurado apenas pelo desempenho da atividade per se.

uma alta produtividade do trabalho às custas dos baixos salários, na exclusão dos não aptos ao modelo e, ou até mesmo, da exploração ilegal do trabalhador.

Os agentes do agronegócio e gestores das políticas públicas do Estado de Mato Grosso que, por ironia, não é o único no território brasileiro passam a se constituir “funcionários do serviço de alimentação do dragão”, servidores de um “monstro” que nada mais é que o capitalismo travestido de progresso e benefício para uma sociedade de apenas alguns. Não é sem razão que o cenário socioespacial do agronegócio em Mato Grosso já desperta grandes preocupações, uma vez que o mesmo se torna impreterivelmente o portal para atingir toda a biodiversidade contida na Amazônia.

Destarte a realização da análise da expansão do agronegócio no território mato-grossense é uma tarefa que implica avaliar a estrutura e o movimento de mundialização do capital que se territorializa nas formas e modalidades mais complexas e antagônicas, tanto no campo quanto na cidade. Com o intuito de entender a complexidade que apresenta a expansão e (re)ordenação da fronteira (re)dimensionada do agronegócio tornou-se mister (re)avaliar a concepção neoclássica do agronegócio sob a ótica do método marxista como instrumento imprescindível para desvendar as contradições decorrentes do processo.

Com o objetivo de trazer para o debate geográfico e superar a leitura “economicista” que está intrínseca na concepção neoclássica do agronegócio busca-se na **Parte I** deste trabalho analisar a expansão do capital e a complexa rede de produção espacial do agronegócio. A análise considera a noção de agronegócio como parte inerente do processo de reprodução ampliada do capital. Processo este que implica rearranjos territoriais, (re)organização produtiva, interações espaciais entre a unidade produtiva agrária e os demais segmentos formadores do circuito gerador de valor do agronegócio.

Com objetivo de desvendar a dimensão espacial do ciclo de (re)produção do capital no agronegócio, que é ocultada pelas redes e fluxos de *commodities* tangíveis e intangíveis e pelo discurso do agronegócio, buscou-se contextualizar a inserção do campo brasileiro nas teias do capitalismo mundializado, a geração de valor que se produz em cada fase do processo das transações realizadas nas diversas instâncias produtivas do circuito gerador do agronegócio (produção, circulação, distribuição e consumo), os círculos de cooperação e a mobilidade do capital (fixo e constante) na esfera produtiva agrária.

O agronegócio é concebido como a versão contemporânea do capitalismo por manifestar o seu poder de reprodução no espaço geográfico. Nesse processo de ordenação espaço-temporal do capitalismo contemporâneo o território é produzido segundo a lógica da (re)produção ampliada do capital.

Com o fito de entender a dinâmica atual da territorialização do capital na fronteira (re)dimensionada do agronegócio, tornou-se mister na **Parte II** realizar uma releitura do território mato-grossense a partir de sua inserção nas teias do capitalismo mundializado, ou seja, a partir da expansão da fronteira agrícola. Buscou-se apontar o papel do Estado como o principal agente viabilizador da inserção do espaço mato-grossense na lógica de (re)produção capitalista por meio de políticas de colonização, dotação de infra-estrutura, etc e, no segundo momento pela normatização do território para atender à lógica do mercado mundializado de *commodities* agrícolas. A discussão permeia pela análise do ordenamento do território e da (des)ordem oriunda do processo de territorialização do capital, em que a (des) ordem implícita nessa ordem não aparece pois está ocultada pelo discurso do agronegócio.

Com a expansão da fronteira (re)dimensionada do agronegócio, o território mato-grossense, notadamente o campo, vem passando por uma reorganização espacial-produtiva decorrente da nova ordem econômica mundial com a presença de corporações agroempresariais globalizadas, que investem na produção, no financiamento, na “logística” de transporte e armazenagem, atuam no setor de beneficiamento da produção e mantêm o controle de distribuição e comercialização em diversas escalas. O capital privado entra em cena na construção do território de acordo com os seus interesses mercantis equipando o território segundo a lógica do mercado financeiro internacional, em que a espacialização da logística representa a nova lógica de o capital se reproduzir na (des)ordem.

Por outro lado, a forma contemporânea de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços, com base no agronegócio, tem contribuído, significativamente, para o dinamismo econômico dos centros urbanos e por uma nova redefinição dos arranjos espaciais e da intensificação das interações espaciais entre o campo-cidade. Na fronteira (re)dimensionada do agronegócio as cidades possuem como papel principal o suprimento imediato e próximo da informação requerida pelas atividades agrícolas e, desse modo, nas palavras de Santos (2001) se constituem em intérpretes da técnica e do mundo.

A **Parte III** foi construída buscando demonstrar as transformações socioespaciais que se configuram no urbano com a expansão da fronteira (re)dimensionada do agronegócio e os seus efeitos no crescimento econômico, populacional e no processo de urbanização do território. Para entender o processo, tornou-se mister contextualizar a produção espacial dos núcleos urbanos, na década de 1970 do século XX como base logística para o processo de ordenação da fronteira, enfocando como o espaço é apropriado pelo capital privado (gestão, venda e (re) venda) e, a posterior transferência da gestão para o Estado a partir do processo de fragmentação do território. A análise prioriza o processo de reestruturação produtiva que ocorre com a expansão da fronteira (re)dimensionada do agronegócio na década de 1980, por meio da fragmentação territorial em atendimento à lógica racional do campo modernizado, o papel desempenhado pelas cidades e o processo de urbanização do território.

Buscou-se, também, demonstrar que o processo de produção espacial é ao mesmo tempo objetivo e subjetivo, ou seja, que o ordenamento territorial pauta-se também por meio de formulações discursivas capazes possibilitar maior visibilidade econômica e espacial em escala ampliada, assim como captar “futuros” investidores do segmento do agronegócio. Aponta que as formulações discursivas ocultam através da construção da imagem-marca a cidade real e vivida pelos que foram “ludribiados” pelo discurso do agronegócio.

Na construção da **Parte IV**, pretendeu-se compreender a expansão do agronegócio e as novas territorialidades urbanas e rurais manifestadas na financeirização do território, pela alteração da divisão social do trabalho, das relações de trabalho, dos novos serviços, do mercado de *commodities* agrícolas, o (re)arranjo territorial das feiras para atender à lógica do agronegócio. As feiras constituem uma nova dinâmica territorial tornando-se especializadas cuja lógica ultrapassa o conceito e a funcionalidade dos tempos passados, tornando-se vetores de modernidade entre o campo e a cidade.

A discussão busca através da análise quantitativa e qualitativa avaliar o papel do agronegócio no desenvolvimento da economia urbana e na redefinição de novas lógicas territoriais decorrentes da comercialização de bens (materiais e imateriais) e serviços. Analisa a lógica local sendo comandada por uma lógica econômica global, onde a cidade torna-se o ponto nodal de convergência dos fluxos de capital, pessoas, mercadorias, informação, estabelecendo novas relações entre o campo-cidade-território.

Das nossas conclusões pretende-se apontar a dinâmica do capital na fronteira (re)dimensionada do agronegócio como característica da nova ordem econômica mundial e, portanto, apresentando-se como resultado do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no território mato-grossense. Busca-se responder, pautado nas discussões realizadas, o que o agronegócio oculta por detrás dos “negócios”, das redes e das formulações discursivas construídas.



PARTE I

A EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO CAPITAL E A COMPLEXA REDE DE PRODUÇÃO ESPACIAL DO AGRONEGÓCIO

CAPÍTULO 1

A EXPANSÃO DO CAPITAL E A ESPACIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

O agronegócio, que designa as transformações na produção agrícola com a crescente inter-relação entre a agricultura, indústria e serviços, está inserido na lógica de ordenação espaço-temporal do capitalismo no campo. Segundo Harvey (2004), a sobreacumulação num dado sistema territorial, que representa a ordenação espaço-temporal, é uma condição de excedentes de trabalho e de capital que poderão ser absorvidos pelo deslocamento temporal. Este poderá ocorrer mediante investimentos em projetos de capital de longo prazo, pelos deslocamentos espaciais por meio da abertura de novos mercados, de novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e trabalho em outros lugares.

Essa realidade só pode ser apreendida e compreendida dentro da análise do quadro global em que o campo brasileiro passa a ser inserido a partir do século XX, ou seja, do processo de inserção da agricultura brasileira à nova fase imperialista, em que o capital busca (re)configurar o espaço à sua maneira, tanto no plano econômico-financeiro, quanto no plano sócio-cultural e político. A expansão geográfica do capital e o (re)ordenamento espacial funcionam como uma opção lucrativa de absorver os excedentes de capital, passando a ocupar o primeiro plano na escala global.

A reestruturação da base produtiva do setor agrário brasileiro constitui a manifestação da lógica capitalista na busca pela ordenação espaço-temporal marcada pela modernização do campo via industrialização da agricultura e a posterior consolidação dos Complexos Agroindustriais. Tal processo passa a ocorrer a partir da efetiva reunificação da agricultura em um patamar que supera o simples consumo produtivo pela agricultura, pelo comando da indústria no processo produtivo como fornecedor de bens de capital e insumos para o setor agrícola (capital industrial e financeiro). Em suma, o setor agrícola moderno se converte em um ramo da produção que compra insumos e vende matérias

primas para outros ramos industriais, notadamente para as agroindustriais. (GRAZIANO DA SILVA, 1998). Com a intensificação do processo de globalização da economia e o intenso desenvolvimento técnico-científico-informacional, o processo de reestruturação do setor agrário se acentua, no qual a produção agrária e as empresas ligadas ao setor passam a buscar maior modernização e eficiência com o objetivo de diminuir os custos e auferir lucros.

As transformações decorrentes da preconizada 'modernização' capitalista e a consolidação dos denominados CAIs, representam o desenvolvimento desigual geográfico, econômico e social do capitalismo, marcado por diferenças espaciais com o predomínio de regiões com agricultura dinâmica e de outras extremamente atrasadas. Nesse contexto, o complexo agroindustrial que se apresenta na forma de circuito espacial da produção constitui o resultado da eficiência do capital na (re)produção do espaço geográfico, garantindo o processo de acumulação do capital e das relações capitalistas de produção.

À medida que o complexo agroindustrial, sob a hegemonia das corporações agroindustriais em rede¹⁵, se desenvolve convertendo produtos mais complexos, mais diferenciados, mais específicos e de maior valor agregado, novos tipos de integrações econômicas e sociais se configuram no espaço agrário. Aumenta-se a importância da construção de vantagens competitivas, com a presença de novos agentes econômicos estratégicos, buscando ampliar a competência interempresarial, bem como novas estratégias organizacionais empresariais, cujo fito consiste em aumentar a produtividade com uso dos fatores de produção, principalmente através da tecnologia e da difusão da inovação. Frente à busca cada vez maior de competitividade, o mercado passou a ter papel decisivo na regulação do território, como pondera Castells:

O capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e outras organizações em redes tanto internamente quanto em relação a outras empresas; considerável fortalecimento do papel do capital *vis-a-vis* o trabalho, com declínio concomitante da influência dos movimentos dos trabalhadores. (CASTELLS, 1999, p. 21)

O processo de reprodução capitalista é manifestado pela penetração do capital na esfera da atividade agrícola, com a transformação da agricultura de subsistência

15 Segundo Chesnais (1996, p. 37), a denominação de "empresas-rede" (*network firm*), representa a interconexão entre as finanças concentradas e a grande indústria, estando elas na origem de "um importante processo de 'confusão' das fronteiras entre o "lucro" e a "renda" na formação do lucro de exploração dos grupos".

em agricultura comercial¹⁶ – a *commoditização*¹⁷ agrícola, e pela expansão dos pontos de troca dentro do sistema de produção, dando ênfase à ampliação dos negócios provenientes das atividades agrárias.

A lógica espacial dessas áreas de ocorrência da *commoditização* e tecnificação agrícola impõe uma nova dinâmica e uma nova produtividade espacial – noção que se aplica a um lugar em função de uma atividade ou conjunto de atividades (SANTOS (1994) –, com a presença dos conglomerados empresariais voltados especificamente para intermediar exportações e importações (as *Trading Companies*) e outros tipos de empresas, de grupos beneficiados pela intensificação da densidade técnica-informacional no espaço. Nesses espaços é por meio do monopólio das grandes propriedades territoriais que se dá a reprodução do capital com todas as relações peculiares de processo de produção e de valorização do capital vinculado a esse monopólio.

A formação de conglomerados empresariais no setor agrário implicou o aumento da centralização e da concentração do capital dos mesmos, bem como a expansão do seu poder de dominação ao incorporar vastas regiões sob os seus interesses econômicos. Sob essa nova lógica capitalista imperialista as atividades agrárias tornam-se cada vez mais alvo estratégico das corporações agroindustriais em redes que buscam reiteradas vezes aprovisionar os seus recursos, assim como, exercer o controle do processo produtivo até o mercado consumidor. Ou seja, uma subsunção total das atividades agrícolas aos interesses econômicos das grandes corporações agroindustriais nacionais e internacionais que comandam o circuito produtivo do setor agropecuário em escala global.

Em um processo diferente, quando as empresas apropriavam de mais-valia mediante a exportação de mercadorias ou exportação de capitais, as corporações agroindustriais em rede passam a extrair diretamente e de maneira generalizada, o valor fora de suas fronteiras regionais ou nacionais por meio da exploração direta dos trabalhadores nestas regiões, o que altera de maneira significativa o processo de acumulação do capital e a forma de apropriação do espaço.

16 Em Mato Grosso não acontece alteração nas bases da agricultura de subsistência, uma vez que o processo de ocupação já ocorre com uma intencionalidade específica: a de expansão da fronteira agrícola do capital. A agropecuária já nasce commoditizada, a madeira largamente explorada no processo de ocupação inicial da fronteira destinada ao mercado externo.

17 A comoditização designa a especulação levada aos produtos que, de agora em diante, são considerados como simples centro de lucro – quer seja da soja, de carnes, etc. onde os fundos de pensão e de investimento figuram entre os portadores de ativos.

A lógica produtiva prevalecente no campo sob o controle das corporações em suas relações assimétricas com os lugares, é caracterizada pelos contínuos e intensos fluxos comerciais de toda natureza, desde, os “inputs” necessários ao processo produtivo com máquinas, adubos, pesticidas, sementes, etc. até “output” como milho, algodão, oleaginosas (soja) etc. necessárias para a produção de novas mercadorias. Ou seja, parte significativa da produção agrária tende a crescer não apenas em função dos preços das *commodities* agrícolas no mercado externo mas, principalmente, em função das demandas das corporações agroindustriais que compõem a cadeia produtiva do agronegócio.

A hegemonia das grandes corporações no processo agroindustrial alimentício transnacionalizado tem provocado consequências econômicas e espaciais, na transformação da estrutura agrária, na produção de alimentos voltados para a exportação, assim como na mudança dos hábitos alimentares da população dos países em que se instalam, que passam a produzir para atender à lógica expansionista das corporações agroindustriais. As configurações estão manifestadas pela integração de capitais sob o comando do capital financeiro¹⁸, com reflexo na base técnica e, principalmente, no plano da concentração e centralização do capital e de terras agrícolas. A empresa Calpers, por exemplo, um poderoso fundo de pensão de funcionários públicos da Califórnia, investiu US\$ 140 milhões na compra de 22.980 hectares no Brasil devido aos baixos preços de terra e à possibilidade de um proeminente mercado consumidor em expansão. (MOREIRA, 2007)

Vale fazer um parêntese para dizer que Delgado (1989) já havia identificado o estágio embrionário do envolvimento do mercado de títulos de propriedade como o mercado financeiro a partir do sistema de crédito, ou seja, “por meio da forma social específica com que se reconhece o título de propriedade territorial como hábil para respaldar o financiamento”. Nesse processo, o preço que se atribui aos referidos títulos será importante tanto como fonte de antecipação do crédito à produção como ainda terá influência sobre a demanda monetária para fins especulativos. A conexão do capital financeiro com o mercado de títulos de propriedade territorial intensifica-se no campo brasileiro com a especulação intensiva e extensiva realizada por grupos financeiros internacionais.

18 O processo de constituição e desenvolvimento do capital financeiro na agricultura, não é um processo novo. Delgado (1985) analisa o processo de desenvolvimento do capital financeiro na agricultura brasileira em um aspecto abrangente que aborda desde as transformações da base técnica até as contradições inerentes a esse processo.

Fruto do capitalismo organizado e transnacionalizado, as corporações agroindustriais não só detêm o controle de capitais qualificados de produtivos mas evidenciam uma hegemonia do capital financeiro. As atividades financeiras das corporações se organizam cada vez mais em torno de mercado de câmbios, em títulos (*securities*) e por meio de juros e lucros sobre o mercado de *commodities* agrícolas. Isso significa que cada vez mais, a produção de riqueza está sendo realizada muito mais na esfera especulativa (juros e lucros) do que na aplicação em investimentos de bens de capital (tratores, implementos diversos, colheitadeiras etc.).

Os compromissos de caixa futuros (títulos), cujo valor é determinado unicamente pela capitalização do rendimento previsto, sem contrapartida direta em capital produtivo, foi denominado por Marx de capital fictício (ativo em títulos ou notas promissórias desprovidos de suporte material, mas que podem ser usados como dinheiro). Esse capital corresponderia aos fundos próprios (ações) cotados nas bolsas, a moedas e os títulos de dívida pública. As letras de câmbio, ações e outros títulos criados como forma de crédito e investimentos, acabam se inserindo em uma circulação própria, de oferta e procura em que sua apreciação ou depreciação vai se afastando cada vez mais da referência da quantidade de trabalho presente, caracterizando, assim, uma especulação financeira e a produção de capitais fictícios, pois não estão baseados na produção material de riquezas. Lógica esta que se torna cada vez mais presente no espaço agrário brasileiro.

O circuito claramente identificado do capital financeiro torna-se um vigoroso elemento ordenador da produção nos diferentes lugares do planeta. (MORAES, 1991) Nesse processo, se estabelecem círculos de cooperação no espaço que integram diferentes lugares em uma mesma circularidade de mercadorias e capitais. Estes círculos desenham hierarquias, especializações e fluxos. A sua justaposição delinea a divisão territorial do trabalho e, em seu interior, se desenvolvem processos de transferência de valor que permeiam as transações do agronegócio.

No mercado do agronegócio, as *commodities* agrícolas constituem produtos primários (mercadorias tangíveis) de valor no mercado internacional e outros produtos primários nas bolsas de mercadorias. Os negócios se referem à entrega futura de mercadorias, mas não significa necessariamente que haja movimento físico de produtos, pois, o que se negocia são contratos, conjunturas.

A lógica do capital delinea contornos complexos evidenciados no “mundo do agronegócio”. O capital rompe as fronteiras espaciais, cria novos tipos de mercadorias

tangíveis e intangíveis e propicia a criação do que Santos, M. (2003) denomina de mais-valia universal. O capital está em constante metamorfose: capital-dinheiro, capital-produtivo, capital-mercadoria, capital-financeiro que se movem no espaço em temporalidades que diferenciam e se entrelaçam por meio da mais-valia. Nesse contexto Milton Santos chama a atenção para que:

Hoje é praticamente impossível desconhecer a unicidade do capital sob diversas denominações que ele toma, segundo o seu uso. A capitalização generalizada da economia, privilegiando o papel centralizador dos bancos, faz com que essas diversas denominações sejam unicamente funcionais e leva a que as proporções correspondentes a cada uma delas constituam, por isso mesmo, um dado administrativo, ainda que a estrutura da atividade econômica exerça influência decisiva. (SANTOS, M., 2003, p.41)

Neste fim de século, como afirma Serfati (1998) encontramos diante de um movimento de capital-dinheiro no seio do qual as formas produtivas e financeiras se cruzam permanentemente. O triunfo do capital-dinheiro permite que grupos que centralizam os direitos de propriedade e créditos de naturezas diversas se apropriem, por este meio, do controle de uma parte da "cadeia de valor" criada por outros.

Nas regiões dinâmicas do agronegócio, a necessidade de acumulação do capital, leva a uma expansão geográfica dos capitais produtivo, mercantil e financeiro, adequados aos requisitos da base técnico-produtiva, fazendo com que surjam investimentos em infra-estruturas de transporte, comunicações e serviços em geral na forma de capital fixo, como assevera Santos (1994, p.127).

Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, portos, silos, terra, etc) e dos capitais constantes (maquinários, sementes especializadas, adubos, fungicidas etc.), aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também o do dinheiro, e dando um relevo especial à vida de relações.

As estruturas espaciais geografizadas (o capital fixo no espaço, ou seja, as estruturas espaciais já instaladas) implementadas no território objetivam atender as inúmeras operações e transações de um determinado circuito produtivo quer seja da soja, do algodão, de carnes, da madeira etc, são imprescindíveis para a consecução das atividades ligadas ao agronegócio.

O conjunto de todas as operações e transações que envolvem o circuito produtivo da agropecuária, formada por uma rede complexa de atividades que envolvem fluxos de capitais, informações, ciência, tecnologias, mercadoria, confere uma produtividade espacial onde se instalam, ou seja, no espaço geográfico.

O agronegócio que se apresenta na forma de circuito espacial da produção (circulação de produtos tangíveis), com seus elos entrelaçados e sua interdependência entre os diversos agentes que o compõem, bem como as atividades efetuadas entre si (produção, circulação e consumo) de fluxos de mercadorias tangíveis e intangíveis constitui o resultado da eficiência do capital na produção do espaço.

Como resultado dessas redes geográficas construídas nas diversas fases do processo produtivo da agropecuária, realizam-se transações econômicas, ou seja, negócios que envolvem desde o comércio de insumos, de máquinas, de matérias-primas, de fornecedores de bens e os serviços, além dos setores de processamento de matérias-primas, distribuição, informação, conhecimento etc. gerador de valor nos diversos espaços produtivos.

A lógica do circuito produtivo do agrário, no contexto da globalização, ultrapassa dimensão de cadeia produtiva e adquire contornos mais complexos, à medida que incorpora não apenas os fluxos materiais, mas também outros fluxos imateriais (capitais, informação, ciência e tecnologia) de forma integrada e inter-relacionada entre os diversos agentes que o compõem. Em torno de um determinado circuito produtivo organizam diferentes agentes econômicos, os clientes, usuários, canais de distribuição, a indústria e os comércios especializados de insumos e fatores de produção.

Em cada uma das etapas do processo de produção, agroindustrialização e comercialização existem investimentos, transformação e custos de produção que possibilitam a geração/ agregação de valor e que, conseqüentemente, propiciam a produção de mais-valia que será apropriada pelos agentes econômicos envolvidos em cada momento de realização do processo produtivo.

As transformações que ocorrem no processo produtivo agrário, com o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção e, que nada é que o processo de (re)produção ampliada do capital, passam a ser simplificadas e incorporadas na concepção de agronegócio, como representação do conjunto amplo dos negócios provenientes do campo modernizado em uma escala que permeia o local/global.

Em realidade, essa interação espacial evidenciada nas transações do agronegócio por meio da ampliação da cadeia produtiva agrária (indústria de insumos - agropecuária-agroindústria) evidencia que o espaço geográfico foi definitivamente apreendido em sua totalidade pelo capital. Processo esse que ao mesmo tempo em que

“unifica o mercado mundial” à sua lógica imperialista acaba por ocultar as formas de exploração inerentes desse processo e, até mesmo, da importância do próprio espaço para obter as suas reservas. (RODRIGUES, 2004) Destarte, concordamos com Smith (1989) ao inferir que o espaço geográfico como a totalidade das relações espaciais organizadas num grau maior ou menor de padrões identificáveis adequadamente constituem a expressão da estrutura e desenvolvimento do modo de produção. De acordo com Octavio Ianni:

a revolução que a globalização do capitalismo está provocando no mundo agrário transfigura a organização do trabalho e produção em seus padrões e ideais sócio-culturais, em seus significados políticos. Tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global. (IANNI, 1996, p.52)

Na economia-empresarial comandada pelo desenvolvimento técnico-científico-informacional, novas redes de circulação de valor são estabelecidas nas quais a circulação não envolve apenas mercadorias tangíveis, mas também intangíveis, como ciência, informação, tecnologia, etc. Como aponta Rifkin (2001) na nova era valoriza-se as formas intangíveis de produtos tangíveis, que durante muito tempo foram uma medida da riqueza no mundo industrial, estão se desmaterializando.

O ciclo produtivo gerador de valor do sistema agroindustrial alterou-se com as redes. Este, não se reduz somente às matérias primas originadas do setor agrário, mas corresponde a uma lógica que integra áreas do país aos circuitos mercantis e financeiros em escala planetária, significando uma maior articulação entre as empresas auxiliares que fornecem serviços de suporte, mercado de trabalho especializado e infraestrutura tecnológica adequada. O pressuposto básico dessa lógica consiste em ampliar cada vez mais a esfera produtiva, incorporar novas tecnologias e aumentar a concentração de capital.

O mercado de *commodities* agrícolas é formado por produtos mundiais, agentes mundiais. Cada etapa deste circuito procura distintas vantagens e capacidades e, por isso, em cada fase do processo produtivo inclui diversos tipos de negócios que envolvem desde as pesquisas genéticas, passando pela tecnologia de plantio, qualidade da colheita e armazenamento, a embalagem, a distribuição e até as estratégias de comunicação com o mercado (Marketing da produção). Todos esses serviços estão organizados e articulados em escala global mediante uma rede de conexões entre os agentes econômicos e o mercado mundial por meio de relações que passam a ser estabelecidas entre usuário-fornecedor (RIFKIN, 2001).

Essa relação usuário-fornecedor que se estabelece por meio das transações viabilizadas no agronegócio vai se dar especificamente na cidade, porém não explicitamente no mercado como lugar de trocas, uma vez que as transações das *commodities* agrícolas são realizadas via mercado eletrônico e/ou por intermédio das *tradings* agrícolas. Toda a produção vai direto da porteira para o mercado. Não existindo uma relação direta vendedor-comprador, o que passa a existir é a transação intermediada pelas redes.

Por exemplo, nas cidades não existe o mercado como lugar físico de troca dos produtos agropecuários. O que predomina é um comércio especializado voltado para atender a demanda do campo modernizado, em que o conhecimento e a tecnologia constituem as principais *commodities*. A feira tradicional como local de realização do comércio da produção local cede lugar, às feiras especializadas para a comercialização de máquinas, insumos, equipamentos agrícolas, conhecimento, biotecnologia, etc. Concordamos com Rifkin (2001) quando afirma que a rede altera o mercado e, no caso do agronegócio esta alteração está configurada espacialmente na cidade¹⁹.

As mudanças tecnológicas e de lógicas de acumulação de capital, geram interação agricultura – indústria – agroindústria e inter-setorial capitalista com alteração das dinâmicas socioespaciais. Essas interações ocorrem em uma base geográfica, ou seja, o espaço geográfico, base imprescindível para o processo de acumulação e (re)produção do capital.

A espacialidade do ciclo de reprodução do capital foi demonstrada por Marx já no século XVIII, relacionada ao processo produtivo, à circulação e ao consumo, implicando em múltiplas determinações e localizações. Para que ocorra efetivamente a acumulação do capital é mister que ocorra a circulação de valor, o que pressupõe a circulação física de mercadorias, nas quais o valor está incorporado e representado. A utilização da força de trabalho adiciona mais-valia ao capital-dinheiro original e esta é realizada com a venda dos produtos no mercado. Destarte, o processo de produção direto não esgota o ciclo de vida do capital, ele é complementado pelo processo de circulação, em que a circulação ocorre em espaços reais, substanciais, geográficos e sociais. (HARVEY, 1980; SMITH, 1988). David Harvey afirma que

Na medida em que a circulação da mais valia se manifesta em forma física, através dos fluxos de bens, serviços e informação, a construção de medidas de movimento, etc., e na medida em que as formações sociais dependem

19 Esta discussão será retomada no Capítulo 6.

em sua coerência da proximidade espacial, encontramos, também, uma economia espacial expressa, mais tangível. (HARVEY, 1980, p.210)

O circuito espacial da produção geradora do agronegócio se configura a partir da espacialidade da atividade produtiva agrária e compreende uma série de fases correspondentes aos diferentes processos de produção e de transformação por que passa o produto, até a sua distribuição e consumo em um movimento contínuo no espaço. Nesse processo, vários capitais (financeiro, produtivo, industrial) atuam no processo produtivo, cada um cumprindo uma função específica e realizando circuitos de valorização diferenciados.

O circuito é formado por redes que envolvem fluxos de mercadorias tangíveis e intangíveis, novos insumos (tangíveis ou não), capitais e serviços que contribuem para promover em diversas escalas interações espaciais campo-cidade-território. Interações, estas, entendidas como parte integrante da existência e reprodução social (CORRÊA, 1997) a ser intensificada à medida que aceleram as transformações decorrentes dos avanços técnicos científicos e informacionais.

Ratificando o que já apontamos anteriormente, a lógica espacial do agronegócio está intrínseca à do circuito de valor incorporando-se aos fluxos tangíveis de mercadorias e serviços, e aos intangíveis (capitais, informação, ciência e tecnologia) de forma integrada e inter relacionada com diversos agentes e setores econômicos que centram suas atividades na produção de gêneros agrícolas. Em torno de um determinado circuito produtivo organizam os clientes e canais de distribuição, a indústria e os comércios especializados de insumos e atores de produções especiais, possibilitando a acumulação de mais-valia.

O circuito gerador de valor do complexo agroindustrial perpassa por cinco mercados a saber: o de suprimentos, o da produção propriamente dita, o do processamento, o da distribuição e o do consumidor final, incorporando sucessivamente os processos de comercialização e financiamento. Como analisa Alejandro Rofman:

[...] em cada contexto sub-espacial não apenas se dá um processo de acumulação parcial referente a uma atividade produtiva, mas ao contrário, são muitos, e muitos complexos, os fenômenos econômicos - sociais que se produzem e entrelaçam no seio. E acrescenta: [...] ao primeiro encadeamento se agregam outros, que, por esta ou aquela razão, recebem ou geram efeitos sobre os demais. Cada um desses degraus em que se pode desdobrar o processo de acumulação vai receber, na sua dimensão espacial, a denominação de circuito econômico de acumulação regional. (ROFMAN apud SANTOS, 1982.p.124)

A geração de valor que se realiza nas diversas cadeias produtivas que compõem o circuito do agronegócio, torna-se cada vez mais complexa à medida que envolve diversos tipos de capitais (produtivos, culturais, financeiros, fictícios, etc) e mercadorias (tangíveis e intangíveis) de maneira que se torna praticamente impossível mensurar a quantidade de valores gerados dentro desse circuito. Devido à complexidade inerente ao processo produtivo gerado pelo agronegócio, propomo-nos em apontar algumas pistas do processo de territorialização do capital, com as suas mutações e contradições, como uma tentativa de explicar as interações espaciais advindas desse processo.

Com o objetivo de tentar demonstrar as redes que são construídas pelo agronegócio (difíceis de serem apreendidas em sua totalidade), foi elaborado um esquema (Ilustração 2.1) que procura evidenciar as diversas etapas do processo produtivo – produção, circulação, distribuição e consumo – a articulação entre os lugares, os circuitos produtivos e os círculos de cooperação e a chamada solidariedade organizacional. Os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos, isto é, matérias (SANTOS, 1986, p. 128), enquanto os círculos de cooperação associam-se a esse fluxo de matéria outros fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens. (SANTOS, 1994, p. 128) Já a solidariedade organizacional supõe uma interdependência até certo ponto mecânica, produto de normas presididas por interesses de modo geral mercantis mutáveis em função de fatores de mercado. Neste último caso, os 'organizadores' prosperam à custa da solidariedade interna e, freqüentemente, também à custa da solidariedade no sentido ético. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.301)

Este esquema foi elaborado a partir de outros modelos do SAI e outras análises realizadas sobre os circuitos produtivos, além de contribuições analíticas e teóricas de vários autores, tais como Santos (1986), Araújo et al (1990), Santos e Silveira (2001), Araújo (2003), Carvalho et al (2004), Ledsma (2004), Toledo (2005).

No agronegócio a configuração do circuito produtivo da atividade agrária, pode ser analisada a partir das interações espaciais realizadas antes da unidade produtiva (Antes da porteira - cuja base territorial é a cidade) ↔ Dentro da unidade produtiva (Na porteira - cuja base territorial é o campo) ↔ Pós unidade produtiva ↔ Antes da unidade produtiva (Pós-Porteira).

Os primeiros negócios e interações espaciais do circuito gerador de valor do agronegócio iniciam-se antes da unidade produtiva, denominada Antes da Porteira viabilizados pelo capital acumulado, pelas redes financeiras (bancos, *tradings*, bolsa de

valores, etc.) e, pelo desenvolvimento técnico-científico-informacional aplicado na produção agrária.

A mudança da base técnica, imposta pelo novo padrão agrícola, caracteriza um maior consumo produtivo de insumos agropecuários, máquinas, implementos, equipamentos e complementos, corretivos de solos, fertilizantes, agroquímicos, compostos orgânicos, etc., ou seja, os meios de produção, insumos e serviços para a agropecuária. Razão pela qual torna-se imprescindível para a sua consecução e realização cada vez mais investimentos de capital no processo produtivo.

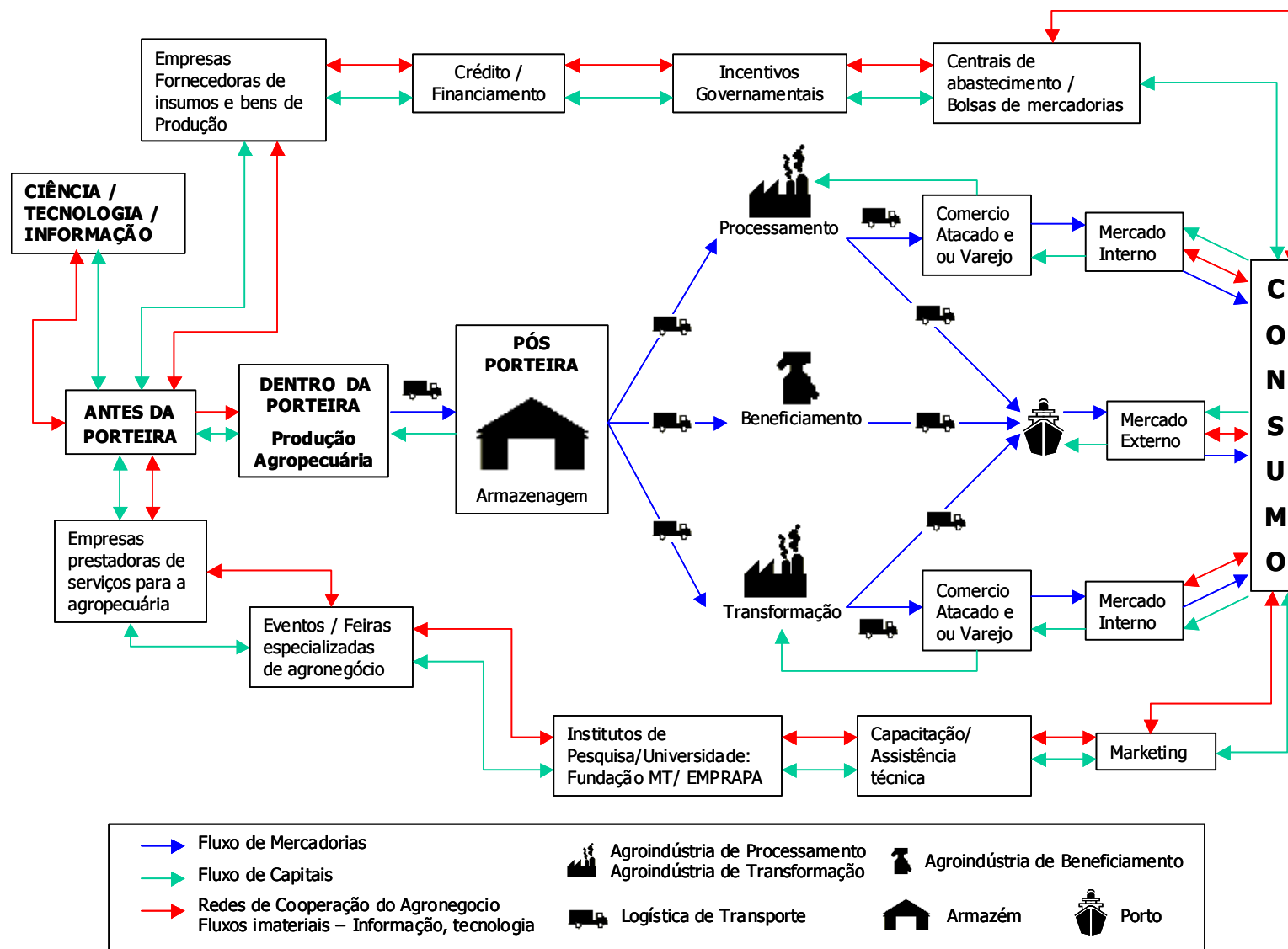
Ao analisar o processo produtivo agrário Kautsky (1989, p. 76) pondera que isso ocorre “porque na organização da exploração agrícola moderna toda soma de dinheiro que não serve ao consumo pessoal pode tornar-se capital, ou seja, valor que produz mais-valia e, isso gera excedente”. Essa criação prévia e mobilização de tal excedente é a condição básica para que o capital possa circular no espaço econômico e social, cumprindo o seu papel de sustentação e sobrevivência do capitalismo.

A circulação, como um processo contínuo, no qual se usa a moeda para adquirir mercadorias (força de trabalho e meios de produção, como matéria primas, maquinários, insumos de energia, etc.), com o objetivo de combiná-las à produção e fabricação de uma nova mercadoria, que pode ser vendida pela moeda gasta inicialmente mais o lucro. (HARVEY, 2005)

Com a intensificação do processo de reprodução ampliada do capital no setor agrícola via industrialização da agricultura, intensifica-se também a utilização de vultosos fluxos de capitais para dar início ao processo produtivo. O acesso aos meios de produção (terra, insumos, serviços, mão-de-obra, etc.) implica de imediato a necessidade de investimentos de capital – dinheiro (monetário) e da terra visando à produção de mercadorias e, capital tecnológico/conhecimento (assistência técnica e conhecimento científico), o que possibilitará maior integração da agricultura com o movimento geral da economia e de reprodução e acumulação do capital.

A necessidade de capital circulante aplicado ao processo produtivo acentua-se à medida que a agricultura torna-se cada vez mais modernizada e o mercado requerendo produção em larga escala. Essas condições, aliadas à inviabilidade financeira do produtor de um capital circulante adequado à lógica desse novo modelo tecno-produtivo, acelera a antecipação de capital por meio do financiamento (crédito de custeio agrícola).

Ilustração 2.1. Circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação e a configuração do agronegócio.



Elaboração: Z.A.Arruda.

Desenho: Eduin Muñoz

A ação do Estado no mecanismo de financiamento e de comercialização das safras agrícolas significou a penetração de novos agentes econômicos financeiros (agroindústrias, *tradings* agrícolas e bancos) como viabilizador do crédito²⁰ de custeio agrícola e da comercialização das safras. Estudos realizados pela CNA demonstram que a maior parte dos financiamentos dos agricultores provém da participação de empresas fornecedoras e compradoras – as *tradings* – no crédito de custeio. O procedimento conta com a criação de um sistema de convênios entre os bancos, as empresas e os fornecedores de insumos, que realizam as operações eletronicamente. Nesse processo, denominado de semi-integração por financiamento, o importador controla a produção do país exportador financiando a produção por meio de adiantamento de créditos aos agricultores, compram os produtos agrícolas e revendem em seu país de origem.

Isso significou alterações na forma de realização das transações e na dinâmica de circulação do capital, assim como implicou a total subordinação dos produtores à lógica imperialista dessas empresas. Além de que, o fluxo de dinheiro que antecipa o capital de trabalho dos produtores no sentido banco – produtores, corresponde a um fluxo no sentido inverso de compromissos de dívidas desses produtores em relação ao sistema bancário, respaldado em títulos hipotecários e ou penhor sobre a produção futura (DELGADO, 1989).

Esse processo pode ser explicado pelo fato de que, em uma economia monetária de produção, em que o sentido do intercâmbio segue a direção $D - M - D^{21}$, a valorização do capital toma as formas universais que se encarna no dinheiro de forma que, no fim do processo, seu detentor obtenha uma massa de dinheiro superior àquela investida no início (D' acumulado $>$ D antecipado). O capital posto em movimento parece se desdobrar, ao lado do capital existente sob a forma de equipamentos produtivos, que serve de fundamento ao processo de trabalho e, ao lado de outra forma de capital, composta de direitos de propriedades e de créditos, que certifica o direito de seus detentores a uma participação no valor criado. (SERFATI, 1998)

O financiamento possibilitará que o produtor adquira os meios de produção imprescindíveis ao processo produtivo agrário, ou seja, adiantando a produção e o consumo produtivo por meio do acesso às máquinas, insumos, fertilizantes, conhecimento e serviços.

20 Embora compreendamos que o crédito é inerente à reprodução do capital e envolve uma complexa análise, porém, não é objeto deste trabalho elucidar tal processo. Acreditamos que existe uma infinidade de diálogos realizados na vertente marxista extremamente profícuas que elucidam o processo.

21 D (dinheiro) – M (mercadoria) – D (dinheiro).

Isso permitirá que em torno do crédito gravitem atividades como de assistência, técnica, pesquisa, seguro e todo um conjunto de serviços requisitados pelo processo produtivo da agropecuária moderna, assim como se torna possível iniciar o processo de circulação de mercadorias e do capital no agronegócio. A intensificação das transações realizadas na fase inicial provoca mudanças no volume de capitais movimentado pela compra de insumos e serviços, ou seja, fatores de produção, necessários à consecução do processo produtivo.

Para os analistas do agronegócio, os fatores de produção associados à tecnologia, as inovações na organização e gestão da propriedade agrícola constituem indicadores para mensurar o desempenho do agronegócio. O indicador denominado de Produtividade Total dos Fatores (FTP) corresponde a todos os produtos da agropecuária e a todos os insumos utilizados no processo produtivo, como pode ser observado a seguir:

A média de crescimento anual da PTF no período de 1975 a 2002 é de 3,30% para a agropecuária do país sendo que nos anos mais recentes (2000 a 2002), a produtividade total dos fatores cresceu a 6,04% ao ano, o que é uma taxa superior à média histórica da produtividade. A expansão e a modernização da agropecuária, refletida na produtividade total dos fatores, vem ocorrendo por ganhos das produtividades parciais da mão-de-obra, terra e capital. Entre os indicadores, a produtividade da mão-de-obra é a que mais vem crescendo: 6,45% ao ano entre 2000 e 2002. Esse crescimento deve-se, em grande parte, ao aumento da mecanização, mas também à redução do pessoal ocupado na agropecuária. (CARVALHO et al, 2004, grifos nossos)

Entretanto, verifica-se que no circuito produtivo formador do agronegócio, os fatores de produção como a terra, maquinários, sementes e fertilizantes tornam-se cada vez mais monopólio das corporações agroindustriais que controlam o segmento da biotecnologia e agroquímicos e que têm realizado substanciais investimentos em tecnologias direcionadas ao setor de insumos, bens de produção e serviços da agropecuária. Processo este, que acentua a concentração financeira, fundiária e tecnológica no setor, como pode ser avaliado nas informações que seguem:

A Cargill/Monsanto, Novartis/ADM, Philip Morris, ConAgra, a selecta família de transnacionais que controlam 80% do comércio mundial de sementes, 75% dos agro-químicos e os primeiros lugares nas vendas de alimentos transformados, têm assim espaço para prosseguir a respectiva acumulação, integração vertical e horizontal, a caminho de 'ilimitada' concentração. (AGRIBUSINESS ACCOUNTABILITY INITIATIVE, 2007)

No setor de serviços, cria-se uma rede de novos profissionais vinculados ao processo de tecnologização da agropecuária, de maneira que possa adaptar a produção às exigências do mercado. Há por um lado, os pesquisadores – pagos pelas corporações agroindustriais-, que atuam em seus centros de pesquisa, e de outro, aqueles que atuam em centros de pesquisa públicos e/ou universidades financiados por empresas interessadas

em difundir a sua tecnologia e dominar o mercado. Somam-se, ainda, os profissionais de outros segmentos como por exemplo da mídia, vinculados ao seu programa de marketing e propaganda na divulgação de seus produtos, assim como, de consultoria e assistência ao produtor rural, entre outros.

As transações econômicas do agronegócio, que envolvem desde o comércio de mercadorias tangíveis até mercadorias intangíveis (ciência, conhecimento.), os produtos agroquímicos e os serviços tornam-se cada vez mais inseparáveis do produto final. A razão virou receituário informatizado e personalizado. Os insumos que entram como fatores de produção passaram a exigir tecnologia, ciência e qualidades diferenciadas. Enfim, novos pressupostos de negócio surgem comandado pelas redes e pelo acesso virtual reduzindo, cada vez mais a troca de objetos tangíveis. (RIFKIN, 2001)

A lógica econômica prevalecente é aquela comandada pela racionalidade do mercado, em que a produção é produção de *commodities*, ou seja, como diria Sraffa (1977), a produção de mercadorias é feita por meio de mercadorias tanto materiais como imateriais, tanto reais quanto virtuais. Lógica esta, em que as coisas não mais se transformam em mercadoria; elas constituem a própria mercadoria. O espaço, a educação e a ciência constituem exemplos ilustrativos dessa expansão do mundo da mercadoria e de novos capitais, ou seja, desses novos negócios gerados pelo agronegócio. Destarte o acesso ao conhecimento representa a possibilidade de capital humano, ou seja, de uma mão-de-obra qualificada, treinada e que atenda à lógica racionalista da produção agrária contemporânea.

Kautsky (1980) em seu estudo sobre o processo de modernização da agricultura já havia apontado a entrada da agricultura no domínio da ciência e a sua captura pelo capital, devido ao surgimento das escolas agrônômicas e dos cursos de contabilidade como resposta às demandas e à racionalidade exigida pela agricultura moderna. Segundo ele, ao mesmo tempo em que aumentava o número dos domínios explorados racionalmente, alargavam-se e aprofundavam-se a matéria de ensino agrônômico em virtude das renovações as quais operam na mecânica, na química, na fisiologia e nas condições econômicas e sociais em geral. E para administrar racionalmente, de modo que, possa conservar e fazer ampliar a riqueza das terras, surge a contabilidade científica e comercial, selando a aliança estrita entre a ciência e os negócios.

A espacialidade da mercadoria conhecimento é evidenciada na proliferação de cursos técnicos, universitários para atender às necessidades da agricultura cientificada-mundializada, como a engenharia química, ciências agrárias, gestão do agronegócio, gestão

empresarial, marketing agrícola, contabilidade empresarial, etc. Todos os conhecimentos são direcionados à aplicação de métodos, de técnicas e uso de ferramentas que possibilitem a gestão da rentabilidade dos ativos empregados na produção agropecuária capazes de atender à lógica racional do campo modernizado. É como analisa Graziano da Silva (2002, p.104) que "além das costumeiras transformações agroindustriais do produto agropecuário soma-se, uma rede de serviços pessoais ou produtivos, que estreitam o caminho entre as preferências (socialmente condicionadas) do consumidor e produtor rural".

A produção agrária contemporânea utiliza o capital fixo e imobilizado diretamente empregado por ela, mas também depende de uma matriz completa de serviços fixos (mas que contém fluxo de capital, informação, de ordem) e sociais como cientistas, consultores técnicos, etc. Entretanto, embora o capital fixo facilite a mobilidade espacial de outras formas de capital e trabalho, o capital fixo investido na terra requer que as interações espaciais sigam o padrão fixado de seus investidores para o seu valor realizar. (HARVEY, 2004) As redes de cooperação que são construídas em torno do circuito produtivo e o desenvolvimento das forças produtivas constituem pressupostos básicos para que o valor reproduza ampliadamente

O espaço rural constitui a base geográfica, imprescindível para a consecução do processo produtivo gerador do agronegócio por conter o elemento essencial, indissociável e particular de toda a atividade agrícola, a propriedade da terra. Compreende, nesse espaço, as atividades de preparação para começar a produção até a obtenção dos produtos agropecuários in natura prontos para a comercialização, tornando-se cada vez mais dependente da produção de outros setores da economia.

O desenvolvimento técnico-científico-informacional na agricultura possibilita um estreitamento entre a produção agrária e o restante dos setores da economia. Por conseguinte, em todos os setores constituintes das atividades produtivas agropecuárias, passa a ocorrer cada vez mais uma racionalização dos processos produtivos, de organização social e técnica do trabalho, de modo a acelerar a produtividade e ampliar as condições de produção de excedentes e auferir lucros.

As interações espaciais que se configuram no Dentro da porteira envolvem desde a circulação de forças de trabalho, meios de produção, bem como outras atividades que participam indiretamente do processo produtivo e que compõem o círculo de cooperação. No espaço produtivo, a capacidade de espacialização do capital se traduz basicamente no volume e magnitude do capital constante (fixo e circulante) e variável que

atua atraindo novos investimentos em uma circularidade desigual crescente que envolve. $D \rightarrow M \rightarrow D$, ou seja, investe-se dinheiro na produção de *commodities* para obter-se mais dinheiro.

O capital constante representa a massa de dinheiro que o capitalista investe em meios de produção, ou seja, em matérias-primas como sementes especializadas, adubos, maquinários (capital circulante) e infra-estrutura: estradas, silos, terras aradas, portos, etc (capital fixo), ambos depositários de trabalho morto. Harvey (1990, p. 211) pondera que “quando os diversos instrumentos são produzidos como mercadorias, trocados como mercadorias e consumidos dentro de um processo de trabalho encaminhado para a produção de mais-valia, e, ao final de sua vida útil, substituídos por novas mercadorias, se convertem, segundo a terminologia de Marx, em capital fixo”.

O capital variável consiste na massa de dinheiro que o capitalista despende na compra de uma mercadoria específica, a força-de-trabalho. A determinação do preço da força-de-trabalho é fixada pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução do trabalhador. A mercadoria força de trabalho é a única que possibilita a geração de valor. Como analisa David Harvey:

O trabalho vivo[...] é a fonte exclusiva do valor agregado na produção. Na produção, o lucro se origina da exploração do trabalho vivo. [...] A circulação de capital, que é simultaneamente a circulação de dinheiro e mercadoria, impõe a compra e a venda de força de trabalho como mercadoria. Pois, sem a relação entre capital e trabalho, expressa por meio da compra e venda da força de trabalho, não haveria exploração, nem lucro, nem exploração de capital. Como todos esses elementos são fundamentais para a produção de mercadorias e reprodução social mais importante dentro da complexa trama da sociedade burguesa. (HARVEY, 2005, p.131)

Utilizando-nos das concepções apresentadas para a realidade do campo contemporâneo, podemos inferir que nas áreas em que prevalece a agropecuária dotada de um elevado conteúdo técnico-científico e informacional a tendência de mobilidade do capital fixo torna-se cada vez mais intensificada, o que amplia a possibilidade para auferir uma maior parcela de lucros e mais-valia. A mobilidade do capital fixo pode ser visível ao nível real e/ou ao nível financeiro, de forma a descongelar-se ou migrar para atividades de maior taxa de lucro, em tempo independente de sua vida ou ciclo de reprodução (DELGADO, 1989) promovendo diferentes espacialidades.

Considerando que o capital fixo constitui a premissa básica para a produção de capital circulante, da mesma forma que o capital circulante é para o capital fixo, tanto as máquinas (capital fixo) como os insumos de capital circulante são produzidos por meio do

uso de capital fixo e circulante. (HARVEY, 1990) Com o fito de não perder capital, de acelerar o tempo de rotação das parcelas de capital fixo que ficam imobilizadas no período em que a terra arada, e que os maquinários ficam ociosos, novas estratégias são recriadas como o sistema de plantio consorciado, o sistema de leasing agropecuário ²², como os mecanismos de financiamento, uso de novas tecnologias no processo produtivo, etc. O que significa a intensificação cada vez maior do uso contínuo de capital circulante, quer seja de matérias-primas ou mão-de-obra, como condição para a realização de valor. A esse respeito Marx já ponderava que

Na medida em que o capital fixo está imobilizado em sua existência como valor de uso determinado, não corresponde ao conceito de capital, que enquanto valor é indiferente a toda forma determinada de valor de uso e pode assumir ou abandonar qualquer delas como encarnação diferente. Desde este ponto de vista, o da relação do capital para fora, o capital circulante aparece como a forma adequada de capital, com respeito ao capital fixo. (MARX, 1975, p.46)

Se capital fixo torna-se um instrumento imprescindível para a geração de valor, então, conseqüentemente, isso acontecerá com as propriedades espaciais do capital fixo. Com a globalização, a especialização agrícola insere o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade produtiva. (SANTOS, 1996) Esta faz com que na agropecuária as estruturas geografizadas estejam cada vez mais imbuídas de ciência e tecnologia, ou seja, cada vez mais novos tipos de capitais são inseridos no processo produtivo como o tecnológico, o humano, o financeiro com o intuito de assegurar maior produtividade e rentabilidade como pondera Milton Santos que no campo:

Há de um lado, a presença do capital tecnológico que deve estar à mão para atender, no momento exato, aos reclamos de cada etapa de produção e de outro lado, o capital financeiro destinado a prover, a tempo e hora, os produtores, com os recursos reclamados para produzir; e mais o capital do conhecimento, de que não pode prescindir uma agricultura baseada na ciência. (SANTOS, 1996, p.241)

As interações que passam a ser estabelecidas entre a ciência, a tecnologia e o processo produtivo agrário são imprescindíveis para a reprodução do capital. Marx em suas formulações já afirmava que a ciência é fonte de riqueza, uma vez que, possibilitando a transformação dos meios de produção em maquinarias promove o progresso dos meios produtivos, ou seja, torna-se fonte de riqueza somente quando se efetiva como capital fixo, como capital objetivado.

²² O capital financeiro enquanto forma de mobilidade do capital fixo, como na modalidade de *leasing* agropecuário, será detalhado no Capítulo 6.

A ciência se converte, então, em ramo de atividade econômica na medida em que a acumulação de capital depende da produção, ocorre um (re)investimento do valor excedente relativo, torna-se vital ao desenvolvimento e apropriação da tecnologia. Como o capital fixo no processo de produção, a tecnologia é tanto veículo para expansão do capital quanto o maior impulsionador para o desenvolvimento de (re)produção ampliada do capital. Concordamos com Smith quando pondera que:

O capital destina maciços recursos para facilitar o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias especialmente de apoio à ciência. [...] Com o crescimento do papel do capital fixo novos e maciços setores industriais são exigidos para a pesquisa, projeto e desenvolvimento adequados à produção. A própria ciência se torna um negócio, o negócio de desenvolver as formas necessárias de capital fixo. (SMITH, 1998, p.172)

A crescente busca pela competitividade e, conseqüentemente, de conquista do mercado externo pela agropecuária, fez com que nos últimos anos intensificasse o fluxo de capitais direcionados para o uso de novas tecnologias (NT) no processo produtivo. Destacam-se neste sentido as pesquisas na área da biotecnologia, de incentivos governamentais para grandes projetos agropecuários, assim como pela abertura de novas áreas para a pecuária.

A melhoria da eficiência produtiva e reprodutiva dos rebanhos bovinos, como uma forma de vencer a competitividade do setor, fez com que intensificasse o uso de técnicas modernas de inseminação artificial (IA) em larga escala na pecuária brasileira. Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que representou destaque ao Brasil, no ano de 2004, como o maior exportador de carnes, significou, também o surgimento de oportunidades novas de negócios aos detentores das patentes, ou seja, as grandes corporações. Segundo os dados da ASBIA, no ano de 2003 foram comercializados 5,5 milhões de sêmen de touros de todas as espécies.

O uso da inseminação artificial – que implica ganhos nos aspectos produtivos, passa a ser alcançado utilizando reprodutor de alta qualidade genética para características reprodutivas desejáveis aos padrões do mercado, quer seja no peso na desmama, na produção leiteira, etc. corroborando a efetiva interação entre a ciência e a técnica a serviço do capital.

A tendência que se evidencia na produção agropecuária moderna já havia sido apontada por Marx ao asseverar que o aprimoramento das forças produtivas e das relações sociais de produção como uma decorrência do desenvolvimento das ciências, das invenções, do melhoramento dos meios de comunicação, etc. contribui para aumentar a

força produtiva do capital e o seu conseqüente poder que domina o trabalho. A partir do momento em que a ciência colocada a serviço do capital passa a ser produzida com a finalidade de ampliar o próprio capital, a produção científica, mesmo sendo considerada por Marx como trabalho improdutivo, se torna um ramo de atividade econômica. (HARVEY, 1990)

As interações estabelecidas entre a ciência, a tecnologia e o processo produtivo agrário são imprescindíveis para a reprodução do capital. Marx em suas formulações já afirmava que a ciência é fonte de riqueza, uma vez que possibilitando a transformação dos meios de produção em máquinas promove um progresso dos meios produtivos, ou seja, torna-se fonte de riqueza somente quanto efetiva como capital fixo, como capital objetivado.

Ao incorporar a revolução tecnológica no processo produtivo, a exemplo das máquinas tecnicamente desenvolvidas com computadores a bordo, Sistemas de posicionamento Global (*Global Positioning Systems*) etc., - como novas formas de capital fixo -, os “empresários do mundo do agronegócio” ampliam cada vez mais a possibilidade de ganhar aumento da velocidade da produção/distribuição das mercadorias. Destarte, a combinação entre a máquina e a microeletrônica possibilita que seja possível produzir mercadorias com menos trabalho e menor tempo, o que significa o aumento da produtividade.

Santos (1996) pondera que o casamento da técnica e da ciência, longamente preparado desde o século XVIII, veio reforçar a relação que desde então se esboçava entre a ciência e a produção. Com a tecnociência, tornou-se possível o método de estudo e antecipação, significado pela cibernética, partindo-se, freqüentemente, do efeito desejado para estabelecer a cadeia casual necessária. Ou seja, consolida-se a base material e ideológica em que se fundem o discurso e a prática da globalização.

Por meio da tecnociência, o real é modulado através do processamento de informações, as noções de espaço e tempo modificam-se objetivando a atender aos interesses do capital. Ou seja, para o capital interessa primordialmente a possibilidade de converter os resultados da modulação e, até mesmo, os seus procedimentos em quantidades apropriáveis aos seus interesses. (SANTOS, L., 2003) Para demonstrar até que ponto o conhecimento se converteu em força produtiva imediata aos interesses do capital, torna-se mister apresentar como exemplo a instalação da Empresa Granja Ideal Porc, no município de Nova Mutum, com especialidade na comercialização de material genético

[...] A Granja Ideal Porc ainda conta com um Portal de Biossegurança, que serve para o atendimento do complexo. [...] Com intercâmbio diário de informações com o Canadá, o animal é mapeado pelos mais avançados processos de engenharia genética disponíveis [...] Todos os profissionais do Ideal Porc são previamente treinados para executar suas tarefas dentro da mais moderna tecnologia de produção. Dessa forma, estão completamente integrados às normas de biossegurança adotadas pela Granja. [...] Todos esses cuidados de biossegurança adotado (higienização, vestimentas específicas, etc) são justificáveis diante da ambiciosa meta de atender e superar as especificações estabelecidas para a suinocultura pelas nações mais desenvolvidas. (FOLHA DO ESTADO, s./d.)

A fusão da informação genética com a informação digital (bioinformática) na agropecuária possibilita-nos inferir que cada vez mais o capital fixo, transformado em força objetivada do conhecimento, depende cada vez menos do tempo de trabalho e da quantidade de emprego utilizado na produção agrária e, reiteradas vezes aplicação de tecnologia no processo produtivo agropecuário.

Com a aplicação da tecnociência à produção agropecuária - ciência esta que faz parte de uma atividade social - a capacidade produtiva do trabalhador passa a ser substituída cada vez mais pela máquina. Portanto, progressivamente, a riqueza vai deixando de ser criada pelo trabalho vivo para ser gerada pelo trabalho objetivado como máquina (trabalho morto). A ação produtiva da maquinaria, cuja importância é cada vez maior frente ao trabalho vivo imediato, só é possível graças à aplicação da ciência ao processo produtivo como mediação tecnológica.

De maneira geral, o processo de produção, como processo de reprodução da mais-valia, é a expressão do mundo da mercadoria (tangíveis e intangíveis). As mercadorias que têm elemento como elementos constitutivos o valor de uso e o valor de troca, contêm no valor a mais-valia produzida através da exploração do trabalho. Assim, produzir em escala ampliada passa a ser uma necessidade das corporações do agronegócio para a realização de uma mais-valia relativa universal.

O avanço técnico-científico-informacional, além de ter propiciado o aumento da produtividade, significou também um aumento exponencial no processo de concentração produtiva e dos problemas sociais no campo. Como consequência desse processo, destaca-se o desemprego de milhões de trabalhadores rurais, a concentração de oferta de matérias primas vegetais e animais nas mãos de uma pequena parcela de capitalistas. Isso explica a elevada produtividade da mão-de-obra, evidenciada nos indicadores de crescimento econômico do agronegócio mensurados pelos especialistas do segmento. A respeito dessa lógica contraditória Kurtz (2003) analisa que:

[...] num processo progressivo a favor do negócio agrícola, são expulsas da sua terra as pessoas, cujo estatuto legal está pouco claro ou é ignorado. Apenas a uma pequena parte delas é "permitido" então a trabalhar, em condições desumanas e sob uma chuva de pesticidas, por salários miseráveis nas fábricas do mercado mundial. E quanto menos importância o fator trabalho tiver nesta racionalização em grande escala, por causa de capital mecânico e eletrônico, tanto mais pessoas serão cuspidas para fora até da miséria desta situação de exploração.

Kurtz demonstra, com propriedade, a lógica contraditória de reprodução do capital contemporâneo marcado pela intensificada redução do trabalho vivo no processo produtivo e pela apropriação direta da mais-valia ao nível da produção por meio do trabalho morto. O comando da produção agrícola, altamente cientificada-tecnificada, está sob o jugo da fração do capital constante em decorrência da magnitude do trabalho morto requerido pela produção em larga escala. Antagonicamente, ao mesmo tempo em que o capital necessita se (re)valorizar ampliando a quantidade de trabalho vivo que apropria, via superexploração do trabalhador; o capital necessita também aumentar a produtividade à custa do capital constante (trabalho morto), como se constata nas regiões produtoras de *commodities* agrícolas, dos "raizeiros" e dos colheitadores de algodão

Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que reduz o volume do trabalho vivo produtivamente empregado, cresce tanto o tempo de não-trabalho em que se produz a ciência, quanto o tempo de trabalho não-produtivo em que se realiza a produção, ampliando as forças produtivas em razão da ampliação dos conhecimentos científicos, na inovação dos equipamentos técnicos (as máquinas). Constata-se na agropecuária modernizada que a ciência como fator de produção concorre para uma forma aprimorada de capital fixo, possibilitando produzir maior volume de capital com dependência menor da quantidade de trabalho vivo empregado.

Ao mesmo tempo em que o capital reduz a força de trabalho em capital fixo, subordinando-a sempre mais ao processo produtivo, de outro ele demonstra, através da subordinação total, que o ator fundamental do processo de produção é tomada agora o saber social geral, ou seja, é o desenvolvimento do indivíduo social que se apresenta como o grande pilar de sustentação da produção e de riqueza. (NEGRI e LAZZARATO, 2001)

Com o desenvolvimento técnico-científico-informacional na agropecuária, a tendência dessa (re) valorização do capital para manter o crescimento que se realiza por meio do trabalho vivo ocorre a transformação do perfil dos trabalhadores à lógica racionalista do capital, ou seja, criando trabalhadores qualificados, instruídos e flexíveis capazes de atender à demanda do capital tecnológico, ao mesmo tempo em que intensifica a

exclusão dos não aptos ao sistema de (re)produção do capital, como vem ocorrendo nas áreas de expansão da fronteira do agronegócio.

Além das transformações decorrentes do desenvolvimento das bases tecnoprodutivas apresentadas, o espaço rural passa por profundas transformações organizacionais e gerenciais. Com o fito de proporcionar a redução nos custos de produção com vantagens competitivas, os produtores rurais ou “empresários rurais” passam a realizar a gestão da unidade produtiva sob os moldes empresariais com a especialização e a orientação da produção direcionada para o mercado.

A incorporação de uma concepção racional na forma de produzir e gerir a propriedade rural está atrelada à busca incessante dos capitalistas em manter a galinha dos ovos de ouro: a terra. À medida que a terra proporciona renda absoluta e diferencial, os produtores rurais modernos gerindo-a racionalmente conservarão esta fonte de riqueza, assim como poderão ampliá-las ainda mais por meio da adoção de novas tecnologias aplicadas à produção.

Esse modelo de gestão tem sido utilizado pelos “novos empresários rurais”, com maior intensidade no agronegócio, para ampliar a exploração agrária e as margens de lucros, assim como, saldar as vultosas dívidas contraídas junto aos agentes financiadores (bancos, *tradings*) para viabilizar a modernização do equipamento produtivo ou pela carga financeira decorrente das terras arrendadas para ampliar a produção.

O produtor-empresário buscará, então, melhor oportunidade para a aplicação do seu capital, seja financeira ou intelectual de modo que, possa auferir maiores lucros no mercado, produzir a baixo custo, assim como adquirir vantagens competitivas sobre os seus rivais. Destarte, a utilização da biotecnologia, de variedades resistentes às herbicidas, entre outras medidas, representa para o produtor um diferencial competitivo para a sua inserção no mercado, além de torná-lo altamente especializado e com elevada rentabilidade. Esses produtores contarão com uma cadeia de serviços de assistência técnica, treinamentos e consultorias prestados por empresas que possuem “interesses” na boa rentabilidade do produtor.

As mudanças tecnológicas e organizacionais que impregnam as formulações discursivas do agronegócio²³ como “sinônimo de progresso no campo” em verdade constituem manifestações renovadas do capitalismo contemporâneo que, no afã de

23 Retomaremos essa discussão no Capítulo 5.

preservar o seu poder de acumulação, (re)inventa meios de produzir instrumentos de trabalho e de gestão adequados aos seus propósitos. Na realidade, o que está implícito nesse processo de mudança tecnológica e organizacional no campo, não difere das formulações elaboradas por Marx em sua análise do capitalismo no séc. XVIII, ou seja, a permanente luta dos capitalistas em apropriar da mais-valia, juros e lucros.

Essas mudanças possibilitam que os capitalistas possam utilizar a luta competitiva por mais-valia relativa para aumentar a produtividade física e de valor da força de trabalho, ou seja, exerçam influência sobre a oferta de mão-de-obra e, conseqüentemente, sobre os salários mediante a criação de desemprego tecnologicamente induzido. Modificam assim as formas de exploração e espoliação do trabalhador e provocando rápidas transformações no espaço. (RODRIGUES, 2004)

O ciclo de rotação do capital passa a reproduzir-se de forma ampliada com a (re)introdução de uma soma de capital-dinheiro e produtivo na geração de mercadorias necessárias para o processo de acumulação do capital, que serão especializadas nos setores que compõem as transações realizadas “pós unidade produtiva” ou seja, fora dos limites da propriedade rural.

Das unidades produtivas fluem matérias-primas (*commodities* agrícolas) para os segmentos denominados “Pós-porteira”. Neste segmento encontra-se o capital fixo investido *in situ* (armazéns, silos, empresas de transportes), as indústrias processadoras, transformadoras e beneficiadoras das *commodities* agrícolas in natura; os canais de comercialização até o varejo, que constituirão na formatação de preços e distribuição ao mercado consumidor. As interações espaciais tornam-se mais complexas e abrangentes, uma vez que envolvem desde os canais de fluxo de mercadorias tangíveis até os de fluxos de serviços requeridos pelo processo produtivo.

Os fluxos das mercadorias e serviços referem-se ao movimento físico real de mercadorias do lugar de produção até o consumidor. São estruturas espaciais necessárias para a circulação das mercadorias (tangíveis e intangíveis), o que é comumente designado de logística²⁴. Destacam-se os serviços de administração de estoque, transporte de produtos, transformação da matéria-prima e serviços pós-venda, customização de produto para as necessidades específicas, previsão de serviço técnico, manutenção e conserto de produto, processamento e manuseio de produtos retornados, promoção de disponibilidade

24 A espacialização da logística do agronegócio será discutida do Capítulo 3 deste trabalho.

de produto, procedimento e produto, provisão de outras informações aos consumidores, realização de empacotamento, requisição de embalagens específicas, avaliação de novos produtos, entrega direta na loja, acompanhamento pós-venda, serviços ao consumidor industrial, manutenção de qualidade e outros. (NEVES, 2000)

As interações envolvem os agentes comerciais de compra e venda de matérias-primas, bens intermediários, contratos de força de trabalho, fluxos de mercadorias via diversos meios de transporte. Nesse momento o ciclo do capital amplia-se. O movimento físico real da mercadoria integrante ao processo produtivo é considerado por Marx, como o gerador de valor e, o custo necessário de circulação, como não sendo gerador de valor.

O transporte e a comunicação, sendo considerada condição espacial, pelo ato de trazer o produto ao mercado, pertence ao próprio processo de produção e, conquanto, sendo diretamente geradores de valor. O custo de transporte torna-se importante à medida que a expansão do mercado e a trocabilidade do produto se conecta a isso (HARVEY, 2005).

A combinação necessária ao processo produtivo supracitado, aos meios de produção e à força de trabalho, constitui-se na condição *sine qua non* para dar origem a um novo capital-mercadoria (M'), cujo valor se apresentará superior ao existente inicialmente na Mercadoria (M). A mercadoria produzida retomará o seu circuito para que seu o valor seja transformado em capital-dinheiro e, conseqüentemente, a mais-valia apropriada pelo proprietário do capital na forma de lucro. Pois o capital industrial utilizado para a transformação de *commodities* pelas indústrias, processadoras, beneficiadoras e transformadoras, é também dinheiro que se transforma em mercadoria e, pela venda da última (re)transforma-se em dinheiro.

Sua realização pressupõe novas interações espaciais desencadeando um outro momento quando se desenvolve a distribuição e o consumo dos produtos já industrializados: $M' \rightarrow D'$. As interações passam a ser realizadas pelas empresas atacadistas por meio de representantes comerciais ou pelas empresas filiais de venda, através da relação usuário-fornecedor, bem como pelas empresas varejistas que realizam a distribuição das mercadorias ao mercado consumidor interno.

A partir dessas interações, novos fluxos se constroem como forma de regular o processo produtivo e o capital, como o de pagamento e financiamentos que estão ligados ao custo de capital, principalmente o de carregar estoques no sistema. Contemplam

avaliação de crédito sobre os consumidores finais, fornecimento de crédito e cobrança de consumidores, garantias de preços, entre outras.

No circuito formador do agronegócio as *commodities* ampliadas (M') se subdividem em dois mercados: um que segue para atender a demanda do mercado interno (as agroindústrias processadoras e transformadoras) e outro que destinará ao mercado externo (as beneficiadoras). Os negócios são realizados entre as corporações do agronegócio que já detêm o seu capital ampliado por meio das transações realizadas em escala ampliada no controle do mercado externo e interno, assim como, entre os produtores - fornecedores de *commodities*. Nas transações efetuadas com os produtores o capital da corporação amplia-se tanto pelas transações realizadas diretamente pelos mecanismos de compra de *commodities* e pela venda dos insumos, como pela especulação proveniente dos financiamentos financeiros acordados.

Dentre os mecanismos de compra de grãos (soja e milho) adotados pelas *tradings* destaca-se a modalidade de aquisição "pré-fixada" da safra. Na aquisição "pré-fixada" as empresas estipulam antecipadamente o prazo, o preço e a quantidade, sem, no entanto, realizar o pagamento antecipado (pagamento pré-fixado) ao produtor rural. No processo de aquisição "a fixar", a produção poderá ser entregue à empresa na ocasião do contrato ou posteriormente. Em contrapartida, a empresa fornecerá os critérios de classificação do produto, no momento da venda e de acordo com a cotação do produto no mercado no momento de realização da avaliação.

E, por fim, a modalidade em que o produtor pode deixar o produto depositado sem custo de armazenagem, podendo fazer uma "fixação antecipada" dos preços dos grãos. Além de antecipar os recursos de financiamento para a safra, as empresas fornecem também os insumos agrícolas e assistência técnica rural, de acordo com critérios estabelecidos pela empresa de escolha do possível financiado.

As empresas intermediadoras dos negócios de exportação e importação – as *tradings* – cujo destino do fluxo de mercadorias constitui o mercado consumidor externo, por meio de suas práticas econômicas, além do fluxo de mercadorias envolvem fluxos físicos de entrega de bens e serviços, bem como fluxos monetários (capital-mercadoria, capital financeiro, capital-dinheiro) e o consumo, propiciando, assim, a geração de lucros mais elevados.

Por meio dessas transações intensifica-se a interação espacial entre as regiões produtoras de soja e o mercado mundializado de grãos. Os locais de produção da soja de Mato Grosso estão conectados às indústrias de transformação e aos centros de gerenciamento, comercialização do produto, centros de transporte e finalmente conexão com os principais pontos de distribuição, notadamente o Centro Sul do país e mercado externo. Esse fato serve para corroborar a idéia de que, embora exista uma nova divisão espacial do trabalho, o centro de acumulação do capital não é alterado.

Como resultado de todas as transações realizadas por meio da mercadoria, obtém-se o capital-dinheiro ampliado que passa a ser reinvestido no processo produtivo e o reinício produtivo do capital. Os lucros obtidos ao final do processo produtivo, respectivamente são remetidos à sede da corporação, que poderá reinvestir em outros setores da economia e ou ser apropriado pelos donos dos meios de produção. O valor torna-se, portanto, valor progressivo, dinheiro sempre brotando, crescendo, e, como tal, capital. O valor sai da circulação, a ela retorna, nela se mantém, nela se multiplica; sai de novo acrescido e recomeça eternamente a mesma rotação.

Destarte, pode-se inferir que no atual contexto de uma economia em redes, os circuitos espaciais produtivos que irão compor o agronegócio pressupõem o movimento de mercadorias tangíveis e intangíveis no encadeamento das instâncias produtivas (produção, circulação, distribuição e consumo) de uma determinada *commodity agrícola* no processo de acumulação do capital. Processo este, evidenciado pela geração cada vez maior de superlucros as custas da superexploração do trabalhador.

O mercado de *commodities* agrícolas é formado por produtos que atendem à lógica de um mercado mundializado. No processo o circuito requer distintas capacidades e vantagens e, conseqüentemente, incluindo diversos tipos de negócios que envolvem desde as pesquisas genéticas, tecnologia de plantio, embalagem, distribuição e estratégias de comunicação com o mercado (marketing da produção), organizado e articulado em escala global entre os agentes econômicos e o mercado mundial. O grande capital com ação *molecular* (Harvey, 2005) sustentado pelas corporações agroindustriais passa a constituir os sustentáculo da economia e a comandar a produção em escala cada vez mais ampla e complexa.

Os diversos agentes econômicos que atuam nas diferentes etapas do processo produtivo operam em um espaço próprio que possibilita a realização das transações e operações, onde imperam certas instituições, dentro de uma organização

jurídica determinada, o que possibilita a geração de lucro e acumulação do capital. Essas redes construídas pelos agentes que operam no circuito produtivo, principalmente as grandes corporações agroindustriais ligadas ao agronegócio, com o objetivo de realizar a supressão das barreiras espaciais e possibilitar a circulação do capital, das mercadorias (tangíveis e intangíveis), requerem a construção de estruturas espaciais que possibilitem a realização acelerada dos fluxos. Para tanto, são construídas redes de cooperação no espaço e solidariedades organizacionais.

Os círculos de cooperação como fundamentos da divisão espacial da produção são formados por empresas e/ou instituições que oferecem uma diversidade de bens e serviços exigidos pelo processo de produção. Quanto mais avançada esteja a divisão do trabalho maior será a gama de serviços oferecidos e maior será a esfera do capital do produtivo.

Os círculos de cooperação do agronegócio envolvem financiamento (bancos, empresas financiadoras), assistência técnica-científica, assistência aos clientes e canais de distribuição, provedores de infra-estrutura especializada de comercialização e distribuição. Evidencia-se a identificação e o desenvolvimento de novos serviços para *commodities* específicos como a certificação de produtos, a promoção de exportação específica ou a reorientação de insumos relacionados às novas demandas geradas a partir das cadeias de ofertas.

Os círculos de cooperação imprescindíveis para a consecução do agronegócio são, a saber:

Financeiro: é realizado por instituições financeiras (bancos) e/ou empresas privadas de financiamento e créditos que atuam junto ao agronegócio. As operações de créditos são mais comumente efetuadas por empresas fornecedoras de insumos e de serviços que, respectivamente entregam os seus produtos ou prestam seus serviços para receber os pagamentos em oportunidades futuras, o antigo mecanismo chamado de contrato de compra e venda de Soja Verde.

De assistência técnica-científica é composto por empresas que realizam atividades de estímulo, orientação, assistência técnica, consultorias, treinamento e centros de pesquisa que, contribuem para aumentar a eficiência produtiva requerida para a ampliação da produção. A promoção de inovação no setor está relacionada aos produtos de alto valor comercial que exigem um constante desenvolvimento tecnológico.

A Embrapa desempenha um papel relevante no processo de expansão da fronteira do agronegócio, notadamente pela realização de programas direcionados ao melhoramento do Cerrado com o de desenvolvimento de técnicas de correção do solo, da produção animal e vegetal através do melhoramento genético.

A iniciativa privada, sobretudo as grandes empresas agroindustriais, com o interesse em ampliar os mercados de seus produtos, como o setor de insumos e ou serviços especializados, “deram” suporte financeiro às instituições de pesquisa e/ou criaram as próprias como, é o caso da Monsanto e da Fundação Mato Grosso, criada pelo Grupo Maggi. O aumento da produção agropecuária está relacionado ao avanço técnico-científico no processo de produção, propiciado pela participação de instituições do setor público e privado na realização de pesquisas científicas com destaque para a Embrapa e a Fundação de Pesquisa Mato Grosso. A primeira por ter desenvolvido técnicas de correção do solo, variedades de sementes adaptadas aos diversos tipos de climas, etc. e a segunda por desenvolveu o Programa de Melhoramento Genético do Algodão para o Cerrado, programa de incentivo à lavoura da soja dentre outros. Essas estratégias tornam evidente o papel do Estado capitalista e de fundações internacionais “sem fim lucrativos” ao viabilizar a acumulação do capital em um determinado setor. (GRAZIANO DA SILVA, 1998)

De Assistência ao produtor é formado por Associações que oferecem informações aos produtores sobre novas tecnologias e mercado (Abag), informações sobre a produção e a distribuição de sêmen e sobre equipamentos para o desenvolvimento da atividade (Asbia), a Formação Técnica para os Produtores e Profissionais (Fapeagro), informações estratégicas sobre questões agrícolas e agroindustriais nas negociações internacionais (Ícone), além de serviços oferecidos pelas empresas de diversos ramos da atividade. Administrar processos informativos é tarefa essencial por fazer chegar ao agricultor novidades tecnológicas que o tornariam parte do mercado de consumo, principalmente das empresas de produtos químicos e equipamentos.

Serviços de infra-estrutura de apoio (logística) e distribuição faz parte de toda cadeia produtiva do agronegócio, são os serviços que possibilitam a realização da movimentação das mercadorias. Abrange um conjunto de atividades relacionadas a suprimentos, às operações de apoio aos processos produtivos e às atividades voltadas para a distribuição física das mercadorias na comercialização, como o armazenamento, o transporte e formas de distribuição. O segmento de distribuição vem assumindo papel relevante dentro do agronegócio e agrupa os distribuidores e supermercados dos mais diversos portes.

Promoção e publicidade possuem como estratégia estimular novos consumos por meio do marketing. Envolvem desde consultoria até o marketing agrícola. A agregação de valor está ligada diretamente à sofisticação do produto e à sua apresentação. De acordo com Araújo (2003, p. 125):

O marketing no agronegócio estuda o mercado em sua forma mais ampla, incluindo o processo de produção, arquitetura de apresentação do produto, formação de preços competitivos, formas de distribuição, propaganda e publicidade etc., visando descobrir os desejos e as necessidades atuais e potenciais dos consumidores, como atender aos seus anseios e até mesmo superar suas expectativas de modo lucrativo.

E por fim, o círculo de cooperação que abrange os provedores de infraestrutura especializados de apoio à comercialização que podem ser públicos ou privados. Destacam-se como provedores a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), as Centrais de Abastecimento (Ceasa) e os serviços de vigilância sanitária – representados pela Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa) –, as Delegacias Federais de Agricultura (Divisa) e as Instituições Estaduais nas respectivas unidades da Federação. As centrais de abastecimento (onde predominam a comercialização de produtos mais rapidamente perecíveis) e bolsas de mercadorias (onde predominam e de produtos menos perecíveis como grãos, fibras e bois) constituem-se em espaço de prestadoras de serviços nas quais atuam grandes comerciantes ou representantes. Somente os grandes produtores têm acesso a esses espaços e serviços.

As redes de cooperação surgem não apenas nas empresas prestadoras de bens e serviços, mas envolvem também a constituição da solidariedade organizacional, de novas relações organizativas entre os agentes econômicos no intuito de possibilitar maior fluxo das mercadorias e ampliar o lucro. No âmago dessas organizações encontram normalmente as instituições de mando econômico, que são ao mesmo tempo de mando espacial, canalizando decisivamente a mobilidade de pessoas, dinheiro e informação. (LASH e URRY, 1998)

Os sistemas agroindustriais estão articulados dentro de um conjunto inumerável de formas intermediárias, como a quase integração vertical²⁵ e horizontal de atividades, de provedores, redes de empresas independentes, alianças estratégicas e associações profissionais, produtivas e comerciais que são imprescindíveis para as

25 A integração horizontal consiste na associação dos agricultores na produção, conformando um maior e homogêneo espaço de trabalho, sem mudar a propriedade nem a condição jurídica da terra. A integração vertical se propõe alcançar a completa centralização e coordenação do processo de decisão mediante a propriedade única da empresa nas diferentes fases ou escalão da produção e distribuição.

transações comerciais e financeiras das atividades agrárias. É freqüente nas áreas de expansão da agropecuária-globalizada, a formação de cooperativas de produtores rurais (cotonicultores, sojicultores, etc) e ou associações que são formadas com o objetivo de adquirir tecnologia, facilidades de acesso ao crédito, e atingir maior possibilidade de competitividade no mercado internacional.

Evidencia-se também, um novo sistema produtivo a partir da formação de cadeias empresariais que passam a depender de alianças estratégicas e projetos de cooperação *ad hoc*, agrupamentos verticais conectados entre si e/ou com grandes empresas ou redes empresariais. A racionalidade econômica que prevalece decorre do fato de que a empresa que comanda uma determinada cadeia produtiva procura dominar as atividades estratégicas que agregam mais valor. É como afirma Mazzali que:

As novas formas de organização entre as empresas, implementadas sob iniciativa dos próprios agentes econômicos, passam a se constituir em mecanismos institucionais essenciais para a concretização de investimentos e para a geração de ganhos de eficiência, assegurando importantes vantagens competitivas e garantindo a apropriação privada do lucro. (MAZZALI, 2000, p.168).

Como resultado dos círculos de cooperação no espaço e das solidariedades organizacionais são implementadas estruturas espaciais que possibilitam a interação espacial entre as diversas fases do processo produtivo agrário, transações econômicas globalizadas, que possibilitam a geração de sistemas de valores em uma escala mundializada. Nesse sentido o agronegócio representado pela integração das esferas pré-produtivas (antes da porteira), a produtiva (na porteira) e a pós-produtiva (pós-porteira), significa que a mais-valia pode ser extraída em qualquer ponto da transação na economia.

A demonstração parcial dessa complexa rede que envolve o processo de reprodução do capital no espaço agrário, representado pelo circuito produtivo do agronegócio, permite-nos inferir que o capital atinge a sua dimensão plena de sua (re)produção, rompendo fronteiras, abarcando todo o espaço e pessoas inserido-os ao processo mercantil, criando novas necessidades, transformando tudo em mercadoria. O processo de produção, como processo de reprodução da mais-valia, constitui a expansão do mundo da mercadoria. Produção esta que, em toda a sua amplitude e complexidade, envolve a (re)produção de utensílios necessários à produção, instrumentos técnicos e, ainda, reprodução de relações sociais, como ponderou Lefebvre (1991).

O circuito produtivo do agronegócio representa a forma mais evidente do capitalismo contemporâneo, cuja manifestação se encontra na ampliação dos circuitos da

mercadoria, do capital produtivo, do dinheiro em um mesmo compasso do aumento dos movimentos financeiros e do comércio mundializado. Destarte, os circuitos do capital que Marx descreveu são simultaneamente, circuitos de mercadorias (tangíveis e intangíveis), capitais e de pessoas, mas que no entanto torna-se cada vez mais difícil distingui-lo. (LASH e URRY, 1998) Na busca para produzir a acumulação ampliada de riquezas aumenta-se incessantemente a massa de mercadorias, seja pelo aumento da capacidade de produzi-las, seja pela transformação de bens materiais ou simbólicos em mercadoria.

Amplia-se o espaço geográfico de modo que se possa ampliar o poder de dominação, com a imposição de novos e modernos padrões de produzir e consumir. Como afirma Smith (1988) que o capital pressionado pela constante ameaça de superacumulação busca transformar os lugares em mercados para as suas mercadorias, lugar de consumo. É nesse contexto de ordenamento espaço-temporal do capitalismo que nações inteiras, regiões são requisitadas à adoção de modelos produtivos que atendam à lógica do mercado mundial, mediante a produção de novas mercadorias, de novas formas de produzi e consumir.

A partir de 1980, o Estado de Mato Grosso, pautado em uma agropecuária-cientificada-tecnificada, passa a constituir um dos “pontos aptos” do território brasileiro para atender à lógica de uma economia globalizada, a partir de arranjos territoriais evidenciados na expansão de grandes “*Belts*” da soja, do algodão e do milho em áreas do Cerrado com intensas repercussões socioespaciais como será demonstrado a seguir.



PARTE II

ENTRE A ORDEM E A DESORDEM: A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO MATO- GROSSENSE PARA/PELO AGRONEGÓCIO

CAPÍTULO 2

A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NA FRONTEIRA DO AGRONEGÓCIO: (RE)LEITURAS DO TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE

Entre a primeira metade do século XIX e os primeiros anos do século XX o território mato-grossense que corresponde ao domínio Amazônico e do Cerrado²⁶, juntamente com a porção oeste e norte do Brasil, constituía uma das regiões pouco conhecidas do território brasileiro. A extensa rede hidrográfica, as matas e as florestas, a variedade de fauna e de flora eram reveladoras dos incalculáveis “riquezas naturais” que o território abrigava, só eram conhecidos e explorados por viajantes, desbravadores e ou representantes de expedições científicas nacionais e estrangeiras, como aponta Karl Von Den Steinen em relatos sobre a sua viagem pelo Brasil Central, em 1942, a respeito do território mato-grossense:

Com toda a certeza, o lugar mais abençoado da terra, alheio a qualquer progresso, força produtiva e meio de comunicação, só poderia ser o próprio paraíso que, com a sua beleza e os seus tesouros, fica a milhares de anos atrás. Mas o homem habitou-se tanto à condenação que em parte alguma estaria tão descontente quanto no paraíso! Não desejo, entretanto, exagerar os privilégios de Mato Grosso e dizer que é o jardim da recreação. Aliás, as condições de produção, a extensão da província e o papel que a mesma representa no próprio país são muitíssimo precárias, sem mencionar as relações com o resto do mundo, que são nulas. (KARL VON DEN STEIN, 1942, p. 36, grifos nossos)

Presente no imaginário social²⁷ como “natureza intocada”, como “território vazio” onde se localizavam os limites da “barbárie e civilização²⁸”, o território Mato-

26 A porção centro-norte da mesorregião Norte-mato-grossense, caracteriza-se pelo predomínio da floresta ombrófila densa (Amazônica) e ombrófila aberta (de transição). A savana (cerrado) que cobre grande parte do Estado de Mato Grosso encontra-se nos trechos ao sul dessa Mesorregião Norte Mato-grossense e estende-se por todo o território mato-grossense. A maior parte da área do Norte Mato-grossense corresponde a uma faixa de transição entre o Cerrado e a floresta ombrófila, sendo denominada como áreas de tensão ecológica (contatos de tipos de vegetação).

27 O imaginário social imprime a dimensão simbólica elaborada por signos da natureza resultante da relação entre a sociedade e a natureza sobre o espaço: “[...] cada sociedade define e elabora uma imagem do mundo natural, do universo onde vive, tentando cada vez fazer um conjunto significativo, no qual certamente deve encontrar lugar os objetos e os seres naturais que importam para a vida da coletividade, mas também esta própria coletividade, e

grossense passa a ser concebido, a partir do século XX, como um reservatório de recursos econômicos e vazios populacionais, a ser imperativo das conquistas, dos povoamentos, da exploração e da colonização. A abundância dos recursos naturais, à distância dos grandes centros metropolitanos, a dimensão territorial, a baixa densidade demográfica e a natureza primitiva são elementos fundamentais na composição da imagem de Mato Grosso como um território rico a ser conquistado para a expansão do capital.

A partir do século XX, com a expansão da fronteira agrícola, o território norte Mato-grossense, concebido anteriormente no imaginário social como 'natureza intocada', pelo predomínio dos elementos naturais e, ocupado pelas populações tradicionais passa a ser substituído pelos interesses econômicos, representados pela incorporação de objetos técnicos e pela apropriação monopolista da terra. Concomitantemente, o meio natural outrora fonte de sobrevivência das comunidades ali existentes, passa a ser comercializado e inserido em uma nova dinâmica espacial: a do processo de expansão e acumulação do capital materializado pela expansão da fronteira agrícola, ou seja, pela inserção desse espaço no circuito da mercadoria como analisa Berta Becker:

Devido ao seu vasto território e à ausência de organizações regionais capazes de resistir à nova apropriação, a fronteira amazônica oferece amplas possibilidades de expansão territorial do capital. Tem ela como especificidade a magnitude da escala e do ritmo de sua transformação capitalista inacabada, de caráter indefinido. Formas de produção e relações sociais híbridas aí se configuram, formas fluidas, sensíveis aos efeitos conjunturais da 'mundialização' e às contradições do Estado. (BECKER, 1990, p. 16)

A ausência de organizações regionais possibilitou que o Estado fosse o principal agente viabilizador da inserção do espaço mato-grossense à nova lógica de (re)produção capitalista, ou seja, para a expansão da fronteira agrícola, por meio da adoção de mecanismos institucionais pautados em leis, decretos, planos de incentivos governamentais e políticas de colonização²⁹; pela criação de estruturas geográficas como, por exemplo, a construção da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), da dotação de equipamentos urbanos, bem como, através das representações sociais. Constituem papel

finalmente uma certa 'ordem do mundo'. Esta imagem, esta visão mais ou menos estruturada do conjunto da experiência humana disponível, utiliza as nervuras racionais, mas as dispõe segundo significações e as subordina a significações que como tais não dependem do racional, mas sim do imaginário". (CASTORIADIS, 1995, p.179).

28 A respeito das representações construídas sobre o Estado de Mato Grosso no Séc. XIX e os primeiros anos do século XX. (GALETTI, 2000)

29 A criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (1975), o Plano de Integração Nacional (1971), o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais na Amazônia (1974), a melhoria dos meios de transportes, foi de suma importância para transformar o centro-oeste mato-grossense em uma área de cultivo de produtos de exportação. Abreu (p.65) aponta que o Programa de Desenvolvimento do Centro Oeste (PRODOESTE) foi criado com o objetivo de viabilizar a circulação de mercadorias, do capital e de pessoas; bem como através da instalação de áreas programadas diretamente vinculadas à técnica e financeiramente ao Governo Federal, via SUDECO, estando suas diretrizes centradas nas metas de "Integração nacional" do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND).

importante para o processo de produção espacial, propiciando e viabilizando a urbanização dessa área e, conseqüentemente, a sua condição de capital fixo incorporado à terra. (ARRUDA, 1997)

Ocupar os “espaços vazios”³⁰ existentes no Norte Mato-grossense seria uma solução para minimizar parte dos sérios conflitos urbanos e rurais que eclodiam em diferentes pontos do território nacional. Em função dos interesses emergentes, através de uma política eminentemente estratégica de integração instrumentalizando-os, buscando inseri-los no contexto espacial de expansão das forças produtivas, uma condição *sine qua non* para a expansão territorial do capital. Como afirma Jose de Souza Martins:

A expansão territorial do capital traz para a própria fronteira a infra-estrutura da reprodução capitalista do capital: o mercado de produtos e de força de trabalho e com ele as instituições que regulam o princípio da contratualidade das relações sociais, que é o que caracteriza a sociedade moderna. O mercado se constitui na mediação essencial que dá sentido ao processo de ocupação do território. (MARTINS, 1997, p. 187)

A abundância de terras devolutas existentes no Norte Mato-grossense nas décadas de 70 e 80 e, principalmente pelas facilidades de aquisição dessas terras, oferecidas a baixos preços pelos governos estadual e federal para latifundiários capitalistas individuais ou grupos econômicos e empresas agropecuárias e de colonização. (MORENO, 1993)

A dimensão de reprodução ampliada do capital no território, a partir de 1970, passa a ser evidenciada pela reprodução extensiva e territorial mediante a conversão da terra em mercadoria - por meio da privatização das terras devolutas - e, portanto, em renda capitalizada (MARTINS, 1997) à medida que proliferaram companhias de terras e negócios imobiliários no território mato-grossense. A título de exemplificação das Companhias privadas que se apropriaram de terras na fronteira agrícola mato-grossense, nas décadas de 1970, podemos citar a Colonizadora Sinop S/A, Colonizadora Feliz S/A, Colonizadora Agropecuária Mutum, Colonizadora Joaçaba, Monte Verde, Indeco S/A entre outras.

Embora essas empresas apresentassem particularidades no processo organizacional, do parcelamento da terra³¹ e de gestão dos seus empreendimentos, esses

30 Nesse espaço viviam comunidades indígenas, pequenos posseiros que foram desterritorializados pela expansão da fronteira capitalista.

31 Os projetos privados de colonização implementando na década de 70 são distintos quanto à área por eles ocupada, variando de 7.000 ha a 550.000ha. Por exemplo, em Sapezal o tamanho médio das propriedades vendidas pela Colonizadora Joaçaba (de Santa Catarina) era de cerca de 1000ha. (SILVA, 2003) Já o projeto empreendido pela Colonizadora SINOP S/A (Colonizadora do Noroeste Paranaense) situado na Gleba Celeste, no seu processo inicial possuía cerca de 550.00ha. O projeto posteriormente teve a sua área ampliada pela

grupos econômicos tinham em comum um objetivo: o controle do mercado de terras. Destarte, fizeram da colonização um grande negócio econômico com a consecução de negócios imobiliários, quer seja, no espaço rural e/ou no urbano que possibilitam auferir a renda capitalista da terra, ou seja, renda territorial. (MORENO, 1997; ARRUDA, 1997; OLIVEIRA, 1997; BECKER et al 1990)

No caso da comercialização das terras realizadas pela Colonizadora Sinop S/A o processo ocorreu da seguinte forma:

A comercialização das terras era realizada pela imobiliária Sinop Terras S/A em escritório na Região Sul ou na própria gleba. A venda era feita de acordo com as condições financeiras do colono, podendo ser à vista ou a prazo. Quando a venda era realizada a prazo, os colonos pagavam 50% de entrada, 25% no segundo ano e no terceiro ano o restante de 25% com um acréscimo aos preços das parcelas iniciais. O colono, ao adquirir a terra, passa a ser titular de uma cota da Cooperativa Mista Celeste Ltda, conseqüentemente, passando a pagar uma taxa de 1% da aquisição efetuada. [...] No processo inicial, o colono que adquiria um lote rural adquiria também um lote urbano. (ARRUDA, 1997, p.66)

Esses negócios inicialmente decorrentes da venda especulativa de terras³² e pela realização de atividades extrativas precisavam ser (re)definidos para que fossem capazes de continuar gerando lucro em longo prazo. Portanto, torna-se mister implementar no território o desenvolvimento de projetos de ocupação, representando investimentos em longo prazo relacionados com o controle de terra, da produção agrícola e de atividades correlatas. (MIRANDA, 1990) Assim, as empresas privadas assumem o papel de criar mecanismos capazes de viabilizar a concretização de seus interesses capitalistas por meio da implementação de estruturas espaciais como estradas vicinais, construção de cidades, etc. na perspectiva de poder obter ganho adicional, ou seja, o lucro. As empresas colonizadoras buscaram não só as terras favoráveis e a concretização de sua estratégia, como assumiram a responsabilidade de todo o empreendimento que compreendeu a implantação de obras de infra-estrutura, abertura de estradas vicinais, implantação de núcleos urbanos.

Para aquelas empresas que optaram por não assumir na sua totalidade a responsabilidade para a implementação de empreendimentos dentro da área, a estratégia foi criar condições materiais e institucionais para atrair investidores. A terra que se converteu, no caso brasileiro, em, além de um meio de produção, também em uma reserva

incorporação de novos títulos de "terras devolutas": que foram posteriormente realizados em 06 novos projetos de colonização que passaram a ser implementados em áreas descontínuas. (ARRUDA, 1997)

32 Vale ressaltar que essa prática de especulação fundiária já é confirmada por Monbeig (1984) no movimento de conquista do solo nas frentes pioneiras (1890-1900). Na frente pioneira o capital se torna proprietário de terra, recria no terreno os mecanismos da sua reprodução ampliada do capital. (MARTINS, 1997)

de valor³³, parece se aprofundar na etapa monopolística do capitalismo nas áreas de expansão da fronteira agrícola mato-grossense.

O capital monopolista parece conceber o espaço como se fosse um plano liso, extensivo e intensivo, não levando em consideração as especificidades do espaço e as rugosidades decorrentes das disputas que o atravessam na construção de novas territorialidades. No lugar de uma "terra prometida", concebida como "espaço a conquistar", o migrante³⁴ enfrentava uma nova realidade: cada vez menos com a condição de cidadão e cada vez mais com o poder expresso no território, através da constatação da existência de uma "terra de muitos donos³⁵" e uma "forte concentração de riquezas". (ARRUDA, 1997)

A concentração de riqueza que se evidencia no processo inicial de produção da fronteira agrícola manifesta-se no espaço pela presença de uma estrutura fundiária altamente concentradora com o predomínio do latifúndio ou da grande propriedade pouco ou escassamente trabalhada. Sob o respaldo do Estado, por meio de uma política de colonização dirigida (oficial ou particular).

A esse respeito Moreno (1993) pondera que a articulação entre o poder econômico, sustentado pelos mecanismos institucionais, foi o que permitiu a transformação das terras devolutas em propriedades privadas, disciplinando o processo de acesso a terra, bem como, serviu para inibir a expansão da pequena propriedade e selar o compromisso dos governantes com a burguesia rural e empresarial. Torna-se evidente na política de colonização, adotada a partir da década de 1970, a opção dos governantes por uma política de concentração fundiária, cujas bases vinham se firmando na desenfreada apropriação de grandes propriedades.

As transformações espaciais e as suas condições sóciopolíticas modificam a fronteira agrícola em benefício de alguns atores hegemônicos, responsáveis por novas relações territoriais, onde os nexos próximos e o predomínio do interesse econômico

33 Por razões econômicas, de ordem mais geral, o capital investido na compra de terra será valorizado independentemente de um posterior investimento de capital produtivo nesta mesma terra. A terra tem um significado de reserva de valor e é considerada fundamentalmente como um patrimônio, independente de qualquer exploração econômica. (GRAZIANO DA SILVA, 1979)

34 O processo de ocupação da fronteira agrícola foi marcado pelo intenso fluxo de migrantes procedentes do Sul do País, principalmente do Estado do Paraná. (ARRUDA, 1997; BECKER et al, 1990; OLIVEIRA, 1991; OLIVEIRA, 1983)

35 Porque a prática intensiva da grilagem de terra gerou uma intensa sobreposição de títulos numa mesma área (OLIVEIRA, 1991) e a presença de "beliches fundiários". (OLIVEIRA, 1983) onde a mesma terra chegou a ser vendida várias vezes, dando origem aos "beliches fundiários". Isso ocorreu, muitas vezes, porque os proprietários, geralmente, residentes nos grandes centros do país, não vinham a MT para cercar as terras e nela produzir; apenas compravam para revenda ou utilização posterior, uma vez que elas representavam um investimento de capital futuro. (ARRUDA, 1997)

sobrepõem-se ao social e ambiental. (ARRUDA, 1997) Novas territorialidades passam a ser construídas no espaço mato-grossense, com a penetração de empreendimentos econômicos, políticas públicas que possuem como meta atender cronogramas, cujo tempo e valores são medidos por padrões de mercado mundial e interesses econômicos. Silvana Abreu afirma que:

Evidenciam-se nessas áreas de colonização privilégios concedidos ao empresário da grande propriedade, representada pela empresa rural, e do mercado externo, como finalidade última para destinar a produção. Para efetivação desse propósito, já no início dos anos 70, o Estado canalizou recursos para a agricultura e pecuária (inclusive em relação à pesquisa) e incentivou as exportações, fornecendo estímulo aos produtos com preços elevados no mercado externo, especialmente à soja, objetivando nitidamente substituir a agricultura diversificada e de subsistência pela agricultura comercial de exportação – a monocultura. (ABREU, 2001, p. 72)

As inúmeras facilidades concedidas pelo Estado propiciam e induzem um intenso processo de migração de empresas e de empresários/produtores rurais para o Estado, bem como o surgimento e/ou a restauração de eixos viários, expansão de armazéns; que modificam as relações mercantis entre a economia mato-grossense e o centro sul do País, consolidando, desse modo, a abertura comercial do Estado de Mato Grosso.

O novo impulso do desenvolvimento do modo de produção capitalista, em consequência das novas tecnologias, das mudanças organizativas, da criação de novos produtos e da mundialização dos mercados proporciona que novas áreas sejam incorporadas efetivamente ao sistema produtivo mundial alterando a lógica espacial preexistente.

A nova lógica que se configura, na fronteira agrícola contemporânea mato-grossense, está relacionada às mudanças no padrão técnico-produtivo da produção agropecuária brasileira e às vantagens comparativas locais. Estas têm representado a interiorização do crescimento pela iniciativa privada, com as indústrias sendo atraídas para locais de produção de matérias-primas, buscando otimizar os seus custos, representativos no atual momento de acumulação do capital.

A configuração territorial que passa a ser delineada por uma nova forma de acumulação na fronteira contemporânea é manifestada pela penetração do capital financeiro na esfera da atividade agrícola, com a *commoditização* agrícola –, e pela expansão dos pontos de troca dentro do sistema de produção, dando ênfase à ampliação dos negócios provenientes das atividades agrárias adequados ao mercado mundializado.

As mudanças do padrão de cultivo, em benefício de um pequeno grupo de cultivos, notadamente de grãos voltados para a exportação e de interesse agroindustrial, estão relacionadas aos preços favoráveis aos produtores, aos estímulos de créditos, assistência técnica e inovações tecnológicas que possibilitam o aumento da produtividade da terra em áreas do Cerrado.

A reestruturação produtiva é marcada por mudanças na estrutura do padrão de cultivo e pela reorganização da superfície ocupada das áreas de cultivos (arroz, milho) e pastos (pecuária) para a expansão do cultivo da soja, do algodão e, posteriormente, do milho, sorgo, girassol e granjas (suinocultura e avicultura), como pode ser observado na Ilustração 2.2 da ocupação produtiva predominante na fronteira agrícola dos anos 70 e, na Ilustração 2.3, a ocupação produtiva da fronteira (re)dimensionada do agronegócio.

As atividades realizadas inicialmente no processo de ocupação da fronteira, como o extrativismo vegetal (nas áreas de floresta Amazônica), o arroz e a pecuária (Cerrado) contribuíram para integrar essa região ao mercado nacional e acabaram servindo como suporte para preparar o terreno à ocupação da fronteira pelas *commodities* agrícolas, ou seja, para sua ocupação e valorização futura.

Na fronteira (re)dimensionada do agronegócio, o cultivo de arroz³⁶ utilizado como estratégia para a ocupação inicial do solo foi modernizado e produzido associado às lavouras mecanizadas, notadamente, ao cultivo da soja, do milho, do algodão e outros produtos. Com mudança do padrão técnico-produtivo a fronteira (re)dimensionada do agronegócio se destaca como a região produtora de grãos voltados para a exportação e/ou para compor a cadeia produtiva de grãos-agroindústria (milho). De acordo com os dados fornecidos pelo IBGE do dia 19/07/2007 dos 20 maiores produtores de soja do Brasil, Mato Grosso ocupa 15 posições no ranking sendo que as sete primeiras colocações também são dos municípios mato-grossenses. A área plantada do grão no Estado na safra 2006/2007 foi de 5,811 milhões de hectares para a colheita de 15,594 milhões de toneladas. O volume representa 29,7% da produção nacional, cuja área destinada ao plantio da oleaginosa foi de 52,464(t) na mesma safra.

36 Torna-se mister ressaltar que o cultivo do arroz, em decorrência do avanço técnico-científico (introdução de novas variedades e melhor tecnologia, associado às condições climáticas favoráveis ao cultivo) tem ampliado a produção e produtividade em algumas regiões do Estado, inclusive nos municípios analisados.

Dentre os municípios produtores de soja, Sorriso ocupa a primeira colocação no ranking, com 596,658 mil (ha) plantados e 1,789 milhão de (t) colhidas da safra que representa 3,4% da produção brasileira. Na segunda posição destaca-se Nova Mutum, com 962,045 mil toneladas colhidas dos 329,242 mil hectares plantados no período. A produção deste município corresponde a 1,8% da safra nacional de grãos. Seguindo, destaca-se o município de Sapezal, Campo Novo dos Parecís, Campos de Júlio, Primavera do Leste e Campo Verde.

Além da *commodity* soja, outro produto que tem se destacado é o milho. No ranking das unidades da federação, o Estado ocupa a quinta posição dos maiores produtores do grão. O município de Lucas do Rio Verde detém a maior área plantada e, conseqüentemente, a produção mais expressiva para o milho. De acordo com o levantamento do IBG, o município destinou 147,057 mil hectares para a produção do grão e a colheita foi de 596,030 mil toneladas na safra de 2006/2007. O município de Sorriso ocupa, também, a terceira posição no ranking dos municípios que produzem o milho. O município destinou 95,166 mil hectares para a produção do grão em que foram colhidas 400,297 mil toneladas do produto. A produção brasileira do milho foi de 12,612 milhões de toneladas, sendo que a participação de Lucas do Rio Verde corresponde a 12,6% e Sorriso contabiliza 0,9%.

O processo de (re) estruturação produtiva³⁷ e espacial que se evidencia com a expansão da agropecuária modernizada, representada pelo cultivo da soja e do milho em áreas de Cerrado e ampliação de grandes corporações agroindustriais ligadas a cadeia de grãos, notadamente a partir metade da década de 80, provoca mudanças, alterações e transformações do espaço agrário preexistente.

37 Rondonópolis até a década de 50 possuía um grande número de pequenos proprietários rurais que além da criação de gado desenvolviam uma agricultura voltada para o consumo, produzindo arroz, milho, feijão, amendoim e algodão. A partir da metade dos anos 50 começa a desenvolver em larga escala o plantio do algodão, uma cultura constante, até meados de 1970 quando cai fortemente a produção. A lavoura do arroz é a cultura de abertura seguida da soja. Essas terras, até então, praticamente sem valor, alcançam enorme valorização e são vendidas para grandes proprietários e grupos empresariais, de São Paulo e Minas Gerais e em menor número para paranaenses e gaúchos. Os projetos agropecuários vão sendo implementados e a fisionomia da cidade e da região vai se alterando rapidamente. (SUZUKI, 1996)

Ilustração 2.2. Configuração produtiva inicial da região do agronegócio

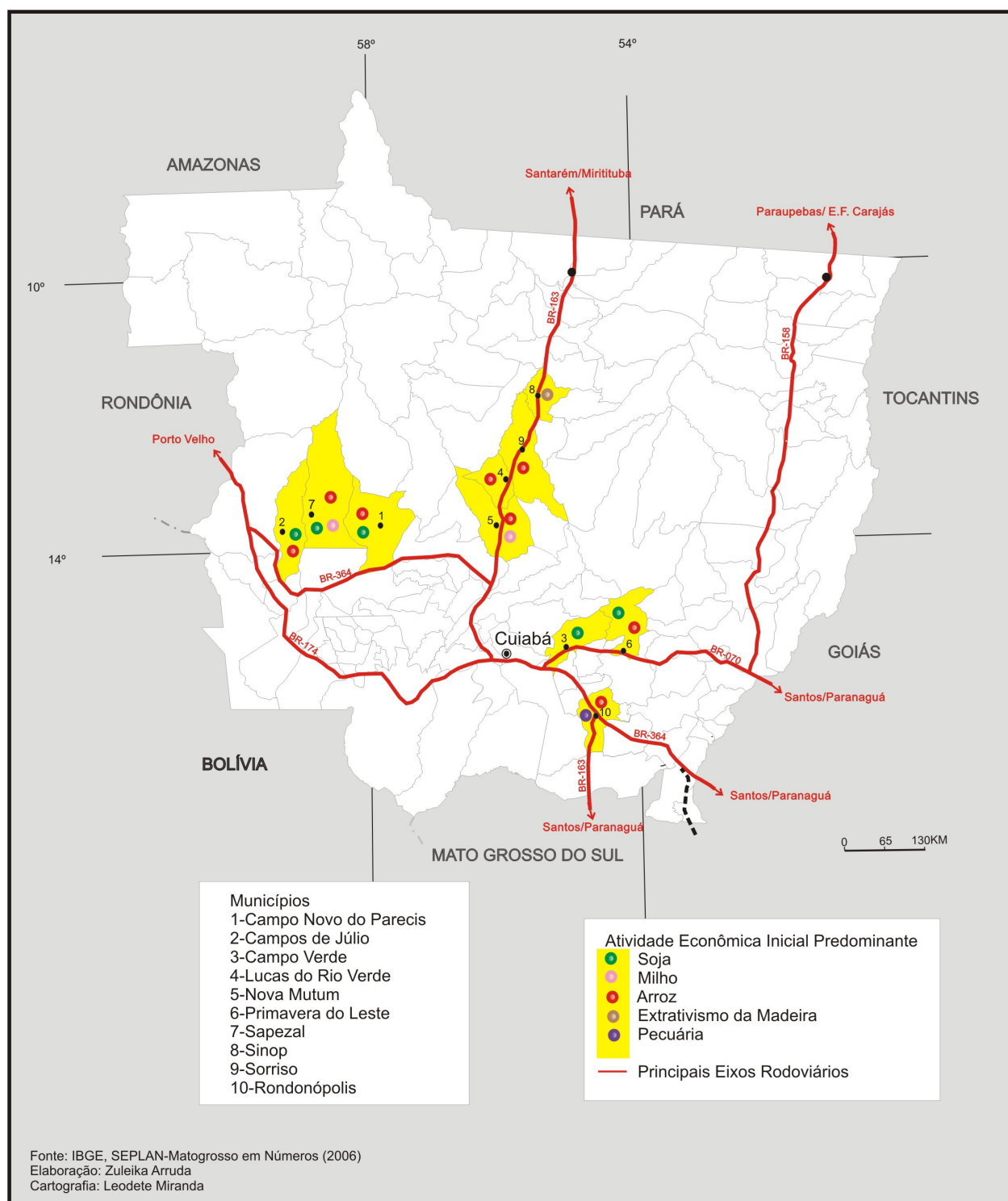
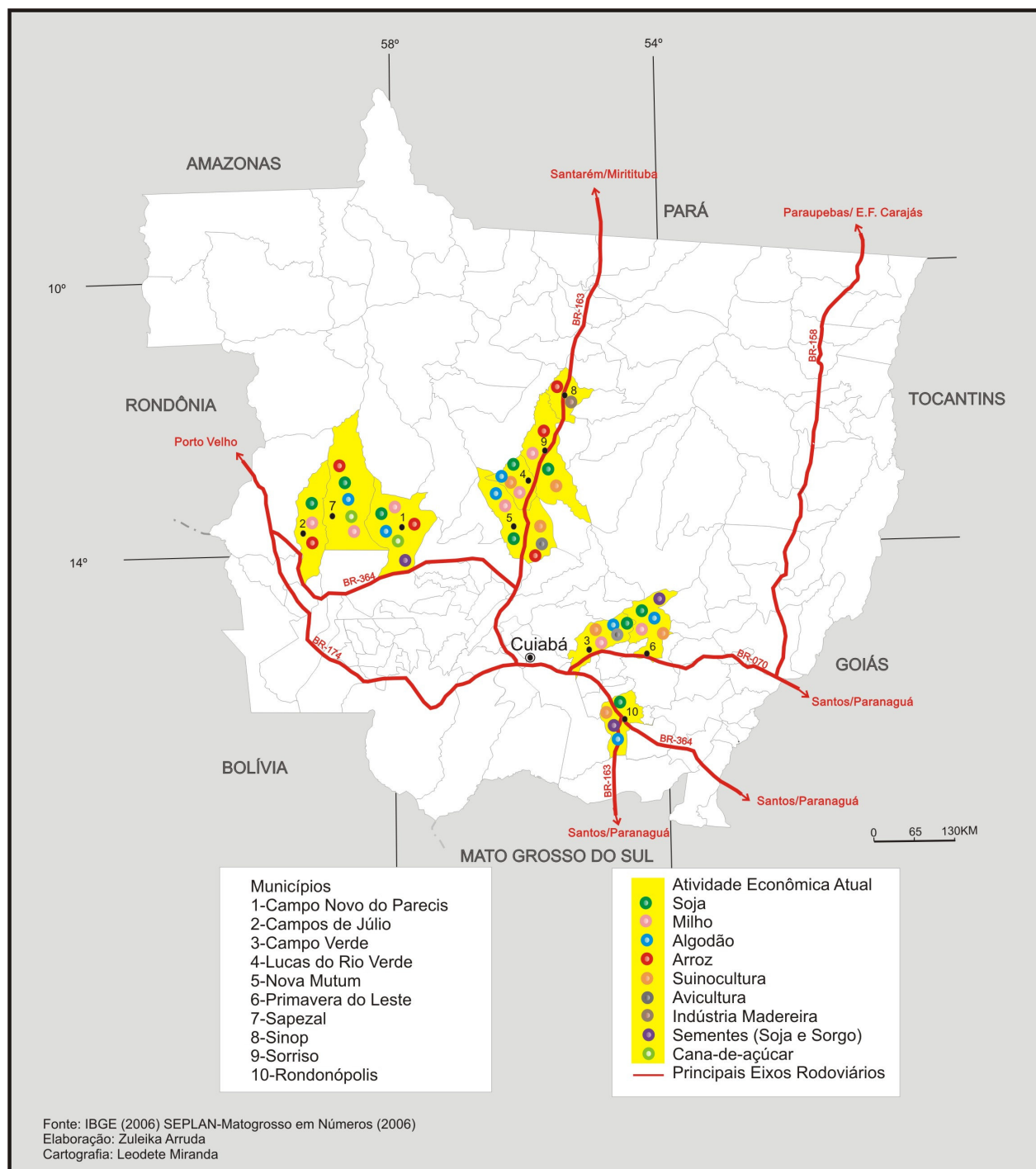


Ilustração 2.3. Configuração produtiva atual da fronteira (re)dimensionada do agronegócio



Pautada em uma nova ordem tecno-produtiva, a chamada fronteira adquire outra dimensão em que as características de sua incorporação, apropriação e uso se alteram. Se antes a terra era uma reserva de valor para os latifundiários; se o processo de ocupação ocorria em terras devolutas ou pouco povoadas; se antes a fronteira tinha uma característica de “dificuldade” para a expansão da agricultura; atualmente, com a adoção dessa nova ordem tecno-produtiva altera-se o uso e o comando do espaço agrícola. Portanto, se o uso do espaço é modificado; altera-se também o processo de apropriação das terras, de produção e das relações de trabalho no espaço agrícola. A fronteira se altera não como um processo de incorporação da terra como reserva de valor, mas como uma alteração nas novas relações que se estabelecem no processo de (re)produção e acumulação ampliada do capital no espaço.

Desse modo, o processo desigual e combinado do capitalismo, tem imposto no campo mato-grossense diferentes formas de organização social da produção e, conseqüentemente, formas variadas de relações de trabalho e produção. Estas formas sociais da terra têm combinado pequenas unidades camponesas, comunidades indígenas, empresas agropecuárias e agroindustriais, etc, que, por sua vez, têm definido as diferentes modalidades de uso da terra. (MORENO, 1993, 505)

A ocupação e uso do Cerrado, outrora realizados pela pecuária como reserva de valor, entra efetivamente no circuito da mercadoria, criam-se novos municípios com o desmembramento territorial dos já existentes, tornando-os distritos sedes das novas cidades. Na produção espacial dos núcleos urbanos, as colonizadoras privadas cedem lugar para novos agentes imobiliários que passam a comandar notadamente o mercado de terra urbano³⁸.

Contraditoriamente, essas transformações são evidenciadas pelo processo de intensificação, de (re)concentração fundiária decorrentes da incorporação e ou (re)aglutinação de propriedades preexistentes por agricultores mais especializados e capitalizados e/ou pelas corporações agroindustriais, intensificando o processo de latifundiarização do espaço agrário. Nessas áreas, o processo de (re)concentração fundiária que se evidencia, nem sempre ocorre pela eliminação de estabelecimentos de pequenos

38 De acordo com Silva (2003) em terras de Sapezal, algumas colonizadoras privadas como a Joaçaba, de Santa Catarina, venderam as propriedades para colonos do sul do país. O tamanho médio das propriedades era de cerca de 1000 ha. A colonização particular em Sapezal não possuía um projeto de constituição de núcleo urbano e de organização da atividade agrícola. As colonizadoras apenas se preocupavam em promover a venda das terras. A criação do núcleo urbano de Sapezal constituiu um projeto idealizado pelo grupo André Maggi sob a gestão da CIDEZAL. As demais cidades surgidas nesse período como Campo Verde, Campos de Júlio, Campo Novo do Parecis, Primavera do Leste apresentam em seu processo de produção espacial o mesmo princípio, como será discutido no Capítulo 4 deste trabalho.

proprietários³⁹ e ou posseiros uma vez que eles já foram quase “eliminados” no processo inicial de produção espacial da fronteira.

As transformações socioespaciais que passam a ser evidenciadas na fronteira agrícola mato-grossense corroboram a tese de que o capital internacional se desloca da produção industrial para outras atividades. Na agricultura científica-globalizada a produção agrícola é comandada pela associação do capital industrial-financeiro das grandes corporações, *tradings* e bancos voltados para o agronegócio.

O resultado desse processo é a consolidação, no território, da hegemonia do capital industrial (máquinas, implementos agrícolas, insumos, etc.) articulado ao financeiro (políticas creditícias e especulação), numa lógica em que, ao mesmo tempo em que garante a posição do território nos circuitos mercantis e financeiros em escala nacional e global, acaba proletarizando e ou excluindo os produtores descapitalizados do processo produtivo e acentuando a concentração de terras nas mãos de poucos. Ou seja, sob a égide das *commodities* agrícolas, representada pela expansão da soja e outros grãos, a pequena produção familiar depara com a barreira financeira e tecnológica que impede a sua reprodução.

Em decorrência da característica das bases produtivas da agricultura comercial, tendo como vetor de expansão as *commodities* agrícolas – notadamente a soja – que se instalam no território pautadas em uma intensa tecnificação do trabalho, da organização do processo produtivo pelo uso intensivo de máquinas, fertilizantes, etc., pela mão de obra qualificada e especializada leva-nos a confirmar a hipótese formulada por Moreno (1993) de que estaria ocorrendo no território mato-grossense um processo de mudança no uso dos latifúndios transformados em “Empresas Rurais”.

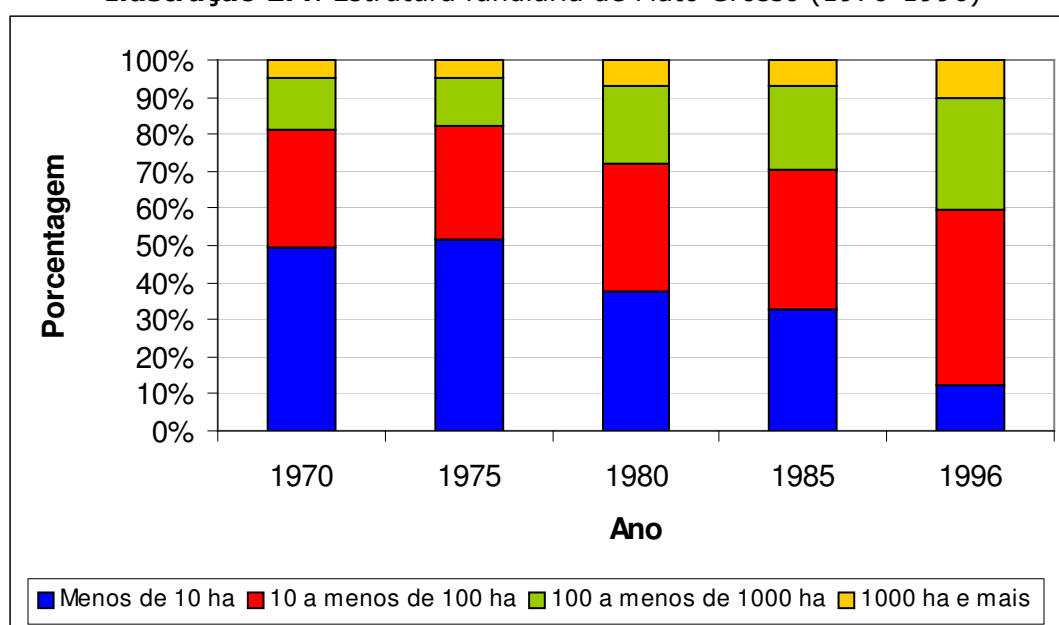
Ao analisar a estrutura e organização social do processo produtivo em Mato Grosso, Moreno (1993) constatou que na década de 1980, parte das terras antes ocupada pelo latifúndio transformou-se em empresas rurais. Esta categoria que se define pela exploração econômica da terra e expressa uma outra forma de organização social da produção ou de uso capitalista da terra, vem apresentando participação significativa no total dos imóveis rurais e no total da área do estado. Para a autora, talvez isso explique o decréscimo das áreas dos latifúndios por dimensão, verificado na década de 80, ou seja,

39 O parcelamento dos lotes rurais – comercializado pela Colonizadora – cuja dimensão compreendida entre 10 há. (cinturão verde) e 300 há. do município de Sinop, é modificado com a introdução da pecuária, uma estratégia utilizada para garantir a propriedade privada. A estrutura fundiária inicial passa a ser concentrada. (ARRUDA, 1997) Em Sapezal, o tamanho médio das propriedades vendidas era de cerca de 1000 ha.

parte desses latifúndios pode ter-se transformado em empresas rurais, com os estímulos fiscais e creditícios do governo federal concedidos nas décadas de 70⁴⁰ e 80.

Contata-se que, a partir de 1980, a estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso encontra-se altamente concentrada nas mãos de poucos, representada pela redução expressiva do número das propriedades com menos de 10ha (minifúndios) e um aumento progressivo das propriedades médias e do grande latifúndio, como pode ser analisado na Ilustração 2.4.

Ilustração 2.4. Estrutura fundiária de Mato Grosso (1970-1996)



Fonte: Censo Agropecuário IBGE.

A alteração da estrutura fundiária que se configura, notadamente, a partir da década de 1980, com a (re)aglutinação das propriedades, está associada à descapitalização dos produtores dos primeiros projetos implementados (lavoura branca em áreas destocadas e o cultivo do café), pelos juros elevados para financiamento das lavouras, dificuldade de aquisição de insumos, o uso de tecnologias impróprias, entre outros. (ARRUDA, 1997; VIDIGAL, 1989)

40 Becker (1990, p.92) aponta que na década de 70 do séc. XX, "a voracidade da apropriação de terras com o mínimo de investimento possível caracterizava a ação do latifúndio-Empresa que só explora recursos com facilidades oferecidas pelo Estado, na maioria das vezes limitando-se a desmatar parcelas dos estabelecimentos e a criar cabeças de gado".

Ao analisar o processo de expansão da fronteira noroeste mato-grossense, com o avanço da soja em áreas de Cerrado, Silva (2003) afirma que embora a introdução da soja ocorra em 1981, as dificuldades de fixação dos agricultores eram imensas mesmo porque o acesso ao crédito para plantio de soja era extremamente restrito aos produtores mais capitalizados. A falta de recursos financeiros, de infra-estrutura e de tecnologia, aliada ao endividamento e os altos juros bancários conduziram a venda de terras de agricultores em regime familiar para grandes empresas que começavam a chegar à Chapada dos Parecís. Segundo o autor, quando o Grupo André Maggi chegou em Sapezal o padrão de organização das fazendas era caracterizado por grandes propriedades, pequena produção agrícola e uma pecuária de pouca importância. A falta de recursos financeiros inviabilizava o uso intensivo das terras, sendo inexpressiva a presença de pequenos produtores. A compra de terras pelos grandes produtores se realizava sob o domínio do latifúndio voltado para a produção de arroz, milho e pela pecuária.

Se no processo inicial de expansão da fronteira agrícola mato-grossense, o Estado teve papel preponderante na produção do território, no segundo momento, a partir da década de 1980 e, principalmente de 1990, é a iniciativa privada que passa a comandar o processo de produção espacial e econômica. No campo, as grandes corporações agroindustriais entram em cena na nova (re)ordenação do território direcionando a produção, notadamente de *commodities* agrícolas.

Valorizada como mercadoria, a terra é apropriada em maiores quantidades e passa a ser concentrada nas mãos de empresas agropecuárias vinculadas às firmas industriais e comerciais nacionais e multinacionais sediadas no Sudeste do País. (BECKER, 1990) A territorialização evidenciada pelas empresas rurais – representadas pelas corporações agroindustriais e grandes latifundiários – propiciam um (re)ordenamento espacial, que altera significativamente o conteúdo e a dinâmica do território.

A exploração racional da terra é realizada, na maioria das vezes, pelos conglomerados agroindustriais em rede e ou grandes capitalistas latifundiários e a propriedade fundiária adquire uma nova dimensão como ativo especulativo e não apenas como reserva de valor. Ou seja, essas empresas são veículos da participação do grande capital na atividade agrícola e no mercado de terras, com o intuito de extrair cada vez mais a renda capitalista da terra, ou, pelo menos, a renda absoluta. Ao embutir os preços no produto cultivado, extrai-se além da renda territorial, a taxa média de lucros do capital. (MARTINS, 1997; MORENO, 1993; OLIVEIRA, 1997)

As corporações agroindustriais, beneficiadas pela dependência do produtor ao capital financeiro – em decorrência da crise na agricultura, do preço da soja no mercado externo – adotam estratégias empresariais e tecnológicas, com o objetivo de melhorar e aumentar a produtividade, a qualidade, a rentabilidade e, evidentemente, extrair cada vez mais a renda monopolista⁴¹ do processo produtivo.

Entre as estratégias adotadas pelas corporações agroindustriais – ligadas ao agronegócio –, para ampliar a produção e, conseqüentemente lograr o seu poder econômico, encontram-se os arrendamentos e “novas relações contratuais de parceria”. Nesse processo, alguns proprietários não somente entregam as suas terras para essas corporações, por meio do arrendamento, como também passam a realizar algum tipo de serviço na lavoura, colheita ou criação de animais nessas mesmas terras arrendadas. Em alguns casos, quando o produtor dispõe de algum equipamento agrícola como colheitadeiras, tratores, etc torna-se mais vantajoso prestar serviços a terceiros por um determinado período ou alugar esses equipamentos por um período pré-fixado para o seu uso.

A respeito desse processo Gottdiener (1993, p. 234) alerta que:

[...] embora a agroindústria não exija controle de toda a terra da agricultura, ela evita que pequenos fazendeiros trabalhem sua pequena propriedade com lucro. Por conseguinte, torna-se mais lucrativo vender a velha propriedade para especuladores ou empreendedores. Para o autor, a agroindústria teve sobre o seu papel funcional reproduzir as relações capitalistas tardias, em que, o resultado principal foi uma ajuda em liberar a terra para a especulação e ou desenvolvimento urbano, em comum acordo com outros fatores de conversão imobiliária.

Na fronteira (re)dimensionada do agronegócio o processo de arrendamento e da parceria torna-se uma prática comum nas estratégias das agroindústrias e dos produtores mais capitalizados. O capital financeiro que não se imobiliza em terra, no entanto, acaba por determinar às formas de apropriação e de propriedade do solo. Como no mercado de *commodities* agrícolas, o que se negocia são contratos de conjuntura na bolsa de mercadorias, os produtores rurais acabam subjugados à lógica da ciranda financeira do capital especulativo.

41 A renda de monopólio é, também, o lucro suplementar oriundo do preço do monopólio de uma certa mercadoria produzida em uma porção da superfície terrestre dotada de qualidades especiais. Este preço de monopólio é, por sua vez, determinado apenas pelo desejo e pela capacidade de pagamento dos compradores, não dependendo, portanto, do valor dos produtos (quantidade de trabalho necessário para produzido) ou mesmo do preço geral de produção. O excedente entre o preço de monopólio e o valor do produto é um lucro suplementar, acima pois do lucro médio, que permite a quem produza uma mercadoria especial auferir a renda de monopólio. (OLIVEIRA, 1986, p.79) A renda da terra de monopólio é oriunda de um preço de monopólio de uma mercadoria especial. É o preço de monopólio que gera a renda da terra de monopólio.

Nos dois últimos anos (2005-2006)⁴² a dificuldade dos produtores rurais em quitar as suas dívidas, os preços elevados dos insumos agrícolas, aliados à crise no setor de grãos geram um novo processo de (re)concentração de terras na fronteira do agronegócio. Processo este, que está norteando produtores médios e, até mesmo, empresas rurais (sementeiras) a manterem ou reduzirem a área plantada por meio do arrendamento, enquanto os grandes proprietários mais capitalizados ampliam a produção em suas próprias terras ou em áreas arrendadas como pode ser analisado nos depoimentos a seguir:

Otaviano Pivetta (PDT), confirma o movimento de concentração. A empresa plantou 70 mil hectares de soja na atual safra e ampliará a área para 80 mil na próxima, segundo Mário Domanski, gerente de uma das fazendas do grupo, em Nova Mutum. Segundo ele, 40% do total de terras são áreas arrendadas. 'É inviável ter área própria', afirma. [...] outro grande produtor, G. Ferrarin, de Lucas do Rio Verde, também ampliará o plantio na safra que vem. Ele prevê semear uma área 15% maior. Em 2006/07, plantou 40 mil hectares. (ROCHA, 2007)

As transformações socioespaciais configuram-se na compra e/ou arrendamento de terras pelos grandes produtores capitalizados e ou corporações agroindustriais, se realiza sob o domínio do latifúndio, destinado à produção de produtos voltados para atender ao mercado externo e/ou compor o tripé do complexo agroindustrial. Para atender o mercado externo ou para compor o tripé de um complexo agroindustrial, a produção agrícola está cada vez mais articulada às cadeias de atividades inter-relacionadas que compõem o circuito produtivo e os círculos de cooperação para a consecução da atividade produtiva. Configura-se no território uma interdependência entre os setores e uma complexa divisão territorial do trabalho na forma de complexos produtivos, sob a hegemonia do capital especulativo financeiro.

A procura por agregar valor ao produto e expandir o mercado restringe a possibilidade de acesso a terra provocando alterações na estrutura e no padrão de cultivo. A produção intensiva de cultivo da soja, do algodão, do sorgo e do girassol – que expande nas áreas onde já se praticava a agricultura “capitalista” –, ocorre concomitantemente com a expansão de alguns produtos básicos, notadamente o milho que passa a ser cada vez mais inserido na agricultura capitalista por meio da integração na cadeia produtiva grãos - carnes (avicultura e suinocultura).

Verifica-se que para o grande capital é mais vantajoso, em certas atividades agrícolas ou cultivos, contratar fornecimentos e ou serviços de pequenos produtores, do que investir diretamente na produção. Mediante o sistema de agricultura de

42 Infelizmente não existem disponíveis os dados do Censo Agropecuário de 2000.

contrato, as corporações agroindustriais abastecem o agricultor com insumos necessários, créditos e assistência técnica para a produção, que logo compra a preços fixados previamente para transformar e distribuir. Nesse processo, o produtor agrícola transformou-se em um 'trabalhador a domicílio', especializado e disciplinado para atender a lógica produtiva da empresa. (PAZUELOS et al, 1990)

Essa "nova maneira de produzir" adotada pelas agroindústrias altera a maneira de pensar e agir, principalmente dos pequenos produtores rurais que vêm no processo de integração com as agroindústrias uma alternativa para produzir sem, no entanto, perceber a lógica destrutiva e concentradora presente nesta atividade (GOTTDIENER, 1993). Concretiza-se a integração agricultura-indústria, ao mesmo tempo em que intensifica as contradições decorrentes do capitalismo manifestadas pela intensificação de sujeição do campesinato à produção industrial.

A cadeia produtiva que integra grãos-carne representada nos municípios mato-grossenses estudados pelas empresas, Sadia S/A, Perdigão S/A, Ideal Porc S/A, etc pode ser evidenciada nas declarações de Cláudio Bonetto:

Atualmente em Campo Verde são produzidos pela Sadia, com seus 98 aviários próprios, e seus integrados que somam 287 unidades em 156 propriedades, cerca de 2.916.666 frangos de corte por mês, totalizando cerca de 7000 toneladas de carne que é industrializada no frigorífico em Várzea Grande e comercializada no Estado de Mato Grosso e em diversos Estados da Federação. No início a avicultura de corte favoreceu pequenos produtores, estendendo-se posteriormente para grandes propriedades. (BONETTO, grifos nossos)

A denominada "integração" refere-se à participação dos produtores agrícolas, principalmente os pequenos e médios, ao processo produtivo agroindustrial. Os produtores rurais entram com os seus meios de produção – a propriedade privada e com a força de trabalho, onde plantam ou criam apenas o que é determinado pela empresa contratadora. A empresa entra com o capital constante, em especial, máquinas, insumos e, meios auxiliares: assistência técnica e financeira. Nesse processo, a propriedade privada da terra e a situação financeira estável do produtor como condição para a "integração," contribuem para intensificar o processo de exclusão e expropriação dos meios de reprodução social. (GOTTDIENER, 1993)

Essas novas formas de organização social da produção, traduzindo ciência em tecnologia, provocam o aumento da composição orgânica do capital, sofisticam a divisão do trabalho e a especialização da força-de-trabalho, informatizam as organizações e

atividades econômicas, sociais, políticas e culturais. Tudo isso expressa o dinamismo e o desenvolvimento intensivo do capital. (IANNI, 1993)

A força produtiva, que é constituída pelo trabalho morto ou objetivado (capital constante) e pelo trabalho vivo (capital variável), por meio da propalada “integração” altera a composição orgânica do capital, fazendo-a que a mesma apresente uma aparente metamorfose. Nessa pseudo-integração, o capital variável (trabalho vivo), gerador de valor, ao invés de se originar dos trabalhadores assalariados, será obtido dos “integrados”- denominados de autônomos por não terem vínculos empregatícios com a empresa contratante. Esses capitalistas (empresas integradoras) são destituídos da obrigação de arcar com os ônus de reprodução da força de trabalho como os encargos sociais e salários, ampliando as suas possibilidades para auferirem cada vez mais a mais-valia. Na composição orgânica do capital no sistema de agricultura de contrato reformulam-se as necessidades de reprodução das relações de produção capitalista, em sua essência, ela constitui a mesma lógica já assinalada por Marx, ou seja, a superexploração do trabalho.

A exploração amplia a sua dimensão para além da força-de-trabalho assalariada, incorporando o pseudo-trabalhador autônomo, agregando, assim, ao processo produtivo agrário novos ingredientes: a propriedade privada da terra de produtores que contêm a força de trabalho e o capital constante como as máquinas, insumos, assistência técnica , etc. sob o poder das empresas. A tecnologia permite incrementar a extração de mais valia absoluta e/ou relativa, assim como permite fortalecer a dominação do capital sobre o processo de trabalho. Há um duplo processo de exploração por meio da relação técnica que se estabelece e pela relação social. Como considera Lefebvre (1976, p.97):

[...] esta globalidade nova que tem como sentido e como fim a (re)produção das relações de produção, mais ainda do que o lucro imediato ou o crescimento da produção, é acompanhada por uma modificação qualitativa profunda dessas relações. As relações de dominação que originariamente subtendem, reforçando-as, as relações de exploração, tornando-se essenciais, centrais. A vontade de poder passa por cima dos gostos de lucro e proveito, da busca do super-lucro (lucro máximo).

A apropriação de sobre trabalho de novos tipos de trabalhadores denominados de “integrados”, permite que as empresas integradoras ampliem a sua produtividade, monopolizem o mercado; como também, ampliem o poder de extrair cada vez mais a mais-valia.

As corporações integrantes do agronegócio ampliam a capacidade de expansão do capital com o aumento da extração da mais-valia, uma parte como lucro dos negócios

provenientes da integração entre a agricultura, a indústria e o comércio (agronegócio); parte, como juros, nos negócios financeiros e bancários (para que o produtor produza torna-se mister recorrer aos empréstimos bancários sob o aval das empresas integradoras) e, outra parte pela apropriação de sobretrabalho do “produtor integrado”, ou seja, por meio do capital que deixou de ser investido nos salários. Em outros termos essas empresas se realizam no mundo do capitalismo, lucrando, obtendo juros e até rendimentos com a terra, tudo a partir da exploração do trabalho (DAMIANI et al, 2006) e do trabalho dos “autônomos”.

Essa interação entre as diferentes formas de relações de trabalho, desde as assalariadas capitalistas, relações não tipicamente capitalistas, demonstram a captura, a subjugação e a imposição de formas de produzir e, conseqüentemente, de relações de trabalho diversas, porém combinadas, com o intuito de aumentar a (re)produção ampliada do capital, a acumulação e a (re)produção do capital monopolista na sua versão contemporânea. A essência do agronegócio e as impossibilidades de integração, por ele proporcionado, são obscurecidas pelo impulso que propiciam ao “progresso”.

A ‘quase integração da produção’ (ou suposta integração) por meio da agricultura sob contrato com as filiais de firmas transnacionais ou corporações nacionais - mediante o sistema de agricultura de contrato, evidencia a participação do grande capital nas atividades agrícolas, no mercado de terras, na dependência do capital financeiro. Dentre os principais grupos empresariais com atividades rurais, a maioria possui empreendimentos em outros setores de atividades como o comércio, transportes, seguradoras, financiadoras, etc.

Concordamos com Oliveira e Stédile (2005) quando ponderam que um novo modelo de dominação do capital se instala sobre a agricultura por meio do domínio do capital estrangeiro e das grandes corporações sobre a economia. Pautados por um novo modelo tecno-produtivo os produtores são induzidos a produzir *commodities* agrícolas de grande valor no mercado internacional, enquanto as empresas que controlam o comércio, compram os produtos, monopolizam as exportações e, fica com a maior parte das taxas de lucros.

Outra contradição a ser considerada nesse processo de intensificação da produção, para atender a lógica de um mercado cada vez mais globalizado na fronteira do agronegócio, é o fato de que a ciência passa a ser mobilizada pelo capital como força produtiva, no qual o conhecimento e a informação constituem fatores decisivos para atingir maior produtividade e competitividade na produção agropecuária.

Este processo de (re)estruturação produtiva aprofunda uma velha contradição do capitalismo expressa no caráter social da produção e na apropriação privada de seus resultados. Com a inserção cada vez maior da ciência no processo produtivo, cria-se uma enorme potencialidade produtiva, que não pode ser viabilizada em função da demanda das massas. Ou seja, no momento em que o sistema capitalista tem mais possibilidade de produzir, é exatamente quando não encontra a demanda agregada para atingir seus objetivos, uma vez que o ritmo de acumulação do período globalizante é extraordinariamente maior que o ritmo de crescimento do poder aquisitivo das massas.

A inserção da ciência na produção aprofunda a tendência de substituir trabalho vivo por trabalho realizado. Como esse fenômeno está sendo verificado também nas áreas de serviços, tradicional absorvedor de mão-de-obra, a tendência é a ampliação do desemprego, o que deverá estreitar ainda mais os mercados internos e a possibilidade de realização da produção. Ressalte-se que o desemprego atual pode ser considerado estrutural, uma vez que o ciclo do emprego está se tornando inelástico às vicissitudes da conjuntura econômica. Esse fenômeno ocorre justamente em regiões onde a cultura e a organização da classe operária tendem a oferecer grande resistência a essa conjuntura. Uma coisa é subtrair direitos e garantias em áreas onde a miséria é parte do cotidiano da vida das pessoas; outra é retroagir para a barbárie trabalhadores com elevado nível de consciência e organização e um padrão de vida duramente conquistado e longamente usufruído.

O avanço das novas tecnologias e a sua utilização na produção agrária e, em função das novas necessidades de (re)produção e dominação do capital industrial e financeiro, a fronteira agrícola mato-grossense metamorfoseia – da dimensão de fronteira econômica e demográfica⁴³, passa para a apropriação de lugares na dimensão cientificada-tecnificada⁴⁴. Os capitais exploram novas oportunidades de acumulação monopolista – por meio do desenvolvimento da biotecnologia, pela expansão dos sistemas agrícolas de meio

43 Há três vertentes de caracterização de fronteira: 1) a dos economistas que defendem a tese da funcionalidade da fronteira; 2) dos antropólogos e sociólogos que defendem a vertente da terra liberta e; 3) a dos geógrafos que a explicam como uma das faces de reprodução ampliada do capital de forma extensiva e territorial, mediante a conversão da terra em mercadoria. Nesse caso, a frente pioneira corresponde à fronteira econômica. Os antropólogos e demógrafos, apontam, principalmente, a expansão demográfica em que há uma zona de ocupação pelos agentes da civilização que são ainda os agentes característicos da produção capitalista.

44 Definição de um novo paradigma baseado em conhecimento, informação e no uso crescente de ciência e tecnologia no processo produtivo, ampliando o interesse de segmentos econômicos na biodiversidade como capital natural de realização futura, com possibilidade para aumentar a produtividade e taxa de lucratividade. A lógica da fronteira não está pautada exclusivamente na incorporação e apropriação de terras devolutas, mas sim, na incorporação de áreas outrora “marginalizadas” do processo produtivo capitalista. A fronteira agrícola cientificada-tecnificada se expande para a produção de grãos, notadamente a soja, nas áreas do Cerrados com destaque para o Oeste Baiano (Barreiras), o sul do Piauí e do Maranhão (Balsas); o Triângulo Mineiro; o Sudeste de Goiás, Mato Grosso (norte e sudeste mato-grossense, região da Chapada dos Parecís com destaque para os municípios estudados neste trabalho) e, segue o seu processo de expansão recente para a região Amazônica nas áreas de Cerrado (Rondônia) e áreas de domínio amazônico efetivando o processo de integração dessas regiões na economia nacional e, conseqüentemente, a sua inserção ao mercado mundializado.

ambiente controlado, pela criação de aves confinadas, etc.; pelo desenvolvimento dos sistemas comunicacionais e informacionais – passa a existir uma reestruturação no processo de produção rural, alterando, conseqüentemente, o conteúdo da fronteira agrícola⁴⁵.

No campo, o cotidiano é alterado pela utilização de Software, do sistema de monitoramento e rastreabilidade⁴⁶ e pelo uso do GPS⁴⁷ que controlam a produtividade, alteram as formas de produzir, a escala de articulação das atividades agrícolas, e passam a se constituir, em um agente racionalizador a serviço do capital que, nesse caso, é representado principalmente pelas grandes corporações do agronegócio.

Com o uso da tecnologia de informação (TI) o modelo urbano-industrial se instala no campo, estabelecendo novos modos de produzir, de consumir e de viver. Equipamentos como o fax, o telefone, celular, internet, canais de TV a cabo ou por satélite, e outras tecnologias de informação, são inseridas no processo produtivo agrário facilitando a busca e o “acesso” à informação, à realização de transações financeiras e comerciais, via comércio eletrônico⁴⁸, e, portanto, maior eficiência e eficácia do circuito gerador do agronegócio. Entretanto, esse “acesso” é excludente e seletivo à medida que exclui os pequenos produtores descapitalizados de participarem do processo modernizante na agricultura. Enfim, ao mesmo tempo em que essas novas tecnologias servem para aumentar a eficiência e a eficácia das cadeias agroindustriais, contribui para que a disseminação da informação seja privilégio de poucos e, atenda aos interesses econômicos dos agentes que compõem o sistema agroindustrial, ou, se preferir, dos agentes do agronegócio.

No campo modernizado, com o avanço da biotecnologia, a semente natural deixa de ser um produto e meio de produção para tornar-se matéria-prima (SANTOS, L., 2003), o processo de reprodução natural dos animais é substituído pela procriação especial combinada com fórmulas de rações – realizadas por computadores em doses personalizadas

45 Essas transformações alteram o conteúdo e forma da fronteira agrícola assim como as relações campo-cidade. Tema do Capítulo 5.

46 Significa que cada segmento da cadeia alimentar pode seguir o rastro de um alimento e conhecer toda a sua história, antes e depois deste segmento: saber sua procedência, por onde passou, etc., ou seja, é a aplicação de um sistema eficaz de identificação, desde a sua produção até a sua comercialização.

47 Os Sistemas de Posicionamento Global são constituídos de sensores, interfaces e computador, geram mapas de produtividade, do teor de matéria orgânica, da topologia. Algumas propriedades do solo e indicadores de fertilidade e tipologia são obtidas de amostras retiradas manualmente. Outros parâmetros ainda podem ser obtidos por rede de sensores estáticos, sensoriamento remoto ou ainda fotos aéreas. Programas de gerenciamento de base de dados georeferenciados (GIS), de geoestatística e de simulação e modelamento são usados como sistemas de suporte de decisão.

48 O comércio eletrônico, que sob certas condições pode ser visto como um instrumento capaz de aumentar a coordenação de uma dada cadeia agroindustrial, somente pode ser viabilizado se o país possuir condições de oferecer aos seus intervenientes o acesso à estrutura de TI.

-, estímulos químicos (hormônios), controle de doenças, alimentação intensiva enriquecida; pela iluminação artificial que supera o ciclo diário natural de reprodução, intensificando o domínio da natureza pelo capital.

Para o camponês ou o habitante na floresta a semente é tanto um 'produto' como um 'meio de produção', isto é, grão que será comido e grão que servirá como semente no próximo plantio. Como meio de produção, ela desenha portanto um círculo: o lavrador a reinveste no processo produtivo e nesse sentido a semente é o seu 'capital'; só há um obstáculo a este investimento, e ele é de natureza biológica: é preciso condições para que o capital se produza e multiplique. Tentando superar o obstáculo biológico, o moderno produtor de semente e principalmente o biotecnólogo, quebram o círculo em duas linhas verticais: uma, ascendente, canaliza o fluxo de germoplasma do campo e da floresta para os laboratórios das corporações e instituto de pesquisa; uma outra, descendente, canaliza o fluxo de produtos uniformemente 'beneficiados' e transformados em mercadorias que parte das corporações para o campo e para a floresta. (KLOPENBURG apud SANTOS, L., 2003, p. 27 e 28)

Como decorrência da revolução biotecnológica, da digital, etc. há uma anulação da fronteira entre a ciência⁴⁹ e a tecnologia, uma vez que as atividades ligadas ao agronegócio são dependentes cada vez mais da tecnologia e da informação transformando-as em um bem de consumo produtivo pelo acesso⁵⁰.

O consumo produtivo que se amplia, no campo modernizado, não se restringe apenas ao de máquinas, fertilizantes, adubos, etc.; mas, também ao acesso às novas mercadorias tecnologizadas, conhecimento, de ciência, de informação, de serviços etc. A produção agrícola não se restringe aos gêneros alimentícios, de produtos de exportação, mas se amplia com a produção de sementes, de matrizes genéticas, de bancos de germoplasma etc. inseridos e articulados aos interesses das corporações multinacionais, em especial às do agronegócio, com o objetivo de extrair e apropriar de renda monopolista.

49 Francisco de Oliveira chama a atenção para o fato de que "a revolução molecular-digital anula a fronteira entre ciência e tecnologia: as duas são trabalhadas agora num mesmo processo, numa mesma unidade teórico-metodológica. Faz-se ciência fazendo tecnologia e vice-versa. Isto implica que não há produtos tecnológicos disponíveis à parte, que possam ser utilizados sem a ciência que os produziu. E o inverso: não se pode fazer conhecimento científico sem a tecnologia adequada: a fabricação das bombas atômica e de hidrogênio e as correspondentes produções de energia nuclear – a de fusão ainda não lograda completamente – já indicavam esta anulação, esta ultrapassagem. A revolução molecular – digital 'deleta' – para usar um termo informático – definitivamente esta barreira. O que sobre como produtos tecnológicos são apenas bens de consumo." (OLIVEIRA, 2003, p.139)

50 Rifkin (2001, p. 55) aponta as profundas alterações do mercado na 'era do acesso'. "As repercussões da passagem das relações vendedor-comprador para fornecedor-usuário já estão sendo sentidas principalmente na agricultura. As empresas remanescentes de sementes de proprietários individuais nos anos recentes, dão a elas o vasto controle sobre o 'plasma germe' do qual toda a produção agrícola depende. As empresas, então, modificam ligeiramente as sementes ou removem traços genéticos individuais ou (re)combinam novos genes em sementes e, asseguram a proteção sobre suas 'invenções'. A meta é controlar, na forma de propriedade intelectual, todo o estoque de sementes do planeta"

Concordamos com Lefebvre (1973) quando chama a atenção para o fato de que uma sociedade é produção e reprodução de relações sociais e não somente uma produção de coisas. Por conseguinte, as relações não se produzem e não se reproduzem apenas no espaço social da produção de objetos, nas empresas, mas também no mercado, na vida cotidiana, no mercado de acesso, em todos os lugares onde a mais valia global da sociedade se realiza, se reparte e é dispendida, no funcionamento global da sociedade – na cultura, na ciência, e em muitos outros setores.

No setor de insumos, bens de produção e serviços para a produção agropecuária, verifica-se que substanciais investimentos em tecnologia vêm sendo feitos por empresas que controlam o segmento da biotecnologia e agroquímicos – Dow, Monsanto entre outras. Essas empresas investem recursos em pesquisa e propaganda com a clara intenção de dominar a produção de venda de sementes (através do pagamento de royalties pela patente da tecnologia) e herbicidas –, acentuando a concentração financeira e tecnologia no setor. Essas empresas monopolizam o mercado global de fertilizantes, transformam a produção de sementes em um negócio altamente lucrativo, retiram dos produtores o conhecimento da reprodução de sementes tornando “cativos da tecnologia”⁵¹, ampliam o seu poder monopolista mediante as proteções de patentes e dos acordos de licenciamento, decorrentes das transações econômicas dessas novas *commodities* agrícolas. (HARVEY, 2005; SANTOS L., 2003)

[...] a semente agora não se reproduz por si mesma: necessita outros insumos (adubos, químicos, etc) que também serão industriais, isto é, uma nova interferência externa no ciclo ecológico de reprodução da semente. [...] finalmente, ao transformar um processo ecológico de reprodução em processo tecnológico de reprodução, a biotecnologia retira a semente das mãos do camponês e habitante da floresta, colocando-a nas mãos das corporações. (SANTOS L., 2003, p. 208)

O novo mercado agrícola relacionado à modernização conta com forte conteúdo de ciência e tecnologia reforça as estratégias das empresas ligadas à agropecuária que a vêem como vantajoso negócio. Surgem novos agentes econômicos que incorporam, acentuam suas estratégias de transferência de tecnologia para o produtor rural, direta ou indiretamente como, por exemplo, fundações de pesquisa, prestadores de serviços, empresas de insumos e serviços, entre outros segmentos de empresas que compõem o agronegócio.

51 A este respeito, Martins (2000) demonstra como é o processo da produção de sementes transgênicas e a atuação das indústrias químicas, em especial da Monsanto.

Acreditamos que o agronegócio não apenas está incorporando um novo campo de valorização do capital – por meio da indústria biotecnológica e microeletrônica aplicada à agropecuária moderna – como também estas novas tecnologias – abrem novos campos de valorização dos capitais do agronegócio entre as quais a comercialização de novos tipos de *commodities* tangíveis e intangíveis, com as “sementes de elite”⁵², as matrizes genéticas, Software agrícolas, serviços, informação, etc – como pode ser constatado na prática da Granja Ideal Porc – instalada inicialmente em Nova Mutum (MT).

Erguida com capital privado de R\$ 30 milhões do Grupo Otaviano Pivetta, a Granja Ideal Porc dá largada, na região norte de Mato Grosso, com seis mil matrizes da mais alta qualidade genética. Dentro de um novo conceito de produção, em médio prazo, o número de matrizes deverá ser expandido na região até mais de 40.000. [...] o projeto também marca a implantação da segunda pirâmide genética da Genetiporc do Brasil – a primeira pirâmide genética da empresa está instalada no Sul do País. [...] O objetivo da Ideal Porc é vender material genético para o efervescente negócio de criação de suínos brasileiros. [...] A tecnologia de produção e o projeto da granja são assinados pela Vitagri – Empresa com sede em Apucarana (PR) e Escritório em Lucas do Rio Verde (MT) – que atua com projetos de suinocultura e avicultura no mercado brasileiro. [...] O Grupo Otaviano Pivetta, e as empresas parceiras Vitagri e Genetiporc do Brasil – joint venture brasileira e canadense- representam, um projeto que irá dinamizar, ainda mais, o agronegócio nacional. (FOLHA DO ESTADO, s./d.)

A modalidade de integração da suinocultura às indústrias de processamento de carne, acentua o processo de especialização desse setor, assim como submete as pequenas unidades de produção aos objetivos produtivos da empresa. O processo criatório completo que se fazia em todas as propriedades vai sendo substituído pelos especialistas em produzir leitões (cria) e aqueles que fazem a recria e engorda. (OLIVEIRA, 2003) Esta subordinação tem levado os suinocultores integrados a ampliarem sua área de plantio de milho, de modo a aumentar as relações de sujeição, garantindo assim, o produto básico da composição da ração, como pode se constatar a seguir, nas relações criadas entre a Granja ideal Porc e seus integrantes.

O Grupo Otaviano Pivetta é responsável pela produção de 62 mil hectares de soja, 11 mil hectares de algodão, 22 mil hectares de milho, etc., o Grupo inicia com a Granja Ideal Porc um ciclo de produção sustentado, que começa e termina na lavoura. Trata-se de uma integração perfeita para aumentar ainda mais a produtividade e fazer frente à crescente necessidade de redução de custos na atividade. Os grãos (milho e soja), insumos básicos para a

52 Santos, L. (2003) chama a atenção para o fato de que passa a existir duas categorias de sementes: as nativas (resultado de um longíssima seleção efetuada pela natureza e pelo homem) usada pelos agricultores do Terceiro Mundo tornam-se agora incompletas, desvalorizadas, improdutivas, primárias, ao passo que as variedades criadas pela biotecnologia nos centros de pesquisa do Primeiro Mundo ou nos laboratórios das corporações transnacionais de sementes são denominadas avançadas ou elite. A esse respeito Martins (2000) chama a atenção para o fato de que as formas de produção de sementes não são incompletas, mas foram “desvalorizadas” pela transgênia que retira o conhecimento dos agricultores, produtores, etc. A biotecnologia – é chamada de indústria da vida e assim os transgênicos “imitam a natureza” sob o domínio das multinacionais.

produção da ração dos suínos, serão produzidos integralmente nas fazendas.[...] Por sua vez, os animais não destinados à reprodução serão abatidos dentro do sistema Natural Pork no frigorífico da Intercoop (Integração das Cooperativas do Médio Norte de Mato Grosso Lda). [...] Responsável pela marca Excelência, a Intercoop exporta seus produtos para a Rússia, entre outros países. (FOLHA DO ESTADO, s./d., grifos nossos)

Parafraseando Harvey (2005), a lógica do capitalismo contemporâneo, travestido em agronegócio, tem gerado uma força poderosa que procura garantir não apenas a continuidade dos privilégios monopolistas da propriedade privada, mas também os poderes monopolistas que resultam em denominar as mercadorias como incomparáveis. Para obter a reprodução ampliada do capital, as corporações agroindustriais, articuladas em redes, absorvem o desenvolvimento tecnológico, a ciência transformando-as em mercadorias e ampliando o poder e a acumulação de rendas monopolistas.

Contraditoriamente, a mesma ciência que aprofunda as transformações na agricultura, que revoluciona o processo de produção, é a mesma que acaba contribuindo para otimizar a produção, segundo uma lógica de racionalidade imposta pela globalização do capital, assim como, por (re)produzir novas relações de poder e dominação no território. Essas empresas aumentam os seus poderes, por meio do controle do mercado da indústria agroalimentar, como também, ampliam o seu espaço na produção de bens de capital (indústria biotecnológica) para dilatar a produtividade, reduzir os custos da atividade agropecuária; propiciando aos capitalistas vantagens competitivas e a obtenção de lucro no mercado.

Com o intuito de preservar os seus poderes monopolistas, os capitalistas utilizam-se de estratégia da centralização de capitais em megaempresas ou estabelecendo alianças amplas para dominar o mercado, por meio do capital financeiro, economia de escala e posição no mercado – e, a ávida proteção das vantagens tecnológicas (que são substitutas das vantagens locais), por meio de direitos de patente⁵³, leis de financiamento e direitos de propriedade intelectual. Tudo isso assinala a grande importância da capacidade de mover no espaço mercadorias, pessoas e dinheiro. (HARVEY, 2005)

O agronegócio como parte da estratégia de provisionamento de recursos para as corporações agroindustriais, incorpora globalmente regiões em relações assimétricas, quer seja na produção quer seja no consumo. Por meio de fluxos sobre distâncias médias da ordem de milhares de quilômetros desde a produção primária até ao

53 A lei de patentes que permite que as empresas registrem as plantas desenvolvidas como propriedade privada, com essa lei, as empresas controlam todo o processo produtivo, e ainda cobram taxas – os chamados royalties – de quem quer utilizar a sua técnica, aumentando, assim, a exploração dos agricultores. (OLIVEIRA e STÉDILE, 2005)

consumo final – viabilizado pelo desenvolvimento das novas tecnologias – acaba por inserir vastas áreas do território brasileiro sob a alçada de algumas empresas multinacionais do ramo biotecnológico, agroquímico, *tradings* etc. intensificando a drenagem de riquezas e as desigualdades entre regiões e ou países.

A inserção dessas áreas, até então periféricas, à nova divisão territorial do trabalho constitui uma necessidade absoluta para a sobrevivência do capitalismo contemporâneo, como pondera Edward Soja que ao

[...] deslocar uma ênfase cada vez maior para a extração da mais valia relativa, através das mudanças tecnológicas, das modificações na composição orgânica do capital, do papel cada vez mais invasivo do Estado e das transferências líquidas do excedente, associadas à penetração do capital em esferas não inteiramente capitalistas de produção (internamente através da intensificação, e externamente, através do desenvolvimento desigual e da 'extensificação' geográfica para regiões menos industrializadas do mundo inteiro). Isso exigiu a construção de sistemas totais, a fim de garantir e regular a serena reprodução das relações sociais de produção. Nesse processo, a produção do espaço desempenha um papel crucial. (SOJA, 1993, p.111)

Essas regiões como, é o caso do Norte Mato-grossense, são lugares onde o excesso de capital superacumulado pode mais facilmente ser absorvido, criando novos mercados e novas oportunidades para investimentos mais rentáveis. Entretanto, como pondera Rodrigues (1998) essa acumulação flexível do capital envolve rápidas mudanças nos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas. As transformações na estrutura produtiva geram condições materiais e imateriais para aumentar a especialização do trabalho e segmenta o território de acordo com a lógica racionalista imposta pelo mercado globalizado, como assevera Soja (1993, p.139) que:

Assim, as tocas de mercado transformam-se num veículo, não somente na transferência de valor entre empresas e setores, mas também de uma transferência geográfica de valor. Algumas áreas obtêm um lucro líquido em termos de valor, enquanto outras incorrem num prejuízo líquido, e isso tem um certo efeito na geografia da acumulação, na formação de centros e periferias em todas as escalas espaciais.

A globalização produtiva, as exigências feitas pelo mercado mundializado definem as áreas de expansão do agronegócio que são consagradas por uma agropecuária empresarial, competitiva e especializada, cuja lógica produtiva é imposta pelo mercado mundializado. Oliveira (2003) pondera que dessa forma, o Brasil do campo moderno vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial, onde o agronegócio é sinônimo de produção para o mundo.

As mudanças científicas e tecnológicas, na produtividade, na organização e na localização da produção industrial, na demanda de trabalho – nível de qualificação – e na demanda de insumos para a produção, em produtos primários ou produtos intermediários de origem industrial ligado ao sistema de intercâmbio mundial do agronegócio têm propiciado uma nova ordenação espaço-temporal (HARVEY, 2004) é um processo observável no Norte Mato-grossense. Harvey aponta que nessas novas regiões o ajuste espacial, talvez à custa do capital nas antigas regiões, torna-se uma condição *sine qua non* do processo de superacumulação do capital.

As transações decorrentes do agronegócio demonstram uma nova ordem econômica com novas formas de produtividade espacial e/ou geográfica com a supervalorização das paisagens e a recriação de novas paisagens sob a lógica de um modelo de racionalização produtiva.

O Cerrado é (re)inventado e valorizado, tendo como base a tecno-produtiva modernizada e é incorporado ao processo produtivo brasileiro e à lógica do mercado global. A natureza “hostil” e “intocada” passa a ser concebida em uma dimensão de possibilidades onde a invenção e difusão de tecnologias torna relevante a transformação do espaço. Estabelece-se, desse modo, uma estreita relação entre a ciência/técnica e a lógica econômica, possibilitando uma nova lógica de ordenação territorial. O Cerrado outrora considerado “improdutivo” para os interesses de expansão capitalista, devido às suas características pedológicas – pH ácido e pedregoso – é alterado pela adoção das novas tecnologias. As alterações inserem-se na lógica do capital mundializado. As condições naturais, a topografia plana do Cerrado, que facilita o uso de máquinas (Ilustração 2.5), as estações climáticas bem definidas, passam a ser consideradas como possibilidades para ampliação da produção.

O uso de novas tecnologias redefine o que antes era tido como entrave, relevando as formas pelas quais os capitais se apropriam de um conjunto de circunstâncias que favorecem a acumulação: vantagens locacionais, economias de aglomeração, disponibilidade de infra-estrutura financiada pelo poder público, concentração de oferta de trabalho e, de uma forma análoga, os chamados serviços de natureza.

Ilustração 2.5. Agricultura modernizada em áreas planas do Cerrado



Fonte: Fundação Mato Grosso, 2005.

A conjunção das condições históricas naturais, as novas tecnologias no processo produtivo provocam o aumento da extensão de áreas, a intensificação de produtividade agrícola, a inserção de novas áreas no mercado de terras, assim como possibilitou, também, que novos agentes capitalistas ligados ao agronegócio aumentassem crescentes taxas de lucro complementar, ou seja, a renda diferencial II⁵⁴.

Esse modelo de racionalização produtiva privilegia e prioriza a agropecuária de caráter empresarial e as cadeias agroindustriais associadas aos produtos de mercado externo (soja, cana-de-açúcar, madeira e carnes) adequando-se às normas e padrões determinados pelos mercados nacionais e internacionais como afirma Becker (2001, p.7):

As forças atuantes, em diferentes escalas geográficas, influem no novo contexto. Ao nível global, tornam-se mais acentuadas as feições da globalização, com a interconexão não só da economia e das finanças, como das arenas políticas nacionais e internacional, a redefinição do papel do Estado, a mercantilização da natureza, os financiamentos descentralizados, a velocidade acelerada das transformações das atividades e dos territórios por efeito das redes técnicas.

54 De acordo com Oliveira (1985, p. 104) a renda diferencial II tem sua origem na intensificação dos investimentos de capitais no processo de produção, lógica básica do próprio processo de produção capitalista.

Diante da nova ordem econômica que se instala nessas áreas, o Estado (re)assume o seu papel no ordenamento territorial e, retoma o seu antigo projeto geopolítico – pautado em um modelo exógeno – de intervenção na economia e no território, com o objetivo não apenas de ocupação, de apropriação física e de controle do território (como prevaleceu na década de 70 – 80 com o início da expansão da fronteira agrícola); mas de inserir a fronteira agrícola cientificada-tecnificada no mercado externo e, conseqüentemente, na lógica desse mercado mundializado.

Com o objetivo de expandir a produção extensivamente e intensivamente em rápida resposta às demandas do mercado mundial, o Estado passa a fomentar as atividades ligadas ao agronegócio por meio de subsídios diretos aos negócios decorrentes da agropecuária, subvenções para pesquisa e desenvolvimento – por meio da Embrapa⁵⁵ –, estruturação de fontes financeiras, entre outras medidas. É como demonstra Santos:

A dinâmica dos espaços da globalização supõe uma adaptação permanente das formas e das normas. As formas geográficas, isto é, os objetos técnicos requeridos para otimizar a produção, somente autorizam essa otimização ao preço do estabelecimento e da aplicação de normas jurídicas, financeiras e técnicas, adaptadas às necessidades do mercado. Essas normas são criadas em diferentes níveis geográficos e políticos, mas, em vista de competitividade mundial, as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, tendem a configurar as demais. E as normas do mercado tendem a configurar as normas públicas. (SANTOS, 1996, p.201)

Na nova dinâmica o papel do Estado foi, o de principalmente, criar mecanismos facilitadores, infra-estrutura, para alavancar os negócios, “cedendo” as terras, as taxas de juros, os subsídios para a exportação e importação. Harvey (2004) destaca que a existência de um clima de negócios atraente constitui um pólo de atração de fluxos de capitais, razão pela qual os Estados se desdobram para aumentar seus poderes mediante a criação de paraísos de investimento de capital. Assim agindo, usam seus poderes inerentes no espaço para tentar oferecer privilégios monopolistas a quem quer dele tirar proveito.

A estratégia utilizada pelo Estado para incentivar e fomentar a exportação de produtos não tradicionais – as *commodities* agrícolas – e abastecer os centros urbanos, foi a de implantar programas (federais, estaduais privados) que garantiram a implementação de infra-estrutura, legislação necessária para o desenvolvimento do agronegócio que repercutem direta ou indiretamente no processo de urbanização⁵⁶.

55 Do ponto de vista do Estado, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), por exemplo, desempenha papel líder na geração e difusão de inovações no setor agropecuário, sendo responsável direta pela possibilidade de expansão da fronteira agrícola para as regiões do Cerrado.

56 O processo e a forma de urbanização será tratada no Capítulo 4 deste trabalho.

Com o fito de dar incentivo e apoio ao agronegócio brasileiro o governo Federal, criou no dia 30 de dezembro de 2004, a medida Provisória⁵⁷ Nº 221 que posteriormente foi aprovada como Lei 11.076. Esta estabelece a criação de títulos que servirão como instrumentos de captação de recursos no mercado de capitais para financiamento do setor agropecuário, assim como constituirá uma alternativa para aplicação de recursos oriundos do fundo de investimento.

Os primeiros títulos criados pela Medida Provisória foram o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) que representa promessa de entrega de produto agropecuário depositado em armazém, e o WA, que confere direito de penhor sobre o produto descrito no CDA. Estes títulos são emitidos simultaneamente pelo depositário, podendo ser transferidos mediante endosso, de modo unido ou separadamente e constituirão uma nova moeda para os produtores rurais, que poderão transferir o certificado como se estivessem vendendo o produto, ou levantar empréstimos mediante a utilização do WA.

De acordo com Zaclis e Kalansky (2005)⁵⁸:

CDA e o WA contribuirão para aumentar a velocidade de circulação da produção agrícola e a liquidez dos recursos nela aplicados. Permitir-se-á, a partir de agora, que os produtores rurais e as cooperativas negociem os títulos sem que isto, por si só, configure a transferência da propriedade do produto, propriamente dita. Esta operação só estará caracterizada quando o produto for retirado do depósito pelo adquirente final. Isso certamente dinamizará a comercialização e viabilizará a participação dos investidores institucionais no financiamento da estocagem dos produtos agropecuários.

Os novos títulos criados a partir da Lei 11.076 foram: o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA)⁵⁹, que servirá para atribuir maior credibilidade aos títulos representativos de produtos agropecuários depositados em armazéns; a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)⁶⁰ que possui o objetivo de fomentar e estimular a

57 Em cumprimento às diretrizes expostas no Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005, que anunciava a intenção de criar novos títulos para o incentivo e apoio ao agronegócio, o Presidente da República editou a Medida Provisória nº 221, de 1º de outubro de 2004 instituindo o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA e o Warrant Agropecuário – WA. A Lei nº 11.076/2004, por meio da disciplina da securitização de direitos creditórios do agronegócio, com a emissão dos CRA incentivar a criação de um mercado secundário de créditos do agronegócio, iniciando no Brasil uma nova e importante fase do financiamento agropecuário.

58 Lionel Zaclis e Daniel Kalansky, são advogados especializados em Mercado de Capitais do escritório Zaclis e Luchesi Advogados.

59 A CDCA será emitido exclusivamente pelas cooperativas de produtores rurais e por outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. (ZACLIS e KALANSKI, 2005)

60 O LCA será de exclusiva emissão de instituições financeiras públicas e privadas. (ZACLIS e KALANSKI, 2005)

comercialização desses produtos; o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)⁶¹ que possibilitará viabilizar o financiamento do carregamento de estoques e criar um mercado secundário desses títulos, ampliando a ponte entre o agronegócio e os mercados financeiro e de capitais.

O governo brasileiro, por meio de instrução normativa elaborada pelo MAPA, estabeleceu as normas do SISBOV⁶², que tem como objetivo identificar, registrar e monitorar, individualmente, os bovinos e bubalinos nascidos no Brasil ou importados. Estes e outros instrumentos possibilitaram a elaboração de códigos de comercialização internacional de carne bovina, com garantia de segurança para o consumo que representa respostas às demandas inicialmente da União Européia e, posteriormente, de países e regiões interessadas na produção e importação.

É emblemático o papel que o Estado assume ao retomar o modelo exógeno. Nesse aspecto, concordamos com Harvey (2004b, p. 44) quando pondera que “a necessidade de proteger esses empreendimentos externos, e mesmo regular seus excessos, pressionou o Estado a responder a essa lógica capitalista expansionista”.

As estratégias são adotadas pelos governos estaduais que se vêm forçados a buscar parcerias e a procurar integração entre si no sentido de tocar algumas obras de infra-estrutura e efetivar algumas ações de desenvolvimento, por vezes na esteira de programas e projetos pretéritos parcialmente recuperados, como por exemplo, a SUDAM.

A busca por maior competitividade no mercado faz com que, a partir da década de 1990, do século XX, o governo do Estado de Mato Grosso adote uma política para atrair investimentos e empresas por meio de concessão de incentivos fiscais estaduais, como doação de terrenos para instalação de empresas, benefícios fiscais e financeiros provenientes da SUDAM, o FCO⁶³, FUNDEIC e outros programas relativos ao abatimento no IRPJ, bem como a elaboração de programas específicos ao desenvolvimento do agronegócio.

61 Será emitido exclusivamente pelas companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio. As companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio serão instituições não financeiras constituídas sob a forma de sociedade por ações e terão por finalidade a aquisição e securitização desses direitos e a emissão e colocação de CRA no mercado financeiro e de capitais, podendo, ainda, instituir o regime fiduciário sobre tais direitos creditórios. (ZACLIS e KALANSKI, 2005)

62 O SISBOV constitui-se de uma série de ações, medidas e procedimentos para caracterizar a origem, o estado sanitário, a produção e a segurança dos produtos de origem bovina ou bubalina, procurando regulamentar o rastreamento no país.

63 A Constituição de 1988 destinou 3% do produto da arrecadação do ICMS e do IPI para os fundos constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Os recursos destinam-se a financiar projetos dos produtores rurais e das empresas que exercem atividade econômica nos setores agropecuário, mineral, industrial,

O Estado atua criando condições para a iniciativa privada por meio de incentivo às atividades ligadas ao agronegócio, através de redução da alíquota do ICMS. De acordo com a SICME, os programas de incentivos fiscais têm por objetivo garantir a sustentabilidade das cadeias produtivas, incentivar a verticalização e agregar valor à atividade; promover a modernização e inserção competitiva no setor. Dentre os inúmeros programas instituídos, abordaremos aqueles mais representativos.

PROEMMEPE e o Programa de incentivo à criação de Novilho Precoce têm como objetivo básico elevar os índices de produtividade do rebanho bovino mato-grossense por meio de: fornecimento de informações técnicas ao produtor pecuarista sobre alimentação, manejo e sanidade; treinamento e qualificação de técnicos e inseminadores para atuar no programa; promoções de melhoramento genético do plantel zebuino; orientação sobre o cruzamento industrial, visando aumentar o índice de desfrute e a produção precoce e a formação de rebanho leiteiro. O incentivo é dado ao produtor pecuarista regularmente inscrito no programa na forma de dinheiro e equivale a até 5% da operação do animal abatido, pago pelo estabelecimento abatedouro credenciado, que poderá utilizá-lo como crédito fiscal. A Lei normatizadora estabelece que o Programa fica sob a coordenação da SAAF devendo, porém ser executado preferencialmente por órgãos da iniciativa privada.

PRÓ-COURO. O programa que tem como objetivo agregar valor e melhorar a qualidade dos produtos derivados da pecuária de corte está estruturado em cinco eixos, a saber: qualidade, agregação de valor, integração de elos na cadeia produtiva, comercialização e marketing. Aos produtores pecuários que atendam a essas condições é concedido incentivo financeiro, a título de crédito fiscal, por seis anos, por animal abatido, valor não superior ao equivalente a 0,878% do valor do ICMS devido na operação. Para as indústrias de curtume, calçado e artefatos de couro inscritas no programa é concedido crédito fiscal, por seis anos, correspondente a até 85% do ICMS devido nas referidas operações de comercialização de produtos industrializados nos seguintes percentuais: 29% no estágio Wet blue; 57% no estágio semi-acabado, 75% no estágio acabado e 100% na indústria de calçados e artefatos de couros,

PROGRAMA DE GRANJA DE QUALIDADE informa nos textos que foi criado com o objetivo de incentivar a produção de suínos com alta tecnologia e obedecendo aos

agroindustrial, de turismo e de comércio do Centro-Oeste. Consiste em um tipo de financiamento fixo, com ou sem capital de giro associado, para a implantação, ampliação, modernização ou realocação de empreendimentos dos setores contemplados. (SICME-MT, 2005)

preceitos de qualidade total, visando atender ao grau de exigência de consumidores nacionais e internacionais. Aos suinocultores enquadrados no programa é concedido incentivo financeiro equivalente a 66,6% do ICMS incidente sobre o valor de venda de cada animal abatido em frigorífico credenciado, durante dez anos.

Concomitante à criação do Programa foi criado o Fundo de Apoio à suinocultura mato-grossense (FUASM) que de acordo com os textos possui a atribuição de administrar o mesmo. Os recursos desse fundo provêm de 15% dos 66,66% da renúncia do ICMS. Esse programa tem como meta financiar ações de marketing, apoiar eventos técnicos, exposições e a manutenção da Acrimat (Associação de Criadores de Suínos de Mato Grosso). As primeiras granjas tecnificadas produtoras de suínos em Mato Grosso datam do início da década de 90 e foram construídas com o objetivo de agregar valor aos grãos produzidos na região; mas foi somente a partir da criação do Programa Granja com Qualidade, em 1995, e regulamentada em 1996, que a criação de suínos teve maior desenvolvimento.

PROALMAT, foi implantado em 1997, com o objetivo de estimular a produção de algodão no estado. Associado a esse programa foi criado o PROALMAT DE INDÚSTRIA que possui como objetivo dinamizar o processo de industrialização do algodão produzido em Mato Grosso, assim como estimular investimentos públicos e privados às indústrias regularmente cadastradas. O Programa prevê o incentivo fiscal do ICMS (75% do ICMS do produto), incidente sobre o valor de comercialização do algodão. No entanto, para que os produtores sejam beneficiados pelo Programa deverão atender aos requisitos básicos como, por exemplo, a adoção de práticas conservacionistas e fitossanitárias, por meio da comprovação da utilização de sementes de algodão em quantidade compatível com a área plantada, a aquisição de sementes produzidas e adquiridas de produtores de sementes devidamente registrados no Ministério da Agricultura e do Abastecimento; comprove o uso de assistência técnica; disponha de sistema de eliminação de embalagens, e que não se encontrem inadimplentes com as suas obrigações junto à Receita Federal. O Proalmat entrega para cada produtor, que cumpre as exigências pré-estabelecidas, a destruição das soqueiras de algodão (restos da lavoura), o transporte das embalagens de agrotóxicos para as centrais de recepção e o certificado anual que comprova a sua participação no programa. De acordo com o Proalmat, a redução fiscal não significou apenas maior competitividade para o algodão produzido, mas também a transferência de recursos, assistência técnica para os produtores, o incentivo à pesquisa de novas variedades e soluções tecnológicas para o setor. Para as indústrias inscritas no Proalmat Indústria, é concedido um crédito fiscal relativo ao ICMS, pelo período de dez anos, com os seguintes percentuais: 80% do ICMS

devido na saída do produto da indústria de fiação e tecelagem e 85% devido na saída do produto da indústria de confecção.

PRÓ-MADEIRA tem como objetivo melhorar as condições de trabalho na indústria madeireira (Modernização, competitividade e cuidados com o meio ambiente) e verticalizar a sua produção com agregação de valor propiciado pela extensão da cadeia produtiva. O crédito fiscal é concedido de forma progressiva, pelo período de seis anos, vinculado ao estágio de agregação de valor ao produto. O Programa prevê incentivos na redução de 40% até 100% do ICMS⁶⁴ e o recolhimento de 7% ao FUNDEIC que é revertido em financiamento para empresas da mesma cadeia produtiva do empreendimento incentivado.

PRODEI⁶⁵ tem como objetivo fomentar o desenvolvimento industrial. O programa consiste na concessão de prazo especial de pagamento de ICMS pelas empresas, na implantação de novos empreendimentos, ampliação e ou na reativação dos empreendimentos paralisados. É uma forma de financiamento que amplia o prazo de pagamento do imposto. O prazo especial de pagamento do ICMS varia de 05 a 15 anos e os limites aplicáveis sobre o imposto incentivado nos períodos de apuração varia de 70% no primeiro ano a 40% no último ano. Os critérios para a concessão de benefícios incluem geração de empregos, investimento fixo necessário à implantação ou expansão, agregação de valor, utilização de matéria-prima produzida no Estado, grau de tecnologia utilizada na produção, entre outros. No programa atual as empresas que estiverem seguindo os critérios estabelecidos pelo CONDEPRODEMAT para a concessão dos benefícios poderão obter incentivos de até 100% do ICMS, portanto as empresas que mais agregam valor são as que obtêm incentivos maiores. Uma publicação do Diário Oficial de 09/12/2005 estabelece que o PRÓ-MADEIRA e o PRÓ-COURO fossem extintos e que as empresas neles enquadradas fossem transferidas para o PRODEIC.

Todos os programas supracitados, além dos incentivos fiscais, contam com a assistência técnica constituída pelos próprios programas ou pela parceria com empresas públicas como a Embrapa, Empaer-MT, Indea-MT entre outros com objetivo de ampliar e dinamizar a cadeia produtiva do agronegócio.

64 O incentivo de 100% é concedido para as empresas que comprovem o aproveitamento dos resíduos da madeira.

65 Programa criado pela Lei nº 5.233, de 19/07/1988, e alterado pelas Leis nº 6.896, de 20/06/97, nº 7.367, de 20/12/2000 e Lei nº 7.969 de 30/09/93, denominado Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso.

De acordo com a avaliação governamental do desempenho dos programas, elaborada pela Secretaria de Fazenda com resultados até setembro de 2000, os que apresentaram melhor custo-benefício foram o GRANJA DE QUALIDADE, que conseguiu ampliar em 2,8 vezes as receitas geradas, o PRODEI conseguiu uma taxa de 2,5 vezes e o NOVILHO PRECOCE a taxa de 1,3. Nos últimos três anos foram atraídos para o Estado mais de R\$ 1,7 bilhão de investimentos decorrentes desses projetos e, o maior destaque foi para o atual PRODEIC que atraiu R\$ 513 milhões, por meio de 53 empresas que geraram mais de 28 mil empregos diretos e indiretos. (SICME, 2006)

As normativas advindas desses programas, aliadas à densidade técnica decorrente da adoção de novas tecnologias na agropecuária mato-grossense possibilitaram que as áreas do Cerrado se tornassem atrativas para o cultivo de *commodities* agrícolas.

As mudanças na escala geográfica da produção, as intensidades dos intercâmbios comerciais e nas estruturas institucionais e as normas de exportação ditadas pelas instituições globais como a OMC, atrelam a região produtora de *commodities* agrícolas a uma dinâmica que transborda suas fronteiras. O resultado é a configuração de uma paisagem comercial muito particular, através da qual se articulam os recursos naturais com a ferocidade do mercado mundial de *commodities*, isto é, com as demandas da economia mundial.

O território é normatizado para a produção de *commodities* agrícolas. O Estado de Mato Grosso ou geral, por meio dessas políticas regionais de crédito, de pesquisas e da construção de infra-estrutura, passa a ser o principal articulador dessa materialização. A racionalidade do uso do território com o objetivo de melhorar a produtividade, racionalizar os custos e maximizar os lucros é incorporado na atividade agrícola. A atividade agrícola é concebida nos moldes do agronegócio, com a presença de produtores de grande porte, com bases produtivas altamente tecnificadas e pela mudança da mentalidade produtiva dos agricultores.

Com o fito de melhorar a competitividade e controlar o mercado, os complexos de *commodities* do agronegócio e os grandes produtores respondem combinado à reorganização dos custos de produção, criando novas variedades adaptadas às novas áreas

exploradas, ampliando a dimensão da área plantada, procurando terras mais baratas e externalizando os custos ambientais, econômicos e sociais⁶⁶.

O desmatamento (Ilustração 2.6) e o aumento da produção de soja nas áreas do Cerrado e em certas áreas da Amazônia Legal acentuam-se em nome do “progresso econômico” e da competitividade. Nos últimos 20 anos, 30 milhões de ha foram desmatados no Estado de Mato Grosso, para a expansão de *commodities* agrícolas. Isto representa quase a metade dos 75 milhões de hectares de floresta, Cerrados ou áreas de transição existentes no Estado na década de 80, ou um terço do território estadual. Desde 1970, o cultivo da soja nos Cerrados aumentou de 20.000 para 29 milhões de toneladas, o que significa um crescimento de 1,4 %, para 58 % da produção brasileira atual de soja, ou seja, “cerca de um quarto de seus 220 milhões de hectares já foi incorporado à dinâmica produtiva, respondendo por grande parte da oferta de grãos e gado de leite e corte do país”.

A área de cultivo da soja em Mato Grosso aumentou de 56.000ha, em 1980, para 4,5 milhões de há, em 2002/03, ao mesmo tempo em que, no mesmo ano, o Estado liderou o desmatamento com 705.000ha e no ano seguinte, tornou responsável por 11.585 ou 59% dos incêndios florestais (19.501). As fazendas com mais de 10.000 hectares que, em 1980, eram 643, passaram a 756 em 1996, ampliando a área de 17,8 milhões para 20,6 milhões de há, em contrapartida durante o mesmo período, o número de propriedades, com menos de 10 há diminuiu de 23.902 para 980.151. (CANUTO, 2004)

A respeito de toda essa destruição do Cerrado e Floresta Amazônica, Gonçalves (1998, p. 328) pondera que:

[...] toda essa destruição já era, de certa forma, previsível, levando-se em conta que o capitalismo tem suas leis econômicas e geográficas próprias. É que por instituir relações mercantis de apropriação de terras, esta passa a ter um preço que varia, dentre outras razões, em função da acessibilidade aos mercados. Assim o Centro Oeste, com os seus Cerrados, e a Amazônia, com suas densas florestas, áreas longínquas de fronteira, não poderiam escapar à implacável lógica que orienta a organização do espaço pelo capital: terras baratas atraem a implantação de atividades de demandam grandes extensões, principalmente a pecuária de corte. Dessa forma, a mata, obedecendo à racionalidade do capital, haveria de virar pasto para o boi [...].

66 Em Mato Grosso, a área de cultivo da soja aumentou de 56.000 ha, em 1980, para 4,5 milhões de ha, em 2002/03, ao mesmo tempo em que, no mesmo ano, o Estado liderou o desmatamento com 705 000 hectares e no ano seguinte, tornou o responsável por 11.585 ou 59 % dos incêndios florestais nacionais (19.501). As fazendas com mais de 10.000 hectares que, em 1980, eram 643, passaram a 767 em 1996, ampliando a área de 17,8 milhões para 20,6 milhões de ha, em contrapartida durante o mesmo período, o número de propriedades, com menos de 10 ha diminuiu de 23.902, para 9.80166. (CANUTO, 2004)

Ilustração 2.6. Área desmatada para expansão do cultivo da soja.



Fonte: Fundação Mato Grosso, 2005.

O processo de pecuarização – que além de desmatar grande parte da vegetação nativa preparando o terreno para a mecanização e favorecendo a concentração fundiária – contribuiu, em parte, para a expansão nessas áreas de produtos agrícolas altamente capitalizados, a soja e/ou outras *commodities* agrícolas.

A agricultura moderna empresarial, nas áreas planas do Cerrado, transforma a área numa paisagem totalmente homogeneizada, uniformizada, com base em um único cultivo agrícola, provoca a intensa degradação dos solos pela compactação, acelera o processo erosivo, contamina os lençóis freáticos com sérias consequências sócio-ambientais sobre os ecossistemas predominantes e para a reprodução da vida. Não há preocupação com a degradação que provocam e, muito menos, com a reprodução da vida da maioria dos que ocupam (ou ocupavam) a região.

Com o afã do lucro imediato, os produtores de *commodities* agrícolas não se preocupam, como promovem o desmatamento de matas ciliares, descumprindo a legislação ambiental que prevê a manutenção da integridade das áreas de cabeceira das drenagens (pode-se citar o exemplo da realização de obras de drenagem nas áreas de cabeceira situadas ao longo da BR-163, entre os municípios de Nova Mutum e Lucas do Rio

Verde). Como conseqüências do processo de modernização e agroindustrialização da agricultura, têm-se os riscos do surgimento de novas pragas e doenças nas lavouras (como por exemplo, o nematóide do cisto da soja), o lançamento de efluentes contaminantes nos corpos d'água, pelos processos agroindustriais e, pelo uso intensivo de agrotóxicos.

A contradição da produção destrutiva é visível com a intensificação do uso de alta tecnologia que tem como critério fundamental o econômico. Os processos destrutivos que consideram a "ordem e o tempo" da natureza são substituídos pelo uso de tecnologia que acelera a produção e, ao mesmo, tempo a devastação dos elementos da natureza. A dimensão do tempo-espaço da natureza contrasta com o tempo da produção de mercadoria e de sua rápida expansão. (SANTOS, L., 2003; RODRIGUES, 1994) A Compressão do tempo-espaço que prevalece é a do mercado e do capital financeiro e especulativo.

Santos, L. (2003) chama a atenção para o fato de que a agropecuária moderna tende a ver a biodiversidade natural apenas como um reservatório de matéria-prima, de onde são extraídas determinadas espécies como inputs para a produção; proliferando em toda parte, tais espécies tendem a se tornarem dominantes e, assim, a eliminar outras espécies, como é o caso da especialização produtiva do cultivo da soja em áreas de Cerrado.

A especialização produtiva, pautada na ciência e na técnica, insere uma nova dimensão com agricultura cientificada-tecnificada em uma lógica competitiva pautada na racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a organização do território aos modelos de intercâmbio até a imposição de novos usos e novas definições do tempo e espaço social, quer seja no campo ou na cidade. (SANTOS, 1996; LEFEBVRE, 1973)

As forças produtivas permitem que os que dela dispõem disponham do espaço e venham até a produzi-lo. Esta capacidade produtiva estende ao espaço terrestre e transborda – o; o espaço social natural é destruído e transformado num produto social pelo conjunto das técnicas, desde a física à informática. Mas esse crescimento das forças produtivas não pára de gerar contradições específicas que se reproduz e se agrava. A propriedade privada (do solo e, portanto, do espaço natural) se, por um lado, destrói a natureza e transforma o espaço material, por outro lado, reconduz a potência produtiva a quadros próprios de épocas ultrapassadas, da época da produção agrícola, da natureza rural. (LEFEBVRE, 1973, p. 95 e 96)

A mobilidade geográfica do capital produtivo e financeiro impõe uma nova reestruturação produtiva por meio do agronegócio e, conseqüentemente, da formação socioespacial do território mato-grossense. O agronegócio como vetor desta formação, associado à expansão das *commodities*, tem possibilitado a articulação do uso dos recursos

naturais com a velocidade e aos interesses das demandas da economia mundial. As consequências dessa racionalidade, que transborda a lógica dos sistemas naturais, criam e/ou ampliam os problemas sociais e ambientais, e provocam o que Harvey (2005) denominou no processo de expansão do Imperialismo, de acumulação via espoliação.

As práticas produtivas, que configuram essas áreas, privatizam recursos naturais, comuns à região com a apropriação da terra e da biodiversidade como “novas mercadorias”. A lei de patentes intelectuais permite que empresas registrem usos tradicionais de plantas, animais e áreas como propriedade privada. Além disso, as Leis de Patentes Industriais possibilitam a cobrança de *royalties*, como se observa no uso de sementes transgênicas. Tais leis possibilitam que essas empresas cobrem taxas – os *royalties* – de quem for utilizar dessa técnica a acumular capital.

Torna-se mister ressaltar que, nas estratégias de ocupação, produção agrícola, exploração e transformação de riquezas naturais em recursos naturais, sob a lógica da acumulação via espoliação, fazem parte do próprio pacote tecnológico viabilizador de sua instalação, materializado pela intensificação do desmatamento da floresta amazônica para o negócio da madeira e, posteriormente, pelo desmatamento do Cerrado e da Floresta Amazônica para a expansão da soja. A madeira, uma das valiosas *commodities* do agronegócio, num aparente paradoxo, representa, em sua essência, a exportação de biomassa, ou seja, sua fonte é a natureza. Junto com a madeira se exporta a natureza, se contabilizar a água, o solo, e sais minerais.

Contraditoriamente, a atividade extrativa da madeira representa uma das atividades dinâmicas na geração de *commodities* para o agronegócio, mas é apontada como a mais grave ameaça aos ecossistemas e biodiversidade, que ocorre tanto pela extensão das áreas incorporadas nas novas atividades como pela intensidade do padrão predatório, com tecnologia avançada.

As normas e as leis, ao mesmo tempo em que criam territórios desejáveis para a expansão do capital, geram entropia, criam *territórios* e mercadorias *indesejáveis*. Ao se produzir um espaço para ser consumido como lugar econômico, se destrói, as próprias condições que deram origem a esta, mercadoria ou seja, a natureza da natureza, denominada de recursos naturais. Em sua análise Rodrigues (1997, p. 61) acrescenta que “alterando qualitativamente a mercadoria recursos – os recursos renováveis –, transformando-os, pela poluição, pelo esgotamento de suas potencialidades, em recursos não renováveis”.

Essa entropia decorre porque, como aponta Santos (1996) a “ordem” que se instala no território é exógena. Ou seja, porque o modelo de apropriação do espaço imposto é movido pelos interesses do capital dominante, gerando a (des)ordem.

A ordem trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente, desordem, não apenas porque conduz as mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de sentido, já que seu objetivo – o mercado mundial – é uma auto-referência, sua finalidade sendo o próprio mercado global. (SANTOS, 1996, p. 268)

A necessidade de acumulação do capital levou a uma expansão geográfica da sociedade capitalista, rumo ao Cerrado mato-grossense, representado pela intensa transformação do espaço geográfico em espaço produtivo. Impõe-se a implantação de estruturas espaciais como infra-estrutura física com a construção de estradas, ferrovias, hidrovias, armazéns, usinas de energia, portos, etc. necessários para a superação das barreiras espaciais e, conseqüentemente, insere novos espaços para a acumulação do capital. Consideramos pertinentes para a área de estudo, as colocações de Harvey (2004, p.41) de quem “as ‘forças da natureza’ tornam-se sujeitas ao controle humano à medida que os sistemas de transporte e de comunicação, divisões territoriais do trabalho e infra-estruturas são criados para servir de fundamento à acumulação do capital”.

A mobilidade geográfica do capital requer infra-estrutura específica fixa e segura para funcionar efetivamente. Ou seja, torna-se necessário criar condições para que o capital possa circular sem limites de lucro, com o tempo de rotação socialmente necessário, sendo excedido pelo custo e tempo de movimento. A intensidade da densidade técnica (rodovias e aeroportos), informacional (antenas parabólicas, internet, fax, telefone celulares) e normativa, nesses espaços, propicia a integração espacial dessas localidades e promove a inserção das atividades predominantes, atendendo às exigências de um mercado globalizado⁶⁷. A ordem imposta no espaço é aquela estabelecida pelas grandes corporações nacionais e multinacionais do agronegócio que, por intermédio da “logística” produz um território corporatizado e uma produção comprometida com os ditames dos interesses de um mercado mundializado, como será demonstrado na discussão a seguir.

67 As áreas de Cerrado, já tinham sido capturadas pelo capital mercantil, porém há alterações na subordinação do processo social e (re)produção ampliada do capital no espaço aqui analisado.

CAPÍTULO 3

A ESPACIALIZAÇÃO DA “LOGÍSTICA” COMO FATOR DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE

A expansão do capital no território mato-grossense, a partir da década de 80 e, sobretudo na década de 90, do século XX com a expansão da “fronteira do agronegócio” tem provocado um (re)ordenamento territorial que privilegia uma lógica de reprodução ampliada do capital por meio da comercialização e escoamento de *commodities* agrícolas notadamente da soja. Essa *commodity* constituiu o principal indutor das grandes transformações socioespaciais que passam a configurar no território, bem como a própria incorporação da concepção de agronegócio no meio econômico e político brasileiro.

Na década de 1990, enquanto o Brasil crescia, em média, 2,8% a.a, Mato Grosso alcançou uma taxa de 4,1%; decorrente notadamente da expansão da fronteira agrícola-científica-tecnificada, principalmente nas áreas que possuem a base econômica pautada na agropecuária modernizada. Segundo dados divulgados pelo IBGE, em dezembro de 2000, os Estados da Região Centro Oeste foram os que apresentaram os melhores desempenhos econômicos em 1998 e, entre eles, Mato Grosso foi o que mais cresceu, com o aumento do PIB estadual de 7,2% de 1997 para 1998 e tendo alcançado 1,08% de participação no produto nacional.

Para alcançar esse resultado, a agricultura teve papel determinante, pois cresceu 14,5% em 1998, acumulando incremento de 82,8% entre 1995 e 1998, enquanto a agricultura nacional cresceu 11,2%. O crescimento econômico está relacionado aos programas especiais de incentivos fiscais com o objetivo de agregar valor à produção agrícola e, conseqüentemente, inserir Mato Grosso no mercado competitivo do agronegócio. Com o uso de melhores variedades e investimentos em tecnologia, os produtores do Estado tiveram a sua produção ampliada de 2,7 milhões de toneladas na safra de 1980 para 8,4 milhões de toneladas na safra de 1999-2000, segundo dados da Secretaria da Fazenda do

Estado de Mato Grosso. Fato este, que colocou o território mato-grossense compondo o rol dos maiores produtores e exportadores de grãos do país, com destaque para a soja, e de outros produtos como o algodão, bovinos, suínos, aves e madeira.

Um processo contraditório configura-se no território mato-grossense, ao mesmo tempo em que se constata expressivo crescimento econômico, decorrente da produção de grãos e carnes, evidencia-se um quadro de deficiências do sistema de transporte que se apresenta mal dimensionado e bastantes precário. A região produtora de *commodities* é deficiente de vias de escoamento da produção de grãos, que ainda faz uma trajetória economicamente “irracional” (para a reprodução do capital), via terrestre pela BR-163, aos portos de Paranaguá e Santos.

Entretanto, a fragilidade da infra-estrutura física, ou seja, a precariedade dos circuitos de escoamento, passa a ser compensada pelo desenvolvimento de outros setores do capital financeiro que encontram campo fértil para se reproduzir por meio da proliferação de serviços de seguros⁶⁸, assim como pela ampliação dos denominados serviços de apoio à “logística”: os “operadores logísticos”⁶⁹. Na realidade, é o capital financeiro, que passa a ser representado pelos novos serviços, tomando e dominando até a infra-estrutura geográfica fixada do local. Enfim, o investimento não é feito apenas na infra-estrutura, mas também desloca para o desenvolvimento de novos setores de serviços que aprovisionam vultosos lucros, enquanto a “logística” permanece precária e escassa ao escoamento da produção, assim como atingir a tão desejada competitividade.

Então, novas lógicas capitalistas surgem por meio da concepção reformulada da “logística integrada” que passa a ser adotada pelas empresas como uma estratégia para solucionar os problemas de natureza financeira vinculados à excessiva imobilidade das provisões. (BOLOGNA, 2000) Concepção esta, que acaba ocultando o espaço sob uma aparente (des)importância da infra-estrutura geográfica, manifestada pelas novas formas organizacionais das empresas, na gestão dos fluxos materiais e imateriais (informação, conhecimento científico) e dos serviços.

68 O mercado de seguros agrícolas deve arrecadar US\$ 20 milhões em prêmios este ano, 53% mais que no ano passado. Em 2004, a receita foi US\$ 13 milhões. A maior participação de seguros agrícolas em operações de crédito rural é um dos fatores de crescimento. Os bancos são um importante canal de distribuição. Os riscos climáticos, a oscilação de preços das *commodities* e o endividamento dos produtores são dificuldades enfrentadas pelo segmento de seguros agrícolas. (MAPFRE SEGUROS, 2005)

69 Decorre do conceito de terceirização dos serviços logísticos (*outsourcing*) ou contrato logístico. o operador logístico é o fornecedor de serviços logísticos especializado em gerenciar todas as atividades de logística ou parte deles, nas várias fases da cadeia de abastecimento de seus clientes, agregando valor ao produto dos mesmos e que tenha competência para, no mínimo, prestar simultaneamente serviços nas três atividades básicas: controle de estoques, armazenagem e gestão de transportes. (ABVL, 2007)

A concepção atual prevalecente de “logística” está pautada na perspectiva do processo de decisão de uma integração global, como facilitador crítico para a integração das estratégias e como uma fornecedora de serviços. Portanto, a logística é concebida como a gestão de fluxos entre funções de negócios. Dornier (2000) chama a atenção para o fato de que a tendência em direção à globalização está gerando uma nova visão em operações e logística, que consiste não apenas em coordenar os fluxos relacionados à produção, distribuição ou serviços pós-venda, mas inclui também, novas funções como a pesquisa, o desenvolvimento e marketing no projeto de gestão dos fluxos.

Todavia, a concepção de “logística empresarial integrada” contribuiu para que as empresas realizassem ajustes organizacionais, produtivos e territoriais capazes de garantir maior eficácia na fluidez de seus produtos e, conseqüentemente, pudessem ampliar o poder de atuação por meio da incorporação de áreas, até então periféricas aos seus mercados. Concomitantemente, contribui também para a proliferação dos serviços complementares de “apoio” ao processo produtivo, como é o caso dos operadores logísticos⁷⁰ que cresceram em conseqüência da privatização da infra-estrutura e da crescente adoção do conceito de logística integrada (*Supply Chain Management*) pela maioria das empresas.

A interiorização cada vez maior da produção, a elevação acelerada da produção agrícola, juntamente com a idéia que se vende por meio das formulações construídas do agronegócio, estão pautadas prioritariamente na forma molecular das empresas e não na forma de atuação direta do Estado. Como as instituições de mando econômico, são ao mesmo tempo, instituições de mando espacial (LASH e URRY, 1998) o espaço passa a ser racionalizado segundo a lógica desses novos agentes econômicos que canalizam decisivamente a mobilidade de mão-de-obra, capital, mercadorias e informações.

As grandes corporações agroindustriais ligadas ao agronegócio, na busca de maior fluidez das mercadorias e competitividade, tornam-se cada vez mais exigentes para que se instale no território estruturas espaciais capazes de possibilitar maior articulação

70 Fleury e Ribeiro (2001) analisam que a ação dos operadores logísticos começa a ampliar, notadamente a partir de 1994. Uma pesquisa realizada pelos autores comprova que o faturamento médio das empresas foi de R\$ 50 milhões em 1999, mas existem diferenças significativas entre as mesmas. A maior delas obteve um faturamento de R\$ 120 milhões, enquanto a menor faturou apenas R\$ 1,0 milhão no mesmo ano. Segundo os autores, “[...] uma das empresas pesquisadas, que no ano de 1999 faturou apenas R\$ 1,0 milhão como operador logístico no país, é uma das maiores empresas de courier do mundo, com forte atuação no Brasil, sendo que o faturamento de R\$ 1 milhão não inclui as atividades de courier. Por outro lado, uma outra empresa que teve o maior faturamento dentre todas as 8 pesquisadas, no valor de R\$ 120 milhões, tem uma parte substancial de sua receita proveniente das operações de transporte rodoviário.”

entre o processo produtivo, maior integração geográfica e “logística” necessária às suas operações. Castillo (2004) pondera que:

A adoção de uma política neoliberal junto a um novo paradigma tecnológico dominante (microeletrônica, biotecnologia, redes telemáticas corporativas) propicia um novo campo de forças na estruturação das articulações entre os agentes, sobretudo da produção voltada à exportação. Essas mudanças propiciam maior margem de manobra para as políticas territoriais das grandes empresas, ampliando o campo de ação dos capitais privados no agronegócio. (CASTILLO, 2004, p.7)

As mudanças no processo produtivo, decorrente dos intensivos avanços tecnológicos e científicos, aliados ao processo de ajustes estruturais da economia brasileira, são razões que conduzem os poderes governamentais e/ou segmentos privados mato-grossenses a adotarem estratégias territoriais, notadamente no que concerne à logística de armazenamento e transporte, que possibilitem uma maior fluidez do capital, assim como atingir a competitividade.

A necessidade de ajustar as estratégias e “logísticas” ao mercado competitivo decorre do fato de o Estado de Mato Grosso possuir uma incipiente malha rodoviária, representando menos de 5% do total de estradas do Estado, e em muitos trechos mal cuidada, o que dificulta o escoamento da produção e o desenvolvimento econômico de grande parte das regiões do estado. Como a maior parte de sua produção ainda é conduzida via rodovias até Paranaguá (PR), o custo do frete é muito alto em relação ao seu preço de oferta, o que diminui as margens de lucros elevando o custo final do produto. Por exemplo, Lício e Corbucci (1986) afirmam que a soja produzida na Chapada dos Parecís, no noroeste do Estado de Mato Grosso, ao ser transportada para os portos de Santos e Paranaguá – utilizando o modal rodoviário – ficava entre 35% a 45% mais cara do que o seu preço de oferta no local de origem.

Os principais eixos rodoviários existentes no Estado de Mato Grosso foram criados nas décadas de 60 e 80, visando à integração nacional, ou seja, no período da ditadura militar, como é o caso da BR-163 (Cuiabá/Santarém) que corta o estado no sentido norte-sul e a BR-364 (Cuiabá/Porto Velho e Cuiabá/ Campo Grande) que cruza Mato Grosso no sentido leste-oeste. Dentre outros eixos rodoviários que possibilitam o processo de articulação do território mato-grossense destacam-se a BR-070 (Brasília/Fronteira com a Bolívia), de onde sai a BR-158 na direção norte, além de rodovias estaduais (Ilustração 3.1).

Ilustração 3.1. Eixos rodoviários do estado de Mato Grosso



A aparente ausência do Estado no planejamento territorial que repercute nas precárias condições da “logística” de transporte e armazenagem abriu espaço para que, a partir do final da década de 1980, com a expansão da produção da *commodity* soja no território mato-grossense, as grandes corporações do agronegócio adotassem uma política de ordenamento territorial, ou seja, equipando o território com base em uma “logística” adequada aos seus interesses econômicos. Os intensos investimentos governamentais registrados nas décadas anteriores, que permitiram a ocupação da fronteira agrícola, cedem lugar a uma nova configuração do espaço econômico regional e estadual, em que predominam os investimentos privados, sobretudo ao ordenamento do território para atender à lógica da produção agroexportadora.

Um exemplo emblemático desse processo corresponde às ações do grupo André Maggi que investiu nos diversos segmentos de estruturas geografizadas desde a melhoria das rodovias BRs 163 e 364, construção de silos e armazéns destinados à comercialização da soja, usina hidrelétrica, centro de pesquisa (Fundação Mato Grosso), implementação de cidade, assim como a implementação, em parceria com o Estado do Amazonas, de um corredor de exportação com a construção da hidrovia Madeira. Nesse sentido, como apontamos no início deste capítulo, a ação molecular das empresas pautada na “logística empresarial integrada”, se torna cada vez mais soberana diante da política do Estado, passando a ter a conotação de “planejamento territorial”. (BECKER, 1993)

A ausência de fluidez do território mato-grossense, devido à precariedade e à escassez da malha rodoviária contribuiu para que o setor privado e poder público se organizem por meio da formação de consórcios rodoviários para resolver o problema de escoamento da produção local. Dentre os inúmeros consórcios rodoviários realizados, destaca-se o asfaltamento da MT242 (entre o município de Sorriso e o Município de Nova Ubiratã) que contou com investimentos de R\$ 413.252,00 da Prefeitura de Nova Ubiratã, com a participação de R\$ 4.641.124,00 da Prefeitura de Sorriso e R\$ 125.000,00 dos produtores por quilômetro quadrado.

Essas ações conjuntas entre o poder público local, as grandes corporações do agronegócio e os “agroempresários” estão pautadas na concepção de “parceria-público-privada”⁷¹, como uma alternativa de viabilizar maior escoamento da produção agrícola e

71 As parcerias entre o poder público e o privado tornaram-se um instrumento importante na proposta de Plano Plurianual (PPA) de 2000-2003. Lei Nº 11.079 de 30 de Dezembro de 2004. Art 2 Parceria público privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa.

maior competitividade no mercado nacional e internacional. Essa ação conjunta consiste na pavimentação de rodovias, principalmente daquelas que conjugam melhor custo/benefício, permitindo, assim, maior fluxo de cargas, de pessoas, a redução do custo do transporte, a melhoria na logística de infra-estrutura e, conseqüentemente, propiciando a valorização das propriedades que estiverem localizadas no entorno.

Dentre os consórcios previstos, encontra-se o que visa dar continuidade às obras de asfaltamento da BR-163. O eixo rodoviário federal possui uma importância estratégica para o desenvolvimento regional, pois reduzirá significativamente o custo da exportação dos produtos e mercadorias pelo porto de Santarém, no rio Tapajós, permitindo estabelecer nova rota de escoamento com menor custo de frete, além de otimizar seu maior modal de transporte rodo-fluvial no eixo São Paulo-Manaus. Em outras palavras, a pavimentação da BR-163 é considerada decisiva para a integração amazônica e para o agronegócio mato-grossense. Razão esta pela qual a manutenção passa a ser feita, na maioria das vezes, pelos agentes do agronegócio, pelo menos na área de interesse de atuação dos mesmos.

A obra da BR-163 está paralisada em duas frentes: uma no sentido Santarém-Rurópolis, com 217 km sob a responsabilidade do 8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC); e a outra, de 844 km – pleiteada por um consórcio integrado por *tradings* agrícolas, construtoras, empresas do rodo-fluvial de Manaus e a Petrobrás.

Configura-se no território uma trama de agentes econômicos que se aliam por meio de consórcios na busca pelo controle da gestão da BR-163. Dentre as inúmeras alianças formadas na disputa pela gestão, destaca-se o consórcio que está sendo constituído pelas cinco maiores empreiteiras do Brasil: a OAS, a Norberto Odebrecht, a Queiroz Galvão, a Andrade Gutierrez, a Camargo Corrêa e a Trevisan Associados. A concessão de gestão prevista (25 anos) presume investimentos da ordem de um bilhão e sessenta milhões de reais para pavimentar 940 quilômetros e recuperar outros 600 quilômetros já pavimentados, mas em péssimas condições de conservação. (LE MOS, 2005) Torna-se mister fazer um parêntese para ressaltar que essas articulações ocorrem em um momento em que as *commodities*, notadamente a soja, encontravam-se no auge da pauta de exportações, no cenário atual em que a crise do agronegócio configura, o Estado neoliberal é convocado para resolver o problema decorrente do problema da “logística”.

Se por um lado, as inúmeras “parcerias-privadas”⁷², sob o formato de consórcios rodoviários, de hidrovias, que se delineiam no território, decorrem de escassez dos recursos dos poderes públicos⁷³ e pela busca de captar recursos por parte de seus gestores municipais para viabilização das obras de infra-estrutura, por outro lado, contribuem para a intensificação das disputas territoriais pelas empresas ligadas ao agronegócio.

No contexto atual, o Estado neoliberal é acionado como o regulador de ações que busquem resolver os problemas decorrentes da incipiente “logística”, ou seja, oferecendo as condições necessárias à mobilidade do capital requerida pelos agentes interessados no ordenamento territorial como uma condição ao crescimento do processo produtivo. O Estado regula por meio de mecanismos políticos (programas etc.) a participação da divisão dos custos de implementação da infra-estrutura, por meio das previstas PPPs, onde “O governo – União, estados e municípios – participam com 6,6% do valor do programa, sendo o restante suprido pelo setor privado, as estatais e alguns fundos, prevendo-se a participação crescente do setor privado.” (BECKER, 2001, p.149)

Nesse processo, o governo federal se alia à iniciativa privada promovendo os investimentos e privatização dos serviços de infra-estrutura, cabendo à iniciativa privada o papel de controle sobre a infra-estrutura de transporte, armazenagem, telecomunicações, energia, etc. Com o objetivo de aumentar a velocidade dos fluxos materiais e imateriais inseridos na dinâmica do capital, sob a égide da globalização o governo federal retoma o “planejamento territorial” com a elaboração de programas, como é o caso do Avança Brasil⁷⁴ que prioriza a recuperação de rodovias e ferrovias e a implantação de hidrovias, como pondera Becker que:

72 A nossa posição em adotar a referida terminologia decorre do fato de que seguindo as premissas conceituais de uma PPP, poderíamos afirmar que no caso das parcerias que se configuram no território Mato-grossense a PPP em que os interesses econômicos sobressaem sobre os sociais o que de fato estaria se constituindo seria mais uma Parceira-Privada que de fato uma PPP.

73 O crescimento das parcerias foi estimulado pela crise fiscal do governo, que deixou várias ações sem fonte de recursos. Essas ações somente seriam executadas se ocorresse a atração de recursos da iniciativa privada. Enquanto isso, o ‘País sofreu um processo de deterioração da infra-estrutura econômica básica, com reflexos importantes na perda de eficiência do sistema produtivo’. Dessa forma, parcerias transformaram-se em uma solução para a falta de recursos do setor público. (SOARES e CAMPOS NETO, 2004)

74 O Programa Avança Brasil (PAB) possui como princípios norteadores ‘estimular e assegurar as exportações nacionais, ampliando-as para o hemisfério norte; estreitar as relações com os países Sul-americanos, visando à consolidação do Mercosul em toda a América do Sul. É justificado pelo governo para a retomada do Plano Plurianual de Investimentos (PPA 4 anos) e dos Orçamentos, um primeiro componente da estratégia governamental. Um segundo, é a participação do setor Privado. A cooperação internacional está presente na concepção técnica do Programa e, espera-se, nos investimentos produtivos. A estratégia territorial é um componente central da PAB e visa intensificar a fluidez do território”. (BECKER, 2001, p.149).

Após uma década de retração, em 1996, o governo federal, através do Ministério do Planejamento econômico e territorial no país com o Programa Brasil em Ação, pautado em corredores de desenvolvimento para acelerar a circulação do território [...]. Resgata-se, assim, o modelo exógeno associado ao projeto tecno-industrial na década anterior. Este vetor reúne projetos de atores interessados na mobilização de recursos naturais e de negócios, tais como empresas, bancos nacionais e internacionais, segmentos de governos estaduais, federal, Forças Armadas. [...] Seus principais instrumentos são: o PPA, que expressa a estratégia federal e define as áreas prioritárias para a alocação dos recursos orçamentários da União para os próximos quatro anos; e os Eixos de integração e Desenvolvimento (ENIDS), que constituem a principal agenda do Programa, e para os quais foram destinados R\$ 317 bilhões nos próximos oito anos. (Becker, 2001, p. 150)

No Estado de Mato Grosso, o Programa prevê a integração dos principais eixos viários como a BR-364 e a BR-163 às Hidrovias Rio das Mortes-Araguaia-Tocantins; da hidrovia Madeira; trecho de ampliação da Hidrovia Tietê-Paraná, à Hidrovia Paraguai-Paraná e à Ferronorte. Todas elas fazendo parte de um sistema Multimodal de transportes, de acordo com a previsão de investimentos constantes no Programa Brasil em Ação, do Governo Federal. Os principais eixos são:

O eixo Sul I (Ferronorte) tem como objetivo interligar a capital do Estado (Cuiabá) ao sistema ferroviário nacional através da FEPASA e, numa segunda etapa ao triângulo Mineiro, podendo atingir tanto os portos de São Paulo como o porto do Rio de Janeiro e o do Espírito Santo. Atualmente, os trilhos que tinham como previsão chegar à Rondonópolis e Cuiabá no ano de 2003, não foi concretizado; atingindo apenas o município de Alto Taquari (MT).

O corredor de exportação eixo Oeste/Norte (Hidrovia /Madeira/ Amazonas) é formado pela produção de soja da Chapada dos Parecís, Sul de Rondônia e Amazonas, em áreas de domínio do Cerrado. A produção agrícola da Chapada dos Parecís – que abrange os maiores municípios produtores de Soja – Campo Novo do Parecís, Sapezal e Campos de Júlio, chega a Porto Velho pela rodovia BR-364. A produção percorre 100 quilômetros de estrada de terra até o município de Comodoro e, a partir daí, mais 880 quilômetros de asfalto da rodovia BR-364 até o terminal de Porto Velho, de onde é transportada por barcaças com capacidade para 2000 toneladas que levam a soja até o Porto de Itacoatiara. Como se observa na Ilustração 3.2.

Ilustração 3.2. Logística de Transporte – Projeto Avança Brasil



Fonte: Atlas Geográfico de Mato Grosso (2002)
Elaboração: Zuleika Arruda
Cartografia: Leodete Miranda

Além dessa hidrovia, em franca utilização, o Estado conta com outras duas, a do Paraná-Paraguai e a do Araguaia – Tocantins, que enfrentam sérias dificuldades para sua real implantação por se localizarem em área de grande biodiversidade e por atravessarem territórios indígenas, como é o caso do Araguaia-Tocantins. O eixo Sul II (Hidrovia Paraguai-Paraná) considerado um dos principais fatores de integração do continente Sul Americano, já se encontra em operação ligando Mato Grosso, a partir de Cáceres, com a Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai; e o Eixo Leste/Norte (hidrovia Rio das Mortes/ Araguaia-Tocantins) que deve interligar Mato Grosso à ferrovia Carajás e ao Porto de Itaquí, no Maranhão, permitindo o escoamento da produção agropecuária e agro-industrial dos Cerrados e mínero-metalúrgica da Amazônia Oriental.

Além dos eixos abordados, outra proposta governamental prevista para o escoamento da produção de Mato Grosso é a ligação Sudoeste - Pacífico. Esse eixo prevê a ligação do município de Cáceres (MT) a S. Matias (Bolívia), seguindo para Santa Cruz de La Sierra e, posteriormente, para os portos de Arica, no Chile e Iquique, no Peru.

Com o objetivo de avaliar as reais potencialidades e/ou entraves da ligação bioceânica Atlântico – Pacífico, no ano de 2005, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, autoridades e empresários mato-grossenses realizaram a “Expedição Estradeiro Internacional” – que percorreu mais de 5.400 Km na Bolívia, Peru e Chile. Nessa viagem, o governador constatou que Mato Grosso tem vasta oportunidade de negócios com os países andinos por ele visitados, mas que, ao mesmo tempo, não é atrativo competir pela exportação de *commodities* pelos portos do Pacífico. As razões apontadas incluem a distância destes aos centros produtores de grãos e plumas em relação às alternativas brasileiras, os entraves institucionais na Bolívia e pela barreira natural dos Andes. Aliado a esses fatores acrescentou ainda, o entrave operacional dos Portos do Norte chileno e no sul peruano que não possuem capacidade de atender à demanda mato-grossense de exportação de *commodities*. (GOMES, 2005) Integração esta, que como os demais projetos, não passa de projetos de viabilidades de “desenvolvimento econômico”.

A política territorial adotada pelo governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva para a consolidação do projeto de desenvolvimento econômico brasileiro, é o PAC, que tem como base programas anteriores como o dos ENID, postos em prática com PPAs Brasil em Ação (1996-99), Avança Brasil (2000-03) e Brasil para Todos (2004-07).

O Programa de Aceleração ao Crescimento tem como objetivo garantir a conexão competitiva de partes do território nacional no mercado internacional, diminuindo os custos da produção e a maior aproximação com os mercados consumidores internos e externos. O PAC encontra-se alinhado com as diretrizes da IIRSA, integração definida, durante o primeiro mandato do presidente Lula (de 2003 a 2006), como fundamental para a inserção competitiva da economia brasileira no mercado cada vez mais globalizado. A IIRSA e o PAC incidirão significativamente na reestruturação dos territórios, posto que os impactos dessas duas estratégias serão profundos e abrangentes na medida em que evidenciarão a disputa pelo acesso e uso desses territórios e, conseqüentemente, de seus recursos naturais.

O Estado de Mato Grosso, considerado um dos maiores produtores de *commodities* agrícolas, mas que, no entanto, apresenta a “logística” como um dos gargalos para atingir a competitividade, torna-se alvo prioritário das políticas que passam a serem implementadas pelo PAC no ano de 2007⁷⁵. O programa prevê a retomada da ação das prioridades traçadas nos programas anteriores, destinando recursos para a consecução de diversas obras de infra-estrutura a serem executadas até o ano de 2010. Entre essas obras estão, a pavimentação da BR-163 que corresponde ao trecho Guarantã do Norte (MT) – Rurópolis (PA), a duplicação da BR-163/364 (Rondonópolis – Posto Gil), a conclusão da BR-158 e 242 (Sorriso – Cocalinho) rumo a Goiás, que representará o acesso ao mercado e aos portos do Nordeste brasileiro. Além dessas obras, o PAC prevê a ampliação de linhas de transmissão de energia em todo o Estado, assim como retomar a discussão da hidrovía Paraguai/ Paraná, na região de Cáceres. (GÓIS e GATIBONI, 2007)

A IIRSA, assim como o PAC, com seus múltiplos projetos de infra-estrutura multimodal, encaixa-se com os interesses das regiões produtoras de *commodities* soja, como é o caso de Mato Grosso, no que diz respeito à criação da infra-estrutura de transportes necessária ao escoamento eficiente da produção, considerando que os custos de transporte são a chave da competitividade internacional.

Com a pavimentação da BR-163 a rota de transporte será mudada para embarque fluvial em Santarém e Itaituba, o que reduzirá a duração da viagem no rio Amazonas. A pavimentação permitirá, também, uma nova rota para o mercado inter-

75 Vale chamar a atenção do poder político do Estado de Mato Grosso (como representante dos agentes do agronegócio) frente às negociações junto ao governo federal. Analisando os recursos que estão sendo destinados pelo PAC para Mato Grosso, como uma das “áreas de prioridade de investimento” priorizando os corredores de exportação e, conseqüentemente, atendendo as reivindicações dos agentes do agronegócio.

regional de Mato Grosso com o Nordeste, para onde serão escoados produtos agrícolas, sobretudo soja, milho e arroz, e de onde serão importados sal, insumos agrícolas, química fina, derivados de petróleo, medicamentos e outros produtos. Toda essa infra-estrutura "logística" criará condições para os estabelecimentos, agroindustriais, armazéns, em torno dos principais eixos viários e próximos às fontes de matérias-primas, possibilitando maior agilidade da produção em direção aos principais mercados nacionais e internacionais.

Entretanto, a superação da barreira espacial por meio da implementação da "logística" não constituirá apenas a chave para atingir a competitividade, como possibilitará que se diminua o tempo de movimentação do capital, por meio do aumento da velocidade de circulação, da diminuição das perdas de mercadorias, do aumento da possibilidade de escoamento da produção destinada aos mercados mundiais, e, conseqüentemente, aumentará a produção de excedentes que será apropriada pelos agentes envolvidos no processo produtivo de *commodities* agrícolas.

Com a implementação da infra-estrutura "logística", a ação molecular do capital, representada pelas corporações do agronegócio, encontrará as condições necessárias para se reproduzir e ampliar o capital. Estas condições passam a ser concedidas pelo Estado por meio dos ativos destinados ao uso coletivo, como as estradas e os portos que passam a ser entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado possa investir neles, via os denominados projetos de parcerias público-privado para a implementação dos corredores de exportação. Nesse sentido, utilizando as palavras de Harvey (2004, p. 111): "O Estado constitui o corpo político mais eficaz para orquestrar os arranjos institucionais e manipular as forças moleculares de acumulação do capital para preservar os padrões de assimetrias nas trocas mais vantajosas para os interesses capitalistas dominantes."

A competitividade para obter o controle desses pontos estratégicos com vistas à instalação de corredores de exportação constitui o alvo das corporações do agronegócio. Isto porque uma estrutura eficiente para o transporte (portos, aeroportos, estrada de ferro, rodovias) e, em especial, a oferta de serviços de transporte e uma logística integrada de alto nível, constituem em fatores imprescindíveis para atingir maior competitividade e auferir vultosos lucros, fortalecendo a produção do espaço corporativo. A noção de espaço corporativo deriva de tal mecanismo, que inclui uma utilização privilegiada dos bens públicos e uma utilização hierárquica dos bens privados. É dessa forma que os maiores lucros são obtidos por alguns agentes, ainda que trabalhem sobre os mesmos bens e embora estes sejam nominalmente públicos. (SANTOS e SILVEIRA, 2002, p.295)

A trama de interesses se sobrepõe⁷⁶ no espaço, onde as grandes decisões governamentais para viabilização da construção de hidrovias, pavimentação de rodovias, entre outras, estão associadas à lógica de expansão territorial dos interesses econômicos dessas corporações. Esta lógica não só tem acirrado o uso competitivo do espaço, que se mostrar um uso hierarquizado, na medida em que algumas empresas dispõem de maiores possibilidades para a utilização dos mesmos recursos territoriais (SANTOS e SILVEIRA, 2002), como também tem provocado a alteração da lógica socioespacial pré-existente.

Para se ter idéia, a possibilidade de melhoria da BR-163, tem contribuído para a expansão da soja, pelos produtores rurais mato-grossenses em direção a Santarém, notadamente, no Baixo Tapajós. E, mais uma vez, o processo de acumulação do capital via espoliação evidencia-se no território mato-grossense por meio da ampliação da área plantada da soja às custas do desmatamento da Floresta Amazônica, da expulsão de pequenos produtores e pelo confinamento de povos indígenas nessas regiões. O mesmo processo ocorre em áreas de expansão da Soja no Cerrado na região produtora de grãos do Chapadão dos Parecís, como afirma Pasca (2005), pautado no discurso do agronegócio, o governador Blairo Maggi, formula uma 'nova política indigenista' pautada em estratégias que procuram expandir as áreas de expansão da soja sobre as terras indígenas do Cerrado mato-grossense. Nesse processo, os grupos indígenas que se submetem ao modelo do agronegócio são recompensados, ao passo que, aqueles que ameaçam frear a frente de expansão da soja, como por exemplo, os Xavantes, são tratados como entrave ao progresso.

Em decorrência do quadro socioespacial e político em que se apresentam essas regiões produtoras de *commodities* agrícolas, podemos inferir que a estratégia territorial que ora se configura é seletiva, ao priorizar áreas estratégicas para a exportação de *commodities* e, excludente à medida que apenas um segmento da sociedade se beneficiará da "logística" a ser implementada, ou seja, as corporações em rede que compõem o agronegócio, enquanto a população mato-grossense arca com o ônus ambiental e com os problemas sociais. Socializam-se as forças produtivas, sem, no entanto, que os lucros em forma de benefícios para a sociedade sejam socializados.

O que tentamos demonstrar até o momento é que, a ausência de fluidez do território, representada pela "incipiente logística" de transporte e armazenagem, requeridos

76 Vale ressaltar que, no momento atual, em Mato Grosso, as decisões governamentais se sobrepõem aos interesses privados, uma vez que, o poder público estadual – o governador Blairo Maggi – é dono de uma das maiores corporações do agronegócio, a empresa AMAGGI. (SILVA, 2003)

para o escoamento das *commodities* agrícolas, contribuiu para que o espaço fosse apropriado e produzido por novos agentes privados que se configuram na fronteira do agronegócio. O espaço é apropriado pelas corporações agroindustriais em rede ligadas à produção, comercialização e circulação de *commodities* agrícolas, que investem em infraestrutura de transporte, comunicações, armazenagem e serviços em geral (na forma de capital fixo) adequados às suas necessidades.

Destarte, novos objetos geográficos são incorporados nessas regiões produtoras de *commodities* agrícolas, com a presença de maior oferta de serviços logísticos como, armazéns, silos, empresas de transporte, suprimentos agrícolas, e agroindústrias que possuem a base territorial nas cidades. A lógica que prevalece é a imposta pelas grandes corporações do agronegócio, comandada pelo mercado global. O espaço passa a ser selecionado em pontos que consideram instrumentais para a sua existência produtiva. (SANTOS e SILVEIRA, 2002)

Marcada pela nova divisão territorial do trabalho, a paisagem geográfica predominante é caracterizada, cada vez mais, pela presença de algumas regiões ou centros urbanos privilegiados para a instalação de infra-estrutura logística e com acesso direto a estradas, pelas quais se desenvolve o processo de globalização, enquanto outras, que se encontram sumariamente marginalizadas, tanto em relação à rede de transporte, como dos serviços de logística de armazenagem. Outrossim, regiões que contam com fortes vantagens competitivas, representadas pela oferta de serviços logísticos e, regiões ou centros urbanos que se caracterizam por níveis de excelência na produção agrícola, dependem fortemente de outras áreas para os serviços de logística integrada ao processo produtivo.

Todas as estratégias espaciais das grandes corporações do agronegócio que impõem a logística para a acumulação do capital, vão se configurar no território mato-grossense, na constituição de regiões e centros dinâmicos do agronegócio. Adquirem configuração de pólos os municípios de Rondonópolis, Sinop, Sorriso, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Primavera, Campo Verde, Sapezal, Campo Novo do Parecís e Campos de Júlio, como pode ser constatado na Ilustração 3.3.

Conforme a ilustração 3.3, as cidades novas⁷⁷ da fronteira agrícola-tecnificada passam a ter uma nova lógica espacial, assegurando posição privilegiada nos

77 O termo cidade nova é atribuído às localidades criadas no território brasileiro, a partir da década de 70, por iniciativa de grandes companhias privadas (colonizadoras) e ou Estado, de acordo com um plano urbanístico bem definido. (ARRUDA, 1997; BECKER et al, 1990, COY, 1980, 1990, 1995) A concepção difere das cidades novas

circuitos mercantis e financeiros em escala nacional e global controlados por grandes corporações agroindustriais e *tradings* com destaque para o GRUPO MAGGI, CARGIL, CEVAL, ADM, BUNGE, CARAMURU, FRIBOI etc., que centralizam uma diversidade de atividades, que abrange desde recursos financeiros, armazenagem, agroindustrialização, como monopolizam o mercado de exportação.

Com o predomínio de uma agricultura científica-tecnificada, que exige o uso intensivo de fertilizantes, defensivos agrícolas, sementes, implementos e máquinas agrícolas, tratores, colheitadeiras, etc. essas regiões passam a ser alvo das empresas que atuam no circuito produtivo agrário no segmento de comercialização, transporte, armazenagem e exportação. Em decorrência do potencial mercado consumidor para seus produtos, as regiões produtoras de *commodities* agrícolas, passam a ser alvo das maiores empresas que comercializam insumos, máquinas e equipamentos agrícolas do Estado ou dos grandes centros econômicos que instalam as suas representações sob o sistema de franquias (*franchise*).

Analisando os dados fornecidos pelo SECEX 2006 das empresas sediadas nos municípios mato-grossenses que realizaram o maior volume de transações econômicas voltadas para a exportação, constatou-se que os municípios produtores de *commodities* agrícolas foram o que apresentaram maiores ganhos financeiros, com destaque para as corporações Grupo Amaggi, Cargil, Bunge, Adm do Brasil Ltda, Maeda S.A. Agroindustrial, Fiagril Comércio e Representações Ltda, Fertimig Fertilizantes Ltda, Solo Vivo Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda, Agro-Sam Agricultura e Pecuária, Madeireira Rio Negro S.A, dentre outras empresas. Fato relevante a ser considerado é que, embora o agronegócio mato-grossense possua a soja como o grande vetor na dinâmica de organização socioespacial, outras *commodities* como a madeira, carnes e algodão, são as *commodities* geradoras de lucros para as empresas, assim como pelos exportadores físicos.

concebidas pelos países industrializados (desenvolvidos) cuja idéia consiste em descongestionar as grandes metrópoles implantando novos centros suficientemente afastados para vencer as principais forças centriptas e evitar os conhecidos inconvenientes das 'Subúrbios-Dormitórios' nas periferia imediata aos centros urbanos. (DERYCKE e PIERE-HENRI, 1971)

Ilustração 3.3. Distribuição espacial da logística na região do agronegócio.

MUNICÍPIO	LOGÍSTICA					
	ARMAZENAGEM	TOTAL	TRANSPORTE	TOTAL	EMPRESAS AUTORIZADAS PARA COMERCIALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DE AGROTÓXICOS /SUPRIMENTOS AGRÍCOLAS	TOTAL
Campo Novo do Parecis	ITAMARATI S.A, CARGIL ADM, AMAGGI, CEVAL CENTRO OESTE S/A, COPROCENTRO	88	Transportas de Carga	7	Agro Amazônia, Rondomaq, Gotardo Máquinas Agrícolas Ltda, GG Máquinas Agrícolas, Werner & Werner, Aero Agrícola Campo Vovo LTDA Centro-Texas Aero Agrícola Ltda, CMV Aviação Agrícola Ltda.	15
Campo Verde	CEVAL ALIMENTOS S.A, SADIA S/A, BUNGUE AGROOFERTIL S/A, CARGIL , FAZ. MARABÁ, CONACENTRO, FAZ. FILADÉLFIA, ARMAZ.XAVIER, ARMAZ. MASUTTI.	78	Transportadoras de carga	10	Agrosafra, Nutritec, Sementes Campo Verde, Iguaçu Máquinas, Rondomaq, Agro-sol Sementes, Aero Sol Aviação Agrícola Ltda, Amercasul Aero Agrícola Ltda, Ferrax Aviação Agrícola Ltda, Campos Verdes Aviação Agrícola Ltda.	16
Campos de Júlio	CARGIL, CEVAL S/A, SPERAFICO S/A , SEMENTES MAGGI S/A,BUNGE, OVETRIL, ARMAZ.XAVIER, ARMAZ. MASUTTI.	43	Transportadoras de Carga	3	Agrosul, Agrocampo, Agro Amazônia, Adufertil, Andremaq, Grupo Massuti, Agropecuaria Futuro, Terra Organic.	11
Lucas do Rio Verde	ADM, COPERLUCAS, CEVAL ALIMENTOS S/A, CARGIL S/A, COAGRIL, ABRAGEL, BUNGE, MAGGI, ABRAGEL.	56	Transportadoras de Carga	6	Adubos Mocia, Lucas Aviação Agrícola Ltda.	10
Nova Mutum	ADM, COPERVALE, CEVAL ALIMENTOS S.A, ECOPLAN AGROP LTDA, PARAGUAÇU TÊXTIL S/A.	48	Transportadoras de Carga	5	Adubos Mocia, Aero Agrícola Nova Mutum Ltda, MT Aviação Agrícola Ltda, Santa Luzia Aviação Agrícola Ltda.	13
Primavera do Leste	AMAGGI LTDA , SPERAFICO LTDA, CARAMURU ARMAZENS, PRIMAGEL LTDA, NATIVA COM. R. LTDA, ALG.REDENTORA LTDA, PARAGUAÇU TEXT SA, OVETRIL. AGC.	91	Transportadoras	25	Adubos Viana, Agrolito Case Máquina Ltda, Iguaçu Máquinas Qondomaq, Aero Agrícola Niebiesch Ltda, Agrototal Aero Agrícola Ltda, Aliança Aviação Agrícola Ltda, Aviação Agrícola Sonho Dourado Ltda, Empresas de Vição Agrícola (12), Casa Agropecuaria (14) e Revendedora da Implementos Agrícolas (15)	41
Sinop	AMAGGI, CONAB, KAMIZE AGRIC. S.A, ADM, BUNGE.	24	Transportadoras de Carga	15	Agro Baggio, Agro Visão, Aeronorte Aviação Agrícola Ltda ,Aero Verde Vição Agrícola Ltda, Floresta Aviação Agrícola e insumos Ltda, Naia Aero Agrícola Ltda.	15
Sorriso	CONAB, CEVAL ALIM,SA COOASOL, SAGEL SORRSO ARMS GERAIS LTDA, ARMS GERAIS DO VALE SOURADO LTDA, BARREIRO ARMAZENS GERAIS.	74	Transporte de Carga 04	12	Agro Baggio, Agro Visão , Adubos Mocia, Aerojato Aviação Agrícola Ltda, Afine Aviação Agrícola Ltda, Agrifor Aviação Agrícola Formhel Ltda, Aviação Agrícola Entre Rios Ltda . Total de Empresas aeroagrícolas (07)	31
Sapezal	AMAGGI, CEVAL ALIM S.A, BUNGE, BOM FUTURO, CARGIL, ARMS..GER.SCHECHELISACHETI AMRS GERAIS LTDA.	67	Tranportadora de carga rodoviária	6	Semaggil, Agro Amazônia,Aero Agrícola Sapezal Ltda, Michellis Aviação Agrícola Ltda.	27
Rondonópolis	CONAB, MAGGI, MONAGEL, ADM PAGEL LTDA, CEVAL ALIM S.A SPAGEL, SALES AGROP LTDA, ZOOFORT LTDA.	72	140 Transportadoras de cargas rodoviárias, 60 empresas agrícolas com frota própria	200	Iguaçu Máquinas, Sementes Bom Futuro, Grupo Garça Branca, Agrolito Case Maq, Agrícolas, Agro Amazônia, Rondomaq, Aeroagrícola Bom Futuro LTDA, Agroer Aviação Agrícola Ltda, Monica Aviação Agrícola Ltda, Suprema Aviação Agrícola Ltda.	23

Fonte: Anuário 2004- SEPLAN MT / Dados municipais -2004. (Org. Z.A.Arruda)

Como ponderamos anteriormente, em decorrência do potencial mercado de *commodities* agrícolas as empresas se (re)estruturam com a incorporação de uma “gestão integrada” buscando ampliar sua qualidade e produtividade em produtos e serviços para atingir a competitividade. Novas estratégias gerenciais foram adotadas no processo de distribuição de mercadorias tangíveis dentre elas, a contratação de prestadores de serviços, que oferecem soluções logísticas quer seja para a realização do transporte, armazenagem, estocagem e informação, de maneira integrada ou não. Ou seja, aquelas empresas que atendem somente ao segmento de transporte ou armazenamento. O objetivo maior da

contratação desses serviços consiste em reduzir os custos totais de “logística” e aumentar a flexibilidade das operações. Como os operadores logísticos são forçados a diminuir o tempo de ciclo na distribuição dos produtos, torna-se vantajoso para os usuários a contratação desse tipo de serviço.

Em Mato Grosso, prevalecem as duas formas, porém como os agentes que compõem o circuito gerador do agronegócio são formados pelas grandes corporações e produtores capitalizados, intensifica cada vez mais o uso dos serviços especializados em logística. Como é o caso da empresa INLOGS Logística LTDA que se destacou, segundo dados fornecidos pelo SECEX (2001-2006), no rol das empresas exportadoras que apresentaram o maior volume de capitais proveniente das atividades realizadas no segmento do circuito do agronegócio.

No setor de transporte, as empresas oferecem serviços especializados, com tecnologia de informação (GPS e ou Roteirizador), sistema de seguros para carga, dentre outros serviços. Das regiões estudadas, embora em todas cidades existam empresas especializadas no transporte de carga, a cidade de Rondonópolis é o destaque. A cidade se destaca por concentrar o maior número de empresas transportadoras de carga, empresas agrícolas com frota própria, assim como a maior frota, que contabiliza 4.500 caminhões, dos quais cerca de 3.000 do tipo bitrem (veículo de seis eixos).

O setor de armazenagem no Estado de Mato Grosso começou a se desenvolver concomitantemente à expansão da fronteira agrícola, por meio do estímulo que foi concedido à colonização privada. No entanto, o acirramento do processo inflacionário iniciado na década de 1980, houve um descompasso entre a produção agrícola e o setor de armazenagem, como consequência da ausência de uma política específica para o setor. Com o objetivo de resolver o problema o Governo Federal criou a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB⁷⁸) no ano de 1991.

Embora a CONAB esteja atuando no Estado de Mato Grosso, nas regiões produtoras de *commodities* agrícolas, as instalações de estruturas de armazenagem, fomento comercial e financiamento passam a ser de controle das grandes corporações ligadas ao agronegócio, como a BUNGE, AMAGGI, CARGIL, ADM, etc. cujo poder está

78 A CONAB foi criada pelo Decreto Lei número 8.029 de 12 de Abril de 1990, tendo iniciado suas atividades em 1 de janeiro de 1991. O surgimento da CONAB representou um passo importante na racionalização da estrutura do Governo Federal, pois se originou da fusão de três empresas públicas, a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), que atuavam em áreas distintas e complementares, quais seja, fomento à produção agrícola, armazenagem e abastecimento, respectivamente. (CONAB, 2003)

materializado na paisagem geográfica dessas localidades, como pode ser observado na Ilustração 3.4.

Ilustração 3.4. Corporações do Agronegócio



Foto: Z.A. Arruda (2005).

A concentração do setor de armazenagem, nas mãos das grandes corporações do agronegócio voltadas para as exportações – as *trandings*, está relacionado aos elevados custos para a aquisição, instalação e manutenção dos equipamentos de armazenagem por parte dos produtores rurais, principalmente, os menos capitalizados. Deixando-os “reféns” às regras impostas por essas corporações, principalmente, no que diz respeito ao arrendamento para a armazenagem da safra agrícola.

Ao analisar os preços de processamento, de armazenagem e de expedição da soja, praticados pelo governo Federal através da CONAB, Souza (2003) chega à conclusão que os preços eram, em média, 78,44% mais baixos do que os praticados pelos armazéns gerais particulares, para dois meses de arrendamento. No entanto, o prazo de dois meses concedido pela CONAB, não é suficiente para o produtor realizar as negociações, penalizando dessa forma aqueles que dependem de estrutura de armazenagem de terceiros.

Abrindo assim, margem para que as empresas privadas de armazenagem detenham o monopólio do processo de armazenagem e auferam vultosos lucros. Pois, os armazéns passam a deter o controle do processo produtivo que abrange desde a produção, comercialização *in natura*, industrialização, consumo, no atacado e no varejo, até nos estágios de importação e exportação de grãos e insumos, participando dessa forma, de toda a dinâmica de reprodução ampliada do capital no circuito que compõe o agronegócio.

A aceleração do tempo de giro da produção envolve acelerações paralelas de troca de consumo. Sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxo de informações associados com a racionalização técnica de distribuição (empacotamento, controle de estoques, containerização, etc) possibilitaram a circulação de mercadorias no mercado com velocidade maior.

Torna-se mister ressaltar que, nessas regiões o problema de armazenagem não constitui o problema maior enfrentado pelos produtores, como no início da ocupação da fronteira, uma vez que a concentração das grandes corporações, ligadas ao setor torna-se hegemônica nas regiões produtoras de *commodities* agrícolas. Outro fator é devido à existência de grandes produtores que dispõem das unidades armazenadoras de fazenda⁷⁹, além da presença de armazéns pertencentes às cooperativas. A intensificação do uso de

79 As unidades de Fazenda são aquelas localizadas nas propriedades rurais, destinadas ao atendimento de um só usuário. Nessas são retidas a produção por um período curto, o suficiente para a comercialização e/ou escoamento para outras áreas. Essas estruturas, com exceção dos silos verticais, geralmente são utilizadas ainda nos períodos de entre-safras, para guarda de máquinas e insumos agrícolas de um modo em geral. São compostas por equipamentos mínimos e necessários aos trabalhos de preparação dos grãos para estocagem e comercialização: pré-limpeza, secagem e tratamento fitossanitário. (SOUZA, 2003)

equipamentos para realizar o armazenamento (Silos, equipamentos de secagem, armazém graneleiro, etc.), possibilitou que empresas fornecedoras de equipamentos para o setor proliferassem no espaço (representantes da Kepler Weber, etc.).

A análise dos dados do SECEX (2001-2006) permite-nos identificar a localização geográfica dessas empresas, demonstrando que as mesmas se apresentam localizadas, em sua maioria, nas áreas urbanas e ou nas proximidades dos principais eixos viários como a BR-163, 364, 070⁸⁰, entre outras. O que nos possibilita afirmar que, a base da atividade produtiva ocorre no campo, mas é na cidade que se encontra a condição necessária para a circulação dos fluxos materiais e imateriais decorrentes da circulação do circuito produtivo e para a efetivação do agronegócio.

Com a expansão da fronteira agrícola-tecnificada, pautada no agronegócio, a “logística” de armazenagem apresenta nos últimos anos aumento considerável, com ampliação das instalações de armazéns e silos notadamente nos ‘centros urbanos dinâmicos do agronegócio’, construindo uma paisagem singular nesses espaços.

A geografização desses equipamentos agrícolas no espaço urbano, conferindo-lhes uma composição de paisagem híbrida, onde, paradoxalmente, o urbano e o rural se articulam para atender aos interesses de expansão do capital. Destarte, a logística constitui-se como agente indutor na cidade entre os centros de mercados, as agroindústrias e o mercado consumidor, alterando a dinâmica preexistente e criando novas relações entre as cidades-campo e os mercados distantes. Essas condições materiais e organizacionais decorrentes desse feixe de eventos provocados pelo agronegócio têm dimensionado uma nova configuração urbana, pois a operação e logísticas, concebidas hoje como uma fornecedora de serviços, têm contribuído para a intensificação de fluxos materiais e imateriais, dinamizando a economia urbana e intensificando o processo de urbanização nessas áreas.

Uma urbanização corporativa⁸¹, em expansão, uma vez que os recursos para a construção dos fixos (armazéns, silos, estradas, portos, e até mesmo da criação de cidades⁸²) foram aplicados privilegiando os interesses econômicos das colonizadoras

80 É mister enfatizar que esses núcleos urbanos são cortados por esses principais eixos BR-163 (Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop), pela BR-070. (Campo Verde e Primavera do Leste) e 364 (que corta Rondonópolis,) e articula à Rodovia BR-174 (Campos de Júlio, Sapezal e Campo Novo do Parecis).

81 Estamos utilizando esse termo no sentido de que o processo de urbanização assim como a produção das cidades já nascem sob a lógica do capital monopolista. O espaço sendo apropriado pelos grupos privados.

82 Como exemplo podemos apontar a criação da cidade de Sapezal pelo Grupo Maggi.

privadas e, posteriormente, das grandes corporações agroindustriais, que possuem uma lógica exógena ao território, em detrimento aos interesses sociais locais. No caso específico do Estado de Mato Grosso, esse processo é evidenciado desde o processo inicial de produção espacial da fronteira agrícola, onde as cidades são criadas como base logística para o processo de ordenação territorial da fronteira (Becker 1990) por meio da ação intensiva das colonizadoras privadas, pautadas na presença do capital monopolista, sob o respaldo do Estado.

E, em um segundo momento, sob o comando do capital financeiro, pela ordenação do território aos interesses das corporações agroindustriais com implementação de infra-estrutura necessária e indispensável ao processo produtivo, à circulação dos produtos para atingir o mercado mundial e dimensionar a capacidade de exportação das *commodities* agrícolas, provocando repercussões no processo de urbanização do território.



PARTE III

DA PRODUÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA À URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO - DINÂMICA TERRITORIAL NA REGIÃO DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO

CAPÍTULO 4

EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA: DA INVENÇÃO DAS “CIDADES” À URBANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE

A urbanização que se configura no território norte mato-grossense constituiu o resultado das estratégias adotadas pelo governo federal – a partir da década de 70, para viabilizar a efetiva ocupação e controle da fronteira, via projetos de colonização privada ou pública, como já foi discutido no capítulo anterior deste trabalho. O plano de colonização que passou a ser executado - além das finalidades geopolíticas e econômicas - trouxe no seu bojo a execução de um Plano de Desenvolvimento Urbano para a Amazônia, pautado em um modelo de integração urbano-rural, ou seja, que objetivava levar a cidade para o campo.

O modelo de urbanismo-rural previa, por meio do planejamento e ordenamento territorial, a criação de Agrovilas (pequeno centro urbano destinado à moradia dos que se dedicam a atividades agrícolas, pastoris); de Agrópolis (um centro urbano agro-industrial, cultural e administrativo destinado a dar apoio à integração social ao meio rural) e de Rurópolis (um centro urbano-rural diversificado - de atividades públicas e privadas -, possuindo comércio, serviços sociais, culturais, religiosos, não apenas de interesse local, mas para servir à área de influência). (INCRA, 1973)

Com a finalidade de induzir “a zona rural à vida comunitária” e assegurar o bem-estar da população da gleba, os núcleos coloniais implementados pelas colonizadoras (em sua maioria privada) foram dotados de uma infra-estrutura básica como: hospital, igreja central de medicamentos, hotel, escola, estabelecimentos comerciais, etc. Esses núcleos coloniais - que correspondiam aos centros urbanos propriamente ditos - encontravam-se estrategicamente localizados na gleba, facilitando a comunicação dos moradores do meio rural e exercendo papel de pólos urbanos por concentrarem as funções político, administrativos e prestadores de serviço à unidade territorial.

Entretanto, esse modelo, se na sua íntegra não foi executado pela maioria das empresas colonizadoras e, posteriormente, pelos novos incorporadores, em sua essência a filosofia prevaleceu, com a criação de núcleos urbanos planejados que centralizavam os serviços de infra-estrutura básica, equipamentos funcionais, bens e serviços para a sustentação do empreendimento colonizador; cumprindo assim, o seu papel de articulador do meio urbano-rural, criando a base necessária para a inserção do modelo urbano-industrial no território mato-grossense.

A produção espacial da fronteira marcada pela crescente importância da (re)produção do capital monopolista e a sua expansão em escala mundializada, fez com que a cidade fosse produzida não apenas como centro da produção e consolidação da fronteira, mas também, como lócus de controle da (re)produção da sociedade capitalista em termos de produção, da força de trabalho, da troca e dos padrões de consumo (de mercadorias tangíveis e intangíveis). Nesse aspecto, na fronteira o espaço constitui um instrumento político imprescindível para o processo de ocupação territorial.

A construção de núcleos urbanos significou a materialização das condições gerais necessárias à reprodução do capital industrial no campo, assim como, a inserção desse espaço no contexto da escala mundial de relação capital-trabalho. O capitalismo não só apreendeu o espaço preexistente, a terra – como meio de produção –, mas produziu o seu próprio espaço através do processo de urbanização da fronteira agrícola.

A ausência de formas pretéritas, que está relacionada não apenas a formas espaciais fixas, mas também à ausência de organizações regionais capazes de resistir às novas formas de apropriação e expansão do capital monopolista e, a escassez de uma força de trabalho necessária para a organização do mercado de trabalho regional tornaram-se condições imprescindíveis para que fosse instalada de uma só vez toda a materialidade contemporânea indispensável a uma economia capitalista exigente em movimento com fortes repercussões no processo de urbanização do território. No intervalo de apenas dez anos – de 1970/80 –, segundo dados do IBGE, a taxa de urbanização desse espaço passou de 20,5% para 32,32%, o que correspondeu a um crescimento relativo de 342,57%, processo este, que ocorre concomitantemente, com a ocupação do território pelas atividades agrárias.

O processo de urbanização nas décadas de 1970 e 1980 não foi uma consequência direta do processo de industrialização, que ocorreu na maior parte do território brasileiro, mas sim, constituiu parte de um processo de ordenamento do território para a

expansão da fronteira agrícola, ou seja, para a inserção desse espaço na escala de (re)produção ampliada do capital. A urbanização ocorre em um primeiro momento decorrente da capitalização da agricultura – cuja articulação com a indústria é viabilizada pelo Estado pela integração vertical decorrente de subsídios para a agricultura e horizontal por meio da ocupação da fronteira.

Nesse espaço das áreas chamadas de expansão da fronteira agrícola a terra não é só para cultivo, venda ou aluguel, mas também usada para a construção de núcleos urbanos. Os espaços são simulados, viabilizados pela técnica e poder são transformados e apropriados pelo capital monopolista sob o aval do Estado. As cidades são “inventadas”, produzidas pelas colonizadoras particulares⁸³, cooperativas ou de colonização oficial (realizada pelo Estado) e os seus espaços comercializados. (ARRUDA, 1997) Isso vem de encontro à afirmação de Carlos (1996), quando pondera que no processo de produção do espaço, com a mundialização do capital, as mercadorias e os objetos parecem ter mudado de sentido e entrado no circuito do valor de troca. Nesse caso, o espaço urbano entra na troca tornando-se uma mercadoria.

O processo de colonização, como instrumento político, possibilitou o uso do espaço como estratégia para o povoamento regional, intensificou o processo de urbanização nessas áreas, assim como constituiu possibilidade para que os capitalistas auferissem, além da renda fundiária rural, a renda urbana. Embora a atividade rural seja a base econômica desses municípios, o povoamento da área urbana foi uma estratégia utilizada pela colonizadora para valorização das terras rurais. Haja vista que no período inicial da colonização, as pessoas que adquirissem lotes na área rural recebiam um lote na área urbana, local onde deveriam se fixar, desde que construíssem uma casa em um prazo determinado ou que realizasse alguma atividade econômica urbana. A esse respeito Miranda (1990, p. 48 e 49) pondera que:

Nessa fase, empresas privadas do Sul iniciaram a efetiva ocupação desse espaço. Valendo-se de uma conjuntura fortuita, que aliava à presença de grandes extensões de terras passíveis de serem apropriadas, praticamente livres das disputas, a situação de pressão sobre a terra nas ex. fronteiras agrícolas do Sul, essas empresas puderam se lançar ao desenvolvimento de projetos de colonização na área. Paralelamente, a essa situação, manifesta-se a iniciativa de colonização de cunho oficial. [...] Essas empresas colonizadoras buscaram não só as terras favoráveis e a concretização de suas estratégias, como assumiram a responsabilidade de todo o empreendimento necessário para a implementação dos núcleos.

83 A colonização particular representava uma forma de o Estado atrair o empreendimento privado, criando condições para a expansão do capitalismo e a acumulação na fronteira. (MIRANDA, 1990, p. 48)

Em Mato Grosso, a maioria das cidades de expansão da fronteira agrícola é fruto da colonização particular (90%) e apresenta diversidades na produção espacial, na delimitação da área urbana, na forma de apropriação, gestão e uso do solo, pelo seu grau de capitalização; no tipo de ocupantes que passam a se dirigir para esses espaços, tornando-se evidente, a corporatização do território pela iniciativa privada.

A colonização privada, que representou uma forma de o Estado atrair empreendimentos privados, criou as condições necessárias para a expansão do capitalismo e a acumulação na fronteira (MIRANDA, 1998), a partir do momento em que são essas empresas colonizadoras que detêm o controle e o acesso a esses territórios, executam a venda dos lotes urbanos e rurais, realizam as obras de infra-estrutura dos núcleos urbanos e, na maioria das vezes, intermediam a comercialização e o beneficiamento da produção local por meio de cooperativas agrícolas.

Dentre as inúmeras cidades que surgiram dos projetos de colonização implementados na década de 70 do século XX destacam-se a cidade de Sinop fundada em 1974 pela Colonizadora Sinop S/A, Sorriso em 1975 pela Colonizadora Feliz S/A, Lucas do Rio Verde em 1976 pelo INCRA; Nova Mutum em 1976 pela Colonizadora Mutum e Primavera do Leste em 1979 pela Colonizadora Consentino S/A. A colonização de Sorriso e Nova Mutum têm uma característica peculiar quando comparadas aos demais projetos de colonização por serem compostas, na sua maioria por empresários agrícolas de outras regiões, notadamente por sulistas que já possuíam experiência na agricultura comercial.

A construção do núcleo urbano constituiu um dos requisitos exigidos pelo Estado para a execução dos projetos de colonização dirigida nas áreas de expansão da fronteira agrícola. No processo inicial constituía uma das atribuições da colonizadora a responsabilidade de implementação da infra-estrutura urbana básica para o núcleo, a sua gestão e a comercialização das terras rurais e urbanas e a definição da área urbana. Posteriormente, quando a ocupação e a expansão se concretizam, o território é fragmentado com a criação efetiva do município, ou seja, a sua emancipação. Cabendo, a partir desse momento, ao poder público municipal constituído realizar a sua gestão.

A gestão desses espaços, sua articulação, a venda e a revenda ficam nas mãos do capital privado até a consecução dos seus interesses (ARRUDA, 1997; OLIVEIRA, 1983; OLIVEIRA, 1997; VIDIGAL, 1992; GUIMARÃES NETO, 1989), passando posteriormente para o Estado a responsabilidade de viabilizar o suporte de infra-estrutura, serviços, gestão, etc. Enfim, a gestão urbana passa a ser realizada pelo poder público

municipal, sendo que o papel da colonizadora e/ou incorporadores imobiliários⁸⁴, como agentes privados, permanece a sua atuação no controle do “design espacial”⁸⁵ para garantir os interesses mercantis, presentes desde o processo inicial de implantação do estabelecimento até os dias atuais, na comercialização dos lotes urbanos e rurais.

A colonização privada implicou em uma produção do espaço institucionalizado posteriormente, como a criação da cidade e do município. Decisões estas que permeiam interesses político-eleitorais e econômicos, principalmente, pelo fato de que as economias em que pauta essas unidades territoriais, que reivindicam a sua emancipação, apresentam-se economicamente promissoras com atividade pautada no extrativismo vegetal e/ ou na agricultura modernizada. Em outros termos, os novos centros urbanos tinham que aproveitar o “boom econômico” e se consolidar como municípios associados aos interesses políticos e grupos locais que vê, na fragmentação do território, a oportunidade de construir um espaço de mando político eleitoral.

Entretanto, Rodrigues (2004) chama a atenção para a dimensão política da fragmentação do território para a criação de município, pois, implicará na definição da cidade como sede dos governos municipais. A questão política que envolve a criação dos novos municípios implica na alteração da dinâmica do urbano e da federação brasileira, à medida que interferem na criação de áreas urbanas que podem ser propulsoras de especulação imobiliária, além de provocar a evasão de divisas federais, estaduais, custos elevados para criação e manutenção de um aparato municipal muitas vezes inexistente. O município de Sinop, por exemplo, desmembrado no ano de 1979 do município de Chapada dos Guimarães, enquanto não foi instalado o município cabia à prefeitura de Chapada dos Guimarães manter os serviços essenciais à população residente na área emancipada, enquanto a colonizadora detinha o controle privado das terras.

A criação de núcleos urbanos nas áreas consolidadas de expansão do capital, base logística de ordenação territorial da fronteira, constitui uma associação de interesses econômicos e políticos no espaço, propiciando condições para a apropriação monopolista da terra, para a mobilidade do trabalho e integração do território. O espaço é

84 Os incorporadores imobiliários estão presentes nas cidades que foram resultados de desmembramento territorial pré-existente. Nesse caso, o seu papel está ligado diretamente à comercialização das terras, cabendo ao poder público municipal a gestão urbana.

85 Utilizamos o termo no sentido Lefebvriano no sentido de considerar o espaço um elemento das forças produtivas da sociedade, principalmente, através da atuação da forma(design). Segundo Lefebvre o design espacial é, ele próprio, um aspecto das forças produtivas da sociedade que, juntamente com a tecnologia, o conhecimento humano e a força de trabalho, contribuem para nosso potencial de produção.

apropriado e produzido como lócus da regulação no campo, assegurando a ordem imposta pela nova divisão do trabalho agrícola e de núcleos urbanos com conteúdo e finalidade econômica para garantir a concentração de terras, de renda fundiária, mão-de-obra imprescindível à sustentação do núcleo urbano e à atividade econômica predominante: o extrativismo vegetal ou mineral e pela agropecuária modernizada. (SANTOS 1993; BECKER et al 1990)

A ordem imposta pelo capitalismo mundializado instalada nesses espaços, incorporando fatores econômicos modernos, racionalistas terminou por gerar o seu próprio modelo de cidade. As cidades passam a ser concebidas, produzidas e geridas segundo um princípio regulador de planejamento exógeno onde predominam: a unidade, a planificação e a ordem rigorosa do espaço; configurando-se como síntese do desejo de dominação do controle do espaço e dos indivíduos (ARRUDA, 2007) pelos agentes promotores e produtores do espaço, nesse caso, representado pelas empresas colonizadoras, pelos incorporadores imobiliários e pelo poder público local.

O plano urbanístico dessas cidades, como consequência da ação e interesse dos empreendimentos particulares amparados em sua maioria pelo Estado, constitui o retrato técnico-científico reproduzido a partir das condições socioeconômicas e políticas vigentes à época do empreendimento ou, preparando terreno para incentivar interesses nem sempre revelados ou identificados *a priori*. É estabelecido, através dele, um estado privado de administração, com fortes repercussões sobre as esferas públicas, totalmente privatizadas. (ARRUDA, 1997)

A proposta urbanística adotada para o assentamento urbano quer seja, das cidades resultantes dos projetos de colonização, quer seja das controladas pelos novos agentes imobiliários, surgem a partir de um conjunto de decisões previamente programadas em pranchetas, com base em uma política urbana que prevê um esfacelamento generalizado das funções urbanas - por meio do zoneamento, disseminadas em zonas geograficamente distintas e, cada vez mais especializadas.

O planejamento urbano idealizado sob a ótica do modelo racionalista acaba por ignorar as especificidades físicas do lugar, como é o caso da edificação do Paço Municipal de Nova Mutum em área de conservação ambiental, negligenciando a maior parte da cidade e da população em prol dos interesses monopolísticos prevalecentes. O “design espacial” utilizado como um instrumento estratégico pelos agentes produtores do espaço criou cidades abstratas e um intraurbano fragmentado, altamente controlado pela esfera privada.

Essas práticas intelectuais burocráticas contemplam instrumentos técnicos de controle de (re) produção espacial e das relações sociais dispostas, negando o uso do espaço pelas classes trabalhadoras na vida cotidiana e convertendo o “design espacial” em mercadoria, por meio da venda de parcelas do espaço para morar (zonas residenciais), para consumir (zonas comerciais) e produzir (zonas industriais) altamente controladas pelos agentes produtores do espaço.

Esse modelo de urbanismo racionalista que prevalece na maioria das cidades, com os seus traçados urbanos, retangulares e ruas largas configuram uma paisagem homogênea, fragmentando os espaços de usos e mascarando as contradições decorrentes pela apropriação e uso desses espaços. O traçado em quadras retangulares, que passa a predominar no “design espacial” urbano, privilegia o fluxo de carros em detrimento do usuário da cidade, o vazio ao invés encontro. As áreas valorizadas ao capital financeiro, imobiliário e monopolista são dotadas de infra-estrutura, de maior densidade técnica e informacional capaz de possibilitar maior fluidez ao capital nessa parcela selecionada da cidade.

Sendo o espaço urbano produzido pelas condições sociais e de poder que ocorre sobre uma base territorial concreta, num determinado momento histórico, a cidade espelha a diversidade que se constitui, a partir de hábitos, costumes e cultura particular criando territórios diferenciados. Diferenciação e fragmentação evidenciadas não apenas pela imposição de padrões construtivos, técnicos e informacionais que se materializam no espaço, mas pelas contradições decorrentes das diferentes formas de apropriação e uso do solo urbano, de viver e de consumir.

Esse espaço socialmente produzido, atendendo à lógica de poder dos agentes produtores urbanos contribui como afirma Lefebvre (1979), para a (re)produção de relações sociais, manifestada tanto no nível de reprodução do cotidiano, dos meios de produção e da força de trabalho, em áreas que estavam “à margem” do processo de reprodução ampliada do capital no território brasileiro.

[...] quando a arquitetura e o urbanismo respondem a um encargo e uma encomenda social, dos promotores e dos poderes, o espaço arquitetural e urbanístico contribui pois ativa e abertamente para a reprodução das relações sociais.[...] Nele o insuportável e o atraente misturam-se, o mal-estar e a satisfação amalgamam-se. O concreto torna-se abstrato e a abstração concreta, o cotidiano. [...] A (re)produção das relações de produção faz alastrar as contradições fundamentais, reproduzindo-as. (..) Essas relações emergem no seio das que dissolvem: aparecem no início através da sua negação e dos seus desvios como destrutora das suas próprias condições. E a marcha das contradições alargadas ao espaço: ao mundial. (LEFEVRE, 1979, p.101-104)

Por detrás do glamour e da modernidade desses núcleos urbanos, cuja visibilidade é atingida pelo planejamento urbano e pelas formulações discursivas construídas pelo poder público local e segmentos empresariais, existe a cidade real, construída pelo cotidiano daqueles que foram atraídos pelas inúmeras possibilidades que a cidade poderia lhes oferecer na condição de cidadão: trabalho e melhoria de vida. A esse respeito Guimarães Neto chama a atenção para o fato de que

[...] A utopia da cidade planejada acaba por mitificar os discursos, privilegiando o progresso, zona de aplicação de tecnologias científicas e políticas: 'sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional, - impossíveis de gerir. (GUIMARÃES NETO, p.186)

Qualquer que seja a estratégia utilizada pelos gestores municipais das cidades de fronteira, por meio do aperfeiçoamento da imagem urbana dos municípios, pelo aprimoramento do "design espacial" ou pela (re)ordenação do espaço realizado de acordo com o plano urbanístico, a finalidade política é a mesma: estimular o seu crescimento econômico. A presença de um "design ruim" e um planejamento desordenado acabariam impedindo a formação de capital funcional à classe capitalista, assim como, se tornariam empecilhos para que esses núcleos urbanos atingissem a função aspirada de centralidade urbana no contexto regional, como afirma Guimarães Neto (2002, p. 182):

As cidades de fronteira, como suportes materiais e tecnológicos da economia de mercado, engendram e garantem um determinado nível de mobilização das mercadorias e de tudo que possa ser comercializável, além de todo um conjunto de informações necessário à regulação do corpo social. Assim as cidades, podem ser vistas, em seu papel estratégico de captação de territórios, não só em seu sentido geográfico, mas também estruturando campos de poder.

No processo de produção espacial dessas cidades, onde os colonizadores puderam introduzir avançada tecnologia - propiciado pelo poder político e econômico do Estado e, pela instalação de equipamentos urbanos, percebe-se uma velocidade constante no processo de modernização espacial. Em pouco tempo, essas cidades pioneiras passaram a cumprir um papel importante na organização espacial da fronteira agrícola para o desenvolvimento das forças produtivas, assim como passaram a desempenhar papéis importantes como centros econômicos regionais. (ARRUDA, 1997) A respeito disso Berta Becker pondera que:

As cidades têm papel crucial dentre as medidas de integração interna pois, representam, hoje, 12 milhões de consumidores, são sedes das instituições políticas, públicas e privadas, oferecem alternativa de emprego e renda barrando a migração para as florestas". E acrescenta que (...). As cidades têm o papel logístico na conexão de diferentes modais de transporte, redes de

comunicação, o que lhes atribui a condição de *relays* da unidade regional. (BECKER, 2001, p. 155)

A produção desses núcleos urbanos, associado à construção das rodovias, foi importante para o processo de urbanização e crescimento econômico do território. Os eixos viários construídos, desde a década de 1970, tiveram papel geopolítico e estratégico para a ocupação da fronteira, favorecendo que inúmeras cidades fossem instaladas ao longo do seu eixo contribuindo para a intensificação do processo de urbanização no território.

No processo de urbanização do território mato-grossense, podemos inferir que os agentes indutores da nova dinâmica econômica e espacial estão relacionados diretamente aos eixos rodoviários a BR-163, BR-364, BR-070 e BR-158; pela difusão do meio técnico – informacional no território; pelas ações estratégicas das colonizadoras e, posteriormente pelas corporações do agronegócio e pelo papel do Estado na construção de um território fluido aos interesses do capital.

A implementação desses eixos viários não apenas foi importante para a ocupação da fronteira agrícola norte mato-grossense, como contribuiu para que áreas já ocupadas na década de 50 e ou 70, principalmente a porção centro-leste e noroeste mato-grossense, passasse por um (re)ordenamento econômico e espacial, quer seja por meio da mudança da base tecno-produtiva, quer seja pelo desmembramento territorial que contribuíram para a formação de novos municípios e cidades.

A configuração urbana atual do espaço da fronteira contemporânea mato-grossense está pautada na consolidação e (re)estruturação produtiva (como exigência da economia competitiva) dos antigos núcleos urbanos provenientes da colonização privada da década de 70⁸⁶ e pela modificação territorial evidenciada no surgimento de novos núcleos urbanos resultantes do processo de desmembramento da área territorial de municípios antigos⁸⁷.

As cidades que surgiram como suporte logístico para a implementação da fronteira agrícola na década de 70, tais como Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde são

86 Vale ressaltar que nas décadas de 1970/ 1980 as cidades que apresentavam o maior dinamismo econômico eram aquelas ligadas às atividades extrativas minerais (Alta Floresta e outras) e vegetais (madeira) representado notadamente pela cidade de Sinop. As cidades que possuíam a sua economia pautada na agricultura mecanizada (Sorriso, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde) apresentavam pouco dinamismo econômico. A respeito da hierarquização urbana no processo inicial da fronteira agrícola mato-grossense e a sua dinâmica espacial. (COY, 1989, 1990)

87 Ao final do ano 2000 o Estado perfazia o total de 142 municípios, sendo que desse total 13 foram criados nos anos de 1998/99 e 03 no ano 2000.

reorganizadas em função da agricultura tecnificada-globalizada destinada à produção de *commodities* ampliam e diversificam as suas funções urbanas, que abrangem desde a demanda destinada ao consumo produtivo da agropecuária modernizada até a demanda de consumo coletivo da cidade e ou região.

A partir da metade de 1980, durante a fase de expansão da agricultura científicada-tecnificada em áreas do Cerrado, surgem na porção noroeste da mesorregião Norte Mato-grossense as cidades, sede dos novos municípios, como Sapezal, Campo Novo do Parecís, Campos de Júlio e Nova Mutum. Contemporâneas a essas, novas cidades surgem na Mesorregião Sudoeste a exemplo de Campo Verde, que também já nasce inserida na lógica da divisão territorial do trabalho e dos circuitos produtivo-mercantil-financeiro, em uma escala nacional e internacional.

Torna-se mister ressaltar, que no processo de colonização da fronteira, a partir da década de 1980, a criação de núcleos urbanos está associado, principalmente, à ação dos agentes incorporadores Imobiliários que concentram a sua ação monopolista na comercialização de terras urbanas, como é o caso da Colonizadora Cidezal (Sapezal), Colonização Waldir Mazutti (Campos de Júlio), Loteamento Jupiara/Campo Real (Campo Verde), Campo Novo do Parecís⁸⁸. Essas áreas já possuíam um processo de ocupação anterior, ou seja, já tinham sido apropriadas anteriormente no processo inicial de expansão da fronteira agrícola, na década de 1970, mas onde, no entanto, a institucionalização somente ocorre posteriormente, principalmente com a expansão de grãos, com destaque para o cultivo da soja em áreas de Cerrado.

As colonizadoras que se instalaram na década de 1970 nessa região, não possuíam um projeto de constituição de núcleo urbano e de organização de terras, possuindo como interesse apenas promover a venda das terras rurais. Qualquer que seja o agente produtor e a temporalidade em que ocorreu o processo de incorporação dos municípios, estes apresentam uma particularidade em comum, a terra além de suporte para as atividades urbanas constitui mercadoria poderosa para que grupos monopolistas auferissem vultosos lucros.

A origem dessas cidades está associada à delimitação territorial de propriedades (rurais) que passam a ser parceladas e destinadas à construção do núcleo urbano. Normalmente, o colonizador realizava os contatos políticos (poderes executivo e legislativo) do

⁸⁸ O sítio urbano da cidade de Campo Novo do Parecís constitui a doação de uma área de 304 hectares realizada por Armando Brólio, Walmir Prestes e Mildio Minosso em 1981. Posteriormente, vários agentes realizam a comercialização dos lotes urbanos.

município, onde se encontrava jurisdicionado aquele território, no qual realizava os trâmites necessários para a implementação do núcleo urbano, assim como, a comercialização dos lotes urbanos. Os interesses prevalecentes econômicos e político-eleitorais, dos agentes locais fazem com que em um curto período o território passe por um novo processo de fragmentação por meio da criação de novos municípios, como pode ser analisado na Ilustração 4.1.

Embora a ementa constitucional n.15 de 1996 estabeleça a “limitação” para criação de novos municípios, novas unidades municipais continuam sendo criadas, como é o caso do município de Sapezal instalado no ano de 1997 e Campos de Júlio (1997), principalmente nas áreas de expansão de grãos, com destaque para a soja.

Concordamos com Silva (2004) quando afirma que a criação de novos municípios é interessante para os grandes produtores da soja, exportadores e atores ligados ao circuito espacial da produção de soja. Mesmo não sendo a única forma de atuação dos poderes corporativos, a reorganização Político-administrativa é funcional e necessária ao atendimento desses poderes.

O (re)ordenamento e/ou a criação de municípios e seus núcleos urbanos cumprem o papel de atender as necessidades requeridas pela racionalidade do campo modernizado possibilitando, dessa forma, a circulação de capitais e mercadorias, a mobilidade da força de trabalho, condições estas, necessárias para a reprodução ampliada do capital, assim como, do poder econômico, político e territorial. A cidade e o campo se unem não somente na forma de produzir mas também por formas espaciais agrárias presentes nas cidades como pode ser observado nas Ilustrações 4.2 e 4.3.

O processo de (re)produção do capital espacializado com a implementação e/ou (re)ordenamento de cidades em áreas com localização geográfica favorável cumpre papel estratégico para a integração social, política e, principalmente de interesses econômicos dos grupos dominantes que compõem o segmento do agronegócio.

O processo de incorporação do espaço da fronteira (re)dimensionada do agronegócio à semelhança do que ocorreu na década de 70, quando este foi produzido atrelado aos interesses das colonizadoras privadas é articulado aos interesses das grandes corporações e/ou outros segmentos que compõem o circuito produtivo das *commodities* agrícolas – notadamente a soja. No processo atual mudam apenas os agentes produtores do espaço, pois a lógica de (re)produção do capital perpetua na produção espacial, em escala ampliada que permeia entre o local e o global, entre os interesses públicos e privados.

Um exemplo emblemático desse processo foi a criação do município de Sapezal, desmembrado do município de Campo Novo do Parecís, em 1994, e da respectiva sede municipal a cidade de Sapezal, obra da corporação Grupo Maggi S/ A. O sítio urbano de Sapezal está fundado na porção central da Chapada dos Parecís, situação esta, que possibilitou maior facilidade de articulação e acesso ao norte e centro-sul do país. A criação da cidade aliada a um projeto de implementação do corredor de exportação que possibilitasse uma maior fluidez no território foi à estratégia utilizada pela empresa para ampliar o seu poder econômico e territorial.

A emergência de uma economia baseada em fluxos confere a esses núcleos urbanos as funções da oferta e produção de serviços especializados requeridos pela agropecuária modernizada sob o monitoramento e comando realizados pelas grandes corporações ligadas ao agronegócio. A progressiva incorporação de uma economia de mercado mais ampla, em que o preço do produto é internacional, corrobora a efetiva absorção da agricultura no modo de produção capitalista sob a hegemonia do capital financeiro. A necessidade de minimizar o custo de circulação e o tempo de giro promove a aglomeração da produção, dos serviços e dos capitais requeridos pelo processo produtivo em alguns centros urbanos, transformando-os em verdadeiras oficinas da produção capitalista. (HARVEY 2005)

Essas cidades, cuja lógica produtiva responde às novas exigências da economia mundializada, tornam-se mais exclusivas, mais rígidas materialmente e funcionalmente, tanto do ponto de vista de sua construção quanto de sua localização. (SANTOS, M., 2003) Elas são produzidas com finalidades específicas para atender às necessidades requeridas pela especialização agrícola, ou seja, como suporte dos capitais requeridos pelo processo produtivo, da logística para o armazenamento (silos, armazéns), para a realização da comercialização e transações dos negócios provenientes das atividades agrárias.

O processo de (re)produção do capital que tem a sua espacialização com a implementação e/ou (re)ordenamento urbano em áreas com situação geográfica favorável - produtoras de grãos, vias de articulação (rodovias, hidrovias), etc.- capazes de cumprir o papel estratégico para a integração social, política e, principalmente de interesses econômicos dos grupos hegemônicos que compõem o segmento do agronegócio.

Ilustração 4.1. Dinâmica territorial dos municípios do agronegócio.

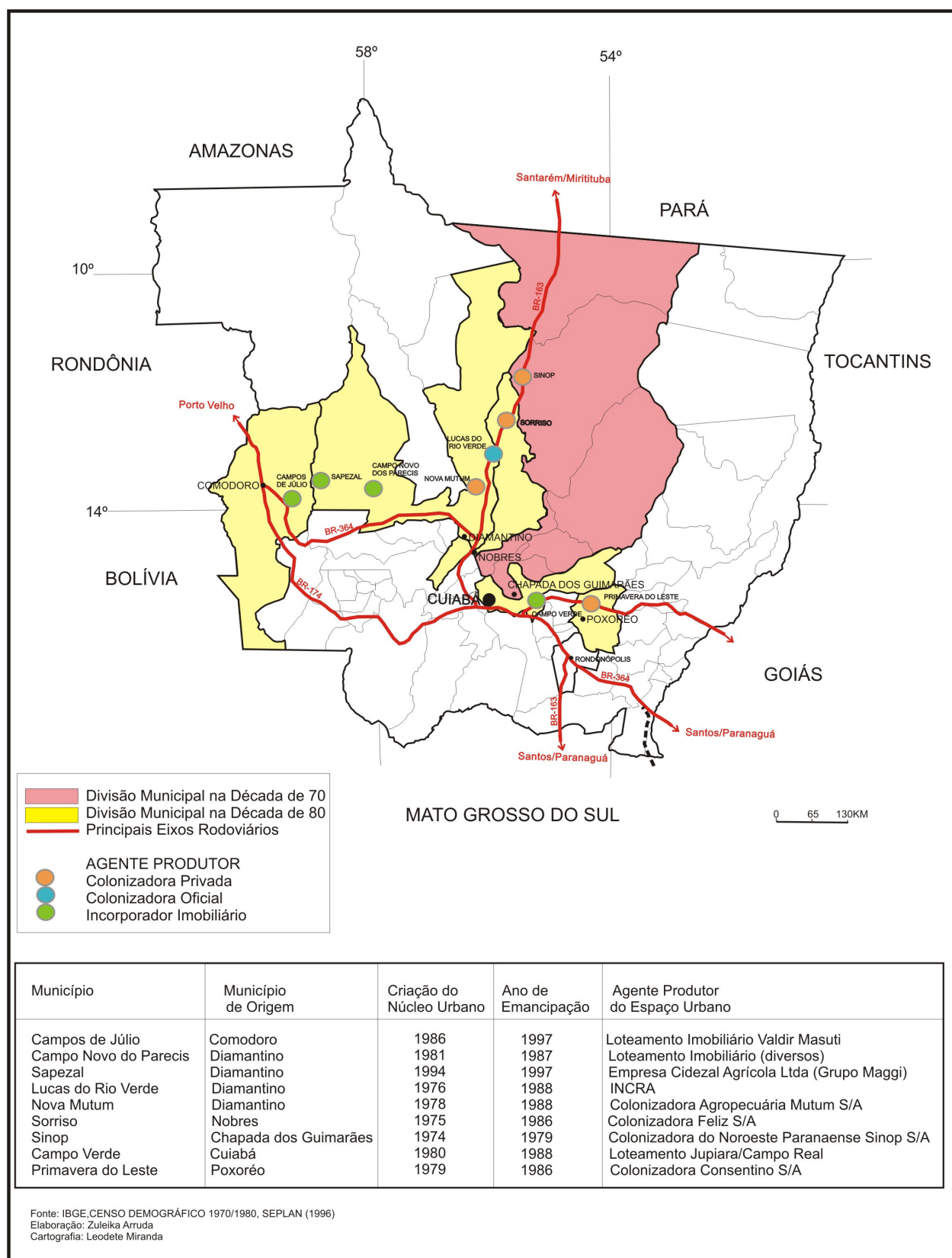


Ilustração 4.2. Vista aérea de Campos de Júlio – Presença de silos localizados na área urbana ocupando vasta extensão territorial se comparada às demais edificações



Fonte: Prefeitura Municipal, 2004.

Ilustração 4.3. Vista aérea, Sapezal



Fonte: Prefeitura Municipal, 2004.

A necessidade de reprodução do capital, ao fazer com que a sociedade se organize progressivamente como arcabouço do processo produtivo, faz com que no movimento contínuo da sua reprodução as relações estabelecidas na produção geral se manifestem no urbano (LENCIONE, 1985, p. 145) quer seja pela produção de uma paisagem geográfica expressa pelos objetos geográficos representativos da atividade agrária (silos, armazéns, etc.), quer seja pela especialização produtiva agrária conexa⁸⁹ (GOTTDIENER, 1993) conferida a esses espaços, como pode ser observado na Ilustração 4.4.

Ilustração 4.4. Paisagem urbana híbrida - Campo Verde –
Presença de silos e amplas avenidas



Fonte: Prefeitura Municipal, 2005.

Esse papel especializado que as cidades passam a desempenhar não está presente apenas na representação híbrida dos objetos geográficos, na paisagem urbana e rural, mas também está presente no cotidiano dessas cidades. O cotidiano desses espaços é marcado não somente pelo fluxo dos trabalhadores agrícolas que trabalham no campo, mas vivem nas cidades; como também pelo fluxo de mercadorias referentes à circulação de produtos procedentes do meio agrário.

⁸⁹ A importância dessa especialização conexa é que ela não é mais formada localmente apenas pelos custos de transporte; em vez disso, atividades auxiliam a produção agrária direta, como o processamento, podem ocorrer em parte em quase todo o lugar, embora sejam encontradas com mais frequência em regiões tradicionalmente agrícolas. (GOTTDIENER, 1993, p.232)

Quando as *commodities* agrícolas apresentam cotação elevada no mercado, a economia urbana é dinâmica, o comércio associado ao setor produtivo cresce, o setor de construção civil amplia os seus investimentos. No entanto, no período considerado de crise para o setor agrícola, seja causado pelo câmbio do dólar ou por alguma adversidade climática, o impacto é sentido na economia urbana pela redução do fluxo de capitais nos diferentes segmentos, principalmente, no comércio e na construção civil. A cidade amplia o fluxo de trabalhadores agrícolas desempregados que procura outros segmentos na cidade como forma de sobreviver no momento de crise

A especialização produtiva conexa, como parte de um sistema de conglomerado total que envolve desde as atividades que auxiliam a produção direta (transporte, armazenagem e processamento), até outras atividades que indiretamente fazem parte do circuito produtivo (as envolvem o manuseio, a comercialização e a propaganda) possibilita maior articulação dessas cidades nas diversas escalas, local, regional e internacional por meio do mercado mundializado de *commodities* agrícolas.

Podemos afirmar que a natureza e o papel das cidades nessas regiões do agronegócio, não é determinado pelo seu tamanho populacional, mas sim pela densidade e características de serviços prestados destinados a atender a demanda racional do campo modernizado, bem como, a articulação dessa economia urbana local ao mercado globalizado. As transformações que ocorrem nessas cidades em razão dos processos globais relativamente contínuos das redes produtivas de comércio, transporte e informação têm alterado não apenas a relação campo-cidade como também a relação hierárquica entre as cidades dessa região agrícola.

Como nessas áreas, o rol de serviços solicitados pela agropecuária modernizada envolve desde a produção per se, o comércio e a agroindústria, ampliam-se e diversificam a oferta de equipamentos e serviços, alterando o seu papel no contexto regional. Esses centros urbanos, independentes de seus tamanhos, estão fazendo parte do circuito produtivo gerador do agronegócio, quer seja, como produtor e consumidor de bens, serviços e capitais necessários ao processo produtivo, quer seja pelo grau de integração ao sistema socioeconômico global por meio da presença das corporações agroindustriais e *tradings* articuladas em redes.

As corporações agroindustriais que compõem o circuito produtivo do agronegócio, e que estão presentes nessas localidades, como a Bunge, ADM, Cargil (EUA)

Sadia, Grupo Amaggi (Rondonópolis), Sperafico da Amazônia, Perdigão, FriBoi etc, possuem suas sedes, na capital do Estado (Cuiabá), São Paulo ou em outros países. A crescente necessidade de operar em um contexto internacionalizado e globalizado explica as relações com outros centros urbanos que permitam operar em mercados mais amplos, e não somente entre as cidades mais próximas.

A racionalidade produtiva do campo acaba por comandar a vida social do sistema urbano⁹⁰ fazendo com que as relações estabelecidas entre a cidade-região⁹¹-território se tornem cada vez mais marcadas pelas discontinuidades tempo-espacial. A dinâmica espacial que se configura nas relações entre as cidades-região, reconstitui os padrões de polarização centro-periferia, ou seja, o poder hegemônico do capital em dominar o espaço social na sua totalidade.

Em diferentes escalas, a racionalidade produtiva permeia as relações socioespaciais locais, regionais, nacionais e internacionais, configurando áreas de influência entre as quais a de Rondonópolis na porção centro-sul e em várias outras regiões produtoras de *commodities* agrícolas. Sinop, por sua vez, comanda a região produtora da porção centro-norte da mesorregião Norte-Mato-grossense. O papel de influência regional é determinado pela maior concentração de oferta de serviços especializados que atuam sobre uma vasta hinterlândia formada por cidades menores e por áreas rurais.

O município de Sinop, a partir de 1992, passa a ser considerado num pólo econômico regional relacionado à prestação de serviços, comanda o processo de produção espacial do Norte Mato-grossense através da função cumulativa e diversificada de funções. No comércio atacadista destaca-se desde a distribuição de produtos industrializados até os destinados à agropecuária como insumos, defensivos agrícolas, etc.

A posição consolidada da cidade sede do município, como Capital Regional (VILARINHO NETO, 2002) oferecendo uma diversidade de serviços especializados destinados ao consumo produtivo direto – assistência técnica ao produtor rural – assim como indiretos na prestação de serviços na área de educação – universidades, escolas de idiomas, Instituições de treinamento e capacitação profissional – além de uma gama de serviços

90 Embora o objetivo norteador deste trabalho não seja estudar o sistema urbano que se configura em Mato Grosso, acreditamos ser de suma importância compreender o contexto em que estão inseridas essas cidades pautadas no agronegócio. Contexto este que permeiam diversas escalas: cidade-região-território.

91 Utilizamos região como mediação entre o local e o global. A região fazendo parte da totalidade apreendida pelo processo de (re)produção do capital.

destinados à população local e regional como no setor de saúde. No setor comercial a cidade apresenta um comércio atacadista expressivo com destaque para a revenda de implementos agrícolas e gêneros alimentícios mais sofisticados. No setor varejista, destaca-se o comércio de implementos agrícolas e produtos agropecuários, mobiliários, eletrodomésticos, gêneros alimentícios, dentre outros produtos. Com a concentração desses serviços, a cidade passa a desempenhar um domínio cuja escala abrange desde a local com o domínio sobre uma relativa hinerlândia constituída por cidades menores e áreas rurais.

Os municípios de Sorriso, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, embora em menor escala se comparados com Sinop, também oferecem serviços para atender a demanda do campo modernizado, quer seja pela oferta de serviços educacionais (Faculdades, cursos de idiomas, informática, etc), de saúde e comércio atacadista e varejista de implementos agrícolas, gêneros alimentícios, vestuários, eletrodomésticos, materiais de construção, quer seja pela agregação de valor das *commodities* agrícolas produzidas na região por meio das agroindústrias.

Por outro lado, essa racionalização produtiva do campo não somente comanda a vida social do sistema urbano (SANTOS, 1996) como também a vida econômica e a dinâmica populacional dessas localidades, ou seja, a concentração e o crescimento populacional ocorrem concomitantemente aos meios de produção. Isso significa que a produção agrária e a circulação repercutem na distribuição espacial da população, dos trabalhadores urbanos agrícolas e empresas, contribuindo para a dinâmica demográfica e econômica da região.

Observa-se que no território mato-grossense, as áreas que têm apresentado maior crescimento populacional e econômico estão relacionadas ao desempenho da atividade agropecuária modernizada. De acordo com os dados apresentados na Ilustração 4.5, o crescimento populacional é expressivo na maior parte dos municípios estudados.

Em termos de liderança de taxas médias anuais destaca-se o município de Sapezal, onde a população total aumentou entre 1996-2000 23,63% a.a. Em segundo lugar destaca-se o município de Campos de Júlio com 18,54%, seguido por Primavera do Leste com 17,36%, Campo Verde com 12,40 % e Nova Mutum com 12,36%.

Curiosamente, em alguns casos de elevado crescimento populacional citado, o grau de urbanização (relação entre população urbana e rural) aumentou relativamente pouco nas datas analisadas, o que demonstra mais uma vez que a expansão da chamada fronteira agrícola ocorreu na cidade.

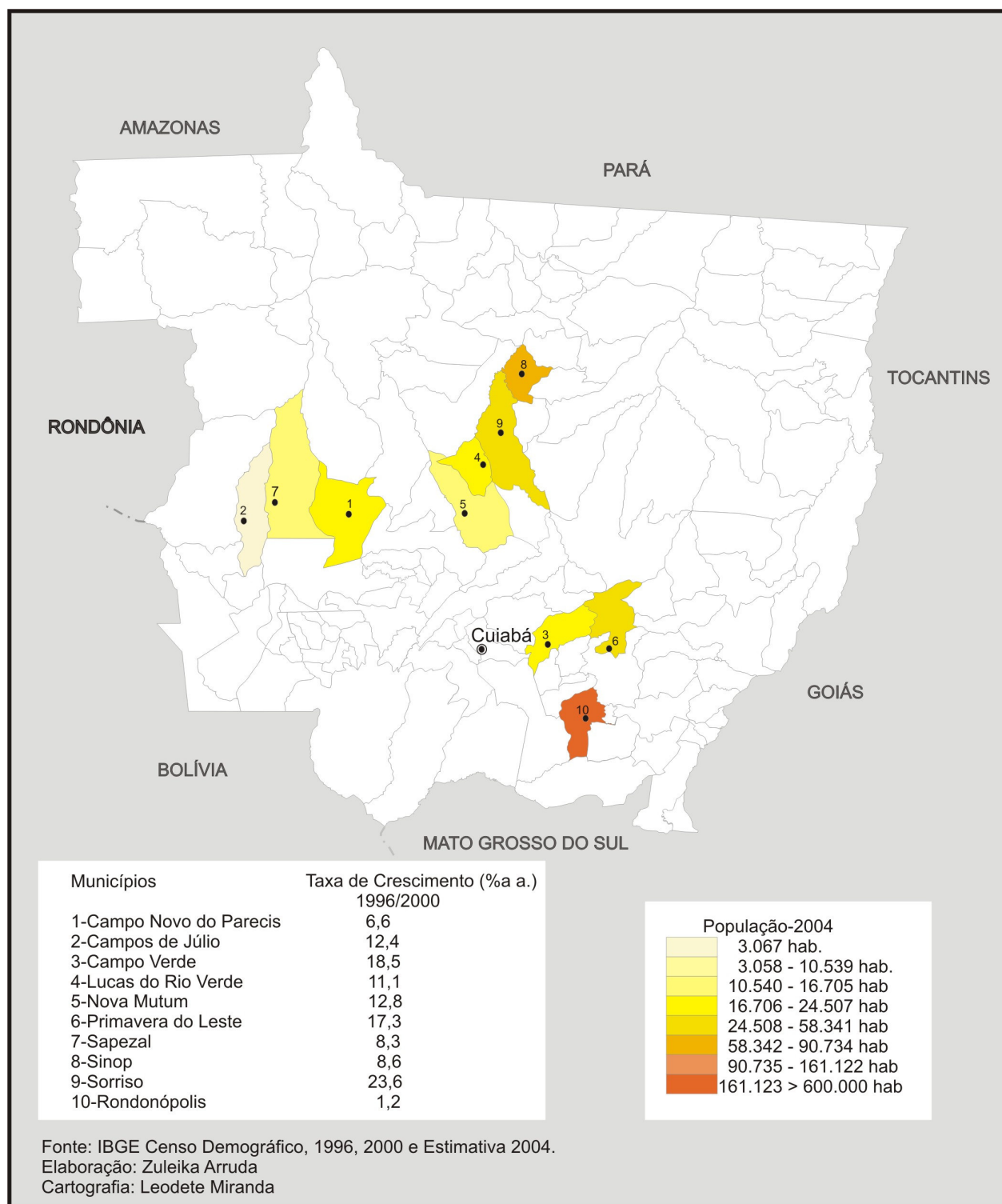
A urbanização que se configura como resultado do intenso movimento migratório regional e da migração campo-cidade provocou mudanças na infra-estrutura das cidades que foram modernizadas possibilitando que a cidade se consolidasse como Capital Regional com uma gama diversificada de serviços especializados oferecidos pelo setor comercial, pelas atividades financeiras e prestação de serviços sofisticados adequados às exigências requeridas pela agropecuária modernizada.

O crescimento populacional observado de 1970 a 2000 foi acompanhado de intensa dinamização das atividades agropecuárias voltadas para os complexos grãos/carne que, com seus efeitos multiplicadores nas áreas urbanas, teve papel fundamental na elevação do índice de urbanização dessas cidades. O destaque produtivo nessas localidades está associado à produção de soja, algodão, milho, pecuária, bem como à presença das indústrias de transformação (madeira e alimentos) que se encontram localizadas nos centros mais consolidados como Sinop, Rondonópolis, Sorriso e Primavera do Leste.

A produção espacial, aí configurada, já surge com a intencionalidade específica de atender à lógica do capital agroindustrial e financeiro e à lógica da economia globalizada. Os produtos da globalização produtiva – a soja, o milho, e o algodão – são cultivados em áreas que abrigam as maiores densidades técnicas (mecanização agrícola, maior consumo de fertilizantes e defensivos agrícolas e utilização de tecnologia de ponta), aproveitando do baixo valor da terra, o que possibilita aos envolvidos no processo produtivo auferirem elevados lucros provenientes das transações e operações da atividade agropecuária e, conseqüentemente, elevar o PIB dos municípios.

As cidades que possuem a base econômica pautada nas relações advindas do agronegócio, em decorrência das condições em que se inserem e das relações que passam a ter com o mercado externo, começam a apresentar situação geográfica singular, conferindo a sua inserção ao processo de globalização produtiva cujas manifestações são representativas no crescimento econômico e populacional dessas localidades.

Ilustração 4.5. Dinâmica populacional dos municípios do agronegócio



Rondonópolis, assim como Sinop, são as cidades que concentram as maiores empresas dos segmentos das agroindústrias alimentares (CEVAL, FRIBOI) e revendedoras de automóveis, sementeiras, entre outros. Nos últimos anos (2006-2007) constata-se ampliação e diversificação no setor industrial que passa a receber empresas manufactureiras ligadas ao segmento têxtil (Santana Têxtil), agroquímicos (DIFEL – TOGA NORTOX), Bebidas (Cristal), entre outras. Inferimos que aqui se encontra um dos elementos que podem ser analisados como o diferencial da especialização conferida às cidades produtoras de *commodities* agrícolas – já que todas possuem as condições básicas requeridas pela agropecuária modernizada –, ou seja, a capacidade produtiva de transformar as matérias-primas produzidas regionalmente “agregando valor” aos produtos.

Acreditamos que o setor terciário a atividade industrial da região estão fortemente atrelados ao dinamismo agropecuário com reflexos importantes na configuração urbana regional com elevada concentração populacional nas localidades urbanas. Nessas áreas, o rural faz parte e significa uma extensão da dinâmica urbana, com a sua produção e cultivos voltados, inclusive, para a dinâmica do mercado internacional, ou seja, a cadeia que compõe o agronegócio.

O agronegócio tem contribuído para provocar alterações na divisão social do trabalho e na ampliação do setor de serviços, alterando a lógica espacial das cidades que possuem como indutor de crescimento econômico as atividades que fazem parte do circuito espacial do agronegócio aumentando o processo de urbanização nessas áreas e, conseqüentemente, a sua valorização na condição de capital fixo.

O intenso processo de urbanização do Estado de Mato Grosso é acompanhado por um representativo crescimento econômico que se apresenta superior a media nacional. Na década de 1990, enquanto o Brasil crescia, em média, 2,8% a.a, Mato Grosso alcançou uma taxa de 4,1% a.a, cujo crescimento econômico é decorrente notadamente da expansão agrícola-científica-tecnificada, principalmente nas áreas que possuem a base econômica pautada na agropecuária modernizada.

Segundo dados divulgados pelo IBGE, em dezembro de 2000, os Estados da Região Centro Oeste foram os que apresentaram os melhores desempenhos econômicos de 1998 e, entre eles, Mato Grosso foi o que mais cresceu, com o aumento de 7,2% do PIB estadual de 1997 para 1998 e tendo alcançado 1,08% de participação no produto nacional. A agricultura teve papel determinante, pois cresceu 14,5% em 1998, acumulando

incremento de 82,8% entre 1995 e 1998, enquanto a agricultura nacional cresceu 11,2% no mesmo período. O crescimento econômico está relacionado aos programas especiais de incentivos fiscais com o objetivo de agregar valor à produção agrícola e, conseqüentemente, inserir Mato Grosso no mercado competitivo do agronegócio

No Estado de Mato Grosso, a Mesorregião Norte Mato-grossense (com destaque para os municípios de Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso, Sinop e Sapezal) e a mesorregião Sudoeste (Rondonópolis, Primavera do Leste e Campo Verde) são as regiões economicamente mais dinâmicas, com elevadas taxas de crescimento econômico representado pela elevada participação no PIB, pelo elevado índice de arrecadação de tributos federal e municipal e pelo elevado valor adicionado⁹² presente nesses municípios provenientes das atividades relacionadas ao agronegócio.

Com o aumento da produção e das exportações, esses municípios passaram a atrair investimentos das agroindústrias aumentando a sua arrecadação originária de tributos federais estaduais como ICMS⁹³ O ITR⁹⁴, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), inserindo-os no cenário nacional como regiões economicamente⁹⁵ dinâmicas e que apresentam as mais elevadas taxas de urbanização, no Estado e no Território Nacional. Essa assertiva parte do pressuposto de que a expansão da agropecuária modernizada, nessas áreas, irá contribuir para o crescimento da agroindústria e dos serviços repercutindo, portanto, no grau de urbanização. Ou seja, o aumento da renda do setor se traduz em maior produtividade e mudança estrutural favorecendo o crescimento das atividades urbanas e conseqüentemente, o aumento do grau de urbanização. A arrecadação do Imposto Territorial Urbano (IPTU), de competência municipal, também tem sido incrementada com a expansão das áreas urbanas municipais.

92 O Valor adicionado corresponde à movimentação econômica declarada pelo contribuinte e apurada pela Secretaria de Fazenda (SEFAZ), como indicador de dinamismo municipal e estadual.

93 O imposto sobre circulação de mercadorias e serviços é de competência do Estado e Distrito Federal cabendo a cada um instituí-lo, como determina a Constituição Federal de 1988 (art. 155, II).

94 O Imposto Territorial Rural pertence à União, competindo a ela a sua instituição e arrecadação. O fato gerador do imposto é a propriedade, o domínio útil ou posse de imóvel por natureza, assim entendido e localizado fora da zona urbana.

95 De acordo com a análise do panorama setorial da Gazeta Mercantil (2001) parte do crescimento da economia mato-grossense nos últimos anos pode ser atribuída aos incentivos fiscais concedidos pelo governo na tentativa de atrair investimentos para o agronegócio bem como os incentivos municipais que concedem benefícios, como a doação de terrenos para a instalação de empresas e outros benefícios fiscais. Subsídios estes que já foram apontados no capítulo II deste trabalho.

Crescimento que chama a atenção pelas características demográficas e socioeconômicas na formação de seu espaço urbano, representativo pelas transformações socioespaciais que passam a configurar nesses espaços na complexidade dos serviços, na mão de obra e na ampliação do consumo produtivo e consumptivo. Podemos considerar que o crescimento econômico evidenciado, nesses municípios, está relacionado diretamente à formação socioespacial no processo de expansão da fronteira agrícola-cientificada-tecnificada, marcada pela temporalidade na produção do espaço, pela situação geográfica dos núcleos urbanos, pelo perfil dos migrantes e pela forma de gestão urbana, assim como, pela contradição que abriga grande parcela de desempregados, subempregados, de moradores em áreas precárias.

Na produção agrícola-cientificada-tecnificada mato-grossense, sob a égide de mundialização do capital, o processo de urbanização vem caminhando paralelo à modernização da agropecuária. As manifestações espaciais da modernização, marcantes nessas cidades, são evidenciadas pela introdução no território de novas relações de produção, padrões técnico-mercantis e financeiros, novas relações de trabalho, na ampliação da demanda de profissionais, produtos e comércio especializado, pela difusão de novos estilos de vida e consumo para essas áreas, intensificando o processo de urbanização. Pois, como afirma Milton Santos: "A expansão da urbanização e a maior importância do fenômeno urbano servem, hoje, de base para mais racionalização, que é tanto mais presente, quanto maior for a articulação com o campo modernizado e tecnificado, mais complexas as interdependências entre as cidades." (SANTOS, 1996, 243)

A urbanização aqui compreendida como fazendo parte do processo de (re)produção e (re)ordenamento espaço-temporal do capitalismo no campo, reprodução esta que não abrange apenas a distribuição do processo produtivo per se mas também na reprodução das relações sociais, da distribuição da população e modos de vida no território.

A urbanização exerce o papel de possibilitar maior mobilidade do capital e do trabalho, à medida que a sua intensificação contribui para alterar a distribuição das atividades produtivas e das diversas classes no território. Em contraste com a época anterior quando a industrialização produzia a urbanização, estamos agora diante de uma situação em que a capitalização da agricultura, via capital produtivo e financeiro, e o crescimento econômico, tornam-se os principais modeladores da produção social do espaço urbanizado. No urbano se intensifica e se realiza a produção agrícola científica-tecnificada alterando as relações pretéritas entre o urbano e o rural.

A urbanização que se configura aumenta não apenas porque cresce a quantidade de agricultores residentes nas cidades, pelo intenso fluxo migratório decorrente do poder de atração que as cidades exercem como oportunidades de emprego, pelo êxodo da população agrícola decorrente da intensa mecanização agrícola, mas principalmente, pelos novos modos de vida que passam a ser difundidos nesses espaços pelo desenvolvimento das novas tecnologias e comunicacionais. Porém, o conteúdo do intra-urbano continua mostrando a desigualdade socioespacial inerente a essas localidades.

O poder de atração que essas cidades passam a exercer, como consequência das formulações discursivas do agronegócio como vetor de crescimento econômico das mesmas⁹⁶, contribui para aumentar o fluxo de pessoas e, conseqüentemente, provocar o aumento populacional.

A manifestação desse processo evidencia-se pelo predomínio da população urbana sobre a rural na maior parte desses municípios e acontece ao mesmo tempo em que ocorre o aumento dos meios de produção das atividades agrárias. A Ilustração 4.6, pautado nos dados do censo do IBGE de 2000, possibilita-nos a demonstração de que nos municípios onde o agronegócio está presente, existe uma grande tendência do predomínio da população urbana sobre a rural.

A urbanização nesses municípios expressa a inserção do mundo urbano-industrial de (re)produção, de modernidade e práxis urbana, tanto no campo como na cidade à lógica do capital, como consequência de sua articulação aos interesses do capital industrial-financeiro e da lógica racionalidade imposta pela globalização.

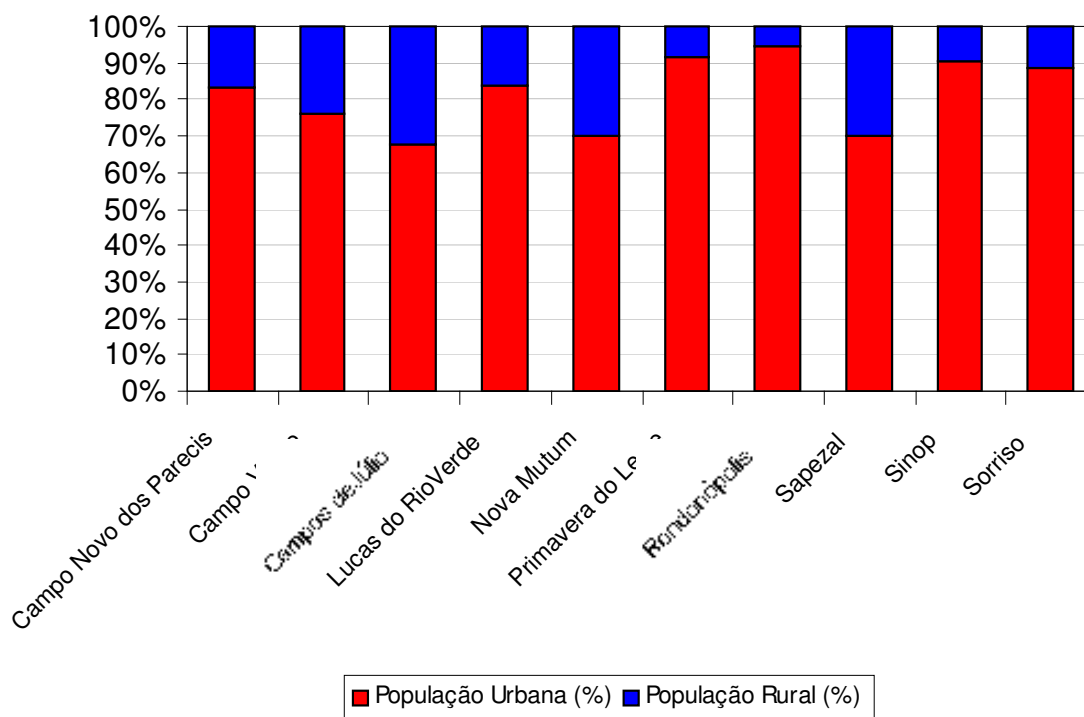
O processo de urbanização na fronteira agrícola e do agronegócio mato-grossense não implicou na eliminação de estilos de vida regional pretéritos, segundo os moldes da urbanização do campo que acontecem nas regiões mais antigas, pois o processo ocorreu em um espaço praticamente “vazio”, ausente das marcas de produção socioespacial. O espaço foi produzido e moldado por meio das forças do mercado mundial, pela lógica da racionalidade econômica e pela presença de novos capitais presentes tanto no campo como na cidade.

Nessas áreas, a “modernidade” que outrora era privilégio apenas da cidade, passa a fazer parte do cotidiano do campo, quer seja pela adoção de técnicas modernas de produção, na forma de gestão das propriedades rurais, quer seja pelos modos de viver e consumir no campo. É como aponta Santos (2001, p. 122, grifos nossos):

96 Retomaremos a discussão dessa temática a seguir deste trabalho.

[...] durante muito tempo se escreveu – no caso brasileiro – que o campo era hostil ao capital, um obstáculo à sua difusão, mas o que vemos é o contrário, o campo não é hostil ao capital, mas um campo que acolhe o capital novo e difunde rapidamente, a tal ponto que o estágio do capital e tudo que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, aí rapidamente se instalam.

Ilustração 4.6. Taxa de urbanização da região do agronegócio mato-grossense



Fonte: FIBGE 2000. (Org. Z. A. Arruda)

As transformações no campo, decorrentes da adoção de técnicas produtivas e processos de trabalho capital-intensivo pautados no desenvolvimento do meio técnico-científico, têm revolucionado as condições de vida e trabalho no campo, acelerando inclusive o processo de urbanização com novos estilos de viver e consumir. No espaço da fronteira contemporânea mato-grossense, as novas tecnologias (NT) informacionais e comunicacionais, estão presentes, tanto no mundo urbano quanto no rural. As novas tecnologias de comunicação tais como o computador, o telefone celular, a Internet, antena parabólica e o fax são incorporados na produção e, principalmente, nas transações econômicas e no mundo rural. As noções de tempo e espaço modificam-se e, o tempo real do campo passa a ser o tempo real da cidade, como também de outros lugares, o que Santos, M. (2003) denominou de unicidade do tempo ou convergência dos momentos.

O mundo agrário integra-se à dinâmica da sociedade urbano-industrial com novas formas de produzir, de consumir, de viver. A cidade como lugar privilegiado da indústria, cede lugar a atividades ligadas ao mundo da técnica, do agrário moderno. O tempo que rege a indústria é o mesmo que passa a comandar as atividades agrícolas modernas. É o tempo regido pelo capital industrial, financeiro, pelas corporações, em que, o que prevalece é a lógica da ditadura do horário, dos regulamentos e das normas comandando, tanto a atividade agrária per se como os outros segmentos que compõem o circuito produtivo agrário: os serviços e o comércio. O modo de vida, tanto rural como urbano, passa a ser comandado pelo consumo produtivo e consumptivo desenfreado de mercadorias tangíveis, colheitadeiras de grande porte, caminhonete cabine dupla, kit de antena parabólica e receptor digital, aparelho de ar, DVD entre outros, como intangíveis: estilo de vida e beleza, moda, lazer etc.

[...] Nas capitais regionais (sic), o cenário bucólico está pontuado por movimentadas agências bancárias, universidades, agroindústrias e Shopping Centers. Redes de lanchonetes de comida rápida, lojas de grifes internacionais, cadeias de cinemas, operadoras de TV a cabo e provedores de Internet de alta velocidade foram assimilados no cotidiano dos moradores. (GUSMÃO, 2004, p. 46)

No campo, a racionalidade do processo produtivo imbuído pelo saber e pela técnica, possibilita a redução do tempo de produção por meio do avanço da biotecnologia, agricultura de precisão; pela redução do tempo de circulação das mercadorias, com a compressão do espaço-tempo por meio dos modernos e eficazes meios de transportes, cuja lógica está pautada na aceleração da produtividade e ampliação das condições de produtividade de excedente, lucro e mais valia. Nas palavras de Ianni (1996, p. 52) “tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global”. Como pode ser observado nas colocações a seguir:

[...] Adilson Sachetti um dos maiores produtores de soja e algodão de Mato Grosso, mora em Rondonópolis, município mato-grossense de 150.000 habitantes e que tem atualmente uma frota de 45 aviões particulares e outros 120 usados na pulverização de inseticidas e diz; “o avião virou uma ferramenta de trabalho, pois ajuda a economizar o tempo e vencer as distâncias, afirma Sachetti, sem nostalgia da época em que para chegar a uma de suas propriedades, no município de Sapezal, a 850 quilômetros de Rondonópolis, gastava de quatro a cinco dias, atolando a caminhonete na estrada de terra. (GUSMÃO, 2004, p. 55, grifos nossos)

A redução do custo e do tempo de deslocamento no espaço, tem facilitado a remoção de mercadorias e pessoas das restrições impostas pela fricção da distância, possibilitando diminuir o tempo de giro do capital. O tempo que passa a reger esses espaços

de atividades modernas, é o tempo regido pelo capital, em que a ditadura do horário, os regulamentos e as normas comandam tanto a atividade agrária per se, como também de todos os segmentos que compõem o circuito produtivo agrário: os serviços, a agroindústria e o comércio. Paradoxalmente, exige-se dos trabalhadores uma 'racionalidade urbana' na organização do trabalho e no processo produtivo, porém lhes impõe condições rurais 'tradicionais' quando se trata de salário, moradia ou jornada de trabalho.

A crescente incorporação da visão de uma economia empresarial pelos produtores rurais – que preferem ser chamados de “empresários rurais” -, não apenas provocou a transformação contínua e radical nas formas de trabalho e produção, como alterou o comportamento do produtor que passa a gerir a propriedade sob os moldes de uma empresa industrial e a viver sob os moldes de vida urbana. É evidente que a inserção do meio rural à sociedade de consumo, ou seja, aos padrões urbanos, são diversos e, dependem, em parte, da riqueza agrícola e da forma como essa riqueza é apropriada pelos agentes que vivem no espaço agrário.

As práticas socioespaciais evidenciadas, na realidade, constataam o avanço da fronteira urbano-industrial no seu movimento de inserção da nova ordem do capitalismo globalizado, no território brasileiro. Estas transformações são evidenciadas pela introdução de novas relações de produção, padrões técnico-mercantis e financeiros, novas relações de trabalho, assim como a inserção de novos valores culturais no território, intensificando o processo de urbanização e consolidando a fronteira agrícola em fronteira de acumulação e (re)produção do capital. É como pondera Lefebvre (2004, p. 17) que:

crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem-se suas conseqüências ao conjunto dos territórios, nações, continentes. [...] a concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano^[97] prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária.

Acreditamos que com a modernização e captação da agricultura pelo capital industrial e financeiro e, com a intensificação das interações espaciais viabilizadas pelo agronegócio o tecido urbano se estende ao campo assim como o campo intensifica o processo de integração à cidade.

Essa interação campo-cidade-território é manifestada pelo fato de o setor agrícola ser o principal empregador de mão de obra por meio de atividade direta ou

97 Por tecido urbano Lefebvre (2004, p. 17) não designa, de maneira restrita, o domínio edificado, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo.

indiretamente a ele associada, pela presença de indústrias agrícolas não urbanas (agroindústria)⁹⁸, por ser a cidade o pólo do consumo produtivo (implementos agrícolas e máquinas, etc.) e consumptivo (saúde, educação, lazer etc.), porta de entrada do capital internacional e papel na difusão de mensagens, tecnologia e informação.

Nessa lógica espacial e produtiva, campo e cidade se articulam rompendo com a velha dicotomia apresentada no passado e conferindo uma nova dinâmica espacial. Essas novas relações de produção mantêm a desconcentração - apagam a distinção entre a cidade e campo e permitem que a segunda natureza da industrialização se estenda aos domínios mais distantes (GOTTDIENER, 1993), intensificando o processo de urbanização no território brasileiro.

A realidade apresentada permite-nos inferir que nas áreas onde está presente o meio técnico-científico-informacional e onde a vida de relações tende a ser mais intensa, o processo de urbanização *também o é*. A urbanização da fronteira agrícola tecnificada-cientificada, fruto de novas lógicas territoriais, apresenta uma configuração nova e complexa, seja pela elevada densidade informacional presente no território por meio da oferta de informação, pelo grau de modernidade presente tanto no meio rural como urbano, pelo tamanho das cidades⁹⁹ ou pela integração dos espaços rurais e urbanos ao modelo urbano-industrial.

A urbanização, enquanto parte do processo de organização do território para ocupação da fronteira agrícola, carrega em seu bojo as formas de reprodução das relações sociais de produção capitalista no espaço. Por meio da instalação no espaço de toda base material e das relações sociais de produção requeridas pela economia contemporânea, ou seja, uma urbanização resultante das mudanças decorrentes das transformações na divisão regional do trabalho e dos novos papéis conferidos a essas cidades e ao campo pela divisão internacional do trabalho.

E, como produto das relações capitalistas de produção reproduz-se no espaço urbano as contradições inerentes a tal processo, evidenciado no jogo contraditório dos interesses do capital monopolista, representado pelas grandes corporações e, a luta pelo direito à cidadania evidenciado pelo direito à cidade: moradia, educação, etc. Essa realidade

98 A título de exemplo, podemos citar a Yoki (Campo Novo do Parecis), Sadia (Campo Verde e Nova Mutum) entre outras.

99 Contrapondo à idéia de alguns teóricos que defendem que as pequenas localidades com a dinâmica apoiada na agricultura e com uma baixa densidade populacional não poderiam ser consideradas urbanas, nas áreas da agricultura-científica-globalizada as pequenas cidades têm demonstrado o contrário.

comprova que o crescimento econômico das cidades pautadas no agronegócio não reflete, entretanto, melhores condições de vida para a maioria da população. As disparidades sociais tornam-se evidentes na paisagem urbana altamente segregadora, manifestada pela presença de moradias com padrões arquitetônicos modernos, bairros exclusivos etc., contrastando com moradias precárias, bairros sem iluminação pública, asfalto, etc. A grande parte da população, principalmente os considerados “forasteiros” vivem em precárias condições de vida, contrastando com o desperdício verificado nas áreas tidas como nobres.

Entretanto, o crescimento econômico dá visibilidade pela materialização na paisagem urbana das estruturas geográficas representativas do progresso, constituindo a principal estratégia utilizada pelo poder público local para atrair investimentos e pela construção de um discurso a ser aceito e incorporado pelos agroempresários e população local.

As formulações ideológicas construídas no passado a respeito da cidade como lugar de progresso e sinônimo do desenvolvimento e, o campo como representação simbólica do atraso são diluídas e (re)incorporadas e (re)valorizadas pela concepção contemporânea que são construídas no campo e na cidade por meio de formulações imagético-discursivas pautadas no agronegócio. Tanto o rural como o urbano passa a ser construído não apenas pelas formas (morfologia, logística), mas também, por meio de construções subjetivas a respeito do espaço que passa a ser (re)valorizado por meio de formulações discursivas, como será discutido no tema a seguir.

CAPÍTULO 5

AS FORMULAÇÕES DISCURSIVAS COMO ESTRATÉGIA PARA A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE EM “COMMODITY”

No processo contemporâneo de mundialização do capital, a acumulação de espetáculos¹⁰⁰ torna-se condição *sine qua non* para a reprodução e acumulação de capital. Novos padrões de consumo são (re)inventados, novas mercadorias e objetos são inseridos no espaço - tanto no urbano como no rural - sob o rótulo de modernidade, de progresso, de estilo de vida, de auto-realização, de qualidade de vida. Criam-se imagens de padrão de vida, de sucesso de progresso.

Não se comercializam apenas mercadorias tangíveis, como por exemplo, a terra, mas também intangíveis: sonhos, desejos, idéias, projetos de vida, que passam a ser incorporados na produção e (re)reprodução do capital no espaço.

O espaço, as cidades, não entra diretamente no circuito da troca, o que entra no circuito da troca é a imagem da cidade e do espaço. O que entra no circuito da troca são as terras, imóveis, ou seja, fragmentos do espaço e da cidade. (RODRIGUES, 2007)

Nesse processo de (re)produção capitalista no espaço torna-se mister levar em conta que, além das considerações econômicas e políticas, a produção do espaço se realiza, também, através do desdobramento de formulações ideológicas, especificamente através da fixação cultural ao crescimento econômico. (GOTTDIENER, 1993) O processo de produção do espaço é, ao mesmo tempo, objetivo-subjetivo. O Estado e os agentes produtores (privados) potencializam a eficiência econômica e o ordenamento territorial por

100 O espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem. Não é só um conjunto de imagens, mas uma relação social entre as pessoas, mediada por imagens. Ou seja, o espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. (DEBORD, 1997) Utilizamos acumulação de espetáculos para realçar as características do processo na área de estudo.

meio de formulações discursivas capazes de dar uma maior visibilidade econômica e espacial em uma escala ampliada, criando uma imagem de eficiência, solidez, de qualidade de vida.

O espaço de expansão da 'fronteira agrícola' constitui-se em exemplo emblemático desse processo. Esse espaço não representou apenas 'o receptáculo que ofereceu possibilidades de reprodução do capital, mas, acima de tudo, significou também a permissão social para engajar-se nesse evento. A ação do Estado favorece e possibilita o processo, quer seja oferecendo as condições materiais para a sua (re)produção, quer seja pelo aporte ideológico construído que contribuiu para a interação das relações sociais existentes. (LEFEBVRE, 1973)

Desde o processo inicial da produção espacial da fronteira, na década de 1970, a propaganda constituiu-se em poderoso instrumento utilizado pelo Estado e pelas colonizadoras para estimular o deslocamento de trabalhadores rurais e agricultores empobrecidos em direção ao "Novo Eldorado" do século XX. Através de um discurso homogeneizador de "terras baratas e abundantes", o Estado catalizou e reorientou as expectativas e tensões sociais decorrentes da estrutura fundiária concentradora das regiões Sul/ Sudeste e Nordeste, desviando-as para os "espaços vazios" do interior do território. A ocupação da fronteira como instrumento político utilizado pelo Estado para substituir a Reforma Agrária serviu mais para que a ocupação da fronteira fosse apropriada pelo capital monopolista representado pelas colonizadoras, empresas mineradoras e agropecuárias, do que resolver os problemas decorrentes da concentração fundiária do País, como pondera Oliveira

Historicamente, a colonização no Brasil, particularmente na Amazônia, constituiu-se na alternativa utilizada pelas elites para, ao mesmo tempo, evitar a reforma agrária nas regiões de ocupação antiga, e suprir de mão-de-obra barata seus projetos econômicos da fronteira. [...] o Estado e o capital privado caminham juntos. Este, por meio da venda da terra aos camponeses nos seus projetos de colonização, além do lucro com a venda, foi formado os viveiros de mão-de-obra para os seus próprios projetos. O Estado ficou com a tarefa de conter as tensões sociais e fez dos projetos de colonização e dos assentamentos de reforma agrária 'válvula de escape' das áreas de tensão social. (OLIVEIRA, 2005, p.72)

As formulações discursivas construídas por meio da propaganda da existência de terras baratas associadas à idéia de oportunidade de obter uma vida melhor contribuíram para que se construísse uma imagem da fronteira como um espaço capaz de oferecer ao país inteiro, novas perspectivas como crescimento econômico e soluções dos problemas sociais, assim como, para a própria sociedade, a oportunidade de uma mobilidade vertical impossível de ser alcançada nas áreas já consolidadas.

A eficácia desse discurso imagético sobre o fenômeno da fronteira é importante na produção do espaço Norte mato-grossense, por contribuir para o deslocamento coletivo de milhares de migrantes para essa região, assim como, operar junto à população local, fazendo com que elas aceitassem e justificassem as transformações drásticas da natureza como sendo “símbolo de progresso”, ou seja, de considerar o crescimento econômico da região como sendo um benefício para todos.

Essas imagens podem ser evidenciadas nas formulações discursivas presentes no projeto de Lei encaminhado à Assembléia Legislativa de Mato Grosso para a emancipação do município de Sorriso:

SORRISO é feliz projeto de colonização que deu certo em todos os aspectos. Os colonizadores do Sul do país, buscando um local apropriado para se instalar e promover o assentamento de muitas famílias de colonos, com o objetivo de plantar muitos grãos e colhê-los, não só para seu conforto pessoal e familiar, mas também para alcançar o desenvolvimento do Estado, que em última análise beneficia a todos indistintamente, encontraram a terra apropriada. Passado com todas as dificuldades, pelas estradas de chão, quase intransitáveis durante o período chuvoso, transpuseram estes desbravadores as serrarias e penetraram nas regiões altas e planas do Chapadão de Parecís, terra vermelha como o sangue que lhe corria nas veias, terra hospitaleira e sadia que iria proporcionar aos agricultores a alegria de muitas colheitas fartas. Instalaram-se praticamente atolados até a cintura naquela lama vermelha que prometia rendimentos. E qual cogumelos foram surgindo casas, armazéns, silos, estradas de penetração e milhares de alqueires de terras cultivadas. A soja verdejou pelos campos sem fim e de tal maneira que a felicidade apenas pronunciada do projeto de colonização se abriu num largo sorriso, que passou a ser o nome do ditoso povoado. (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, apud CUSTÓDIO, 2005, p.24, grifos nossos)

É como pondera Moraes (1988, p.26):

por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão também concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Logo, esta produção social do espaço material, esta valorização objetiva da superfície terrestre, esta agregação de trabalho ao solo, passam pelas representações subjetivas que os homens possuem acerca de seu espaço.

As representações espaciais, que passam a estar presentes nas formulações discursivas da maioria dos representantes da política e do poder econômico local, adquirem relevância social, quando se observa a força de mobilização que possuem sobre os amplos segmentos sociais, chamados para se engajarem na implementação de políticas de desenvolvimento. Instrumentos que são apresentados como capazes de atender às necessidades e realizar as aspirações socioeconômicas, os sonhos e as fantasias de todos aqueles que para lá se dirigem.

A visibilidade conferida pelos meios de comunicação imprime no espaço a condição de *commodities*, uma vez que o espaço entra no jogo do mercado como qualquer outra mercadoria. Não se comercializam apenas a terra como meio de reprodução, mas vendem junto a essa mercadoria, sonhos, desejos, perspectivas, expectativas, etc. Signos e mercadorias se juntam para produzir o que Baudrillard (1995) denominou como mercadoria-signo, ou seja, que na incorporação de uma vasta gama de associações de símbolos e imagens, que podem ter relação com o produto a ser vendido – nesse caso o espaço –, ao mesmo tempo em que oculta o valor de uso inicial e as contradições inerentes desse processo.

Nesse processo a mercadoria que comanda a lógica de ocupação do espaço – a propriedade da terra – passa a ser imbuída de valores simbólicos, de significações e representações capazes de atrair possíveis compradores para esse espaço e, conseqüentemente, ampliar a renda monopolista. Como toda mercadoria envolve estratégias de promoção e venda, o espaço como *commodity* especial é submetido às mesmas leis do mercado. As estratégias utilizadas inicialmente pelas colonizadoras para atrair migrantes para o projeto, e conseqüentemente, realizar a comercialização das terras (rurais e urbanas), perfilou-se através da construção de uma imagem positiva – de um espaço capaz de possibilitar o bem-estar e o progresso para todos – por meio de propagandas na mídia nacional: rádio, jornais, fotografias e vídeos especializados.

Nesse período, muitos migrantes atraídos pelas propagandas realizadas no Sul do país, que divulgavam as potencialidades naturais e pela abundância de terra a preços acessíveis, venderam os poucos bens de que dispunham e se dirigiram para essa região que lhes vendia essa mercadoria especial: a possibilidade de possuir um pedaço de chão onde pudesse viver melhor. (ARRUDA, 1997; OLIVEIRA, 1997, 2005)

As formulações discursivas que foram construídas a respeito do espaço da fronteira agrícola constituíram-se em poderoso instrumento para a consolidação do poder simbólico que perpassava pelo discurso daqueles atores comprometidos com a proposta de tornar viáveis e/ou difundir as idéias do colonizador. A imagem passada de um empreendimento promissor, conseqüentemente difundiu a imagem da cidade. Isso pode ser evidenciado pelos inúmeros artigos elaborados pelas colonizadoras e, posteriormente, pelos gestores urbanos para consolidar a imagem da cidade associada à modernidade, a um modelo de cidade planejada, à temporalidade de sua formação “como condição *sine qua non* para o seu progresso e desenvolvimento e, conseqüentemente, a sua visibilidade no cenário nacional”.

Integrando sonhos, projetos e utopias referentes à ocupação e colonização da região, essas representações imagético-discursivas continuam presentes nas formulações sobre a fronteira do agronegócio, alimentando a dinâmica da expansão capitalista e povoando o imaginário de migrantes que para lá se dirigem em busca de melhores condições de vida, ou seja, de oportunidades de trabalho. A esse respeito Custódio (2005, p.25) ao analisar a cidade de Sorriso pondera que:

Através dos meios de comunicação com alcance nacional (jornais, revistas, televisão), Sorriso é representado como sendo 'o maior município agrícola do mundo' e o maior produtor de Soja de Mato Grosso, um local de muita riqueza, o que tornaria um lugar ideal para se 'fazer a vida'. Essas representações contribuíram e contribuem para atrair para a cidade de Sorriso, grupos diversos, de várias partes do Brasil.

Na fronteira contemporânea as estratégias utilizadas pelos agentes produtores do espaço não se restringem mais à venda de parcelas do espaço para os "imigrantes colonos", mas, também, buscam ampliar a sua escala de mercantilização produzindo um espaço urbano que contemple e atenda à lógica do mercado mundializado, notadamente de *commodities* agrícolas.

A especialização produtiva conferida a esses centros urbanos, atendendo às necessidades requeridas pela agropecuária modernizada¹⁰¹, faz com que eles apresentem certa homogeneidade no que diz respeito à oferta de informação à atividade agrícola e ou agroindustriais, ao forte conteúdo global em sua tecnosfera¹⁰², ao papel desempenhado como suporte de mão-de-obra, assim como pela espacialização dos negócios nelas gerados. Como essas localidades apresentam em comum a produção de *commodities* agrícolas, passa a existir uma concorrência interurbana para atrair empresas e/ou consolidar o poder de comando no espaço regional. A competitividade evidenciada faz com que acentue a busca dos gestores urbanos locais para a construção de uma "marca diferenciadora" que possa atrair investimentos financeiros, tecnologias e usuários solváveis¹⁰³ ao mercado urbano.

Existem diversas maneiras de comercializar um lugar, como manter os consumidores que já têm ou brindar-lhes com melhores condições; ou aumentar e

101 Quando as grandes propriedades e a agricultura estão em evidência, fala-se do município, ou seja, de toda a área geográfica que envolve o município. A cidade (núcleo organizado) está no centro do município. A cidade é diluída pelo discurso de crescimento econômico em que município e cidade se confundem generalizam campo e cidade como conceito difuso.

102 Segundo Santos (1994), tecnosfera é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica na cidade e no campo.

103 Vainer (2000) pondera que o planejamento estratégico enfatiza que o governo local deve promover a cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infra-estrutura e de serviços que exerçam a atração de investidores, visitantes e usuários solváveis à cidade e que facilitem suas exportações (de bens e serviços, de profissionais etc.).

diversificar as categorias de consumidores para atender a categorias novas. Para eles, a comercialização de um lugar exige fazer a conta dos seus recursos, o que inclui seus artefatos físicos e as possibilidades de imagens do lugar. (LASH e URRY, 1998) Assim, ainda que venda serviços muito específicos, o mais importante é que esse consumo possa levar a adquirir o produto essencial de uma localidade, a imagem do lugar. Como pode ser evidenciado no material mercadológico a seguir:

Cidade bem planejada, com topografia levemente ondulada, amplas avenidas e modernas construções comerciais e residenciais, universidades, escolas secundárias, academias de ginásticas, infra-estrutura em saneamento, Shopping Centers, rede hoteleira, agências bancárias [...] Rondonópolis é um bolsão de prosperidade, modernidade e vive num momento de grande desenvolvimento com a instalação de grandes indústrias do agronegócio, que a farão se desenvolver ainda mais. (RDM, 2003).

Para os especialistas do marketing urbano, a venda da cidade é, necessariamente, a venda daqueles atributos específicos que constituem, de uma maneira ou de outra, os insumos valorizados pelo capital. A venda da cidade dependerá de quem se tem à vista como comprador (VAINER, 2000) que, no caso da nossa área de estudo, constitui o capital internacional, as grandes corporações do agronegócio e possíveis usuários solváveis no espaço.

A busca dos poderes públicos locais em colocar a cidade no mapa do mundo faz com que o *city marketing* se constitua em um poderoso instrumento de gestão urbana capaz de integrar o espaço urbano ao circuito de reprodução e valorização do capital adequado às exigências da economia competitiva. Nesse contexto, aquelas cidades que não alcançam um nível satisfatório de competitividade perderão sua posição nos mercados regionais, nacionais e internacionais. Isso explica a busca desenfreada dos gestores urbanos para a construção da 'imagem-marca' de uma cidade dinâmica, empreendedora, pronta para receber capital externo e, capaz de estimular o movimento de capital e de pessoas certas (HARVEY, 2005) como pode ser evidenciado a seguir:

[...] Campo Verde, com 17 anos de emancipação político administrativa e que desponta como um dos melhores municípios do Estado de Mato Grosso, com crescimento e indicadores sócio-econômicos acima da média, gerando excelentes oportunidades de negócios nos diversos setores da economia e promovendo a melhoria progressiva da qualidade de vida das pessoas que aqui investem, residem e trabalham. [...] Conheça Campo Verde e as possibilidades para a instalação de novos investimentos, leve daqui a imagem de sucesso de um povo que construiu no Cerrado uma das cidades mais prósperas do Brasil. (BRESCARIM, 2005, grifos nossos)

No mercado competitivo do agronegócio, a cidade é inserida na lógica do negócio e, como toda mercadoria, é submetida à lógica mercantilista, em que a

ideologização do agronegócio como vetor de crescimento econômico passa a ser o instrumento para viabilização de táticas territoriais. Transformar-se em um centro de comando econômico e político regional sendo a capital do agronegócio torna-se desejo dos setores hegemônicos dessas cidades novas que passam a vender os atributos específicos da cidade como fator determinante para atingir seus interesses econômicos e políticos.

Nos materiais mercadológicos analisados, constatou-se um discurso unânime dos governos locais em promover a cidade para o exterior por meio de formulações imagético-discursivas, buscando criar uma imagem positiva e forte pautada na oferta de infra-estrutura urbana e de serviços capazes de exercer atração de futuros investidores do segmento do agronegócio, principalmente das agroindústrias.

As formulações discursivas dominantes se associam aos atributos particulares de cada cidade como diferenciador para a sua venda, ressaltando a qualidade de vida, do design espacial como sinônimo de modernidade e progresso, entre outros adjetivos, estão associados ao agronegócio como vetor de desenvolvimento econômico e social, como pode ser evidenciado nos inúmeros materiais mercadológicos produzidos pelos gestores municipais ou segmentos políticos e econômicos interessados no crescimento econômico desses núcleos urbanos. As formulações podem ser analisadas nos materiais mercadológicos que enfatizam o agronegócio como responsável pelo desenvolvimento econômico do município como pode se constatar a seguir:

Mais do que riquezas o agronegócio tem produzido em Campos de Júlio qualidade de vida. A grande maioria dos empreendedores se fixaram em Campos de Júlio com suas famílias, reinvestindo os lucros na expansão de seus negócios preferencialmente no próprio município e região. Essa fórmula resultou na conquista pelo município de primeiro lugar no IDH (índice de desenvolvimento Humano) de Mato grosso. Além disso o município também é dono da quinta maior renda per capita do País, a maior do estado, alcançando R\$ 777,45 por habitante, aparecendo ainda em 739 lugar em longevidade e em 1470 lugar em educação, conforme dados do Novo Atlas do desenvolvimento Humano do Brasil. (PMCJ, 2003, grifos nossos)

Enfatizam e atribuem ao agronegócio a responsabilidade pelas manifestações socioespaciais impressas na materialidade da cidade ou pelos padrões de consumo impressos no urbano. "A prosperidade no campo se reflete na imponência das construções na cidade e nos carrões nacionais e importados que circulam pelas ruas limpas e arborizadas de Sapezal dividindo espaços com maquinários agrícolas e veículos transportadores de grãos." (RDM, 2004, grifos nossos)

Qualquer que seja o meio de discurso utilizado pelos poderes públicos municipais para vender a imagem da cidade por meio da consecução de sites eletrônicos, revistas especializadas, etc., apresentam um único objetivo em comum: assegurar uma

posição competitiva da cidade no cenário regional e extra-local como, pode ser analisada nos diversos materiais mercadológicos das cidades em estudo (Ilustração 5.1).

A criação de uma imagem-marca para a cidade, como estratégia para atingir a desejada competitividade, faz com que as práticas urbanísticas que passam a ser utilizadas pelos poderes locais sejam cada vez mais caracterizadas pelo uso de novos estilos de “design urbano e arquitetônico” capazes de possibilitar maior visibilidade no cenário regional. Isso leva à aceleração da modernização de certas partes da cidade em detrimento do resto, ou seja, as áreas centrais dessas cidades, como lócus de concentração circulação e consumo, são valorizadas com projetos urbanísticos e arquitetônicos modernos, centros comerciais, capazes de atrair investimentos, enquanto as demais áreas não são equipadas.

Em verdade, no processo de competição entre cidades, os espaços privilegiados, bem desenhados, com arquitetura de qualidade funcionam como uma grande vitrine da cidade e como forte elemento promocional da sua imagem (SÁNCHEZ, 2003) como pode evidenciar a seguir:

Rasgada ao meio pela BR-070 em trecho coincidente com a MT-130, Primavera do Leste é uma cidade planejada, com topografia plana, excelente água, clima ameno para os padrões mato-grossenses e se tornou um pólo regional de desenvolvimento com a implantação de agroindústrias. Por suas amplas avenidas pavimentadas circulam carrões nacionais e importados dos novos ricos do agronegócio e de empresários urbanos. (RDM, 2004, grifos nossos)

Filtradas pelo mecanismo da mídia, as formulações discursivas carregadas de símbolos e intencionalidades cumprem papel determinante na constituição de uma imagem-marca da cidade por meio da divulgação da qualidade dos serviços urbanos por elas propiciadas parece funcionar como diferenciador na esfera da produção para atrair investimentos de capital, de forças de trabalho qualificado.

As estratégias que evidenciam nessas cidades, por meio da construção de uma imagem favorável ao capital internacional, refletem em realidade a nova dinâmica global de ordenamento espacial do capitalismo contemporâneo necessário para o seu processo de reprodução e acumulação no espaço.

O processo de mercantilização do espaço atinge uma nova dimensão que perpassa pelas representações sociais, assim como pelos arranjos territoriais que passam a ser evidenciadas no espaço urbano. Na tentativa de promover uma imagem positiva capaz de integrá-los ao circuito de reprodução e valorização do capital em uma escala ampliada, ou seja, na escala da economia mundializada, esses núcleos urbanos são submetidos a arranjos espaciais que atendem à racionalidade produtiva do campo modernizado.

Ilustração 5.1. Lucas do Rio Verde – A imagem procura difundir a qualidade de vida.



Fonte: Prefeitura Municipal.

Com uma economia pautada na lógica do mercado de *commodities*, as cidades são organizadas e geridas segundo a racionalidade do campo e princípios de organizações das empresas capitalistas, adequando-se espacialmente para atrair novas empresas e fomentar os negócios provenientes das atividades agrárias. O poder público local orienta o arranjo territorial para a construção de um ambiente favorável aos negócios e para a elaboração de todos os tipos de chamarizes capazes de atrair capital à cidade, ou seja, fluxos de produção, financeira e de consumo de alta mobilidade e flexibilidade para o seu espaço.

Devido às aparentes possibilidades oferecidas pelo poder público, que almeja atrair investimentos para a cidade e, por outro lado, a uma política territorial e vantagens oferecidas pelas empresas (geração de novos empregos, tecnologia e inovação), as cidades entram em uma verdadeira guerra fiscal; nas palavras de Santos (2000), “guerra de lugares”. Nessa perspectiva, a cidade é concebida como uma empresa que atua no contexto do mercado, devendo, portanto, transformar-se em competitiva e eficaz para vencer esta batalha travada entre os lugares.

Com o objetivo de atrair investimentos e vencer a competitividade interurbana, o poder público municipal concede uma série de benefícios aos empresários, como doação de lotes, isenção de impostos e taxas municipais (alvará de licença para funcionamento, IPTU, ISS, entre outros). A ação de controle e orientação do poder público municipal também é manifestada sob a forma de investimentos diretos (criação de indústrias e ou agroindústrias), pelos investimentos públicos indiretos (escolas, construção de casas populares, etc.), pelo controle de movimento de capitais, bem como pelo controle dos movimentos populacionais. Enfim, concedem subsídios aos consumidores ricos, às empresas afluentes e às atividades de controle importante para que elas permaneçam na cidade, à custa do consumo coletivo local das classes trabalhadoras e dos pobres.

A concepção de gestão urbana denominada por David Harvey de empreendedorismo urbano¹⁰⁴, pautado em padrões de governança urbana, está presente na produção do espaço urbano na fronteira do agronegócio, nas estratégias adotadas pelos executivos municipais. Por meio da consecução de empreendimentos imobiliários, das iniciativas econômicas realizadas através de inúmeras parcerias por meio de recursos governamentais concedidos às empresas ligadas ao agronegócio, evidencia-se a intencionalidade dos poderes locais e interesses privados na criação e obtenção de rendas monopolistas como chama a atenção David Harvey que:

A renda monopolista surge porque os atores sociais podem aumentar seu fluxo de renda por muito tempo, em virtude do controle exclusivo sobre algum item, direta ou indiretamente, comercializável, que é, em alguns aspectos, crucial, único e irreplicável. [...] A primeira situação em que ocorre é quando os atores sociais controlam algum recurso natural, mercadoria ou local de qualidade especial em relação a certo tipo de atividade, permitindo extrair renda de monopólio daqueles que desejam usar tal recurso, mercadoria ou local. [...] Não se comercializa a terra, o recurso natural ou local de qualidade singular, mas a mercadoria ou o serviço produzido por meio do seu uso. [...] No segundo caso, tira-se proveito direto da terra e do recurso. (HARVEY, 2005, p. 222)

A busca de rendas monopolistas não se limita apenas às práticas evidenciadas no empresariamento urbano. No capitalismo contemporâneo, associado a essas estratégias, o capital (re)inventa meios de se apropriar e extrair excedentes por meio das diferenças locais, dos significados estéticos para gerar renda monopolista. Nas cidades de fronteira do agronegócio, a busca pelo aumento dos marcos de distinção e pelo capital

104 Harvey (1996, 2005) está pautado por padrões de conduta na governança urbana que combina poderes estatais diversas formas organizacionais da sociedade civil (câmara de comércio, instituições educacionais e de pesquisa, etc) e interesses privados, formando coalisões para fomentar ou administrar o desenvolvimento urbano/regional.

simbólico faz com que poderes locais e interesses privados orientem as suas táticas espaciais na organização do espaço e do ambiente construído, capaz de atrair investimentos.

Entendemos que o capital simbólico o que foi expresso por Bordieu (1996, p. 107) como “uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social) percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor”.

Como parte da nova racionalidade do capitalismo, capaz de potencializar a eficiência econômica e a reestruturação territorial, são adotadas pelos executivos municipais formas modernas de dominação e técnicas de manipulação cultural com o fito de criar a imagem-marca. Deste modo, o espaço toma forma também através de representações e imagens adequadas, o que explica a importância que vem adquirindo o *city marketing* como instrumento das políticas urbanas. (SÁNCHEZ, 2003)

No processo de produção do espaço urbano os lugares adquirem valor simbólico através de atividades de representação simbólicas. Signos de “progresso”, “modernidade”, “qualidade de vida”, entre outros, são inseridos no espaço como elementos diferenciadores. Os executivos municipais apropriam-se desses signos e buscam construir uma imagem-marca para a cidade capaz de gerar capital simbólico, ou seja, capaz de atribuir valor ao/no espaço. O espaço entra no circuito da mercadoria, em que, a terra ou o imóvel, não é trocado apenas pelo seu valor em si, mas pelo valor que lhe é atribuído.

A atribuição de valores simbólicos e a conseqüente venda dos atributos relacionados à qualidade de vida, de melhor lugar para se viver cidade de melhor IDH, dentre outros atributos associados à situação geográfica favorável tem contribuído para aumentar o poder de atração de empresas ligadas ao agronegócio, investidores dos diversos segmentos do mercado urbano.

O espaço urbano produzido socialmente entra no circuito da troca tornando-se uma mercadoria-valor onde, cada porção representa uma possibilidade singular de vir a ser mercadoria. Entretanto, Arlete Moysés Rodrigues chama a atenção que a “cidade mercadoria não é trocável no ‘mercado como objeto’, não se transmite, em tese, a ‘propriedade em sua totalidade’. Pois o que se vende são fragmentos com o objetivo de aumentar lucros, rendas e juros”. (RODRIGUES, 2007, p.04)

As formulações discursivas construídas pautadas na concepção de um planejamento urbano estratégico, do “espírito empreendedor” das classes hegemônicas e

pelo poder de atração dessas cidades, têm ampliado a fluidez e atração de capitais, de inovações tecnológicas, assim como, daqueles que para lá se dirigem na busca de melhores oportunidades de vida.

As representações que são construídas associadas à prosperidade e riqueza proveniente do campo modernizado, à engrenagem do agronegócio movimentando cifras milionárias no campo e, como possibilidade de qualidade de vida a todos na cidade, contribuem para criação de imagens-síntese dessas cidades homogeneizando a realidade existente, dissimulando as relações concretas e mascarando as contradições inerentes do processo de produção e apropriação desses espaços.

As imagens-síntese sobre a cidade obedecem a uma determinada visão de mundo, que justifica e permite a realização das necessidades impostas pelo estágio atual de produção mundial num espaço mundial. As imagens-síntese e os discursos sobre as cidades são estratégias baseadas na racionalidade dos processos de reprodução da economia global. (SANCHEZ, 2003)

Construídas sob o “rótulo” do agronegócio, da “punjança da soja”, de “qualidade de vida em um mar de prosperidade” as imagens-síntese ocultam a cidade real e os antagonismos inerentes ao processo de produção socioespacial marcado pela pobreza, pela contradição e desigualdades sociais como pondera Custódio (2005, p. 63) a respeito da cidade de Sorriso:

Essas representações estão a disseminar a imagem da “cidade ideal” em função de interesses bem definidos de grupos sociais que detêm o poder político, econômico e de controle social. Seus objetivos são mais diversos. No entanto, as mesmas imagens que podem atrair investimentos atraem também a atenção de trabalhadores expropriados, à procura de terra e trabalho.

Nesse aspecto, a cidade não é apenas uma mercadoria, mas é também, sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores. (VAINER, 2000) Uma mercadoria de luxo destinada aos consumidores ricos e às grandes corporações do agronegócio. As formulações imagético-discursivas passam a ser incorporadas pelos governos locais como estratégia de gestão urbana imprescindível para vencer a competitividade interurbana, principalmente, construindo uma imagem favorável aos negócios, ou seja, uma imagem capaz de atrair agroindústrias processadoras e ou empresas que fazem parte do circuito formador do agronegócio.

Como a cidade constitui a base material para a consecução das atividades ligadas ao agronegócio, representadas pelo elevado número de transações econômicas resultantes da comercialização das *commodities* agrícolas, e onde o crescimento econômico torna-se mais perceptível, ela constitui o lugar privilegiado pelo poder público e empresários para a formulação de um discurso do agronegócio como vetor de desenvolvimento das cidades

Diante do que foi exposto, concordamos com Rodrigues (1998) quando afirma que a cidade além de se constituir como lócus privilegiado da produção e do consumo, é também o lugar privilegiado de circulação de informação, idéias e ideários. Legitimada pelas formulações discursivas do crescimento econômico, a prática da modernização cria, no espaço como um todo, campo e cidade e, principalmente na cidade, as condições gerais, socializadas das forças produtivas necessárias à reprodução ampliada do capital (TOPALOV, 1978), assunto este ,que nos propomos discutir no capítulo a seguir.



PARTE IV

DINÂMICA TERRITORIAL GLOBALIZADA NA FRONTEIRA (RE)DIMENSIONADA DO AGRONEGÓCIO

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio

VISTA AEREA DE CAMPOS DE JULIO-MT

CAPÍTULO 6

AS CIDADES NA REGIÃO DE EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO E AS NOVAS TERRITORIALIDADES

O campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações. Temos uma experiência social e concreta não apenas do campo e da cidade, em suas formas mais singulares, como também de muitos tipos organizacionais e físicas intermediárias e novas. [...] o modo de produção capitalista continua a ser, em termos da história do mundo, o agente mais eficiente e poderoso e todos esses tipos de transformações física e social. A cidade é apenas uma maneira convencional de ver essa espécie de transformação ; e o campo como agora quase todos sabem, é sem dúvida outra coisa. (WILLIAMS, 1990, p.387-393).

A citação de Raymond Williams contribui para reiterarmos a consideração que fizemos desde o início deste trabalho de que as transformações socioespaciais que se configuram no campo brasileiro, notadamente nas regiões produtoras de *commodities* agrícolas, fazem parte do processo de ordenação espaço-temporal do capitalismo contemporâneo. E, o agronegócio constitui uma de suas versões no século XXI de manifestar o seu poder de (re)produção na conquista do espaço geográfico. Em um processo dialético e contraditório que acaba (re)produzindo novas relações sociais de produção, criando novos setores produtivos, incorporando novos espaços e/ou reunificando espaços que em outro momento histórico os havia separado.

Consideramos pertinentes as reflexões de Rodrigues ao ponderar que:

no período atual do processo de acumulação flexível do capital altera a produção no e do espaço se alteram também as formas de 'comércio internacional, com novas imbricações tecnológicas. Novas formas que compreendem desde a produção e sua circulação, como também a produção, circulação e veiculação de idéias e não mais apenas a produção industrial versus a produção primária. (RODRIGUES, 1988, p. 68)

Como conseqüência da ordem capitalista prevalecente, novos (re)arranjos produtivos e espaciais passam a configurar tanto no campo quanto nas cidades onde predominam as atividades ligadas ao agronegócio. Os negócios que passam a ser realizados estão relacionados às transações econômicas de *commodities* agrícolas provenientes da agropecuária tecnificada que, em uma lógica produtiva pautada nas novas tecnologias do sistema de engenharia – na microeletrônica, na informática, na telemática – e pelo

desenvolvimento das pesquisas (na biotecnologia, agricultura de precisão) tem viabilizando uma nova ordem no processo produtivo, maior fluidez dos produtos, possibilitando um estreitamento entre a produção agrária e o restante dos setores e espaços produtivos, como analisa Elias (1996, p. 21):

Com a introdução de ciência, tecnologia e informação na produção agropecuária, processou-se uma contínua renovação das suas forças produtivas, que passam a responder com velocidade às necessidades colocadas pelos agentes econômicos hegemônicos do setor, refletindo no aumento da produção e produtividade, assim como na sua inter-relação crescente com as demais atividades econômicas.

Em todos os setores constituintes das atividades produtivas agropecuárias, passa a ocorrer cada vez mais racionalização dos processos produtivos, que permeia pela organização social e técnica do trabalho, de modo a acelerar a produtividade e ampliar as condições de produção de excedentes e auferir lucros. Produção esta, que envolve diferentes capitais e processos de trabalho, em lugares distintos, porém, concomitantemente articulados ao mercado por meio da geração de valor, como já ponderamos anteriormente.

À medida que o setor agropecuário torna-se cada vez mais integrado a montante do processo produtivo aos grupos de indústrias abastecedoras de insumos e bens de capital e, a jusante pelas indústrias processadoras de *commodities* agrícolas in natura, amplia-se cada vez mais a reprodução do capital no setor. As inúmeras transações econômicas realizadas nesse elo inicial da cadeia produtiva entre a agropecuária e os setores de insumos¹⁰⁵ propiciam que a produção agrária extrapole a fronteira geográfica da propriedade rural, por meio de fluxos de mercadorias, capitais e informações, facultando maior interação socioeconômica entre o campo e a cidade.

As transformações que se configuram na produção agrária, como consequência do crescimento material refletido na intensificação das trocas comerciais, não altera apenas a lógica do campo, mas também a da cidade, assim como Lefebvre (1991, p.53) chama a atenção, que “a cidade se transforma não apenas em razão dos ‘processos globais’ relativamente contínuos, como também em função de modificações profundas do modo de produção, nas relações campo-cidade, nas relações de classe e de propriedade privada”.

Com a mundialização do capital, manifestada nas atividades ligadas ao agronegócio, eleva-se o volume e a intensidade de transações entre as cidades que passam

105 Este segmento é representado pelas indústrias de insumos agrícolas relacionados diretamente com a produção agrícola, este elo é representado por indústrias de fertilizantes, defensivos, máquinas, etc.

a constituir locais estratégicos da economia global. Essas cidades são submetidas às decisões exógenas cumprindo papel de suporte para essas atividades, tornado mais indissociáveis as relações entre o local-global e, acentuado a divisão territorial do trabalho. Surgidas no contexto da globalização e, em razão da especialização produtiva, que lhes são conferidas, essas cidades passam a manter relações com centros longínquos, quer seja por meio das transações que são estabelecidas pelas corporações agroindustriais presentes no seu espaço, quer seja, por meio de uma economia urbana, pautada na exportação de *commodities* agrícola.

As cidades possuem como papel principal o abastecimento imediato e próximo da informação requerida para a realização das transações econômicas de *commodities* agrícolas no mercado mundial, por meio da bolsa de valores, dos preços e da produção de interesses para a exportação, etc. O tempo que impera é o comandado pelo mercado longínquo, pelos preços internacionais e nacionais (de *commodities*) e pelo valor externo da moeda (câmbio – dólar), o mesmo que comanda o processo produtivo do campo. E, é na cidade que a produção da agropecuária moderna encontra respostas às exigências dos mercados mundiais por meio do desenvolvimento da ciência, técnica e informação.

Nesse novo panorama de espacialização e especialização decorrentes da agroindustrialização, o agronegócio passa a desempenhar papel relevante no crescimento da economia urbana e na redefinição de novas lógicas territoriais decorrentes da comercialização de bens (materiais e imateriais) e serviços. Nesse aspecto, como afirma Sassen (2002), as cidades são estratégicas para a globalização porque são pontos de comando, mercados globais e locais de produção para a economia da informação.

Pautada em uma atividade agrária agro-exportadora moderna e, com produtos altamente valorizados no mercado mundial, as regiões agrícolas passam a dispor de um sistema de centros urbanos bem equipados com o predomínio de atividades diversificadas e modernas para atender à lógica produtiva prevalecente. Essas atividades abrangem desde as instituições financeiras (bancos, *tradings*, corretoras de seguros) até os serviços especializados, atacadistas, agroindústrias e comércios de exportação; fazendo com que prevaleçam nessas cidades o circuito do agronegócio na economia urbana e nas atividades rurais.

O que não significa que o circuito inferior apontado por (SANTOS, M., 2003) não exista na economia urbana dessas cidades. Pelo contrário, como consequência do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, as atividades que compõem esse

circuito estão cada vez mais presentes na economia urbana e no campo, em um jogo complexo e dialético que abrange relações assimétricas e de complementaridade entre os circuitos formadores do agronegócio, com atividades modernas esses espaços.

Nas regiões em que a atividade agrícola atende a lógica produtiva do agronegócio, a cidade como lócus tradicionalmente privilegiado das atividades do setor secundário e terciário se adapta com novas atividades ligadas ao mundo agrário, da mesma forma que as atividades urbanas relacionadas ao agronegócio extrapolam os limites da cidade. (RODRIGUES, 2007)

Em decorrência da intensa capitalização da produtividade agrícola, a cidade representa o suporte para o funcionamento do nível atual dessa economia monetária predominante no campo à medida que oferece serviços que garantem a multiplicação financeira e tecnológica. Atendendo à lógica racionalista do atual modelo agrícola, as atividades consideradas tipicamente urbanas ultrapassam o limite territorial e administrativo da cidade, quer seja por meio da relação fornecedor-usuário (RIFKIN, 2001) e/ou expansão do consumo, quer seja por meio da instalação das agroindústrias, dos laboratórios experimentais de pesquisa no campo, serviços financeiros, dentre outros serviços.

A cidade capitalista como uma forma desenvolvida de cooperação entre as unidades de produção (TOPALOV, 1978) atende aos imperativos da racionalidade prevalecente do campo modernizado, concentrando as forças produtivas, ou seja, as condições de produção e de circulação de capital e, as condições gerais de (re)produção da força de trabalho. Amplia-se nas cidades a divisão do trabalho, a oferta de capital tecnológico, de capital financeiro, de novos serviços e de novos consumos, que encontram na cidade as estruturas geografizadas (bancos, empresas, etc.) necessárias à circulação e (re)produção ampliada do capital.

6.1 A cidade como ponto nodal do mercado de trabalho – fluxo de pessoas

A produção do espaço norte mato-grossense, desde a fase inicial na década de 1970 com a expansão da fronteira agrícola, é marcada por um intenso fluxo de pessoas, constituído principalmente por migrantes sulistas atraídos pela oportunidade de terras baratas, assim como trabalhadores diversos que buscavam melhores oportunidades de emprego. Nessa fase ainda de penetração do capital monopolista, Becker (1987) aponta que

a mobilidade de mão de obra foi necessária para valorizar a terra através do desmatamento e da formação de pastagens mediante o cultivo de arroz, e, portanto, necessitando de grande quantidade de mão de obra sem qualificação e não-assalariada.

No momento atual, a fronteira do agronegócio, sob a égide da globalização produtiva, apresenta nova configuração espacial com maior densidade técnica-científica-informacional, com a corporatização do território pelas corporações agroindustriais em rede, bem como, por uma nova integração regional sob a égide do capital financeiro. Com a penetração do capital em novas esferas econômicas por meio das atividades que possibilitam a consecução do agronegócio - a expansão dos pontos de troca do sistema de produção e da diversificação da divisão do trabalho, tem provocado modificações na demanda de trabalho em termos quantitativos e qualitativos e, conseqüentemente, implicando transformações socioespaciais nessas localidades.

Em termos quantitativos evidenciou-se nos últimos anos, principalmente no período compreendido entre 2000-2004, um aumento considerável da demanda de trabalho nas localidades que possuem como base uma agropecuária empresarial e cuja economia está pautada na produção de *commodities* agrícolas, repercutindo na dinâmica da organização técnica e social do trabalho como afirma Octavio Ianni:

Em praticamente todos os setores agropecuários está ocorrendo a racionalização dos processos produtivos, de organização social e técnica do trabalho, de modo a acelerar a produtividade e ampliar as condições de produção excedente, lucro ou mais valia. Os processos de concentração e centralização do capital, em escala mundial revolucionaram as condições de vida e trabalho no campo. (IANNI, 1996, p. 47)

A análise da RAIS, mostra que o Estado de Mato Grosso no ano de 2004 registrou um aumento de 14,14% na demanda de trabalho superior aos demais Estados. O aumento está ancorado a um contexto internacional muito favorável como, por exemplo, os preços e demanda de *commodities* e uma taxa de câmbio que, nesse período, era ainda favorável às exportações.

Em termos qualitativos, nessas áreas a agricultura globalizada, onde a base do processo produtivo requer a incorporação de novas tecnologias de produção, com base na informática, eletrônica, provoca um rearranjo da força de trabalho requerendo melhor qualificação profissional dos trabalhadores. Simultaneamente, à crescente demanda da força de trabalho qualificada para atuar sob diversas condições técnicas e organizacionais do processo produtivo, ocorre um declínio e/ou exclusão da demanda de força-de-trabalho não qualificada ou semi-qualificada.

A agropecuária-tecnificada-científica por necessitar de mão-de-obra qualificada e/ou por estar diretamente ligado às grandes corporações agroindustriais tem absorvido uma parcela significativa de trabalhadores formais, ou seja, com carteira assinada, principalmente nas empresas localizadas em municípios que possuem especialização produtiva de grande relevância no mercado externo. A respeito desse tema, Elias pondera que:

Uma vez que a agricultura científica é intensiva em mão – de – obra especializada acirra a divisão social do trabalho no setor, incrementando o trabalho agropecuário formal. Estratificado ele tem numa ponta o proletariado agrícola e na outra uma gama de trabalhadores especializados. Estes são profissionais de origem e vivência urbana, que passam a ser assalariados permanentes (engenheiro geneticista, veterinário, administrador agrícola, etc) dos setores associados ao agronegócio com elevada composição orgânica do capital. (ELIAS, 2005, p. 8)

Pela análise realizada com base nos dados do CAGED/MET (2000-2004) a respeito da situação do mercado de trabalho formal nos municípios pautados no agronegócio mato-grossense, constatou-se que aqueles que possuíam o peso da sua economia na agropecuária modernizada apresentaram maior geração de empregos diretos e indiretos associados à atividade agrária. Dentre as ocupações que mais foram absorvidas no mercado, estão aquelas relacionadas às atividades estritamente agrária como: o trabalho volante na agricultura, da agrícola geral, da cultura do algodão, na cultura da soja, na agropecuária em geral, da suinocultura, o avicultor, os operadores de máquinas de produção agrícola, o tratorista agrícola, o operador de colheitadeira entre outros.

Se por um lado, as exigências impostas pelo novo padrão técnico-produtivo têm contribuído para aumentar o número de trabalhadores formais em algumas atividades no setor agropecuário, por outro, a densidade técnica nesses espaços, paulatinamente, provoca a saída progressiva de vários tipos de trabalhadores, entre os quais destacamos os “raizeiros”¹⁰⁶, os que realizam o plantio, a colheita, entre outras funções. Em um processo dialético e contraditório, o trabalho informal é suplantado porque algumas funções tipicamente rurais são substituídas pelas máquinas gerando o desemprego estrutural, paralelamente ao surgimento de trabalhadores qualificados e formalmente ligados à produção realizando atividades que, originalmente, não são consideradas rurais.

106 Os raizeiros retiram do solo os resíduos (raízes) deixados pelas máquinas. Uma atividade que está sendo paulatinamente eliminada uma vez, que já existe a máquina para realizar tal função, como constatamos na feira de Agronegócio realizada em Rondonópolis (Agrishow 2005) A substituição dos raizeiros implicará na intensificação na perda da qualidade do solo, uma vez que a máquina ao retirar as raízes retira também nutrientes, etc. do solo.

A realidade apresentada confirma a lógica contraditória do capital com a redução da força de trabalho (capital vivo) empregado diretamente na produção agrícola, paralelamente à ampliação da demanda por trabalhadores qualificados (trabalho informacional) capazes de atender à lógica do capital tecnológico. O que significou o predomínio do capital constante sobre o capital variável compreendendo mudança na composição orgânica do capital e, conseqüentemente, contribuindo para o aumento da produtividade às custas da exploração intensiva da força de trabalho.

Em decorrência dos padrões tecnológicos empregados na unidade que corresponde à produção propriamente dita da agropecuária – na porteira – existe maior capacidade de redução da mão de obra e, portanto na geração de empregos diretos na realização da atividade agrária, o que vale inferir que são os setores econômicos vinculados ao agronegócio que são responsáveis pela geração dos empregos indiretos, ou seja, as atividades de suporte ligadas à comercialização, transporte e transformação, beneficiamento de *commodities*. Tal realidade é comprovada pelos dados fornecidos pela RAIS que aponta que no Estado de Mato Grosso a agropecuária e a agroindústria geram cerca de 65.000 empregos diretos e 200.000 indiretos.

A respeito da tendência no mercado de trabalho nas regiões produtoras de *commodities* agrícolas, Figueiredo (2003) aplicando a metodologia matriz insumo-produto na cadeia produtiva da soja em Mato Grosso afirma que, devido ao intenso grau de modernização desse setor, o número de empregos e salários gerados diretamente ao atender a demanda final é baixo. O maior efeito em termos de geração indireta de empregos está registrado nas atividades fornecedoras de insumos como fertilizantes, máquinas e implementos agrícolas; confirmando a importância do setor em termos de geração de empregos nas atividades fornecedoras de insumos à sua produção.

Os dados fornecidos pelo GAGED/ RAIS (2000 – 20004) têm demonstrado um aumento do trabalho formal em alguns municípios, entretanto, os dados do último Censo (2000) realizado pelo IBGE apontam que o trabalho não formal prevalece em todos os níveis urbanos, independentes de seu nível hierárquico.¹⁰⁷ Como pode ser evidenciado na Ilustração 6.1.

107 Devido à inexistência de dados estatísticos que comprovem a evolução do número de trabalhadores não formais, optamos por demonstrar dos dados fornecidos pelo Censo Demográfico do IBGE – 2000. A RAIS fornece apenas os dados dos trabalhadores formais, o que dificulta uma análise aprofundada.

Embora os dados apenas indiquem a quantidade de trabalho formal e informal, torna-se importante para realizarmos algumas reflexões. A primeira reside no fato de que o número de trabalhadores informal embora não seja muito diferente do formal, predomina em todos os municípios. É evidente que os “desempregados” não aparecem porque foram expulsos do mercado de trabalho.

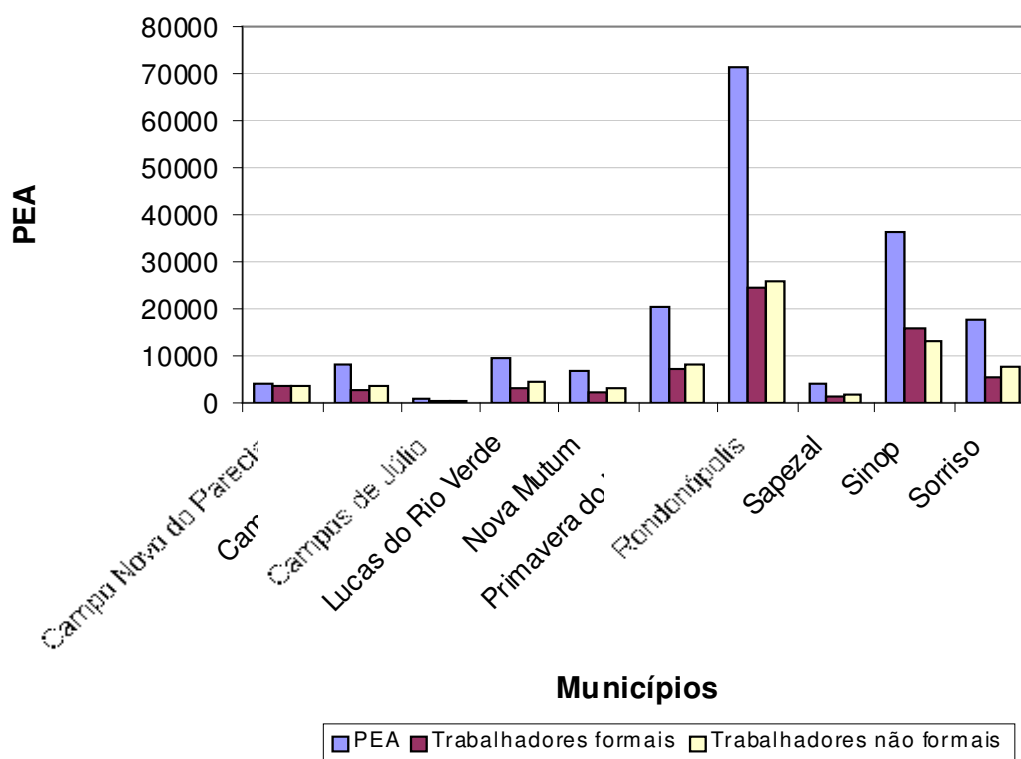
A presença de um considerável mercado de trabalho não formal na região do agronegócio pauta-se no descumprimento das normas trabalhistas, tanto no campo e na cidade, e da nova ordem tecnoprodutiva, com o predomínio do trabalho flexível nas diferentes formas de trabalhadores autônomos e temporários, quer seja nas atividades agropecuárias modernas quer nas atividades urbanas.

A modernização dos processos produtivos gera empregos especializados, reduz o tempo de trabalho ou torna-o mais intensivo para determinadas tarefas, libera força-de-trabalho não especializada, transforma trabalhadores permanentes em temporários, intensifica a precarização do trabalho e a proletarianização da força de trabalho já iniciado na fase inicial de ocupação da fronteira, como pode ser constatado nas análises realizadas por Machado (1979) e Becker (1978). Na fronteira, registra efetivamente a tendência à proletarianização da força de trabalho, processo que pode ser visto na eliminação gradual das categorias ocupacionais que têm laços mais estreitos com a terra (BECKER, 1978) e na tendência a exercer ocupação rural-urbana. (MACHADO, 1979)

A ordem técnico-produtiva prevalecente, caracterizada por uma agropecuária-tecnificada-cientificada, tem alterado a mobilidade espacial e setorial do trabalho, bem como, a existência de um número considerável de trabalhadores não formais que possuem ocupações sazonais que tentam garantir a sua sobrevivência. Nessas áreas é comum a substituição de ocupações não-qualificadas como, colheitadores, tratoristas, entre outras funções, por ocupações urbanas: que exigem baixa qualificação profissional como: servente de obras, empacotadores, carregadores de caminhão, etc. e ou informais como, vendedores ambulantes, etc.

Evidencia-se nesses espaços a expansão da demanda de funções não-agrícolas (urbanas), que servem de suporte para a consecução do circuito produtivo agrário como: o motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais), operador de máquinas de beneficiamento agrícola, carregador (armazéns), abatedor, alimentador da linha de produção, vendedor de comércio varejista, carregador (caminhão), entre outras.

Ilustração 6.1. Mercado de trabalho – 2000



Fonte: FIBGE 2000 (Org. Z.A.Arruda)

Vale ressaltar que ao mesmo tempo as ocupações como o de trabalhador volante, os tratoristas agrícolas, trabalhadores da agropecuária em geral, os operadores de máquinas de beneficiamento agrícola, são significativas nos municípios de Campo Verde, Sapezal, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Primavera do Leste, como as ocupações que mais admitiram no ano de 2004, representaram também o maior índice de demissões. Fato este, que está associado ao período em que o setor necessita de maior absorção de mão-de-obra, ou seja, no período das safras agrícolas. A força-de-trabalho temporária requerida apenas para tarefas determinadas em espaços e períodos de tempo limitado, levando-os a incorporar ao exército de reserva que se aglutina nas periferias das cidades enquanto aguardam a nova demanda requerida pelo campo.

A expansão da agropecuária tecnificada-cientificada, altera a dinâmica socioespacial das regiões produtoras de *commodities* agrícolas manifestadas pela intensificação da mobilidade do mercado de trabalho, na transformação da natureza do trabalho, da organização da unidade produtiva e das novas relações que passam a se configurar na estrutura espacial dos núcleos urbanos.

As formulações discursivas construídas e difundidas pela mídia, sobre as benesses do agronegócio, atraem um fluxo de mão-de-obra para as regiões produtoras de *commodities* agrícolas intensificando a mobilidade no espaço. Esse movimento populacional é formado em sua maioria por trabalhadores das diversas regiões do país, mas principalmente do próprio estado, notadamente pela mão de obra eliminada das áreas em que ocorreu o esgotamento das atividades ligadas ao extrativismo vegetal e mineral e, ou expulsos pela expansão da fronteira do agronegócio.

Nesse sentido altera-se o perfil da mão de obra que se dirige para essas regiões, que não abrange apenas os trabalhadores vindos do campo, mas principalmente por trabalhadores oriundos das localidades urbanas. Uma outra parcela desses “novos migrantes de origem urbana” é formada por uma mão de obra com experiência e qualificação, oriunda de maiores centros urbanos do Estado de Mato Grosso ou de outras regiões brasileiras.

O estudo possibilita-nos afirmar que, grande parte da mão-de-obra que se dirige para Nova Mutum, Lucas do Rio Verde e Sorriso é procedente de Rosário Oeste, Arenápolis, Nortelândia entre outros municípios que são absorvidos no circuito inferior da economia urbana, assim como, nas atividades do campo.

Torna-se mister ressaltar que, um outro grupo que faz parte do rol de trabalhadores, sem vínculos formais, que atendem à demanda direta do campo modernizado, são os trabalhadores recrutados para realizar tarefas que a máquina não consegue executar como “catar raízes” ou colher o algodão. Essa mão de obra é recrutada por empresas especializadas que oferecem o paraíso, mas em geral submetem os trabalhadores à escravidão¹⁰⁸.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no Estado de Mato Grosso em 2003, foram libertados 2.818 trabalhadores em situação análoga à escravidão, apresentando 8,5% dos 178 imóveis na lista de propriedades com trabalho escravo, vivendo em condições subumanas, como pode ser analisado a seguir:

108 A lista de empresas envolvidas na contratação de mão de obra trabalho escravo, encontra-se na chamada “Lista Suja” do Ministério do Trabalho e Emprego (http://www.mte.gov.br/trab_escravo/lista0112.pdf). Essas empresas serão notificadas e inseridas no Cadastro do MTE. Com o retorno ao Cadastro, a empresa ficará proibida de obter novos empréstimos em bancos oficiais do governo e também entra para a lista das empresas pertencentes à cadeia produtiva do trabalho escravo no Brasil, que serve de alerta às indústrias, varejo e exportadores para a aplicação de restrição aos produtos de mão-de-obra escrava.

O trabalho degradante é verificado pelas péssimas condições de higiene, salubridade, segurança e alojamento em que se encontram os trabalhadores, em geral associadas a jornadas extenuantes. Já a privação da liberdade ocorre tanto com a coerção física – quando capangas armados impedem a fuga – quanto pela coerção moral, no caso da servidão por dívida ou pela retenção de documentos. Muitos trabalhadores caem no conto do ‘gato’ – como são conhecidos os aliciadores – por desinformação. ‘Eles saem de seus locais de origem com promessas de outras condições, muito diferentes das que encontram’, esclarece o consultor jurídico do MDA. Ele acredita que os trabalhadores acabam se submetendo a essas condições por falta de alternativas. (MDA, 2006)

Ao analisarmos, os dados do MTE e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), constatamos que, embora a presença do trabalho escravo seja encontrada em propriedades localizadas nos municípios pautados em uma agropecuária modernizada como de Nova Mutum, Rondonópolis, Campo Novo do Parecis e Lucas do Rio Verde, a preponderância dessas relações de trabalho, são em áreas em que prevalece a expansão da pecuária, ou seja, justamente o setor que mais desmata para a fronteira (re)dimensionada do agronegócio. Realidade esta, que foi preponderante na década de 1970, preparando a priori o “terreno” para a expansão da soja e do algodão, ou seja, para a consolidação da atual fronteira do agronegócio.

Uma realidade contraditória e dialética se constrói nas regiões produtoras de *commodities* pois, ao mesmo tempo em que o trabalho vivo é substituído pelo trabalho morto, ou seja, o trabalhador não qualificado está ausente na operação de máquinas de ponta da agricultura de precisão, o mesmo está presente por meio de relações de trabalho pré-capitalistas para a realização de atividades que a máquina não pode realizar.

Nesse sentido, compartilhamos a assertiva de Soja (1993) quando pondera que frente aos limites crescentes decorrentes da redução na duração do dia de trabalho, dos níveis mínimos de salário, das conquistas da organização da classe trabalhadora, etc., o capitalismo desloca-se a ênfase cada vez maior para a extração da mais-valia relativa. Isto se dá através das mudanças tecnológicas, das modificações na composição orgânica do capital, das transferências líquidas do excedente, associas à penetração do capital em esferas não inteiramente capitalistas de produção. Isso exigiu a construção de sistemas totais, a fim de garantir e regular a reprodução das relações sociais de produção.

A dinâmica do mercado de trabalho no estágio atual da fronteira do agronegócio, nos leva a afirmar que o mercado de trabalho se consolidou segundo a lógica requerida pela economia moderna, nesse caso, esgotando as possibilidades de inserção de trabalhadores rurais, de pequenos produtores descapitalizados, da mão-de-obra pouco

qualificada, restando-lhes apenas a alternativa de se submeter a precarização do trabalho e/ou instalando-se nas periferias dos centros urbanos.

A instalação das grandes corporações no espaço (urbano/rural), pautadas no discurso da geração de emprego, no aumento da renda e na geração de desenvolvimento, torna-as atrativas aos olhos daqueles que almejam melhores oportunidades de vida. Como consequência, ocasiona para a cidade um movimento de mão-de-obra que em um jogo dialético de oportunidades e “exclusões” intensificam as contradições socioespaciais na cidade que se expressam pela desigualdade.

A segregação residencial é evidente na paisagem urbana de todas as cidades analisadas, marcada pela disparidade dos padrões arquitetônicos modernos e luxuosos localizados em bairros dotados de infra-estrutura com a presença das casas dos trabalhadores que lembram as favelas¹⁰⁹ das grandes regiões metropolitanas. Segregação esta que também pode ter como fronteira a rodovia BR-163, como é o caso da cidade de Sorriso que fragmenta a cidade em espaços dos ricos e dos pobres.

Configura-se aí, uma realidade social e complexa apreendida pela falta de moradia, habitações precárias, precarização do trabalho e ou exclusão da mão-de-obra, considerados pelo mercado como não qualificados. A lógica racionalista que prevalece no campo e no espaço urbano implica na regulação¹¹⁰ do uso e acesso à cidade por meio de políticas de controle espacial que procuram inibir a entrada de e possibilitar o fluxo de investimentos, de empresas e de usuários solváveis ao espaço.

Contraditoriamente, as mesmas forças que tentam excluir os “indesejáveis” para a imagem são as mesmas que necessitam deles para a sua (re)produção. A necessidade de uma reserva de mão de obra barata, menos qualificada, de um mercado consumidor e, portanto, desprovido do direito à cidade faz com que se construa

109 Lembram pela carência de infra-estrutura porque nessas cidades o controle do poder público impede qualquer movimento para o surgimento de favelas.

110 Arruda (1997), aponta que desde o início da implantação da cidade de Sinop, o espaço sempre foi segregador e excludente, pois só foram selecionados para esse lugar indivíduos que dispunham de uma reserva de capital para adquirir um pedaço de terra, ou aqueles considerados 'aptos' e 'selecionados' pelo colonizador para desempenhar alguma atividade urbana. Este fato também foi observado por Silva (2003, p. 200) em uma análise sobre a cidade de Sapezal, onde registra que “[...] ao fiscalizar de perto a especulação imobiliária, a empresa (Cidezal) visa impedir a proliferação de pessoas sem condições financeiras de promover melhorias em seu lote. Na verdade, o que a Cidezal busca é impedir a expansão de bolsões de pobreza na cidade”. As terras do perímetro urbano de sapezal pertencem à Cidezal, que realiza o loteamento urbano, comercializando lotes para aqueles interessados que possuam projeto de ocupação. Todo o controle da especulação imobiliária está com a Cidezal, visto que, a maioria dos lotes vendidos ainda não foram escrituradas. Assim sendo, ao fiscalizar de perto a especulação imobiliária, a empresa visa impedir a proliferação de pessoas sem condições financeiras de promover melhorias em seu lote. Na verdade, o que a Cidezal busca impedir é a expansão de bolsões de pobreza na cidade.

um mercado urbano fora da “ordem” estabelecida *a priori* pelo planejamento. Revertendo essa “ordem” concebida - que não previa espaços para imigrantes desqualificados - o espaço social se concretiza, produzindo e fragmentando o espaço conforme as necessidades de (re)produção do capitalismo. Sobre a cidade ideal criam-se formulações discursivas que tentam esconder a cidade real e as contradições do processo de produção espacial.

Um aparente paradoxo se constrói, por meio de novos arranjos de (re)planejamento da cidade com elaboração de políticas públicas que buscam normatizar os loteamentos destinados à população de baixa renda, ou impedir à proliferação de Kitnets¹¹¹, etc. Em entrevista realizada junto ao poder público municipal constatou-se que as intervenções que passam a ser realizadas seguem o princípio de (re)ordenamento territorial pautado em ações paliativas e de controle social com a doação de lotes na periferia da cidade para a população. Constata-se paralelamente à proliferação dos kitinets as ações do poder público em conter a expansão desse tipo de habitação considerado “fora” dos padrões de ordenamento territorial previsto pelo poder público.

Nesse sentido, concordamos com Soja (1993) quando afirma que a produção contínua do espaço urbanizado, a reprodução da força de trabalho e da ordem social, e o consumo coletivo seria forma crescente de absorção da mais valia, pelo capitalismo financeiro contemporâneo. O capital financeiro está profundamente implicado na manipulação do meio ambiente construído, na extração de renda urbana, no estabelecimento dos valores da terra e na organização do espaço urbano para consumo coletivo, facilitado pelo Estado local e nacional.

Outro aspecto a ser considerado é que o predomínio da produção agrária voltada para a produção de *commodities*, da incorporação tecnológica e organizativa no campo levou a uma tecnificação do processo de produção e, desta forma, modificou a organização do trabalho no interior das unidades produtivas, que passam a requerer uma mão-de-obra flexível, polivalente e com melhor qualificação profissional.

A lógica que se instala do campo modernizado possibilita que a força de trabalho grave entre o espaço urbano e o rural, quer seja pela realização das atividades que servem de suporte à atividade agrária e agroindustrial (que estão instaladas no espaço rural), quer seja, como trabalhadores temporários e ou permanentes ligados diretamente às

111 Os Kitnets é um termo regional utilizado para designar habitações provisórias de um quarto/banheiro construídas para atender a demanda de moradias para os trabalhadores rurais e ou urbanos. Constituem verdadeiras vilas operárias da modernidade sem o mínimo de infra-estrutura e com grande densidade populacional.

atividades agrárias, mas que estão morando na cidade. Comprovando o que Oliveira (2001) já vem afirmando há muito tempo de que o campo-cidade/o rural-urbano formam uma unidade contraditória, porém interdependentes.

Como consequência da mobilidade diária da mão-de-obra a interação espacial entre campo e cidade intensifica-se, o limite da escala urbana torna-se cada vez mais expandido por meio da mobilidade diária do trabalho abstrato, pelos novos serviços que são incorporados na atividade agrária, assim como pelo fluxo de novos serviços, de capitais e de novas mercadorias.

A forma contemporânea de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio de bens e serviços, com base no agronegócio, tem contribuído significativamente para o dinamismo das cidades de expansão da fronteira agrícola-tecnificada e de uma nova (re)definição de novos arranjos espaciais decorrentes da globalização.

Diferentemente da década de 1970 em que o setor que mais absorvia a mão-de-obra era o da administração pública, na atual fase da fronteira (re)dimensionada do agronegócio é o setor agrário que passa a comandar a economia urbana. O espaço urbano, na fronteira do agronegócio, passa a ser o suporte logístico dos novos elementos do trabalho agrícola e da sua regulação, de serviços que servem de suporte direto ou indireto às atividades agropecuárias respondendo às exigências da racionalidade do campo.

Na dinâmica socioespacial recente da fronteira cientificada-tecnificada faz-se mister ressaltar que o setor agrário embora seja a base do dinamismo econômico, desses municípios, outros setores, tradicionalmente¹¹² denominados de terciário (comércio e serviços) e o secundário (indústria de transformação) têm sido representativos na absorção de trabalhadores formais, principalmente nos espaços mais consolidados e, que passaram por um processo de reestruturação econômica associada às atividades ligadas ao agronegócio. Como pode ser constatado na Ilustração 6.2.

Nos dados do RAIS/2003 que apresentam os empregados por atividade econômica dos 10 municípios estudados, apenas 5 (Campo Novo do Parecis, Campos de Júlio, Campo Verde, Nova Mutum e Sapezal) apresentaram maior participação no setor

¹¹² Denominamos de tradicionalmente levando em consideração que na atual conjuntura a atividade se (des)espacializa do agronegócio. A indústria considerada como uma atividade tipicamente urbana está localizada no campo(agroindústria); o setor de serviços de assistência técnica, pesquisa, comercio online etc., estão no campo e na cidade.

agropecuário e em segundo lugar no setor de comércio. O que se pode constatar nos municípios de expansão recente do agronegócio em que a atividade econômica predominante é a agropecuária, sendo, portanto, o setor que mais absorve o trabalho formal, no entanto com uma tendência ao setor de comércio, o que nos leva a supor a grande inter-relação que existe entre os setores.

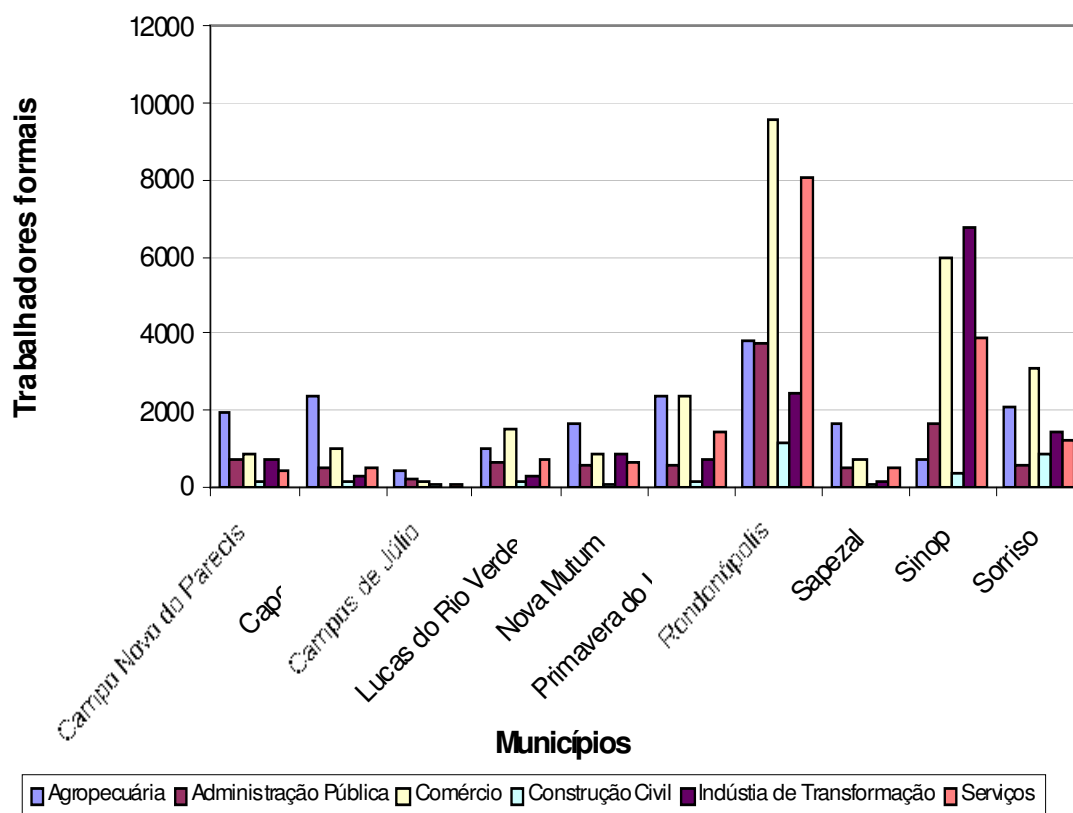
Os demais municípios da fronteira de expansão do agronegócio (Lucas do Rio Verde, Sorriso, Sinop, Rondonópolis, Primavera do Leste), reestruturados para atender a lógica de uma agropecuária comercial, apresentam uma oferta de emprego formal diversificada, com predomínio da mão-de-obra no setor de comércio, serviços e indústria de transformação. Em decorrência da importância da agropecuária, na economia no Estado de Mato Grosso, os setores que apresentam efeito multiplicador do emprego pertencem ao setor primário ou estão relacionados a ele, bem como nos dados apresentados nesse trabalho.

O fato de o setor agropecuário constituir a base do crescimento econômico do Estado, conjecturamos que, pelo seu caráter empresarial e pela nova configuração em decorrência da transformação da base produtiva, as manifestações espaciais se configuram na economia urbana por meio dos negócios relacionados às atividades de suporte ao setor, como por exemplo, o comércio e os serviços especializados. Evidencia-se nas cidades o predomínio de um setor comercial moderno e dinâmico com a presença de distribuidoras de máquinas e implementos agrícolas, lojas de insumos, escritórios de engenharia agrícola, consultoria agrícola e planejamento, cuja clientela constituinte é local e regional.

Andrade e Serra (2001, p. 14) apontam que, “para as fronteiras agrícolas do Centro-Oeste, com atividades produtivas mais intensas no uso do capital, não só surge uma demanda pela ampliação de centros de apoio para as atividades terciárias ligadas à comercialização de mercadorias como também são induzidas atividades de suporte industrial, principalmente a produção de insumos e implementos agrícolas”.

Além dos tradicionais trabalhos que servem de suporte direto para a agropecuária modernizada, como o agrônomo, o veterinário, o técnico agrícola, o piloto agrícola, o bancário, surgem novos serviços específicos ligados ao agronegócio: certificação de produtos, promoção de exportação específica, criação de insumos relacionados com novas demandas geradas a partir da cadeia de oferta; serviços na área comercial (representantes comerciais de produtos e equipamentos agrícolas), consultoria (agrícola), marketing, logística (armazenagem, transporte, manutenção: fiscalização da produção e conservação de alimentos), engenharia agrícola, especialistas em seguro, em capitalização, entre outros.

Ilustração 6.2. Trabalho formal por atividade econômica – 2003



Fonte: CAGED/RAIS 2003 (Org. Z.A.Arruda, 2006)

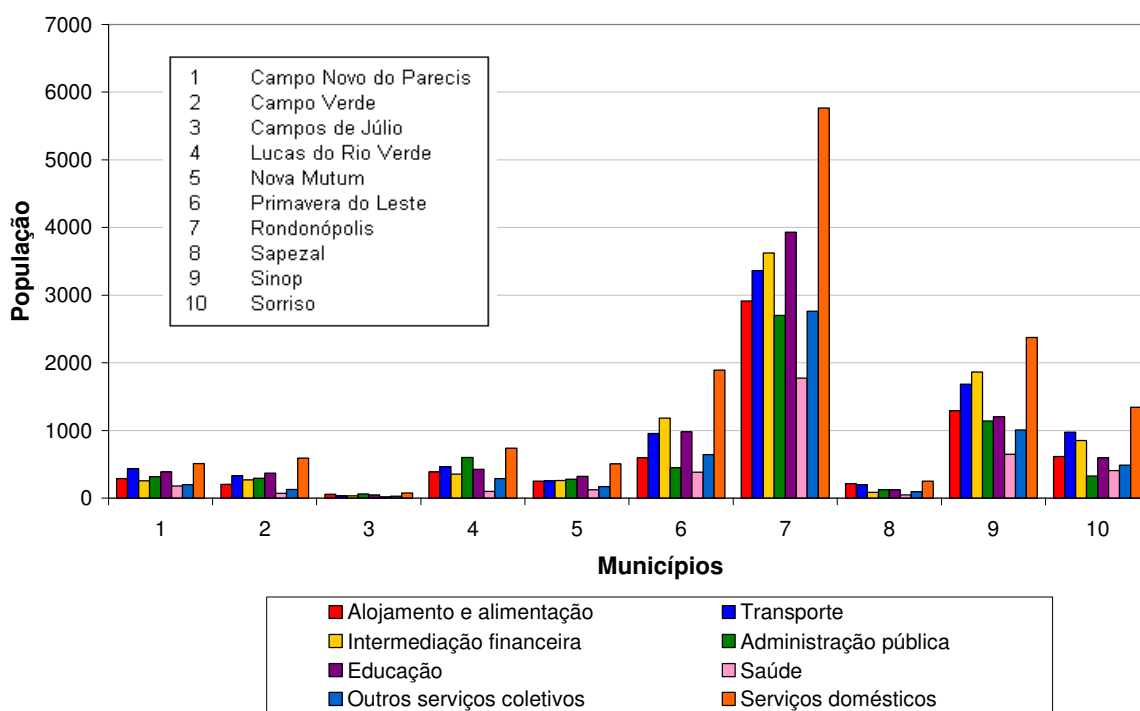
Nas palavras de Graziano da Silva (1998) o trabalho rural também se urbanizou, refletindo a crescente importância das atividades exercidas 'além porteira' das fazendas. As 'atividades de escritório' são cada vez mais vitais ao desempenho econômico-financeiro das empresas modernas e têm que ser exercidas no contexto urbano, pois é aí que se encontram os comerciantes (de produtos e insumos), os bancos, os agentes governamentais, etc.

A marcante diversificação da mão-de-obra, predominante nessas áreas, decorre da agricultura modernizada depender de outros serviços especializados, com aumento do peso relativo de profissões informacionais como os administradores, profissionais ligados a serviços de escritório em geral, o marketing, consultores agrícolas, programadores de software agrícolas, a logística, instituições financeiras e de pesquisa entre outros. O setor de serviços, por sua vez, ganha nova dimensão, tanto pelo peso crescente na pauta de exportações dos países quanto por seu papel nas novas formas de geração de riquezas.

O setor de serviços desenvolve-se para atender às funções intermediárias complementares ao processo de industrialização ou modernização agrícola.

Além desses novos serviços ligados diretamente à atividade agropecuária, soma-se uma rede de serviços pessoais ou produtivos, que estreitam o caminho entre as preferências (socialmente condicionadas) do consumidor e produtor rural. (GRAZIANO SILVA, 2002) Essa realidade pode ser evidenciada na região do agronegócio Mato-grossense por meio dos dados fornecidos pelo Censo do IBGE (2000) onde se pode constatar que os serviços que mais absorveram o trabalho formal nas cidades do agronegócio de modo geral foram os serviços domésticos, intermediação financeira, transporte e alojamento e alimentação, como pode ser analisado na Ilustração 6.3.

Ilustração 6.3. População economicamente ocupada – serviços – 2000



Fonte: IBGE 2000 (Org. Z.A.Arruda, 2006)

O setor de serviços domésticos (serviços prestados não-mercantis) foi o que apresentou o maior número de população economicamente ocupada, em todos os níveis urbanos dos municípios. Isso decore em grande parte, da capacidade do setor em absorver um elevado número de profissionais poucos qualificados e, conseqüentemente, a baixos salários. Constata-se que o serviço de administração pública, que era significativo na década de 70 do século XX, foi suplantado por serviços que são imprescindíveis às transações das *commodities* como o transporte e intermediação financeira.

Com relação às principais ocupações que apresentaram maior absorção de trabalhador formal no setor de serviços, de acordo com a análise dos dados do GAGED/TEM – 2004, destacaram os trabalhadores da manutenção de edifícios, auxiliar de escritório, recepcionista, trabalhadores de serviços de manutenção, faxineiro, contínuo, carpinteiro, servente de obras, empregado destinado aos serviços gerais, vigilantes.

Inferimos que a diversificação da mão-de-obra evidenciada no mercado urbano decorre, em grande parte, pelo fato de a agropecuária moderna depender de outros serviços especializados como, o comércio, a logística, instituições financeiras e de pesquisa, técnico-profissionais, contribuindo para o predomínio do emprego formal nos setores. A existência de profissionais ligados ou não ao setor agropecuário tem provocado mudança na lógica socioespacial dessas cidades, principalmente, nas mais urbanizadas.

O mercado urbano se diversifica com o surgimento de prestadores de serviços ligados à gastronomia (restaurantes, bares), à hospedagem (hotéis, pousadas), na construção civil (construtoras, escritórios de arquitetura e decoração) para atender uma clientela exigente e consumista. Serviços na área comercial (representantes comerciais: produtos e equipamentos agrícolas), consultoria (agrícola), Marketing, logística (armazenagem, transporte e manutenção: fiscalização da produção e conservação de alimentos), engenharia agrícola e educacional (Instituições públicas e privadas: Universidades, Escolas etc.) que oferecem cursos profissionalizantes, de informática, de idiomas.

O poder público local pautado no consenso de que investindo na área urbana/rural, melhorando a infra-estrutura rural com escolas, etc, quer seja, capacitando a mão-de-obra do campo/cidade para atender as demandas do campo, concomitantemente, estaria pensando no futuro da cidade, uma vez que toda a pujança da cidade é proveniente do campo.

Para atender às necessidades requeridas pelo capital para reproduzir-se no campo modernizado que requer uma mão de obra qualificada, o Estado entra para essa socialização investindo em infra-estrutura urbana com destaque para o setor saúde e educação. No âmbito da política governamental federal são instalados centros de formação

de profissionais, como SEBRAE, SENAI, SENAC, SENAR, SENAFOR, CEFETs¹¹³, que oferecem diversos cursos técnicos, na área de informática, além de idiomas (inglês e espanhol).

As atividades altamente capitalizadas e modernas nesses espaços, em decorrência do agronegócio e, viabilizada por maior densidade técnico-informacional, demonstra que a dinâmica de relações, econômicas e espaciais é realizada, não apenas com as cidades de maior porte das proximidades, mas com centros urbanos regionais, nacionais e com grandes centros urbanos externos. Constata-se nas cidades a formação de um núcleo econômico urbano de atividades financeiras de comércio especializado em serviços ligados às demandas do mundo agrário globalizado.

Com a transnacionalização da atividade econômica, por meio do agronegócio eleva-se o volume e a intensidade de transações em lugares que passam a constituir locais estratégicos da economia global. As que são submetidas às decisões externas cumprem o papel de suporte dos serviços requisitados pelo campo modernizado.

Acreditamos que as redes e fluxos, estabelecidos nas cidades, resultantes das transações econômicas poderão contribuir para a consolidação de um mercado urbano em algumas cidades, especialmente, naquelas que oferecem serviços como financeiro, transporte, armazenagem, comércio, saúde, educação, etc. Em decorrência das funções que lhes são atribuídas, essas cidades, poderão ter o seu papel redefinido, bem como a sua participação na constituição da rede urbana regional.

6.2 A cidade como ponto nodal de convergência do fluxo de capitais do/para o agronegócio

A lógica espacial caracterizada pela reprodução extensiva e territorial do capital, que prevaleceu no processo inicial de ampliação da fronteira agrícola, é superposta por uma nova ordem de acumulação e valorização ampliada do capital. A ordem tenoprodutiva pautada no uso intensivo da ciência, tecnologia e informação, na alteração da dinâmica dos processos produtivos, no fornecimento de produtos ao mercado de *commodities* agrícolas contribuiu para que intensificasse o processo de financeirização no território.

113 Em Janeiro de 2007, fazendo parte do PAC, os municípios de Campo Novo do Parecís e Rondonópolis foram contemplados para sediar uma Unidade Descentralizada do CEFET Cuiabá.

O território mato-grossense que possui a base econômica pautada na produção de *commodities* agrícolas, notadamente da soja, algodão, carnes, milho, etc, constituiu-se em terreno fértil para a expansão do capital nas mais diversas modalidades: produtivo, industrial e, principalmente, o financeiro. Com o predomínio de uma agropecuária modernizada-globalizada, cada vez mais exigente de capital tecnológico; novos instrumentos financeiros são incorporados ao território (campo e cidade) na categoria de créditos ao consumo produtivo, custeio e investimentos, entre outros.

O agronegócio que se estrutura a partir de uma atividade produtiva agrária (agropecuária e/ou extrativa) moderna requer cada vez mais a inversão de vultosas quantias de capital e tecnologia para a consecução do processo produtivo agrário. Essa necessidade de capital decorre do crescimento da mercantilização em todos os mercados e da paralela monetarização das relações de intercâmbio (DELGADO, 1987), bem como das inúmeras exigências científicas e técnicas requeridas pela produção, que levam a uma necessidade cada vez maior de adiantamento de capital para pagamento de despesas com a preparação, circulação, assim com o próprio funcionamento da atividade, o que significa um aumento no uso de capital circulante, fixo no espaço.

O poder de movimentar moedas ao redor do mundo, tão característico na era contemporânea, exige não apenas sistemas de comunicações bem organizados, mas, no mínimo, do amparo seguro do sistema de crédito pelas instituições públicas, financeiras e jurídicas (HARVEY, 2005), intensificando o processo de financeirização do território. Processo este, que é marcado pela expansão de instituições financeiras, com destaque ao sistema bancário (bancos privados) que viam no setor agrário a oportunidade para ampliar os seus rendimentos.

A partir de 1980, com o neoliberalismo, novos agentes econômicos passam a assumir o comando das linhas de financiamento do setor agrícola pelos bancos, pelas *tradings companies*, empresas fornecedoras de insumos e equipamentos agrícolas, empresas de processamento, entre outros, intensificando o processo de financeirização do território mato-grossense.

Agentes investidores assumem a liderança dos negócios agrários especulam não somente no mercado de câmbio de divisas, mas também por meio de especulações em atividades cada vez mais complexas, como os derivativos, assim como operações dirigidas aos mercados de *commodities* agrícolas. Dentre os instrumentos financeiros e derivativos utilizados para a especulação de *commodities* agrícolas nas bolsas de futuro figuram dentre

os portadores de ativos, os investimentos e os fundos de pensão¹¹⁴, dentre outros mecanismos. Associado a esse processo, novas formas de engenharia financeira passam a configurar no sistema de financiamento agrícola, caracterizados pelo autofinanciamento e pelo uso de fontes de crédito provenientes do setor privado, principalmente do setor financeiro e industrial. Os agentes econômicos pertencentes a um determinado segmento do circuito do agronegócio acabam por criar os seus próprios mecanismos de financiamentos que venham atender os interesses econômicos, como é o caso do sistema de leasing agrícola.

A empresa New Holland, assim como outras empresas do setor de insumos e equipamentos agrícolas, com o objetivo de ampliar o seu mercado consumidor na demanda de insumos mecânicos na agropecuária – como as máquinas e os equipamentos agrícolas, possui o seu próprio banco que possibilita financiamento para o produtor rural, principalmente por meio do procedimento de *leasing*.

A operação de arrendamento mercantil, denominado de leasing agrícola, é um procedimento de cunho financeiro destinado ao arrendamento (aluguel) e ou compra de máquinas e equipamentos novos e/ou usados, implementos agrícolas para uso na atividade econômica do cliente. O financiamento identificado em sua forma embrionária por Delgado (1989), torna-se freqüente nas áreas em que predomina a atividade agropecuária comercial, ou seja, onde prevalece o agronegócio.

O sistema de leasing, de acordo com Delgado (1989) surge intimamente ligado ao setor bancário, com integração de capitais a indústria de tratores para a agricultura, constituindo uma típica inovação capitalista no campo do financiamento e da mobilidade do capital fixo na agricultura. A maior mobilidade dos equipamentos produtivos está, em grande medida, associada à constituição de empresas de mecanização agrícola, operando em diferentes modalidades de leasing de curta duração. Nesses casos, o ativo fixo envolvido na imobilização de capital em tratores, colheitadeiras de longo ciclo, transforma-se para o produtor individual, em capital circulante, dimensionando o valor de aluguel do equipamento e ou serviços de mecanização adotados. Por seu turno, para a empresa de leasing, a imobilização de capital em máquinas continua a ser ativo fixo.

114 Organismos de coleta de poupança e de aplicação, em que o capital variável é aberto ao público, e o valor dos títulos possuídos por cada participante é determinado pela relação entre o total do ativo e o número de quotas, e não diretamente pelo mercado.

No processo de leasing os fornecedores detêm a propriedade das máquinas (capital fixo) e alugam ou cobram uma taxa pela admissão, pela assinatura ou pela associação a curto prazo. A troca de bens entre vendedores e compradores cede lugar ao acesso em curto prazo entre servidores e clientes que operam em rede. A posse do capital físico torna-se cada vez mais marginal ao processo econômico. (RIFKIN, 2001)

Outro aspecto a ser considerado, é o de empresas que optam pela realização de parcerias de financiamento, ou seja, firmam convênios que permitem a realização de financiamentos dos equipamentos e insumos agrícolas ao produtor, ao mesmo tempo em que são partilhados os riscos entre os atores financeiros¹¹⁵. Rearranjos na economia são construídos por meio de um sistema de convênios entre os bancos e empresas fornecedoras de insumos (máquinas, implementos, sementes, defensivos, fertilizantes e agrotóxicos), o que tem contribuído para uma intensa expansão de agentes operadores do sistema financeiro no território.

Dentre os mecanismos desse financiamento alternativo na agropecuária, se destacam a antecipação de contrato de Câmbio - ACC¹¹⁶, o sistema de Soja Verde, Pregões eletrônicos, certificados de mercadorias negociados em Bolsa de mercadorias, títulos privados e a troca de produtos por insumos, fertilizantes e sementes. Como demonstra Mazzali:

O plano de financiamento de equivalência de produto passou a constituir, também, um mecanismo especialmente indicado para a aquisição de bens de maior valor - tratores e implementos agrícolas. Esse tipo de financiamento exigiu uma complexa engenharia financeira. O produtor paga a compra do trator com certificados futuros da soja. O revendedor de tratores entrega o certificado ao banco e recebe "reais". O Banco, por sua vez, repassa os papéis para uma trading e recebe export notas - títulos emitidos por empresas exportadoras indexadas à variação cambial. (MAZZALI, 2000, p. 101, grifos nossos)

A (re)engenharia financeira apontada por Mazzali evidencia, em verdade, o papel dos conglomerados empresariais em aplicarem uma parte de seus recursos no mercado financeiro de forma a obterem lucros futuros mais compatíveis com o conjunto da atividade econômica, ou seja, por meio da especulação sobre as *commodities* agrícolas.

115 Esses procedimentos foram constatados em pesquisa de campo aos eventos especializados do agronegócio, como o Agrishouw Cerrado e feiras agropecuárias, onde a presença desses agentes financeiros torna-se prevaiente. Sobre esse segmento do agronegócio (as feiras) trataremos com maior profundidade no próximo capítulo desta tese.

116 O ACC Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC) foram criados pela Circular BACEN 2.539, de 25.01.95, e representam antecipações parciais ou totais de vendas a termo para o mercado internacional. O financiamento é sempre pago em produto, com preço estabelecido na data do contrato, e as garantias usuais são o aval, a hipoteca e o penhor.

Constata-se que o capital fictício – a forma de capital que dá origem a rendimentos financeiros, analisado por Marx, adquire maior expressividade na economia agrária contemporânea.

Por meio da negociação especulativa de títulos de papel, evidencia-se a geração de mais-valia sobre vendas e título, ou seja, ao incorporar ao fluxo de lucros extraídos da produção a mais-valia tirada da dinâmica da cotação dos ativos. Isso significa que cada vez mais esses conglomerados agroindustriais estão ampliando o leque de oportunidades de geração e apropriação de riqueza, quer seja, por meio das formas produtivas, quer seja, por meio da forma financeira sob o comando hegemônico do capital-dinheiro, como pode ser constatado a seguir:

A valorização da soja no mercado internacional transformou o produto numa moeda no interior do Brasil. Em alguns Estados – como Mato Grosso e Goiás – fazendas, apartamentos e até carros não são cotados em Real ou Dólar, mas em 'sacas de soja'. Vários produtores estão sendo financiados por *Tradings* e empresas beneficiadoras de soja, como as multinacionais Bunge, Cargil. O dinheiro é liberado antes do plantio e, na época da colheita, o produtor *paga com o próprio grão*. Em geral os produtores (sojicultores) fecham contratos futuros a apenas parte da produção, para financiar a safra. Visando diluir os riscos e ampliar a possibilidade de auferir lucros maiores, eles vendem o restante em lotes. (GUSMÃO, 2004, p.55)

As inovações financeiras, assim como as medidas de desregulamentação, contribuíram para aumentar as possibilidades de transformação do disponível em caixa em capital de empréstimo e o aumento da liquidez do capital dinheiro, ao mesmo tempo em que aceleram a sua mobilidade (SERFATI, 1989). Com o fito de estender e diversificar o controle sobre a cadeia de valor, assim como, antecipar a sua parte, este tipo de transação é intensa nas práticas financeiras e comerciais na atividade agrária, com a proliferação de alianças estratégicas por meio da constituição de redes de empresas.

É o que está acontecendo no campo modernizado, em que novos arranjos financeiros e comerciais são realizados entre empresas agroindustriais concorrentes e ou entre empresas produtoras de bens de capital para a agricultura observada por Mazzali (1980) quando:

Uma empresa que não possui uma infra-estrutura de compra e recebimento de grão fecha acordo operacional com empresas processadoras, para entrega futura de pelts de soja como forma de pagamento antecipado. A diferença da prática realizada com os produtores agrícolas reside no fato de que a liquidez, garantida pelo pagamento antecipado, estava sendo dada a uma empresa industrial, para que ela por sua vez, adiantasse aos produtores a aquisição da futura safra da soja. Em resumo, a empresa que não possui infra-estrutura entra com o capital de giro para financiamento da safra e a empresa processadora com a sua tradição e rede de captação. (MAZZALI, 2000, p. 109).

Muitas empresas já não vendem mais coisas umas às outras, mas reúnem e repartem seus recursos coletivos, criando vastas redes de fornecedor-usuário (Rifkin, 2001) que gerenciam conjuntamente os negócios uns dos outros, possibilitando que cada vez mais essas empresas centralizem o poder econômico.

Do ponto de vista do Estado, o governo federal com o intuito de regularizar o acesso dos produtores agropecuários a esses recursos financeiros, e a regular o mercado de *commodities* do agronegócio tem tomado medidas como a utilização de Cédulas de Produtor Rural (CPR)¹¹⁷, o Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC), Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida (CMG)¹¹⁸ entre outros mecanismos. No ano de 2004/2005 em cumprimento às diretrizes do Plano Agrícola e Pecuário foram criados novos títulos para incentivar e apoiar o agronegócio como o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA) que representa promessa de entrega de produto agropecuário depositado em armazém, e o WA, que confere direito de penhor sobre o produto descrito no CDA¹¹⁹.

Esses mecanismos começam a ter a sua manifestação no território à medida que a especialização espacial conferida às localidades que possuem a sua economia pautada no agronegócio, passa a ser expressa pela intensa proliferação de instituições financeiras que comandam as linhas de crédito agrícola necessárias à expansão do processo produtivo. Como pondera Santos (1997) à medida que a economia se torna espacialmente seletiva dentro de cada país, e complementar entre os países, os instrumentos de trabalho são cada vez maiores e mais os fixos e os fluxos correspondentes são forçosamente mais numerosos e densos.

A ampliação do número de bancos na região de predomínio do agronegócio mato-grossense pode ser verificar na Ilustração 6.4, e, embora os dados sejam de 2000 a 2006 pode-se verificar o aumento de agências financeiras.

117 A CPR é um instrumento legal (criado pela Lei numero 8. 929 de 22 -8-94) para a venda antecipada da produção com entrega futura dos produtos, permitindo ao produtor obter recursos para custeio de suas lavouras. A CPR é um instrumento privado de financiamento, que pode ser emitido por um agricultor, cooperativa ou associação, para antecipar os recursos que serão conseguidos com a venda da produção. Ou seja, significa uma obrigação de entrega do produto rural na quantidade e qualidade especificadas. E, assim, viabilizar capital de giro para atender às necessidades financeiras imediatas. Essa cédula é administrada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip), entidade autorizada pelo Banco Central. Trata-se de um título cambial. Podendo ser: CPR física (pagamento com mercadoria); CPR Financeira (pagamento como dinheiro) e CPR exportação específica para comércio exterior. A CPR constitui um serviço de apoio à comercialização.

118 O Certificado de Mercadoria com Emissão Garantida é um título criado em 1994, pela Bolsa de Cereais de São Paulo. É um contrato mercantil de compra e venda de mercadorias, emitido pelo detentor da mercadoria e negociado apenas em bolsas de cereais e mercadorias. O CMG se divide em CMDG que é um certificado de venda de produtos disponíveis, e no CMFG que é um certificado para venda antecipada de produtos que serão produzidos, com o intuito de custear a produção ou mesmo para aproveitar os melhores preços na entressafra.

119 Como já foi discutido no Capítulo 1 deste trabalho.

Houve também a diversificação dos serviços oferecidos pelas referidas instituições financeiras, destacando-se o Banco do Brasil, o HSBC Bank Brasil S.A – Banco Múltiplo, Banco Bradesco S.A, Banco Itaú S.A, Caixa Econômica Federal, ABN AMRO REAL S.A, Banco Cooperativo SICREDI, entre outros.

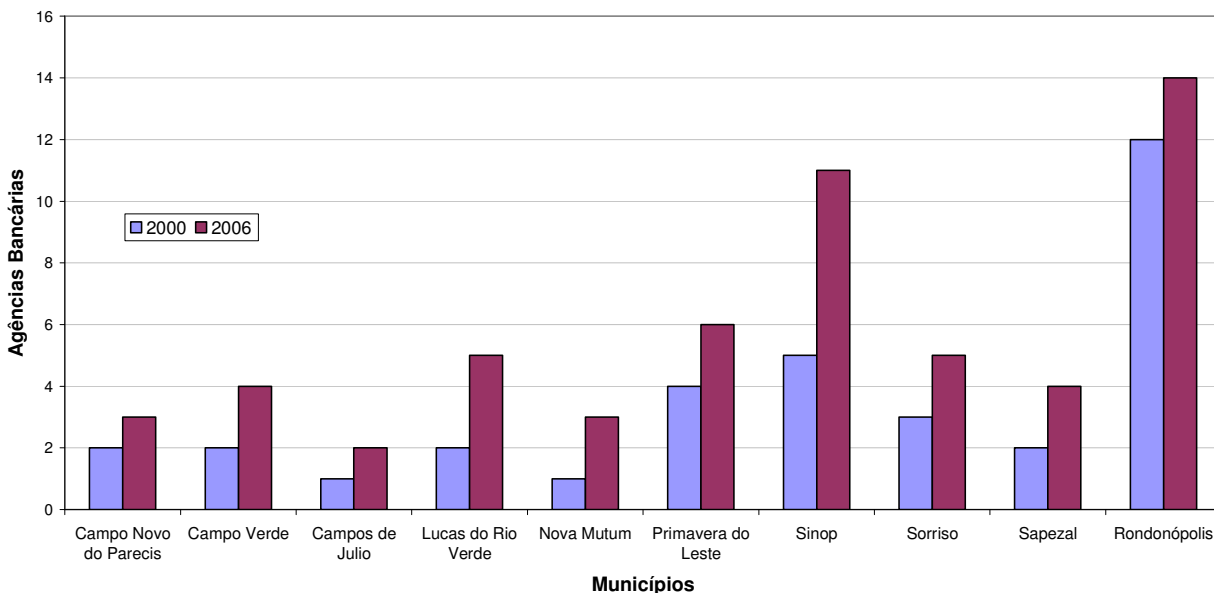
Com a difusão nos meios econômicos da concepção do agronegócio e a possibilidade de conquistar essa nova fatia do mercado, alguns bancos direcionaram as suas ações para o setor, como é o caso do Banco do Brasil (pioneiro no ramo), o Banco Real, o Banco Bradesco e da Amazônia, que além de oferecer financiamentos agrícolas, passa a oferecer serviços especializados de apoio à comercialização agropecuária e outros segmentos do agronegócio, orientação técnica e comercial, venda de seguros agrícolas e outros serviços.

O Banco Bradesco S.A tem ampliado a sua atuação de serviços , por meio de financiamentos para a produção como, o CRC modalidade que tem como finalidade o financiamento de despesas normais dos ciclos produtivos do setor agrícola e pecuária tais como: limpeza de pastos, ração, remédios, etc. Outra modalidade é o CRI que tem como finalidade investimentos fixos e semi-fixos na agricultura e pecuária e, o Crédito Rural EGF que tem como finalidade assegurar os recursos ao beneficiamento, de modo a permitir o armazenamento e a conservação dos produtos para a futura venda em melhores condições de mercado.

O Banco Cooperativo SICREDI, o Banco Santander-Banespa e Banco do Brasil, além de oferecerem diversos serviços de financiamento, que abrangem desde linhas de créditos de comercialização (destinada a financiar o processo de comercialização da produção), Investimento (destinada à aquisição dos bens indispensáveis à produção), de custeio (destinada ao financiamento das despesas de produção), e de comercialização (destinada a financiar o processo de comercialização da produção), oferecem os serviços de negociação da Cédula de Produtor Rural (CPR).

Além dessas instituições financeiras, outros bancos têm direcionado os seus serviços de crédito rural por meio de programas específicos, como é o caso do Basa S.A, que oferece o Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (PRODEAGRO), o Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Financiamento às Atividades Agropecuárias (FNO Agropecuário), Programa Especial de Financiamento Agrícola, entre outros.

Ilustração 6.4. Agências bancárias nos municípios do agronegócio.



(Org. Z.A.Arruda, 2007)

Os serviços de assistência financeira, um dos componentes que fazem parte do círculo de cooperação do agronegócio, possibilitam-nos repensar essa nova configuração dos mercados de capitais¹²⁰ no atual contexto da globalização econômica. O agronegócio é o ponto de referência mais evidente para representar essa nova dinâmica contemporânea do capitalismo financeiro, em que o financiamento clássico do capital produtivo rural reveste-se de novas formas pelo Banco de Investimentos – fundos de ações¹²¹, divisas e capitais – e a mercadoria tradicional em *commodities* agrícolas.

120 Conjunto de operações de transferência de recursos financeiros de prazo médio, longo ou indefinido, efetuadas entre agentes poupadores e investidores, por meio de intermediários financeiros. A respeito da nova configuração dos mercados de capitais. (LASH, e URRY, 1998)

121 Organismos de coleta de poupança e de aplicação, em que o capital variável é aberto ao público, e o valor dos títulos possuídos por cada participante é determinado pela relação entre o total do ativo e o número de quotas, e não diretamente pelo mercado.

Em torno do crédito rural encontram-se atividades ligadas aos círculos de cooperação do agronegócio, como de seguros, pesquisa agropecuária, de assistência técnica, entre outros todo um conjunto de ações ligadas à agroindustrialização da matéria-prima do campo.

Os bancos oferecem também serviços de seguro agrícola¹²². Amplia o número de empresas especializadas no ramo oferecendo serviços de seguro que garantam ao segurado a minimização dos riscos agrícolas, os roubos de cargas e caminhões entre outros. Por exemplo, o banco Santander Banespa oferece ao produtor rural, opções de seguros para a produção, maquinários, equipamentos, entre outros. O banco Cooperativo Sicredi seguro agrícola que cobre a produtividade, o custeio e o patrimônio do produtor rural; o Banespa S.A. seguro que protege a produtividade contra as eventuais ocorrências climatológicas.

Os contratos de seguro irão contribuir para uma (re)engenharia financeira a partir do momento em que novas articulações são construídas entre os agentes econômicos envolvidos, uma vez que para realizar um financiamento exige-se que se faça a realização do seguro.

Os bancos, as *tradings* e ou fornecedores de insumos e máquinas agrícolas avalizam as operações de financiamento e garantem a entrega do produto de acordo com os parâmetros estipulados no contrato. Esse procedimento passa a ser acompanhado pelas empresas securitárias¹²³ que dão garantias para o financiador, indenizando-o para o ressarcimento do empréstimo concedido ou para a garantia de preços através do mercado futuro. Todas essas transações acabam por beneficiar os bancos ou outros agentes envolvidos e dar aos produtores a “segurança” de ter seu patrimônio e a sua produção protegidas das intempéries da natureza ou do mercado. Além dos bancos, identifica-se a proliferação de empresas de seguros que atuam na transferência de alguns riscos existentes nas atividades que compõem o circuito do agronegócio, como roubo de cargas, inadimplência, fogo, estragos etc.

A intensificação da eletronificação do sistema bancário, como consequência do desenvolvimento técnico-informacional, também tem possibilitado a emergência de uma

122 Em que uma das partes (SEGURADOR) se obriga para com a outra (SEGURADO), mediante o recebimento de uma importância estipulada (PRÊMIO), a indenizá-la de um prejuízo (SINISTRO), resultante de um evento futuro, possível e incerto (RISCO), indicado no contrato.

123 Nesse procedimento após o registro na CETIP, o papel é adquirido pela Companhia de Securitização Agrícola (CSA), que realiza a securitização. A CSA compra os recebíveis dos agentes financeiros e emite o Bônus da Agricultura Brasileira, que são lançados no mercado interno e externo de capitais. (BELIK e PAULILLIO, 2001)

economia eletrônica (RIFKIN, 2001) e, conseqüentemente, uma forma renovada de conduzir os negócios. Essa economia, viabilizada pelas redes informacionais, permite a instalação de um dinheiro fluido, desmaterializado, desterritorializado, como aponta o autor:

O dinheiro também está se desmaterializando. Em uma economia global que está cada vez sem peso, o dinheiro usado em transações de mercado e outros arranjos financeiros está se desmaterializando em bits eletrônicos capazes de viajar com a velocidade da luz na forma de informação pura. (RIFKIN, 2001, p.3).

Os *bits* eletrônicos ao mesmo tempo em que possibilitam que as fontes de capital estejam fragmentadas em milhões de redes de contas bancárias, fundos de pensão, fundos de investimento, etc.; possibilita também que seja criada uma rede bancária internacional conectada a outros bancos, possível de manejar a transferência de fundos entre as contas de um banco para outro e de criar, como Santos (2001) já chamava a atenção, a possibilidade de existir uma finança universal, assim como a imposição a todo o globo de uma mais valia mundial.

Fato ilustrativo desse processo é o caso do Banco do Brasil, que além dos serviços convencionais de financiamento, criou um espaço de negócios *on line* exclusivo para o produtor rural, denominado Sala de Agronegócios. Nesse ambiente, o produtor poderá obter informações técnicas de mercado e por meio do Balcão de Agronegócios comercializar a safra, adquirir insumos, realizar operações de compra e venda de contratos (mercado futuro¹²⁴), aquisição de opções (mercado de opções¹²⁵), contratação de serviços logísticos, comprar e vender produtos diversos. Também é oferecido o ambiente BB CPR, destinado especialmente para quem realiza a compra da CPR, consultar, emitir certificado de custódia entre outros serviços, e para os vendedores consultarem a BB CPR emitidas ou em comercialização e fazer *download* da carteira.

Quaisquer que sejam os serviços oferecidos pelos bancos na oferta de seguros e ou Investimentos de Fundos de Pensão¹²⁶, como a causa mais importante da securitização na economia moderna, constituem uma das manifestações da racionalidade

124 Você compra ou vende ações hoje, e a liquidação, isto é, o pagamento e a entrega dos papéis ocorre numa data futura pré-fixada.

125 Tipo de contrato que garante ao seu titular o direito de comprar um lote de ações a um preço fixado nesse contrato, durante um prazo determinado. A contraparte do contrato, o lançador, assume o compromisso de vender o lote ao preço fixado, até a data do vencimento, se o titular deseja exercer seu direito. Este mercado assemelha-se a qualquer operação de seguro, onde o beneficiário paga um prêmio para segurar um determinado bem, neste caso o objetivo é segurar um preço.

126 Fundos de Pensão Conjunto de recursos, provenientes de contribuições de empregados e da própria empresa, administrados por uma entidade a ela vinculada, cuja destinação é a aplicação em uma carteira diversificada de ações, outros títulos mobiliários, fundos e imóveis, entre outros ativos.

desses agentes hegemônicos financeiros na conquista dessas fatias vantajosas de negócios. Na lógica do agronegócio onde a competitividade é a concepção predominante, o seguro torna-se um instrumento para os agentes hegemônicos acumularem mais capital. Só se faz financiamento com a realização do seguro.

Segundo IPEA os mecanismos de financiamento de custeio usado no agronegócio apresentam custos relativos elevados para os produtores do segmento agropecuário. Em Mato Grosso, por exemplo, nas operações feitas em real, os encargos financeiros são de 2,2% ao mês sobre o valor da operação; nas operações em dólar, os encargos são dados pela variação cambial adicionadas à taxa mensal de 1,3% sobre o valor de operação e, no sistema de troca de produto por insumos, o limite máximo financiado pela indústria é de 60% do valor da operação, no caso, a entrega futura.

O estudo realizado por Delgado (1987) sobre o capital financeiro na agricultura brasileira demonstra que o papel dos bancos passa a ser crucial, uma vez que detendo virtualmente o monopólio de uma mercadoria bastante especial; o dinheiro, por ele, passarão, necessariamente, as demandas crescentes de crédito de curto e de longo prazo, tornando-se os principais detentores de liquidez da economia. Todo esse conjunto de ações bancário – estatal configura um crescente domínio financeiro e estatal regulando as condições de produção e formação de renda no setor agrícola, visível principalmente no espaço urbano.

O avanço da agropecuária modernizada, no território mato-grossense, possuindo como vetor das transformações a introdução da cultura da soja, provoca o acúmulo de investimentos em pontos privilegiados do espaço. Isso pode ser constatado pelo volume de financiamentos que foram realizados nos dez municípios estudados no ano de 2002. O volume de financiamentos concedidos para os produtores e cooperativas representaram 20,4% dos contratos realizados no contexto estadual, mas representando 43,2% do volume de financiamento (R\$) do total estadual.

Com relação ao número de contratos realizados no setor agrícola estadual os municípios estudados realizaram 44,2% deles e representaram 55,8% do volume de capital financiado do total agrícola estadual, demonstrando a drenagem de capitais para áreas produtoras de *commodities* agrícolas. Confira os dados da Tabela¹²⁷ 6.1.

127 A tabela expressa os financiamentos concedidos a produtores e cooperativas dos municípios estudados: Campos de Júlio, Campo Novo do Parecis, Campo Verde, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sapezal, Sinop e Sorriso.

Tabela 6.1. Financiamentos concedidos a produtores e cooperativas, finalidade e atividade região do agronegócio, MT/2002. Valores em Milhões de Reais (R\$).

Municípios	Custeio		Investimentos		Comercialização		Total	
	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor	Contratos	Valor
Agrícola	8.527	670,6	3.673	366,5	346	216,9	12.546	1.254,0
Pecuária	5.099	142,1	14.073	287,3	1.083	23,0	20.255	452,4
Total Estadual	13.626	812,75	17.746	653,8	1.429	239,9	32.801	1.706,5
Agrícola	3.764	352,3	1.539	190,0	241	157,5	5.544	699,8
Pecuária	544	16,1	507	18,5	88	2,1	1.139	36,7
Total Municípios Agronegócio	4.308	368,4	2.046	208,5	329	159,6	6.683	736,5

Fonte: BACEN/ SEPLAN Anuário Estatístico 2003 (Org. Z. A. Arruda).

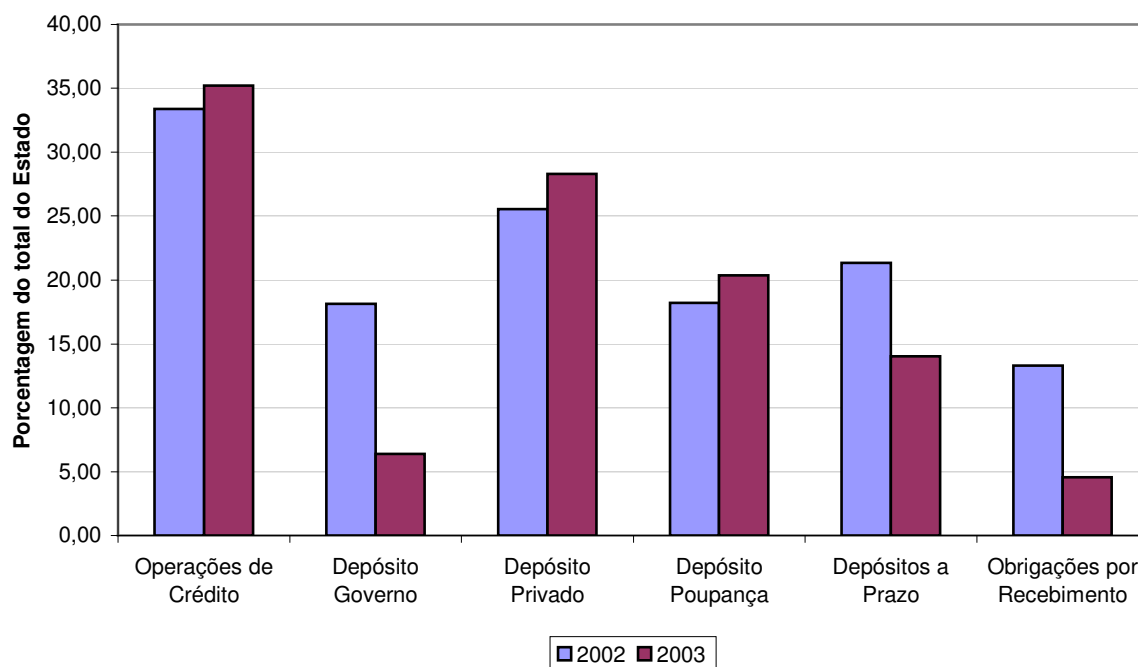
Os financiamentos agrícolas foram majoritariamente para custeio agrícola representando 44,1% dos contratos realizados e 52,5% do volume de financiamento destinado ao setor; seguido pelos financiamentos direcionados a investimentos agrícolas de 41,9% dos contratos e um volume de investimento de 51,8% e para a comercialização agrícola que contabilizaram 60,7% dos contratos e concentrando 72,6% do volume de financiamentos direcionados para o setor do Estado no Mato Grosso.

Ao analisar os dados de financiamentos no contexto estadual, constata-se que o maior volume de financiamento e números de contratos encontra-se na categoria de investimentos para a pecuária, enquanto o maior volume de financiamento em (R\$) foi destinado à categoria de custeio agrícola. O maior volume total de financiamentos (R\$) concedidos a produtores e cooperativas no ano de 2002, foi realizado respectivamente, em Sorriso, Campo Verde, Primavera do Leste, Rondonópolis, Lucas do Rio Verde, Campo Novo do Parecis, Nova Mutum, Sapezal, Sinop e Campos de Júlio.

A difusão de bancos e, conseqüentemente, dos serviços financeiros, intensifica o fluxo de capitais nessas áreas, evidenciados pelo elevado volume de operações de crédito rural e pela elevada movimentação financeira. No contexto estadual, os municípios citados, além de se destacarem como os que apresentam o maior volume de operações de crédito agrícola, destacam-se também, entre os que apresentam o maior volume de movimentação financeira, como pode ser evidenciado na Ilustração 6.5. A

movimentação dos 09 (nove)¹²⁸ municípios do agronegócio representou, no ano de 2003, 35,2% das operações de crédito (aplicações), 28,5% dos depósitos à vista privado e 20% da poupança da movimentação financeira do Estado no Mato Grosso.

Ilustração 6.5. Movimentação financeira dos nove municípios do agronegócio mato-grossense



Fonte: BACEN/ SEPLAN Anuário Estatístico 2003. (Org. Z.A.Arruda)

128 O município de Campos de Júlio não foi incluído devido à inexistência dos dados estatísticos completos.

Os dados apresentados permitem-nos demonstrar uma concentração das transações e uma crescente evolução na movimentação financeira representada pelo aumento das operações de crédito (Aplicação¹²⁹), pelo depósito à vista¹³⁰ privado e pela poupança¹³¹. No entanto, houve uma redução considerável nos depósitos realizados pelo governo, nos depósitos a prazo¹³² e nas obrigações por recebimento¹³³. No ano de 2003¹³⁴, de acordo com a análise desagregada dos dados apresentados, os municípios do agronegócio que realizaram os maiores volumes de movimentação financeira foram: Rondonópolis, Sorriso, Sinop, Primavera do Leste, Lucas do Rio Verde, Campo Verde, Nova Mutum, Campo Novo do Parecis, e Sapezal.

Sendo as cidades os locais concretos da economia são nelas que os círculos de cooperação financeira do agronegócio se espacializam. Os fluxos de capitais decorrentes das movimentações financeiras só podem acontecer porque existe a estrutura geográfica fixada no espaço (os bancos) que possibilita o comando das ações, concentra os serviços e papéis financeiros, necessários à consecução das transações do agronegócio, ou seja, os negócios e as condições para que ele aconteça.

Por outro lado, os bancos passam a constituir o elo entre as atividades modernas da cidade e o campo, assim como com os centros financeiros do país e do exterior. Como base do capital financeiro, que controla a produção agro-exportadora, fazem a ligação dessa produção com a circulação internacional. Assim, a cidade, independente do seu tamanho, mas, conectada à rede financeira mundial, passa a desempenhar o papel de mediadora entre a produção econômica local e o sistema econômico e financeiro mundial, reafirmando o seu papel na centralidade no modo de produção capitalista.

129 Utilização de poupança na compra de títulos, com a finalidade de auferir rendimentos.

130 Ou em conta corrente: Valor deixado sob a guarda e responsabilidade de instituição financeira, geralmente Banco e da qual pode dispor a qualquer momento, no todo ou em parte. No quadro apresentado designa o depósito do governo à vista, o depósito privado à vista e a poupança.

131 Destino dado aos rendimentos monetários não utilizados para consumo, seja por entesouramento, aplicação, empréstimo ou para investimento direto futuro.

132 Depósito de quantia em banco comercial ou de investimento, inegociável e resgatável em data prefixada. Este tipo de depósito rende juros e correção monetária.

133 Valores a serem repassados.

134 Os dados de 2004 já estão compilados por município. Não foi possível demonstrar devido à inexistência (até o presente) da movimentação financeira total do Estado.

6.3 As lógicas do mercado de *commodities* agrícolas: do mercado local ao mercado globalizado

A base produtiva para a realização do agronegócio, a agropecuária modernizada e ou extrativismo, embora se realize no espaço rural (na unidade produtiva denominada de porteira) concentra na cidade o comércio e os serviços necessários à consecução dos negócios. Isso decorre do fato de a produção realizar-se segundo métodos modernos, exigentes de tecnologia, informação, o que estabelece maior interação espacial entre a produção no campo e o circuito existente na cidade.

Destarte, hoje o rural faz parte e significa uma extensão da dinâmica urbana, com sua produção e cultivos voltados, inclusive, para a dinâmica do mercado internacional. Da mesma forma o urbano é parte do rural e significa uma extensão da dinâmica rural. Não é possível dizer se é urbano ou rural, exceto pela delimitação administrativa entre as áreas rurais e urbanas que se refere ao outro aspecto da territorialização das atividades, porque elas se entremeiam em um processo, diluindo a oposição entre o campo-cidade.

Com a atividade agropecuária mais intensa de capital surge uma demanda pela ampliação de centros de apoio para atividades terciárias ligadas à produção, comercialização, armazenamento, transporte e beneficiamento da produção. Nesse sentido, concordamos com Elias quando afirma que o agronegócio:

[...] tem o poder de impor especializações produtivas, tem o poder de adaptar as cidades próximas às suas principais demandas, uma vez que fornecem aportes técnicos, financeiros, jurídicos, mão-de-obra e de todos os demais serviços essenciais para a sua realização. Assim sendo, quanto mais moderna se torna a atividade agropecuária, mais urbana se torna a sua regulação, sua gestão. (ELIAS, 2005, p.12)

Nas regiões produtoras de *commodities* agrícolas a cidade constitui a mediação entre a produção local e o mercado mundializado. As cidades passam a abrigar empresas que desempenham papel cada vez mais proeminente na produção, comercialização (comércio de exportação) e distribuição de bens, agroindústrias (indústria de exportação) e na oferta de serviços especializados requeridos pelo circuito produtivo do agronegócio.

Constata-se na área estudada a formação de um núcleo econômico urbano de atividades financeiras, de comércio especializado e serviços ligados às demandas do mundo agrário e extremamente articulados à economia globalizada. As atividades altamente capitalizadas marcantes nesses espaços, em decorrência do agronegócio e viabilizada por

uma maior densidade técnico-informacional, demonstram que a dinâmica de relações econômicas e espaciais é realizada, não apenas com as cidades de maior porte das proximidades, mas com centros urbanos regionais, nacionais e internacionais.

As transações comerciais são realizadas em sua maioria por empresas ligadas ao consumo produtivo do campo que vendem máquinas, tratores, aviões, insumos agropecuários (defensivos agrícolas, fertilizantes, defensivos, sementes etc), às empresas de exportação (*Tradings* agrícolas), às agroindústrias, além do comércio varejista e atacadista, traços marcantes nas regiões de predomínio do agronegócio¹³⁵.

A produção agropecuária *strictu sensu*, que comanda o circuito produtivo do agronegócio, ao ser produzida na unidade produtiva (campo), segue caminhos diversos que envolvem diferentes agentes comerciais que atuam direta e indiretamente, tanto na industrialização como na comercialização, ou ainda na prestação de serviços até chegar aos mercados consumidores localizados nas cidades.

Nas regiões produtoras de *commodities* agrícolas a prática comum das transações é realizada por meio da venda de commodities agrícolas *in natura* aos intermediários – pessoa física ou jurídica – que os repassam para outros níveis de comercialização, ou mesmo a intermediários com maior poder de capitalização. Nesse caso, os agentes tradicionais, que prevaleciam como mediadores entre a produção agrária e o mercado urbano, acabam sendo aniquilados pelos novos agentes intermediários mais capitalizados e mais informados sobre a situação do mercado. No caso específico das áreas em que prevalece o modelo agro-exportador os principais agentes¹³⁶ que realizam as transações comerciais estão representados pelos agentes concentradores, em sua maioria empresas agroindustriais e *tradings* agrícolas que adquirem os produtos diretamente dos produtores agropecuários e distribuem para outras etapas seguintes da comercialização, principalmente, aos mercados externos. Esses agentes passam a atuar mais no atacado, compram os produtos diretamente dos agropecuaristas e operam com compradores e/ou

135 A edição especial da Revista Exame de 01 de julho de 2004, destacou que as empresas que apresentaram maior crescimento no Estado de Mato Grosso estavam associadas ao agronegócio. Entre as empresas que apresentaram destaque encontram a agroindustrial Amaggi, com sede em Rondonópolis (com faturamento US\$ 534,4 milhões e crescimento de 3,7%), a Usina Itamaraty (com faturamento US\$ 156,1 milhões e crescimento de 2,9%), a Agro Amazônia, com sede em Cuiabá (com faturamento de US\$ 111,8 milhões e um crescimento de 33%), a Agroindustrial Sperafico da Amazônia, com sede em Cuiabá (com faturamento de US\$81,9 milhões e um crescimento de 18%), o supermercado Modelo, com sede em Cuiabá (com faturamento de US\$ 77,8 milhões) entre outras empresas.

136 Não ignoramos a presença de demais agentes no processo de comercialização, apenas enfatizamos esses agentes por considerarmos o seu caráter corporativo no território mato-grossense.

vendedores em mercado dos produtores ou diretamente com as agroindústrias que repassam os produtos para os níveis seguintes de comercialização.

Na base do processo produtivo agrário encontram-se produtores de *commodities* agrícolas – os produtores rurais – que não têm nenhum poder na fixação dos preços. Os produtores compram os insumos necessários ao processo produtivo e vendem os seus produtos (*commodities* agrícolas) para os intermediários em mercados oligopolizados. O processo de transação assimétrica decorre nas regiões de economia agroexportadora com a monopolização do mercado pelas grandes corporações agroindustriais desde o processo da compra, beneficiamento, processamento, armazenamento, o que vem contribuir para a formatação dos preços finais desses produtos.

Destarte, no agronegócio, predominam as estruturas oligopolísticas – que coordenam as relações com o segmento produtor rural a montante da produção (antes da porteira) agropecuária pela compra de insumos, máquinas e equipamentos – e, oligoposônicas a jusante (pós-porteira) coordenando os compradores dos produtos agropecuários, ou seja, de *commodities* agrícolas.

As corporações ao usufruírem da concorrência entre vários ofertantes no ato da compra e de vários demandadores para suas vendas, exercem uma pressão de preços para baixo nas compras e elevação de preços para vendas. (ARAÚJO, 2003) Com um número reduzido de concorrentes e riscos elevados, torna-se comum as companhias exportadoras entrarem em acordos para impor um preço aos produtores, como pode ser constatado a seguir:

[...] as grandes *tradings* multinacionais (Bunge, ADM, Cargill e Dreyfus) e o Grupo André Maggi (Amaggi) estão fazendo compras antecipadas em Mato Grosso e no Porto de Paranaguá. Em Mato Grosso, os preços de venda para a safra futura, a ser entregue entre os meses de março e maio, oscilam entre US\$ 9,50 e US\$ 11,20/saca, conforme a localização das lavouras. Em Paranaguá, houve negócio na semana passada a US\$ 14,00/saca para março. Esses preços foram fixados após a forte alta recente dos futuros em Chicago, sustentada pela seca que ameaça a safra dos EUA. Esta semana, o grupo Amaggi fechou preços entre US\$ 10,20 e US\$ 10,50/saca nas regiões da BR-163 e do noroeste de Mato Grosso, para pagamento em produto no início de 2006. (BROKER, 2006, grifos nossos)

As práticas comerciais demonstram que nas atividades ligadas ao agronegócio, sob o comando das grandes corporações agroindustriais, a geração de riqueza está sendo produzida muito mais na área financeira do que na produtiva sob auspícios da ciranda especulativa. As empresas que atuam no comércio de exportação beneficiam-se das vantagens locacionais mas, os excedentes produzidos por essas corporações tendem a ser

drenados dos campos e da região onde são produzidos - onde os custos de comercialização se acrescem à especulação- em direção às sedes dessas empresas que se localizam nas grandes metrópoles nacional ou internacional.

Na lógica espacial da região produtora de *commodities* agrícolas a cidade desempenha papel de mediadora da produção local com o mercado externo, uma vez que oferece o suporte da concentração da mão-de-obra imprescindível para o processo produtivo, para o consumo produtivo e consumptivo, mas todo o comércio da produção local é realizado por meio de redes representadas pelas corporações que drenam a produção sem passar pelo mercado local.

O processo decorre porque as transações predominantes no agronegócio são realizadas notadamente no mercado de *commodities*, ou seja, nas bolsas de mercadoria em mercado à vista e/ou futuro. Pelo mercado à vista os produtores conseguem efetivamente escoar seus produtos já colhidos e em estoque e os preços são formatados de acordo com a posição do mercado (safra, entressafra e supersafra), do nível de demanda tanto no mercado interno como externo e com a classificação do produtor (qualidade). É por meio desse mercado que instituições do governo operam na regulação dos estoques e no atendimento da emergência do mercado.

No mercado futuro são negociados contratos a preços preestabelecidos pelos contratantes, com base na expectativa futura de comportamento do mercado para o produto. Nesse tipo de mercado comercializam-se títulos e não há entrega do produto, exceto em contratos a termo, por meio dos quais as agroindústrias, supermercados ou grandes atacadistas compram uma futura safra do produtor. Em ambas as situações, os produtores recebem dinheiro adiantado necessário à produção de bens ofertados na bolsa. (ARAÚJO, 2002) Nesse tipo de mercado, existem as *commodities* agrícolas tangíveis transformadas num fluxo de mercadorias intangíveis e quantificáveis e aquela que é produto do capital transformado num fluxo de informação intangível e quantificado, ou seja em títulos.

No mercado de *commodities* agrícolas as transações econômicas, na maioria das vezes, são realizadas diretamente com a bolsa de mercadorias e ou outros segmentos do mercado, via comércio eletrônico (internet). Comércio este que ocorre no ciberespaço, comandado pelos cabos de fibras ópticas, pelos satélites, em um meio eletrônico muito distante do mercado delimitado geograficamente, possibilitando que ocorra a produção de uma convergência tempo-espaço e tempo-custo em uma escala mundial.

(LASH e URRY, 1998) Mas que guarda a concretude do lugar nas estruturas geografizadas instaladas nas cidades (empresas exportadoras, agroindústrias, etc.).

Com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação (TI) as formas de comercialização alteram-se impondo uma nova dinâmica nas transações comerciais e, conseqüentemente, na forma de circulação dos capitais que cada vez mais se encontram sobre a hegemonia do capital especulativo. Com o desenvolvimento das novas tecnologias viabilizou-se a unificação e a homogeneização do espaço econômico global, possibilitando assim que esse espaço fosse esquadrinhado eletronicamente e nele fosse possível rastrear os riscos e recursos que possam gerar valor. (SANTOS, L., 2003)

O mercado eletrônico comandado pelas redes permite que fluxos de capital, de dinheiro, de mercadorias e informações circulem no tempo e no espaço, possibilitando que o capital especulativo se movimente 24 horas por dia, (re)valorizando-se e (re)produzindo-se continuamente nos mercados globais de ações, ou seja, onde circula a riqueza em vias de volatilização. Como Rodrigues (2005a, p.23) chama a atenção que:

[...] ganha importância o capital financeiro, o mercado, a competitividade como alavancas do progresso. As contas são utilizadas para tratar de qualquer tema e são sempre virtuais em relação ao lastro da produção. Diariamente somos informados, pela rede televisiva, sobre a cotação do dólar, Índice Bovespa, Naschua, Nasdaq, Risco Brasil, etc. e a realidade da produção, das condições de vida aparecem apenas como problemas.

Nesse mercado os agentes econômicos operam em uma rede global de interações que transcende as fronteiras nacionais e geográficas, comprovando que o capital financeiro atinge o seu ápice dominando e comandando o mercado, a vida econômica e social dessas localidades. Em decorrência da especialização produtiva que é conferida para atender à lógica produtiva de um mercado mundializado de *commodities* agrícolas, as localidades tornam-se reféns da hegemonia do mercado financeiro global, como pode observar a seguir:

[...] a agricultura local é globalizada e a produção segue direto para o mercado internacional. A crise atual preocupa, mas o setor é organizado e na base da negociação busca superar os problemas. A agropecuária de Nova Mutum também engloba uma série de iniciativas responsáveis pela diversificação e agregação de valor à matéria-prima. (FAMATO, 2006)

Os efeitos das oscilações do mercado financeiro internacional embora atinjam a dinâmica econômica de todas as localidades que possuem a sua economia pautada na produção de *commodities* agrícolas, nos centros urbanos de menor porte é que são perceptíveis na dinâmica do comércio local, nas transações financeiras, nas feiras de agronegócio, no mercado de trabalho.

A unificação das trocas não constitui um fenômeno meramente econômico ou político, levando em consideração que o capitalismo induz à reestruturação espacial da sociedade inteira, reproduzindo novos valores culturais, comportamentos e desejos. (CARLOS, 1996; BENKO, 2002) Por meio das transações econômicas realizadas pelo agronegócio, o propalado capitalismo flexível parece ter enredado tudo e todos à exigência de integração universal imposta pela expansão globalizante da economia monetarizada. Com o afã de manter os patamares de lucratividade, o capital mundializado se reorganiza espacialmente e territorialmente, redefine o conteúdo ideológico dos espaços, estabelece uma nova divisão territorial do trabalho, cria novos espaços de produção e consumo, transforma tudo em mercadorias, inclusive as relações sociais.

Os eventos relacionados ao agronegócio como o AGRISHOW e o TECNOCAMPO, constituem expressões proeminentes da forma “fantasmagórica” que o capitalismo contemporâneo tem em transformar tudo em mercadoria. A feira como lócus e “possibilidade” para a realização de negócios perpassa pela espetacularização da produção do campo modernizado como condição *sine qua non* para abarcar lucros cada vez maiores dos envolvidos no circuito formador do agronegócio, como será demonstrado a seguir.

6.4 “Velhas formas” e novos conteúdos: as feiras comerciais especializadas do agronegócio

Na fronteira do agronegócio, o espaço mundial se reproduz acentuando as conexões locais e globais com as forças produtivas’ agrárias, manifestadas pela presença de tecnologias avançadas utilizadas na agropecuária modernizada, assim como, pelas formas de organização impostas pelas grandes corporações agroindustriais em rede.

A crescente mundialização dos fluxos e as conexões relativas aos mercados das *commodities* agrícolas levam os agentes econômicos privados com interesses localizados a adequarem-se às exigências do *modus operandi* de reprodução do capital, utilizando-se de formulações imagético-discursivas como um instrumento para legitimar o seu poder no espaço. Para que a manutenção e consolidação do poder prevaleçam, novas estratégias são criadas, novas mercadorias (tangíveis e intangíveis) são produzidas, práticas sócio-culturais são (re)inventadas sob o rótulo de modernidade, como é o caso das feiras de negócios.

O latifúndio glamourizado pelas formulações discursivas do agronegócio, com materialidade expressa por meio da promoção de eventos feirísticos realizados tanto na

cidade, quanto no campo, dos quais a simulação da produção e o consumo são partes complementares de uma mesma totalidade indissociável, ou seja, da capitalista.

A feira como uma prática de intercambiar produtos e serviços em espaços abertos do mercado, com a exposição de uma gama diversificada de mercadorias, é uma prática que remonta a história da humanidade. Centro de trocas por excelência, a feira sempre desempenhou um papel importante¹³⁷ no dinamismo econômico das localidades urbanas, atraindo fluxo de pessoas (consumidores), de produtos (mercadorias) e de mercados de regiões longínquas. Nas áreas produtoras de *commodities* agrícolas, entretanto, a concepção da feira tradicional, como lócus de realização de transações comerciais da produção local, das práticas e manifestações culturais, da troca de sociabilidades, do encontro de pessoas, do inusitado, metamorfoseia-se adquirindo novas formas-conteúdo que respondem à racionalidade capitalista.

As feiras passam a ser produzidas com finalidade e intencionalidade específicas compreendendo uma racionalidade que impõe no mercado, ultrapassam o conceito de funcionalidade e sociabilidade dos tempos passados e transformam-se em indutores de representações sociais, que se produzem acerca do campo modernizado. De lócus para a comercialização da produção do campo converte a sua função para a venda de produtos para o campo.

A prática comercial renovada para atender à lógica racional do campo modernizado é representada pela proliferação de feiras comerciais especializadas agropecuárias, assim como pelo surgimento da “feira tipicamente” para realizar negócios. De acordo com o calendário oficial de exposições e feiras agropecuárias – 2004 (MAPA / DFA/MT/ SEDRE/DFA/MT)¹³⁸ cerca de 45 feiras são realizadas no Estado de Mato Grosso, sendo a sua maioria efetivada nas cidades de expansão da fronteira do agronegócio, como pode ser observado nas informações que a seguir:

[...] Esses eventos movimentam 5 bilhões de reais, alguns têm repercussão internacional e funcionam como vitrine para agricultores, pecuaristas e empresas ligadas ao agronegócio. Uns são direcionados aos produtores rurais, privilegiam demonstrações, visam à realização de negócios. Outros dão

137 Evidentemente, que o papel desempenhado pelas feiras, assim como a sua configuração está relacionada ao período histórico-econômico-social no qual elas se encontram inseridas, discussão esta que foge aos objetivos do presente trabalho.

138 A tendência de crescimento do segmento do turismo de negócios em Mato Grosso é constatada no relatório parcial dos indicadores do turismo realizado pelo SEBRAE/MT onde aponta que o segmento de negócios representou 35,93% no desempenho do turismo receptivo ocorrido em julho de 2002. De acordo com os dados do mês de fevereiro de 2003 (SEBRAE/MT) o segmento de negócios e eventos passou a representar 42% no desempenho do turismo receptivo do Estado de Mato Grosso.

prioridade a shows e querem atrair o público em geral. Na essência, todos fazem a diferença sobre a economia e a vida social das cidades onde são realizadas. (GUSMÃO, 2004, p.56)

As feiras comerciais e/ou exposições agropecuárias correspondem a uma das modalidades de evento feirístico, cujo objetivo consiste em oferecer ao público visitante a oportunidade de conhecer uma diversidade de novos produtos agropecuários que abrange desde a oferta de máquinas, insumos e implementos agrícolas de última geração em tecnologia, a produção agropecuária produzida localmente, até equipamentos domésticos, artesanatos, etc.

As feiras agropecuárias diferem das especializadas do agronegócio pelo seu conteúdo comercial diversificado, pela escala de abrangência que na maioria das vezes possui caráter local e/ou regional e, às vezes, nacional, mas principalmente, pelo perfil do público visitado que abrange desde os interessados em conhecer as novas tecnologias do campo até os que buscam diversão e lazer. Em outras palavras, as exposições agropecuárias além de colocar a produção agropecuária na vitrine, amplia a oferta de serviços ligados às atividades de lazer, gastronomia, rodeios, leilões, parque de diversões, etc. destinado a um público em geral.

As feiras comerciais especializadas do agronegócio que se diferenciam das agropecuárias pelo perfil dos seus visitantes, pelo tipo de serviços oferecidos apresentam uma finalidade congruente - transformar a feira em um espaço que responda à racionalidade capitalista prevalecente no campo, cujo lazer torna-se mediação para o consumo.

Como atividade que faz parte da cadeia do agronegócio, o setor de “feira” de negócios denominada de – AGRISHOW¹³⁹ – o evento possui a finalidade específica de atender às demandas requeridas pelo setor agropecuário moderno, envolvendo desde as transações econômicas e financeiras, até a oferta de serviços especializados em tecnologia e conhecimento. Na categoria de feira especializada na oferta de novos produtos agrários o evento constitui a oportunidade tanto informar aos produtores as tendências do setor agropecuário o que há de moderno em máquinas, implementos agrícolas, sementes e insumos, assim como o momento de possibilidades para a consecução de negócios.

139 AGRISHOW CERRADO (realizado em Rondonópolis MT até o ano de 2006. A partir de janeiro de 2007 esse evento passa a ter uma nova formatação regional e passa a ser denominado de TECNOCAMPO); AGRISHOW COMIGO (realizado pela cooperativa COMIGO em Rio Verde GO); AGRISHOW RIBEIRÃO PRETO (SP); AGRISHOW LEM (Luiz Eduardo Magalhães na BA), AGRISHOW SEMI-ÁRIDO (realizado em Petrolina PE).

O AGRISHOW CERRADO, que teve como embrião a Feira Tecnocampo, surge com característica de evento totalmente direcionado para a realização de negócios. A Feira TECNOCAMPO 98 foi realizada em abril de 1998 na fazenda Santa Mônica (SM 02), de propriedade do Grupo André Maggi. O evento consistiu na realização de roteiros temáticos, palestras com pesquisadores da Fundação MT, Embrapa e outras instituições de pesquisa.

Os roteiros temáticos constituíam em visitas *in loco* nos *plots* (simulação da produção) e agro-dinâmicas (demonstração de máquinas agrícolas – colheitadeiras, tratores, etc), e visitação a 38 stands de expositores de produtos e tecnologia de ponta no setor. O evento contou com a presença de um público total de quase cinco mil, em sua maioria, produtores rurais, engenheiros agrônomos, estudantes e representantes políticos. A movimentação financeira do evento, se comparada com a dos posteriores sob a denominação de AGRISHOW CERRADO, foi considerada modesta pelos organizadores, perfazendo um total não superior a R\$ 300 mil.

A criação da Tecnocampo 98, na opinião de Silva (2002), representou uma estratégia da Fundação Mato Grosso em articular pesquisa e informação ao processo produtivo, como uma tática para difundir as inovações em sementes (algodão, soja) e tecnologia em tempo real, visto que os produtores são induzidos a acompanhar os avanços tecnológicos, além de estimular o consumo de máquinas, equipamentos e insumos agrícola.

Em Abril de 2002 foi aberta oficialmente a primeira versão AGRISHOW CERRADO, na cidade de Rondonópolis, nos mesmos moldes da TECNOCAMPO, porém, contando com maior infra-estrutura que possibilitava congregar os 120 expositores que representavam os segmentos que compõem o agronegócio.

O AGRISHOW CERRADO 2002 teve a participação de 120 expositores dos diversos segmentos que compõem o agronegócio, notadamente, as grandes empresas do setor agropecuário como empresas de sementes, defensivos agrícolas, fertilizantes, silos, armazéns, etc, instituições financeiras (bancos, *tradings*, seguradoras), instituições de pesquisa e educacionais. O evento contou com 20 mil visitantes, com uma movimentação financeira, de acordo com os seus organizadores, perfazendo R\$ 400 milhões de Reais. De acordo com os dados disponíveis do evento, cerca de 1,5 mil empregos diretos foram criados na cidade sede do evento e outros 5 postos de trabalho foram abertos para atender, diretamente, a demanda da feira. Os dados das demais feiras podem ser analisados na Tabela 6.2.

Tabela 6.2. Feira especializada em agronegócio – Rondonópolis – MT

Ano	Empresas Expositoras	Público Visitante	Negócios Gerados Milhões de Reais (R\$)
2002	132	20.000	400
2003	214	25.000	650
2004	253	33.000	1.400
2005	200	32.000	600

Fonte: Fundação Mato Grosso, 2007.

Em 2007 o AGRISHOW CERRADO foi realizado diferente dos padrões concebidos anteriormente, ou seja, de “grande evento” realizado na cidade. A justificativa dos organizadores¹⁴⁰ do evento pautou-se pelo fato de que o setor estava passando por uma crise e que precisava de novas estratégias para retomar a produtividade. O efeito da crise pode ser conferido no resultado do evento realizado no ano de 2005 e 2006¹⁴¹, em que se registrou a redução abrupta nas transações econômicas e financeiras e, conseqüentemente dos lucros dos envolvidos no processo.

A crise no agronegócio está relacionada ao preço das *commodities* agrícolas no mercado mundial, que se iniciou no ano de 2005 e, passa a apresentar as suas repercussões econômicas e espaciais já no ano de 2006 e início de 2007. A vulnerabilidade econômica, com efeitos na economia urbana, decorre da especialização conferida a esses municípios como produtores especializados em *commodities* agrícolas, deixando-os subjugados à lógica especulativa do mercado internacional, já que o que comanda as transações é o dólar. No campo a crise provocou a (re) aglutinação de propriedades rurais, intensificou o endividamento dos produtores rurais. Na economia urbana houve redução do volume de negócios no comércio, de transações financeiras e eventos correlatos, como as feiras agropecuárias e de negócio (AGRISHOW CERRADO), como pode ser observado a seguir:

A crise no agronegócio, motivada pelos baixos preços das *commodities*, aliada ao aumento dos custos de produção na agricultura e pecuária, está inibindo a venda de máquinas e implementos agrícolas na Expoagro deste ano. As

140 De acordo com informações fornecidas pela Fundação de Pesquisa Mato Grosso, o evento Agrishow Cerrado e a Tecnocampo serão realizados alternadamente, de acordo com um calendário estabelecido a priori pela comissão organizadora.

141 Os dados não foram divulgados pela Comissão Organizadora do evento, justificando que o interesse do evento era divulgar o “conhecimento” e Informação ao produtor rural.

empresas que comercializam estes produtos estão recebendo um grande número de visitantes em seus estandes, porém o volume de negócios fechados ainda é pequeno. Até mesmo os equipamentos mais baratos estão demorando para serem vendidos, segundo representantes das revendedoras. (MACIEL, 2005)

Com o tema “Novas Oportunidades & Novos Negócios” o evento retoma o seu formato original de Tecnocampo 2007 e, o local da espetacularização do campo passa a ser no próprio campo, onde o urbano e o rural estão articulados pela lógica do mercado comandado pelas corporações do agronegócio. A formatação do evento abrange as atividades denominadas de “dias de campo”¹⁴², as reuniões técnicas (palestras realizadas pelas instituições de pesquisas, empresas de agroquímicos, etc.) e pela montagem de standard das empresas ligadas ao setor. (Ilustração 6.6)

O espaço feirístico fragmenta-se em “células” de agroquímico (área de *plots* para as empresas de agroquímicos exporem seus produtos em ação), máquinas (área de *plots* para a dinâmica das máquinas) e cultivares (área de *plots* para as empresas obtentoras e produtoras de sementes demonstrarem seus cultivares plantados).

O evento foi organizado pela Fundação de Pesquisa de MT em parceria com a Associação dos Produtores de Soja (APROSOJA) e apoiado pelos segmentos do agronegócio como as empresas de equipamentos e fertilizantes, pelos agroempresários, instituições de pesquisas pública e privada.

O evento realizou-se além da cidade de Rondonópolis (Fazenda Santa Mônica II – Fundação Mato Grosso – 30 e 31 Março), nos municípios localizados nas regiões produtoras de *commodities* agrícolas como Sorriso (Fazenda Centro de Pesquisa Fundação MT – 26 e 27 Janeiro), Campo Novo dos Parecís (Fazenda Itamaraty Norte – dias 09 e 10/ Fevereiro), Campo Verde (Fazenda Filadélfia – 17/ Março), Canarana (Fazenda Volta Grande – 17/Março).

A concepção tradicional da feira em que transações e interações sociais eram baseadas no puro valor de troca e de bens vistos como utilidades e onde prevalecia o mercado de vendedor-comprador é cambiada pelo mercado de fornecedores-usuários, da posse amplamente distribuída para o acesso ao capital, bens e serviços a curto prazo (RIFKIN, 2001) assim como pela transformação do valor-mercadoria em direção à

142 O “dia de campo” é uma atividade que constitui a visita in loco aos novos cultivares – demonstração de novas variedades de sementes, demonstração de novas tecnologias, etc. No Agrishow Cerrado essa atividade é realizada paralela ao evento que está sendo realizado na cidade.

mercadoria-signo. Nesse mercado fugaz, a mercadoria/objeto torna-se, assim, um mero significante, cujo significado é conferido pelos signos multiplicados do consumo.

Ilustração 6.6. Espetacularização do campo pelo agronegócio



Fonte: Fundação Mato Grosso, 2007.

O produtor busca no evento tecnologias que permitam ampliar a produção, informações para diminuir seus custos, melhorar a eficiência produtiva, maximizar o desempenho das máquinas de forma que possa acelerar o movimento de capital e auferir lucros maiores. As empresas expõem variedade de novos objetos tecnológicos, de novas formas de “fazer”, por meio da propagação de novas técnicas de produção, como por exemplo, de adubação, análise de solo, etc; de novos processos de trabalho, de novas formas organizacionais da unidade produtiva, como estratégia para acelerar o tempo de giro do capital que aparece como para atender o que consideram necessidades prementes do mercado. Nesse sentido somos levados a concordar com Elisa Almeida quando afirma que:

Palco privilegiado para o fechamento de negócios que envolvem, em geral, elevadas somas de dinheiro, as feiras são também o veículo de uma nova racionalidade que se impõe paulatinamente ao mercado. A aquisição de novos produtos e serviços tende a mudar o padrão tecnológico e organizacional dos diferentes setores produtivos, condição essencial para que ocorra a intensificação do processo de globalização da economia. (ALMEIDA, 2003, p.395 e 396)

A feira especializada do agronegócio constitui uma espetacularização do campo modernizado onde o espaço vivenciado é metamorfoseado pelo o da abstração generalizada do real ancorado na manipulação de imagens e da técnica capaz de simular, de criar novos valores, de impor novos consumos produtivos e consumptivos. Ela oculta, porém, de maneira quase perfeita qualquer indício de origem, dos processos de trabalho que os produziram ou das relações implicadas em sua produção. Como pondera Debord (1997, p.28) que “[...] o mundo presente e ausente que o espetáculo faz ver é o mundo da mercadoria dominando tudo o que é vivido. E o mundo da mercadoria é assim mostrado como ele é, pois seu movimento é idêntico ao afastamento dos homens entre si e em relação a tudo que produzem”.

Na estetização da vida cotidiana, idéia que designa o fluxo veloz de signos e imagens que saturam a trama da vida cotidiana da sociedade contemporânea (FEATHERSTONE, 1995), é essencial para o desenvolvimento da cultura de consumo. Cria-se uma psicosfera nesse espaço que enaltece a inovação, proporcionando no interior da esfera produtiva uma rapidez do processo de depreciação pela obsolescência planejada que as ondas tecnológicas e a elevada rotatividade do capital reserva para os produtos e pessoas. Rodrigues (2005a, p.24) pondera que “[...] as máquinas e ferramentas tornam-se rapidamente obsoletas incentivando o ‘consumo’ de determinados produtos sempre revestidos de ‘novo’: os novos produtos, as novas tecnologias, as novas embalagens, novos desenhos, etc. tornando os ‘consumidores’ cativos do novo que o são apenas na aparência”.

Acelera-se nesse espaço o ritmo de consumo de mercadorias tangíveis, como as máquinas, equipamentos agrícolas, etc, mas também do consumo de mercadorias intangíveis, relacionado ao conhecimento, à informação e do espaço. O uso/consumo do espaço como mercado se torna efêmero para atender a velocidade de circulação imposta pelo capital. Estabelece-se no consumo efêmero do espaço uma trama de relações, competitividade para dimensionar o seu mercado e auferir lucros maiores. A feira se tornou um instrumento indispensável à competitividade na política de maximização dos lucros das empresas via consumo de mercadorias tangíveis e intangíveis. Nessa lógica o espaço entra no circuito da mercadoria fragmentando-se e sendo produzido segundo os mesmos princípios que comandam o mercado, como a especulação e a competitividade.

A busca crescente das empresas pela melhor localização para a sua instalação temporária faz com que o espaço se constitua em poderoso instrumento para os

organizadores auferirem rendas e lucros por meio da locação¹⁴³ do espaço e pela oferta dos serviços proporcionados pelos agentes ordenadores do espaço feirístico, no qual a propriedade da terra passa a ser definida pelo uso não contínuo do solo, como é o caso do espaço de realização do Agrishow Cerrado.

O local de realização do AGRISHOW CERRADO, o parque de exposições *Wilmar Peres de Farias*, possui uma área de 120 hectares, dotada de infra-estrutura com asfalto, banheiros, rede elétrica e hidráulica, auditórios, arena de rodeios, praça de alimentação, entre outras áreas. Vale ressaltar que, além dos 120 hectares disponíveis do Parque de Exposição, o evento incorpora mais 50 hectares que são destinados à simulação da produção agrícola – cultivo de soja, algodão, milho, etc., assim como para a demonstração dos equipamentos de ponta no setor agropecuário.

As bancas de mercadorias, que passam a ser denominadas de *standard*, se convertem em balcões de negócios que além das mercadorias tangíveis, oferecem as intangíveis mediadas pelos serviços leasing, palestras, contratos de vendas futuras, demonstrações técnicas, leilões, etc. O atendimento aos “clientes-usuário” torna-se personalizado, individualizado, com oferta de serviços especializados e pelo fornecimento de acesso a experiências de todos os tipos. O atendimento ao cliente busca criar um “clima propício” à consecução dos negócios, assim como mantê-lo cativo aos serviços oferecidos para a vida toda.

Os “novos feirantes” – representantes das grandes corporações do agronegócio, dos centros de educação, pesquisa e fundações, das instituições financeiras (bancos, seguradoras), revendedores de automóveis, equipamentos agrícolas, empresas aeroagrícolas, entre outros segmentos – se conformam nesse espaço onde comercializam os “novos produtos” da economia contemporânea como tecnologia, seguros, oportunidades de financiamento, idéias, oportunidades, etc. (Ilustrações 6.7 e 6.8)

As feiras especializadas como novas formas espaciais se configuram para atender à lógica do mercado global. Elas induzem novos arranjos espaciais na cidade por meio da implementação de estruturas espaciais para a realização do evento, pelo uso da mão-de-obra temporária, pela contratação de empresas locais durante o evento, pela expansão dos equipamentos urbanos de apoio, como hotéis, restaurantes e pela intensificação da movimentação financeira.

143 De acordo com a pesquisa *in loco* nas diversas feiras realizadas pode-se constatar que os preços dos locais para exposição variavam de acordo com a localização, o tamanho e o tipo de infra-estrutura requerida pela empresas.

Ilustração 6.7. Os “feirantes contemporâneos”: Silos, equipamentos agrícolas, etc.



Foto: Z.A.Arruda, 2005.

Ilustração 6.8. Os “feirantes contemporâneos”: Bancos, empresas aeroagrícolas.



Foto: Z.A.Arruda, 2005.

O Agrishow Cerrado, a cada edição, movimenta uma cifra elevada de capitais decorrentes dos negócios realizados com a venda de máquinas agrícolas, sistema de pulverização, fertilizantes, aeronaves pulverizadoras, equipamentos de armazenagem, além da realização de financiamentos; leasing, etc. No ano de 2004, a feira atingiu cerca de R\$ 1.385 bilhão de vendas, em três dias de realização do evento. Entretanto, o resultado das transações “bilionárias” realizadas pela venda de insumos, sementes, máquinas, ciência, tecnologia, etc. oculta na imagem e no discurso as relações sociais, o território, as formas de apropriação, propriedade dos meios de produção e, o que contabiliza são as contas e a “riqueza” decorrentes das transações realizadas. Paralelamente ao capital econômico, calculável, intercambiável e convertível existem modos de poder, muitas vezes oculto e dissimulado pela fetichização das contas.

As feiras passam a ser *lócus* para a manifestação de poder dos agentes econômicos do mundo rural, de políticos e entidades representativas da “burguesia rural” (UDR, FAMATO, APROSOJA e outros) que buscam projetar-se socialmente ou politicamente. Esses eventos são estratégicos politicamente para os agentes do mundo do agronegócio que aproveitam para realizar as articulações políticas¹⁴⁴, pressionar o Estado por medidas regulatórias de preços, isenção das dívidas, etc. A própria origem do evento TECNOCAMPO e o AGRISHOW CERRADO representaram uma estratégia política da Fundação Mato Grosso, para aproximar a classe de produtores rurais do aparelho político da região.

Oliveira (2003, p. 144) chama a atenção para o fato de que o leilão, um instrumento utilizado para a comercialização da pecuária de bovinos freqüentes nas feiras agropecuárias, abriu possibilidades de fortes sociabilidades entre os diferentes produtores deste setor. A articulação estabelecida entre as diferentes unidades de produção possibilitou que as articulações políticas muitas vezes levassem os pequenos pecuaristas para a posição de grandes proprietários.

Torna-se mister ressaltar que esta estratégia não apenas possibilitou a articulação política como representa a proliferação de um novo nicho de investimento em animais de elite¹⁴⁵, em que o espetáculo dos leilões tornou-se a peça fundamental para chamar a atenção desses possíveis investidores. Nesse sentido ratificamos a assertiva de que o agronegócio não apenas tem incorporado um novo campo de valorização do capital

144 Em todos os eventos realizados a presença do Ministro da Agricultura e Abastecimento, dentre outros políticos é fato marcante.

145 São animais que estão no topo da pirâmide de sua espécie. No caso do gado bovino, são os exemplares que, no processo de melhoramento genético, se destacam por características como maior ganho de peso, precocidade sexual e fertilidade.

por meio das novas tecnologias, como as mesmas têm possibilitado novos nichos de valorização do capital financeiro no agronegócio por intermédio da comercialização de novas *commodities* tangíveis e intangíveis pautadas na ciência e na tecnologia.

Outrossim, as feiras especializadas do agronegócio representam uma das estratégias para abarcar a totalidade da produtividade agrária para a geração de mais valor. integrando os agentes que compõem a esfera pré-produtiva (empresas de insumos, fertilizantes, instituições de pesquisa, financeira, etc.), na produtiva (os produtores rurais) e pós-produtiva (canais de comercialização, etc.) em um só espaço-tempo, o que significa maior movimentação financeira e lucros imediatos. O capital financeiro comandando o espaço em sua totalidade (campo-cidade), como se pode inclusive depreender no artigo de Wolf (2007) no qual afirma que o crescimento da intermediação financeira e a atividade do setor financeiro estão relacionados à globalização da atividade econômica e ao progresso tecnológico, redefinindo a economia.

A trajetória realizada permite-nos asseverar que levando em consideração as interações espaciais realizadas entre o setor agrícola (campo) e as atividades econômicas urbanas decorrentes das transações econômicas, financeiras e da mobilidade da força-de-trabalho campo e cidade estas façam parte da mesma lógica do desenvolvimento desigual e combinado do capital.

A realidade urbana e rural se apresentam complexas onde as transformações socioespaciais urbanas/rurais atendem às exigências de racionalidade do capital em (re)produzir-se ampliadamente. Uma dinâmica espacial onde as relações estão cada vez mais inseridas em um contexto caracterizado pelo desenvolvimento da divisão do trabalho e aceleração tecnológica, pela concentração financeira, pela expansão do consumo e pela difusão imediata da informação de acordo com a lógica de (re)ordenamento da economia global.

Acreditamos, portanto, que muito mais que tentar redefinir as fronteiras entre o “rural” e o “urbano” torna-se mister entendermos as relações sociais que se desenvolvem a partir de processos de integração dessas localidades à economia global. Integração esta permeada por novos tipos de relações de dominação/subordinação comandadas pelas ditas cidades globais, sede das grandes corporações que comandam a economia dessas regiões (campo e cidade) deixando-as vulneráveis à ciranda financeira e ao mercado de *commodities* agrícolas. Como as transações comerciais do agronegócio estão pautadas no mercado de *commodities* agrícolas, as oscilações que apresentam na pauta de

exportações e importações refletem o elevado grau de vulnerabilidade em que se encontram as economias dessas localidades, segundo os ditames de uma economia globalizada e comandada pelo capital mundializado.

Nesse aspecto, concordamos com Ianni (1993) quando afirma que sob o capitalismo mundializado as contradições globalizam-se, desdobram seus componentes sociais, econômicos, políticos e culturais pelos quatro cantos do mundo. O que era desenvolvimento desigual e combinado no âmbito de cada sociedade nacional e no de cada sistema imperialista, sob o capitalismo mundial universaliza-se fazendo com que as contradições existentes entre campo-cidade adquiram uma escala (re)dimensionada.

A lógica “exógena” que maneja a dinâmica econômica, social e ambiental da fronteira (re)dimensionada do agronegócio, acaba por gerar novas contradições, relações “recicladas” de dominação e subordinação, tanto no campo quanto na cidade. Em outros termos, a dominação que existe no campo pelo latifúndio-empresa é a mesma dominação que se (re)produz na cidade pelas corporações do agronegócio, por serem as mesmas que controlam a produção agrária, a circulação, a comercialização, o beneficiamento, etc em uma escala ampliada viabilizadas pelas transações do agronegócio.

CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho buscamos demonstrar que as transformações socioespaciais que se configuram no território mato-grossense decorrentes do agronegócio representam o processo de ordenação espaço-temporal do capitalismo contemporâneo em sua busca para (re)produzir e sobreviver diante das crises de sobreacumulação. Processo esse que teve início na década de 70 do século XX com a incorporação do território Mato-grossense às teias do capitalismo mundializado por meio da expansão da fronteira agrícola e, que vem (re)produzindo-se no século XXI rumo ao Cerrado com a ampliação da produção agropecuária modernizada altamente capitalizada voltada para atender a lógica do mercado globalizado.

A expansão geográfica para as novas regiões, como é o caso do front agrícola mato-grossense, e a sua organização espacial que tem como objetivo atender aos interesses do agronegócio tem incrementado o comércio exterior, exportando capitais, acentuando o processo de acumulação ampliada do capital e, conseqüentemente, (re)produzindo de forma ampliada as contradições territoriais.

Na fronteira (re)dimensionada do século XXI, o capital, em sua voracidade genética, não só mantém a sua essência como incrementa a sua exploração e acumulação via espoliação, apresentando-se ao mundo travestido de modernidade, sob o rótulo de agronegócio. Os mecanismos de acumulação primitiva foram aprimorados com a privatização dos recursos naturais, pela intensificação da extração da mais-valia relativa através das mudanças tecnológicas, pela modificação na composição orgânica do capital e, pela imposição aos trabalhadores de regimes societários vinculados socialmente ao século passado, como é o caso da escravidão contemporânea registrada no estado de Mato Grosso.

Na ideologia do neoliberalismo no qual se insere o agronegócio, apresentam-se contradições nem sempre identificadas a priori, que estão ocultadas pelas formulações construídas pautadas na idéia de progresso, de crescimento econômico e de produtividade.

Formulações como a destacada acima, servem para justificar o desmatamento, a monocultura da soja, a destruição de áreas de preservação ambiental, a expropriação e o empobrecimento dos povos indígenas e agricultores.

O latifúndio glamourizado pelo agronegócio como responsável pela geração de riqueza para o país e pela elevada produtividade do campo contribui para ocultar os conflitos existentes no espaço na luta pela posse da propriedade da terra. Oculta também a superexploração e trabalho degradante, a concentração de poder e riqueza no território, criminaliza os movimentos sociais no campo e dificulta a compreensão da importância da reforma agrária.

O modelo produtivo adotado no campo modernizado pautado na utilização de novas tecnologias possibilitou o aumento da produtividade em áreas ínfimas e/ou em grandes latifúndios criando-se um grande impasse para a viabilização da reforma agrária brasileira, uma vez que a legislação brasileira estabelece que a desapropriação para a reforma agrária deve ocorrer em terras improdutivas.

Com a nova Constituição de 1989, a norma básica da reforma agrária foi alterada, estabelecendo que as propriedades produtivas estão isentas de desapropriação por interesse social. De acordo com o INCRA uma propriedade rural para ser considerada produtiva precisa ter o seu GUT superior a 0,8, ou seja, precisa explorar, no mínimo, 80% da área total, descontando a reserva florestal legal e a área não – aproveitável. No que diz respeito ao Grau de Eficiência na Exploração a propriedade rural deve, necessariamente, ser superior a 100%, se comparado aos níveis oficiais, que estabelecem um patamar mínimo de produtividade para a produção da pecuária. Com a Lei Complementar 8629/93, redefiniu-se o conceito da propriedade agrária para a pequena propriedade (entre um a quatro módulos fiscais) a média propriedade (quatro a 15 módulos) e acima deste tamanho estaria a grande propriedade. Neste caso, somente esta, se caracterizada sua improdutividade, estaria sujeita a desapropriação para fins da reforma agrária.

É um processo antagônico, em que o deslocamento para inviabilização da reforma agrária adotada pelos governos militares por meio de incentivos para a expansão da fronteira na década de 1970 se desloca, na atualidade, para o discurso da produtividade e competitividade em que a fronteira é (re)dimensionada pelo capital sob o rótulo de agronegócio.

A fim de garantir e regular a (re)produção das relações sociais de produção, voltadas para o agronegócio políticas foram criadas, mecanismos (re)formulados de acumulação via espoliação implementados no território em nome da ortodoxia neoliberal. Dentre as medidas adotadas pelo governo brasileiro, com o objetivo de transformar as exportações no motor de crescimento econômico, destacam-se as reformas no comércio exterior por meio de ações que possibilitem uma maior liberalização do mercado agrícola; a diminuição de impostos de exportação e tarifas alfandegárias; a elaboração de um cronograma de redução da tarifa média para grupos de produtos agrícolas, insumos e equipamentos; e, por fim, a dotação de medidas destinadas ao melhoramento da infraestrutura de transporte e armazenagem.

Na ordem estabelecida visando preparar o território para o agronegócio como as leis de estímulo à exportação, a criação de infra-estrutura, etc. existe uma (des)ordem que está intrínseca, mas que no entanto, não aparece, pois está diluída nas formulações construídas acerca da competitividade, do aumento do PIB do agronegócio e da produtividade agropecuária. Ou seja, o que aparece é a competitividade em todas as escalas: no mercado externo, entre as empresas instaladas nos municípios das regiões produtoras de *commodities* agrícolas, entre os municípios e cidades. Enfatiza-se a rentabilidade, o crescimento econômico, mascarando as contradições e abstraindo o real que é a sociedade, as relações de trabalho e o território.

Nesse aspecto, o agronegócio parece existir “a-especialmente”, sem o território. O que não constitui uma premissa verdadeira, pois, a contretização das transações do agronegócio só é possível a partir da base produtiva, ou seja, da terra como meio de produção (campo) e como suporte para as atividades econômicas (cidade).

Mas a terra (o agro) está oculta(o) antes da unidade produtiva pelos fluxos das transações realizadas na compra de insumos, de sementes, máquinas, ciência, tecnologia, etc., assim como, pelas transações de comercialização, da industrialização, pelo marketing e outras operações realizadas no pós-processo produtivo denominado de pós-porteira que ocorrem especificamente na área urbana. Transações estas que somente são possíveis de serem realizadas porque existe o intra-porteira, ou seja, a unidade produtiva que possui a terra como meio de produção. Elemento imprescindível, indissociável e particular de toda atividade agrícola para a consecução do agronegócio, ou seja, a condição sem a qual não existiria o agronegócio.

De acordo com a concepção originária neoclássica, o agronegócio corresponde às transações realizadas relacionadas às atividades pertencentes ao segmento antes do processo produtivo agrário do Antes da porteira (insumos agropecuários, máquinas, equipamentos, materiais genéticos, P&D, financiamento, etc.), os Dentro da porteira (todas as atividades iniciais de preparação necessárias ao processo produtivo) e os segmentos Pós-porteira (canais de comercialização, formatação de preços, etc.).

Como se pode constatar, somente as atividades realizadas “dentro da porteira” estão diretamente ligadas à terra rural, as demais são atividades urbanas. Em outros termos, a ordenação do território para os “negócios do agro” e a sua dinâmica possuem a terra como meio de produção que se encontra na Porteira (fazenda), mas tem a terra como suporte para a realização das transações econômicas que está alocado no urbano.

Esta imbricação (antes da porteira - porteira – pós-porteira) caracteriza um ocultamento da terra, do ponto de vista de sua importância, do trabalho na terra, das relações sociais que são construídas. Ou seja, o que está embutido na concepção do agronegócio é uma “aparente (des)importância da terra como meio de produção, subjugando-a à tecnociência como condição *sine qua non* para garantir a produtividade e a rentabilidade do campo. Nessa leitura a terra não constitui o fator determinante na produção e geração de renda. Não se fala da terra e nem do trabalho, mas sim, da tecnologia, da produtividade e da inserção nos mercados competitivos constituídos a partir das complexas cadeias produtivas formadoras do agronegócio.

Em verdade, na lógica contemporânea de acumulação e expansão mundializada do capital, a propriedade privada da terra é mantida, porém fetichizada, apresentando em sua essência uma nova dinâmica marcada pelas novas formas de apropriação e (re)produção de relações sociais de produção. A sua manutenção, que constitui uma “aparente” contradição do próprio capitalismo, para a extração do excedente econômico ou renda da terra pelo capital, pauta-se em novas formas de (re)produção por meio do controle de patentes e *know how*, na latente crise de obsolescência técnica manifestada na aceleração do consumo produtivo agrário, nas novas formas de gestão adotadas nas propriedades agrárias, nos “novos tipos de financiamentos” e na crescente busca por rendas tecnológicas como condição *sine qua non* para obter as vantagens competitivas no mercado de *commodities* agrícolas.

No capitalismo contemporâneo, como pondera Lefebvre (1972) a terra, o solo, o espaço agrário absorvidos pela produção industrial não desapareceram, mas, integrados ao capitalismo eles se afirmam como elementos em sua extensão sob a lei do reprodutível e do repetitivo, eliminando as diferenças no espaço e no tempo, destruindo a natureza e o tempo natural. A ciência econômica é fetichizada em mercados mundiais e, seus espaços, juntamente com a política levada ao absoluto.

O agronegócio, que representa o aspecto sofisticado do novo imperialismo na agropecuária, na sua lógica de (re)ordenamento para a monopolização global, possui em seu aspecto central o controle absoluto da economia por meio do processo de mega-fusão das empresas (corporações agroindustriais) e incorporação em todos os estamentos do capital financeiro, industrial, tecnológico, do conhecimento e de novos serviços. Nesse sentido, o agronegócio representa a conexão entre a organização capitalista da produção capitalista e a conquista do espaço como um todo, à medida que permeia por toda a esfera produtiva agrária denominada de Antes da porteira – Porteira – Pós porteira na geração de renda, lucros e mais-valia.

Na esfera pré-produtiva (antes da porteira) renda e lucratividade tornam-se possíveis não apenas pela compra de insumos tradicionais necessários ao processo produtivo, mas também pela geração de conhecimento decorrente do avanço da tecnociência e de Pesquisa & Desenvolvimento voltados para o setor agrário. A incorporação da ciência como fator produtivo possibilita maior interação espacial com a unidade produtiva agrária denominada de (porteira). Através do processo de reestruturação produtiva pautada na gestão “racional” da unidade produtiva, pela incorporação da tecnociência, pelo predomínio do trabalho morto sobre o vivo e pela sua articulação com o mercado aumenta-se assim, a possibilidade de auferir renda (diferencial) e a mais-valia no processo produtivo.

E por fim, à medida que a *commoditie* agrícola incorpora elevado teor tecnológico, e adquire a capacidade competitiva nas relações mercantis, possibilita que os participantes do segmento denominado “Pós-porteira” auferam maior renda e/ou mais valia relativa por parte dos que detêm maior vantagem competitiva no mercado de *commodities* agrícolas. As transações realizadas em cada etapa do processo produtivo, agroindustrialização e comercialização propiciam que sejam produzidos superlucros e mais-valia em toda a cadeia produtiva geradora do agronegócio.

A integração espacial e produtiva, ou seja, o elo da produção de *commodities* em diferentes lugares, através da troca, torna-se uma estrita necessidade do

capital para a geração de valor, tem a lógica pré-existente nos lugares, nas relações de trabalho e na nova dimensão que se configura na relação campo-cidade e no processo de urbanização do território.

A manifestação do tecido urbano, nas áreas consideradas territorialmente como rurais, é representada tanto pela expansão de novas áreas de urbanização, pela implementação de cidades (áreas de expansão da fronteira agrícola), como pelas redes de comunicação e transporte, pelo aparato do Estado, pelos serviços sociais e urbanos (consumo e produção) que integram cada vez mais os espaços rurais e regionais ao espaço urbano-industrial através da expansão da base material e econômica requerida pela atual sociedade contemporânea. Isso quer dizer que, na região prevalecente da agropecuária modernizada, o rural faz parte e significa uma extensão da dinâmica urbana com sua produção e cultivos voltados para atender a lógica do mercado globalizado, assim como, o urbano faz parte e significa a extensão da dinâmica rural.

O espaço rural abandona a sua organização baseada na articulação dos territórios e dos limites ou fronteiras para se organizar em função das redes de comunicação e dos interesses econômicos impostos pelas corporações que compõem o circuito produtivo formador do agronegócio. O desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, o processo de urbanização produz como resultado a sobreposição do espaço da sociedade rural pela sociedade urbana, ou seja, transformações não apenas na escala da sociedade rural, mas também, na estrutura espacial dessas localidades.

No “antes da porteira” e “pós -porteira” (cuja base territorial é a cidade) existe toda uma articulação espacial, real e falada construída pela imagem do agronegócio pautada na produtividade do campo modernizado. A imagem do agronegócio que aparece “antes” e “depois da porteira” oculta a unidade base para a realização do agronegócio (a terra) e, o que é vendido, é a imagem do município e da produtividade. Como a terra foi fetichizada no campo, passa também a ser na cidade, que fica obscurecida com a imagem vendida da cidade, do município, do agronegócio como a “salvação da lavoura”. A cidade se configura espacialmente “aparentemente” sem contradições, sem conflitos, crises e problemas.

Na imagem que é vendida, o município passa a ser representativo na totalidade apreendida pelo agronegócio, com o objetivo de atrair empresas, usuários solváveis, assim como, gerar renda monopolista. Cada pedaço do município e da cidade entra na troca como mercadoria para possíveis investidores, realização de eventos, etc,

valorada e “valorizada” (pelo/para o capital) por meio dos atributos de “qualidade de vida”, “de melhor IDH, e de “progresso”.

Como chama a atenção Rodrigues (2005) uma troca impossível por que ela não é trocável no mercado como um objeto, pois o que se vende são fragmentos do espaço que facilita a concentração de poder econômico pelas corporações internacionais. Nessa lógica, o que é concebido como “anti-cidade” é desconsiderado ou abstraído, ou seja, a cidade real onde vivem os pobres e, que deveriam desaparecer após trabalharem. A cidade se concretiza sem, no entanto, mostrar a sua contradição.

A concretização do agronegócio, também se dá na cidade, só que agora o espaço urbano aparece como o pináculo da glória. E, como pináculo da glória, se tira a terra como substância da produção, se fragmenta o território para que o comando político e administrativo se dêem em uma dada área municipal, criando conseqüentemente, um distrito sede, que é a cidade. Com a expansão do agronegócio o território mato-grossense passa por um (re)ordenamento territorial com a fragmentação administrativa do território para a criação de municípios e/ou (re)estruturação dos núcleos urbanos surgidos na década de 1970, para atender a lógica da produção agropecuária modernizada, notadamente, do circuito produtivo da soja.

Nesse processo, as cidades surgidas do desmembramento territorial, já nascem inseridas na lógica da divisão territorial do trabalho e dos circuitos produtivo-mercantil-financeiro, em uma escala nacional e internacional, respondendo aos interesses econômicos de grupos hegemônicos que compõem o segmento do agronegócio, notadamente das corporações agroindustriais em rede. Constrói-se, assim, um arcabouço para mostrar a importância da infra-estrutura urbana necessária à dinâmica do agronegócio com a criação de um sistema de financiamento, de novos serviços, no qual aparece a cidade como concretude, enfim, como a materialidade de implementação no território.

Na dinâmica econômica do agronegócio a cidade real parece não existir, sendo concebida apenas em sua relação mediadora de fluxos, especialmente os financeiros, comandados pelas corporações agroindustriais multilocalizadas e multifacetadas articuladas em redes. Ao mesmo tempo o campo real, a agricultura e a terra também parecem não existir pois, estão ligadas aos equipamentos técnicos informacionais modernos instalados nos centros urbanos que atendem a racionalização econômica imposta ao campo modernizado.

Dado a importância que é atribuída à mecanização e à produtividade abstrai-se o real valor da terra deslocando para o preço da *commoditie* agrícola, que terá visibilidade na bolsa de valores, no mercado especulativo das *commodities* agrícolas. A terra como meio de produção não é sequer citada, exceto como uma espécie de suporte para a produção de grãos e/ou para a “espetacularização do campo modernizado” promovido por meio dos eventos feirísticos.

Porém, na concretude da cidade, ou seja, na cidade real, é onde se encontra a classe trabalhadora expulsa do campo pela tecnificação da agropecuária, pela concentração de terras expressas na desigualdade socioespacial urbana, pelos movimentos sociais urbanos/rurais, pela problemática ambiental que passa a ter visibilidade no cotidiano. Assim como, pela presença das corporações agroindustriais e empresas exportadoras que controlam o mercado globalizado de *commodities* agrícolas, expressando um novo tipo de relação de subordinação/dominação territorial. Pois, como essas cidades são comandadas pela lógica exógena ao lugar e desempenham o papel de suporte para as atividades do campo modernizado, torna-se indissociável a relação entre o local-global, acentuando assim, a divisão territorial do trabalho nessas localidades. Alteração esta, que desloca a centralidade do poder econômico, político e financeiro dos Estados-Nação para as corporações multinacionais. (RODRIGUES, 2005a)

Como produto das relações capitalistas de produção, reproduz-se no espaço urbano e rural as contradições inerentes do processo de territorialização do capital mundializado, unificando dialeticamente o campo/cidade (OLIVEIRA, 1984) e estabelecendo novas relações assimétricas entre o local e o global, entre centro e periferia.

Torna-se mister ressaltar que a unificação dialética e contraditória existente na fronteira (re)dimensionada do agronegócio tornou-se evidente desde o início da produção territorial da fronteira com a transformação concomitante da propriedade da terra em mercadoria, tanto no espaço urbano quanto no rural. Processo este que, ao invés, de separar o urbano/rural, uniu-os pela lógica contraditória de territorialização do capital monopolista.

Essa união dialética não corresponde apenas aos processos econômicos, sociais e políticos, mas também ambientais que passam a fazer parte dessas duas realidades. Para refletir sobre a nova lógica que se estabelece na relação dialética e contraditória entre o campo-cidade na dinâmica do agronegócio, torna-se relevante apontar o que aconteceu na cidade de Lucas do Rio Verde no dia 01 de Março de 2007, quando

"hortas, pomares e jardins foram perdidos, como consequência do lançamento no campo do produto denominado do *Gramoxone*".

O produto químico (produzido nos laboratórios - monopólios das corporações que compõem a cadeia produtiva do agronegócio) é altamente tóxico e provoca o desfolhamento na vegetação, danos incalculáveis ao meio ambiente e o aparecimento de vários tipos de doenças como o câncer, doenças neurológicas e efeitos cumulativos ao meio. Como a natureza não tem fronteiras administrativas (RODRIGUES, 2005 a) (re)produz-se no urbano as consequências ambientais decorrentes da racionalidade prevalecente no campo modernizado.

Assim, a agropecuária modernizada, atividade responsável pelo crescimento do agronegócio do Brasil, relacionado à ciência-tecnologia e informação insere-se no mercado globalizado, e o território, devido à grande possibilidade de produção e, notadamente, de circulação dos produtos e insumos, informação e pessoas, possuem uma nova dinâmica e novas formas-conteúdo.

Formas-conteúdo, que nas palavras de Santos e Silveira (2001) possibilitam que os circuitos de distribuição e do consumo desenham-se no território para garantir que as produções agrícolas estejam presentes num território unificado pelo mercado. Nesse sentido, a relação campo-cidade imposta pela modernização agrícola torna-se mais complexas e se insere em um âmbito global onde o urbano e rural se integram e se completam dialeticamente de acordo ao (re)ordenamento da economia capitalista global.

Finalmente, esse conjunto de reflexões nos leva a inferir que se por um lado o agronegócio possibilita repensar a dinâmica que se configura na relação campo-cidade, por outro lado, contribui para fetichizar a terra, deixando em segundo plano as relações sociais e os atores sociais envolvidos no processo. Um olhar que privilegia a esfera econômica, ocultando as contradições inerentes do processo de (re)produção das relações sociais de produção.

REFERÊNCIAS

ABREU, S. de. Planejamento Governamental: a SUDECO no Espaço Mato-grossense: contexto, propósitos e contradições. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ABVL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MOVIMENTAÇÃO E LOGÍSTICA. Disponível: <<http://www.coppead.ufrj.br/pesquisa/cel/new/fs-public.htm/>>. Acesso em 13 de maio fevereiro de 2007.

AGRIBUSINESS ACCOUNTABILITY INITIATIVE. <<http://www.agribusinessaccountability.org>>. Acesso em: Janeiro de 2007.

ALMEIDA, E. Refuncionalização da Metrópole no Período Técnico-Científico-Informacional e os Novos Serviços no Brasil. In: SANTOS, M. e SILVEIRA, M.L. O Brasil: Território e Sociedade no início do século XIX. Rio de Janeiro: Record: 2001

ANDRADE, T. A. e SERRA, R.V. (Org.) Cidades Médias Brasileiras. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ARAÚJO, B; WEDEKIN, I; PINAZZA, L. O Complexo Agroindustrial: o Agribusiness Brasileiro. São Paulo: Agrocere, 1990.

ARAÚJO, M. J. Fundamentos de Agronegócios. São Paulo: Atlas, 2003.

ARRUDA, Z. A. Sinop: Território de múltiplas e incompletas reflexões. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BAUDRILARD, J. Para uma Crítica da Economia: política do signo. (trad. Aníbal Alves) Rio de Janeiro: Edições 70, 1995.

BECKER, B. K.; MIRANDA, M.; MACHADO, L.O. Fronteira Amazônica: questões sobre a gestão do território. Brasília: Ed. UnB / Ed. UFRJ, 1990.

BECKER, B., K. Logística: uma nova racionalidade no ordenamento do território?. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 3, 1993, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: AGB, 1993.

_____. Tendência de Transformação do Território no Brasil. Vetores e Circuitos. Território, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 4-1, 1997.

_____. Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para

projetar cenários? Parcerias Estratégicas, v.1, n.12, set. 2001. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/CEE/Revista/Rev12htm/>>. Acesso em: 02/08/2005.

BELIK, W. Muito Além da Porteira: Mudanças nas Formas de Coordenação da Cadeia Agroalimentar no Brasil. Campinas: UNICAMP.IE, 2001. [Coleção Teses]

_____. e PAULILLO, F. L. Mudanças no Financiamento da Produção Agrícola Brasileira na Década de 90: Ajustamento e Seletividade. In: LEITE, S. (Org.) Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2001.

BENKO, G. Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI. São Paulo: Hucitec, 2002.

BERNARDES, J.A. Territorialização do Capital no Espaço Mato-grossense. In: Movimentos Sociais: multiplicidade teórica e metodológica. Terra Livre, AGB, Ano 19, v.2, n.21, p.157-167, jul./dez. 2003.

BOLOGNA, S. Transporte y Logística como Factores de Competitividad de un Territorio. In: BOSCHERINI, F. e POMA, L. (Org.) Territorio, Conocimiento y Competitividad de las Empresas: el rol de las instituciones en el espacio global. Madri: Miño y Davila Editores, 2000.

BONETTO, C. Engenheiro de operações da empresa SADIA, unidade Campo Verde. Revista Especial de Campo Verde, Campo Verde, 2003.

BORDIEU, P. Capital Cultural, Escuela y Espacio social. (trad. Isabel Jiménez) Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.

_____. Razões Práticas: sobre a teoria da ação. (trad. Mariza Corrêa) Campinas: Papirus, 1996.

BRESCARIM, D. Prefeito de Campo Verde 2005-2008. In: Uma cidade para todos. Campo Verde, 2005. [Folder Prefeitura de Campo Verde]

BROKER, T. Soja: preços futuros da soja subiram 30% este ano. In: Agronegócio na Internet. Disponível em: <<http://www.trumam.com.br/noticias.php>>. Acesso em: 17 de Fevereiro 2006.

CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED / RAIS) - Informações sobre Emprego e Renda dos Municípios de Mato Grosso. Disponível em: <<http://perfilmuniciplio.caged.com.br/brasil.asp>>

CANUTO, A. Violência e agressão aos Direitos Humanos na esteira do Agronegócio. In: Rede Social e justiça. Disponível em: <<http://www.social.org.br/artigos/>>. Acessado 25/12/2005.

CARLOS, A. FANI.A. A Mundialidade do Espaço. In: MARTINS, J.S. (Org). Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética. São Paulo: Hucitec, 1996a.

_____. O Lugar no/do Mundo. São Paulo: Hucitec, 1996b.

_____. O Consumo do Espaço. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, J. C. S et al. Desempenho e Crescimento do Agronegócio no Brasil. Texto para discussão, Brasília, IPEA, n. 1009, fevereiro de 2004. Disponível em: <<http://www.ipea.org.br/>>.

CASTELLS, M. A Sociedade em Rede. Vo.I. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILLO, R. A. Produção e movimento da soja nos cerrados brasileiros: os atuais parâmetros do planejamento territorial. In: CONGRESO INTERNACIONAL GEOGRAFIA DA AMÉRICA LATINA, 7, 2004, Madrid. Resúmenes de Comunicaciones. Madrid: AGEAL, 2004.

_____. Exportar Alimentos é a Saída para o Brasil? O Caso do Complexo Soja. In: ALBUQUERQUE, E. (Org) Que País é este? Rio de Janeiro: Globo, 2005.

CASTORIADIS, C. A Instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. PIB do Agronegócio: 2000 – 2005. Disponível em <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pib/>>

CHESNAIS, F. (Coord.) A Mundialização Financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

_____. A Mundialização do Capital. (trad. Silvana F. Foa) São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. et al. Uma Nova Fase do Capitalismo? (Seminário Marxista: questões contemporâneas). São Paulo: Xamã, 2003.

CORREA, R. L. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. Território, Rio de Janeiro, ano IV, n.6, jan./jun. 1999.

COY, M. Wirtschaftsräumlichedifferenzierung der Pionerstäte in Nord – Mato Grosso (Brasilien). Sonderdruck aus: Geographische Zeitschrift, Tübingen jg.78, h.2, 1990.

_____. Relações entre Campo e a Cidade em áreas de Colonização Governamental e Particular: um exemplo de Rondônia e Norte de Mato-grossense. Actas Latinoamericanas de Varsovia, Warszawa, Tomo 7, 1989.

DAMIANI, A. L. et al (Coord). O Futuro do Trabalho: elementos para discussão das taxas de mais-valia e de lucro. São Paulo: AGB/SP, Labor/ Programa de Pós-graduação em Geografia, FFLCH/USP, 2006.

DAVIS, J. GOLDBERG, R.A. Concept in Agribusiness. Boston: Division of Research, Harvard University, 1957.

DERYCKE, P-H. La economia Urbana. Madrid: Instituto de estudios de Administración Local, 1971.

DEBORD, G. A Sociedade do Espetáculo. (Trad. Estela dos S. Abreu) Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DELGADO, G.C. Capital Financeiro e agricultura no Brasil 1965 – 1985. Campinas: Icone / Ed. UNICAMP, 1985.

DORNIER, P.-P. et al. Logística e Operações Globais. São Paulo: Atlas, 2000.

ELIAS, D. Meio Técnico-Científico-Informacional e Urbanização na Região de Ribeirão Preto. 1996. Tese (Doutorado em Ciências: Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Dinâmica Econômica e Redefinição do Espaço Urbano no Brasil Agrícola: o Brasil agrícola com áreas urbanas: a cidade do campo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9, 2005, Manaus. Anais e Contribuições Científicas. Manaus: Simpurb, 2005. [CD-ROM]

FEATHERSTONE, M. Cultura de Consumo e Pós-Modernismo. (Trad. Júlio Assis Simões) São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE MATO GROSSO (FAMATO). Dados sobre informativo do agronegócio, crédito, programas de financiamento agropecuário. Disponível em: <[http:// www.famato.org.br/](http://www.famato.org.br/)>. Acesso em 12/03/2006.

FERNANDES, B.M. e WELCH, C. Modelos de Desenvolvimento em Conflito: o agronegócio e a via camponesa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17, 2004, Gramado. Anais e Contribuições Científicas. Gramado, 2004. [CD-ROM]

FIGUEIREDO, M. G. Agricultura e Estrutura Produtiva do Estado de Mato Grosso: uma análise insumo-produto. 2003. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Departamento de Economia, Escola Superior de Agricultura “Luis de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

FLEURY, P. e RIBEIRO, A. A indústria de Operadores Logísticos no Brasil: uma análise dos principais operadores. Rio de Janeiro, 2001. Disponível: <<http://www.coppead.ufrj.br/pesquisa/cel/new/fs-public.htm>>. Acesso em 12/05/2006.

FOLHA DO ESTADO, Cuiabá. Edição Especial Agronegócio – Suinocultura, s./d.

POWERAKER, J. A Luta pela Terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. (Trad. Maria J. Goldwasser) Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

FUNDAÇÃO MATO GROSSO – Dados sobre o agronegócio, agrishouw Cerrado. Disponível em: <[http:// www.fundacaomt.com.br](http://www.fundacaomt.com.br)>

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 1980 – 2000. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/>>.

GALETTI, L. O Poder das Imagens: o Lugar de Mato Grosso no Mapa do Mundo. In: SILVA, L.S.D. (Org.) Relações Cidade-Campo: Fronteiras. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

GAZETA MERCANTIL. Panorama Setorial de Mato Grosso. Volumes: I, II, III e IV. São Paulo, 2002.

GÓIS, M. e GATIBONI, L. PAC beneficia Mato Grosso. Secom. Disponível em: <<http://www.secom.mt.gov.br/>>. Acesso em 23/01/2007.

GOMES, E. Rota do Pacífico: o entrave da Cordilheira: às exportações de Mato Grosso. RDM, Ano VI, n. 92, 27 de Fevereiro de 2005.

GONÇALVES, C.W.P. Formação sócio-espacial no Brasil. In: CHRISTOFOLETTI, A. et al

(Orgs). Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998.

GOTTDIENER, M. Produção Social do Espaço Urbano. São Paulo: Edusp, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira. Campinas: UNICAMP.IE, 1998.

_____. O Novo Rural Brasileiro. Campinas: UNICAMP.IE, 2002. [Coleção Pesquisas 1]

GUIMARÃES NETO, R.B. Cidades de Fronteira. In: SILVA, L.S.D. (Org). Relações Cidade Campo: Fronteiras. Goiânia: Ed. UFG, 2002.

GUSMÃO, M. Retratos de um País que dá lucros. Revista Veja, São Paulo, Ano 37, n.30, Abril de 2004. [Edição Especial Agronegócio]

HARVEY, D. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. Los Límites Del Capitalismo y La Teoría Marxista. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

_____. A Sociedade Global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

_____. Do Gerenciamento ao Empresariamento: a transformação da administração urbana no capital tardio. Espaço e Debates, São Paulo, n.39, 1996.

_____. Espaços de Esperança. São Paulo: Loyola, 2004a.

_____. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004b.

_____. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Loyola, 2005.

IANNI, O. A Era do Globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KURZ, R. Futter für den Drachen. In: Neues Deutschland. Berlim, 05 de Mar. 2004. Disponível em: <<http://www.Exit-Online.org/text.php>>. Acesso em: Janeiro de 2006.

_____. O Mercado Mundial do Agribusiness. In: Neues Deutschland, 07 de Fev. 2003. Disponível em: <<http://www.Exit-Online.org/text.php>>. Acesso em: Janeiro de 2006.

LASH, S. e URRY, J. Economias de Signos y Espacio. Buenos Aires: Talleres Gráficos Color Efe, 1998.

LAZZARATO, M. e NEGRI, A. Trabalho Imaterial: forma de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEFEBVRE, H. A Re-produção das Relações de Produção. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

_____. De Lo Rural a Lo Urbano. (trad. Javier Gonzáles-Pueyo) Barcelona: Lito-Fisan, 1978.

_____. O Direito à Cidade. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

_____. A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. São Paulo: Telegráfico "Bom Livro", 1994.

_____. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LEDESMA, M.A. Agronegócios: Empresa y Empreendimento. Buenos Aires: El Ateneo, 2004.

LEMOS, M. Cinco maiores empreiteiras do brasil podem assumir a BR-13. In: Diário de Cuiabá, 14 de Junho de 2005. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/>>.

LENCIONI, S. Agricultura e Urbanização: a capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar. 1985. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MACIEL, M. Diário de Cuiabá, Cuiabá, 15/07/2005.

MARANDOLA JR., E. e ARRUDA, Z.A. Urbanidade e Ruralidade no Brasil e as Redefinições entre Campo e Cidade. Boletim de Geografia, Maringá, 2005. [no prelo]

MARTINS, J. S. Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARX. K. O Capital. Edição resumida por Julian Borchardt. 4 Edição. Ed.ZAHAR, Biblioteca de Ciências Sociais, Rio de Janeiro 1975.

_____. O Capital: Crítica da Economia Política. Primeiro Livro: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Difel, 1982.

MAZZALI, Leonel. O Processo de Reorganização Agroindustrial: do complexo à organização em “rede”. São Paulo: Ed. UNESP, 2000. [Coleção Prismas/ PROPP]

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Balança comercial do Agronegócio: 1989 – 2005. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Erradicação do trabalho escravo é debatido em seminário no Estado de Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>>. Acessado em 15 de Dezembro de 2006.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – SECEX) Indicadores e Estatísticas de Comércio Exterior dos anos 1989 – 2005. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.com.br/sitio/secex/depPlaDesComExterior/indEstatisticas/php>>.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Dados Estatísticos sobre emprego. Disponível em: <<http://www.tem.gov.br/>>.

MIRANDA, M. O Papel da Colonização Dirigida na Expansão da Fronteira na Amazônia. In: BECKER, B.H. et al. Fronteira Amazônica: questões sobre a Gestão do Território. Brasília; Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1990.

MORAES, A C. R. Les Circuitos Espaciales de la Producción y los Circulos de Cooperación en el Espacio. In: Aportes para el estudio del espacio socio-económico. Buenos Aires: Colóquio, 1991.

_____. Ideologias Geográficas. São Paulo: Hucitec, 1988.

MORAES, A.C.R. e COSTA, W.M. Geografia Crítica: a valorização do espaço. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOREIRA, A. Terra agrícola atrai capital externo. In: Jornal Valor, 05 de Abril de 2007. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/>>.

MORENO, G. Os (des)caminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso. 1993. Tese (Doutorado em Ciências: Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MULLER, G. Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989. – (Estudos rurais; 10)

NEVES, M.F. Marketing e Distribuição de Commodities. Série de Working Papers Working Paper N. 00/008. Departamento de Economia, Administração e Contabilidade, USP. Disponível: <<http://www.ead.fea.usp.br/wpapers/index.htm/>>. Acesso: Março, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Renda da Terra de Monopólio. Orientação, São Paulo, n.7, dez. 1986.

_____. A Fronteira Amazônica Mato-grossense: grilagem, corrupção e violência. 1997. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, A.F.A. (Org.) Novos Caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. Terra Livre, Ano 19, v.2, n.21, p.113-156, jul./dez. 2003.

_____. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, M. (Org.) Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163. Brasília: Cnpq, 2005.

OLIVEIRA, A U. e STÉDILE, J. P. A Natureza do Agronegócio no Brasil. Cartilha da Via Campesina. Brasília, maio de 2005.

OLIVEIRA, J. M. A Esperança Vem na Frente: contribuições ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de Sinop. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, F. Crítica a Razão Dualista e o Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

PALAZUELOS, E. (Coord) et al. Dinámica Capitalista y Crisis Actual: la quiebra del modelo de acumulación pós-guerra. Madrid: AKAL, 1988.

PASCA, D. Lokal bekämpft, weltweit unterstützt. Die indigenen Völker Brasiliens im Fangnetz des neun Entwicklungsdiscurses. In: KOHLHEPP, G. (Hrsg.) Wirtschafts-und sozialräumliche Strukturwandlungen und Interessenkonflikte in Lateinamerika. Tübingen: Selbstverlang des Geographische Instituts der Universität Tübingen, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS. Secretaria e Comércio, Turismo e Meio Ambiente. Parecís, 2004. [CD-ROM]

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO – PMCJ. Qualidade de Vida. Perfil Sócio-Econômico, Campos de Júlio, n.1, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO. Perfil Sócio Econômico, 2003. (Datilografada)

_____. Especial Sorriso. Terra de Prosperidade 18 anos – Maioridade para Continuar Crescendo, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MUTUM. O Portal do Agronegócio – Perfil Sócio Econômico, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE. Perfil Sócio Econômico, 2003.

_____. Lucas do Rio Verde/MT. A Qualidade de Vida Mora aqui. s./d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL. Atlas de Sapezal. Perfil Sócio Econômico, 2004.

_____. Campo Novo do Parecis: Terra de Gente Feliz e Vitoriosa. S/d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE. Primavera do Leste M/T: A Fronteira do Milênio, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE. Uma Cidade para Todos. Perfil Sócio Econômico, 2003.

PROGRAMA DE ESTUDOS DOS NEGÓCIOS DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL – PENSA. Boletim do Agronegócio. Disponível em: <<http://www.pensa.org.br/>>.

REVISTA NOTICIA DO ESTADO DE MATO GROSSO. Sorriso: o melhor lugar para se viver. Sorriso, Sumi, Edição 60, Ano III, Maio de 2004.

RDM. Rondonópolis melhor ainda aos 50. Revista RDM, Ano IV, n. 38, 14 de dezembro de 2003.

_____. Saída Amazônica: asfalto da Br-163 viabiliza modal rodofluvial com os portos do Tapajós. Revista RDM, Ano V, n. 42, 1º Fevereiro de 2004.

_____. Sapezal, um paraíso no Chapadão. Revista RDM, Ano V, n. 49, 28 de Março de 2004.

_____. Primavera, estação do desenvolvimento. Revista RDM, Ano IV, n. 34, Novembro de 2004.

RIFIKIN, J. A Era do Acesso. São Paulo: Makron, 2001.

ROCHA, Alda de A. Concentração faz de Mato Grosso terra de gigantes. O Estado de São Paulo, 12 de Março de 2007. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/>>.

RODRIGUES, A.M. Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. A (re)construção de cidades e sua perspectiva sócio-ambiental e educacional para sociedades sustentáveis. AGB Nacional, mar. 2002. Disponível em:

<<http://www.cibergeo.org/agbnacional/>>.

_____. Nota técnica 2: sobre conceito/definição de cidades. Ministério da Cidades, 2004.

_____. Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e da geografia do séc. XXI - A Ocultação do Espaço e da Geografia. Geousp: Espaço e Tempo, São Paulo, n. 18, 2005a.

_____. Direito à Cidade e o Estatuto da Cidade. Cidades, Presidente Prudente, v.2, n.3, p. 89-110, 2005b.

_____. A Cidade como Direito. In: ENCONTRO DE GEOCRÍTICA, 2007, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre, 2007.

_____. Produção do espaço e Ambiente Urbano. s./d. (Datilografado)

SÁNCHEZ, F. A (Re)Invenção das Cidades: para um mercado mundial. Chapecó: Universitária Argos, 2003.

SANTOS, L. G. Politizar as Novas Tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética. São Paulo: Ed. 34, 2003.

SANTOS, M. A urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. Técnica/Espaço/Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. e SANTOS, M. (Orgs.) A Construção do Espaço. São Paulo: Nobel, 1986.

_____. Modo de Produção Técnico-Científico e Diferenciação Espacial. Território, ano IV, n. 6, Jan./Jun. 1999.

_____. Por Uma Geografia Nova: da critica da Geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Edusp, 2002.

_____. Por uma outra Globalização: do pensamento único á consciência universal. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M, L. O Brasil: Território e Sociedade no início do século XIX. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SRAFFA, P. Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias: prelúdio a uma critica da teoria econômica. (trad Helga Hoffmann) Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SASEN, S. As Cidades na Economia Mundial. São Paulo: Estúdio Nobel, 1998.

SEBRAE. Indicadores do Turismo no Estado de Mato Grosso. Relatório Parcial: Junho/2002; Outubro/2002 e Fevereiro 2003. Cuiabá, MT. (Datilografado)

SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATO GROSSO (SICME-MT): Incentivos Fiscais e Financeiros. Disponível em: <<http://www.cicme.mt.gov.br>>

_____. Financiamentos. Disponível em: <<http://www.cicme.mt.gov.br>>

_____. Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.cicme.mt.gov.br>>

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE MATO GROSSO – SEFAZ – Informações financeiras dos municípios (FPM, Índice de participação dos municípios, gasto público). Disponível em: <<http://www.sefaz.mt.gov.br>>.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL DE MATO GROSSO – SEPLAN – Anuário Estatístico de Mato Grosso: 1999 – 2004. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br>>.

SERFATI, C. O papel ativo dos grupos predominantemente industriais na financeirização da economia. In: CHESNAIS, F. (Coord.) A mundialização Financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

SILVA, C.A.F. Grupo André Maggi: Cooperação em Rede em Áreas de Fronteira. Cuiabá: Entrelinhas, 2003.

SILVA, S.C. Geração de Novos Municípios: uma faceta da modernização dos macrossistemas técnico do território. 2004. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SINGER, P.I. Campo e Cidade no contexto histórico latino-americano. Cadernos CEBRAP, n.7, 1972.

SOARES, R.P. e CAMPOS NETO, C.A.S. Considerações sobre o Projeto Lei de Parceria Público-Privada (PPP) em face da experiência recente no Brasil. Texto para discussão, Brasília, IPEA, n. 1010, mar. de 2004. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>.

SCHMIT, N. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

SODRÉ, M. Mão-de-obra: forte atração do interior. In: A Tribuna Mato Grosso. Edição Especial Agrishow Cerrado 2004. Rondonópolis, Ano 34, n. 5.714, 13 de abril de 2004.

SOJA, E.W. Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SORJ, B. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUZA, L.A. Armazenagem de grãos agrícolas no centróide Sinop em Mato Grosso. 2003. Monografia (Especialização em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá.

STEINEN, K.V.D. O Brasil Central. Expedição em 1889 para a exploração do Rio Xingu. São Paulo: Cia. Ed Nacional, 1942.

SUZUKI, J. C. De Povoados a Cidade: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

TOQUE FINAL. Revista de Campo Verde 16 Anos. Ano VII, N.07, MM Comunicações e Marketing Ltda, Julho de 2004.

TOLEDO, M. R. Macro-Circuito Espacial no Agronegócio: atuação da Cargill no Território brasileiro. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

TOPALOV, C. La Urbanización capitalista. México: Edical, 1978.

VAINER, C. V. Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a Estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

VILARINHO NETO, C. Metropolização Regional, Formação e Consolidação da Rede Urbana do Estado de Mato Grosso. 2002. Tese (Doutorado em Ciências: Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

ZACLIS, L; KALANSKY, D. Agronegócio: Novos Títulos e Securitização de Recebíveis. Disponível: <[http:// www.agrolink.com.br /colunistas/pg_detalhe_coluna](http://www.agrolink.com.br/colunistas/pg_detalhe_coluna). Acesso: Maio, 2005.

WILLIAMS, R. O Campo e a Cidade na História e na Literatura. (trad. P. Henrique Brito) São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

WOLF, M. Riscos e recompensas das finanças globais. In: Jornal Valor Econômico, 28 de Junho de 2007. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/>>.